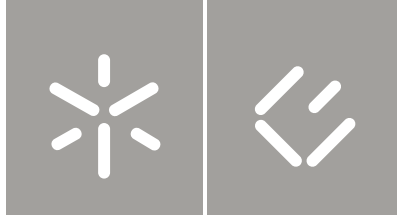


**Universidade do Minho**  
Escola de Economia e Gestão

Maria Alzira Soares da Costa

**Os Centros de Informação Europeia  
e Animação Rural como Instrumentos  
de Governação da União Europeia:  
O Caso Português**



**Universidade do Minho**  
Escola de Economia e Gestão

Maria Alzira Soares da Costa

**Os Centros de Informação Europeia  
e Animação Rural como Instrumentos  
de Governação da União Europeia:  
O Caso Português**

Dissertação apresentada na Escola de Economia e  
Gestão da Universidade do Minho com vista à obtenção  
do grau de Mestre em Estudos Europeus, área  
Económico Social

Trabalho efectuado sob orientação do  
**Professor Doutor Joaquim Filipe Ferraz  
Esteves de Araújo**

É autorizada a reprodução integral desta tese  
apenas para efeitos de investigação,  
mediante declaração escrita do interessado,  
que a tal se compromete.

Universidade do Minho, Setembro de 2006

Assinatura: *elbana Rjira Soares da Costa*

## **Agradecimentos**

No momento de apresentar os resultados desta investigação, não posso deixar de expressar os meus sinceros agradecimentos às pessoas que me apoiaram de diversas formas durante o percurso desta mesma investigação. Foram estes, entre outros de índole pessoal, os grandes estimuladores que propiciaram a efectivação do estudo agora apresentado.

Ao meu orientador, o Professor Doutor Joaquim Filipe Ferraz Esteves de Araújo, quero agradecer por me ter transmitido o seu interesse, entusiasmo e rigor científico, bem como por ter tido sempre uma palavra de apoio nos momentos em que parecia vacilar e perder as forças para terminar este estudo.

Às pessoas que estiveram adstritas aos Carrefours Rurais nacionais, em especial àquelas que constituíram o universo a inquirir e que nos fizeram chegar as suas opiniões. Sem as mesmas, não atingiríamos os resultados agora apresentados. Os meus sinceros agradecimentos, bem como às entidades a que estavam adstritas.

À Sílvia Nobre, amiga inigualável e responsável pela coordenação do meu desempenho a nível profissional que exerço na Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Bragança. Pela sua constante presença, amizade e fundamentalmente pelo seu apoio incondicional, muito obrigado.

Aos responsáveis do Instituto Politécnico de Bragança e da Escola Superior Agrária, que sempre que possível me facultaram condições para poder frequentar e desenvolver o meu trabalho de investigação, os meus sinceros agradecimentos. E ainda, a todos aqueles que contribuíram directamente para a apresentação física deste trabalho, o meu obrigado.

Aos meus professores do VI Curso de Mestrado em Estudos Europeus, bem como aos meus colegas do mestrado agradeço por terem contribuído para um espírito aberto de investigação mitigado com um espírito de companheirismos e amizade. Queria deixar um obrigado especial à Professora Doutora Ana Paula Brandão.

Agradeço ainda à Professora Doutora Lúcia Pinto da Universidade do Minho que, por solicitação do meu orientador se disponibilizou para me apoiar em algumas questões específicas. E, neste seguimento, não posso deixar de agradecer também ao Mestre Miguel

Ângelo Rodrigues que se prontificou a apoiar-me na difícil tarefa de perceber o funcionamento e a gestão do Programa SPSS. Agradeço-lhe a sua disponibilidade e preciosa ajuda.

Aos amigos, Ana Carvalho, Assunção Esteves, Atilano Suarez, Clarisse Pais, Edite Oliveira, Enaile Iadanza, Manoel Andrade, Maria de Jesus Caldeireiro e Tomás Figueiredo, pelo apoio e colaboração para a concretização deste trabalho.

A todos aqueles que tiveram uma palavra de incentivo e de amizade durante o período que decorreu este trabalho de investigação, os meus sinceros agradecimentos pela força.

Não posso deixar de expressar ainda os meus sinceros agradecimentos a toda a minha família, da qual gostaria de salientar os meus pais, os meus irmãos, os pais do meu marido e a minha cunhada Deolinda Oliveira, pelo imprescindível apoio e por toda a compreensão aquando das minhas ausências originadas pelos fins-de-semana passados em Bragança em frente ao computador.

Por último, quero expressar e mencionar aqui os meus sinceros agradecimentos ao meu marido que procurou proporcionar-me alguns momentos de tranquilidade e amor para levar por diante o término desta tese que agora apresento. Um carinhoso obrigado.

Ao meu Marido



# **Os Centros de Informação Europeia e Animação Rural como Instrumentos de Governação: O Caso Português**

## **Resumo**

As questões da governação colocaram-se mais acentuadamente a partir do final dos anos oitenta, início dos anos noventa, fundamentalmente na razão directa da ineficiência proveniente dos modelos vigentes da Administração das Sociedades.

A União Europeia, apesar de ser uma entidade *sui generis* e a questão da governação ter estado sempre presente e, de certa forma, os modelos de gestão adoptados terem sustentado o processo de construção da mesma, também ela se ressentiu das questões que se foram colocando relativamente à governação. No entanto, verificamos que ao longo dos tempos as suas instituições, nomeadamente a Comissão Europeia, pela sua própria natureza e funções a desempenhar, promoveu a criação de instrumentos de governação de vária ordem. Destes, destacamos a Política de Informação e Comunicação da Comissão Europeia e, por sua vez, a Política de Informação e Comunicação da União Europeia, bem como os Carrefours Rurais europeus, Centros estes que faziam parte integrante da Rede Europeia de Centros de Informação e Animação Rural.

Esta rede foi desenvolvida pela Comissão Europeia assente numa lógica de aproximar os cidadãos europeus, recorrendo a novas formas de governação. Assentava no modelo de governação em rede e, desdobrava-se em redes nacionais em cada um dos Estados-Membros da União Europeia.

O nosso «Estudo de Caso» visou a Rede Nacional de Carrefours Rurais, constituída pelos nove Carrefours Rurais sedeados em Portugal Continental e nos Açores. Estes, afirmaram-se pelo desenvolvimento de actividades entre 1993 – ano de criação do primeiro Carrefour Rural nacional – e, o ano de 2004 – ano de extinção dos Carrefours Rurais Europeus por parte da Comissão Europeia. As suas actividades tinham por objectivo principal fazer chegar informação da União Europeia aos cidadãos do mundo rural nacional, com vista ao desenvolvimento global das regiões rurais.

Este estudo mostrou a importância dos Carrefours Rurais nacionais, no que concerne à passagem de informação para as regiões rurais do nosso país e às sinergias criadas entre os diferentes actores em prol do desenvolvimento das mesmas permitindo testar a hipótese deste trabalho inicialmente formulada.



# **The European Information Centres and Rural Animation as Governing Tools of the European Union:**

## **The Portuguese Case**

### **Abstract**

Issues of government have come to the fore since the end of the 1980s and start of the 90s, chiefly because of the inefficiency of the Society Administration Models in force.

The European Union, despite being a *sui generis* entity, has always entailed the issue of government and, to a certain extent, the management models adopted have sustained the building process of the Union. Therefore, the EU has also felt the effects of questions put forward regarding government. However, we can see that over time its institutions, namely the European Commission, because of its very nature and the functions it carried out, has created a wide range of governing tools. Among these we highlight the Information and Communication Policy of the European Commission, and in turn the Information and Communication Policy of the European Union, as well as the European Rural Carrefours, which are centres that are crucial part of the European Network of Information and Rural Animation.

This network was developed by the European Commission, based on the idea of bringing European citizens closer to one another, by means of new forms of government. It was grounded on the Network Government Model, and was run through the national networks of each of the Member States of the European Union.

Our «Case Study» focussed on the National Network of Rural Carrefours, comprising of nine Rural Carrefours located in mainland Portugal and the Azores. They rose to prominence by undertaking activities between 1993, the year the first national Rural Carrefour was created, and 2004, the year the European Rural Carrefours were terminated by the European Commission. The main goal of their activities was to impart European Union information to European citizens from the Rural World, aimed at the overall development of the rural regions. This study showed the importance of the national Rural Carrefours with regard to transmitting information to Portugal's rural regions and the synergies created among the different actors to encourage the development of the regions, and also enabled the testing of the hypothesis of this task initially formulated.



# Índice

Agradecimentos	i
Resumo	v
Abstract	vii
Lista de Figuras	xiii
Lista de Tabelas	xiii
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>1</b>
<b>I PARTE – ENQUADRAMENTO TEÓRICO</b>	<b>23</b>
<b>I Capítulo – Elementos Referenciais de Enquadramento</b>	<b>25</b>
Introdução	25
1 – Governação – Origem e utilização do conceito	25
1.1 – Conceito de governação	27
2 – Modelos de governação	30
2.1 – Hierarquia	30
2.2 – Mercado	32
2.3 – Redes	33
3 – Novos modos de governação	36
3.1 – Governação em parceria	36
3.1.1 – Potencialidades e limitações das parcerias locais	39
Conclusão	41
<b>II Capítulo – A União Europeia: Um Sistema Específico de Governação</b>	<b>43</b>
Introdução	43
1 – Modelos de governação da União Europeia	45
1.1 – Modelo comunitário de governação	45
1.2 – Modelo intergovernamental de governação	46
2 – A questão da governação europeia	47
2.1 – Livro Branco sobre a «Governança Europeia»	48
2.1.1 – Contributos ao seu surgimento	49
2.1.2 – Princípios fundamentais identificados	52
2.1.3 – Propostas de mudança	53
3 – Novas formas políticas de promoção da governação europeia	57

3.1 – Governação participativa -----	57
3.1.1 – Participação da sociedade civil-----	59
3.1.2 – Participação do poder local e regional -----	62
3.2 – Estabelecimento de parcerias -----	63
3.3 – O funcionamento em rede -----	64
Conclusão-----	65
<b>II PARTE – INSTRUMENTOS DE GOVERNAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA -----</b>	<b>67</b>
<b>III Capítulo – A Política de Informação e Comunicação da União Europeia -----</b>	<b>69</b>
Introdução -----	69
1 – Política de Informação e Comunicação da Comissão Europeia -----	69
1.1 – Princípios básicos e estruturas -----	70
1.2 – Prossecução de acções de descentralização de informação e comunicação-----	72
1.3 – Alterações gerais iniciadas em 2000 -----	73
1.3.1 – Alterações substanciais ao nível das Redes e Centros de Informação -----	75
2 – Quadro conceptual da Política de Informação e Comunicação da União Europeia -----	76
2.1 – Institucionalização de um novo quadro de cooperação -----	77
2.1.1 – Quadro de cooperação aberto entre a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu -----	78
2.2 – A estratégia de informação e comunicação da União Europeia -----	80
2.3 – A aplicação da estratégia de informação e comunicação para a União Europeia ---	83
Conclusão-----	84
<b>IV Capítulo – A Rede Europeia de Carrefours Rurais -----</b>	<b>87</b>
Introdução -----	87
1 – Contexto do surgimento dos Carrefours Rurais europeus-----	87
2 – A formalização dos Carrefours Rurais europeus -----	91
2.1 – Natureza da «Convenção» -----	93
2.2 – Financiamento dos Carrefours Rurais europeus-----	96
3 – Objectivos, natureza e modo de funcionamento da Rede Europeia de Carrefours Rurais	98
4 – O Caso Português – A Rede Nacional de Carrefours Rurais -----	108
Conclusão-----	109

<b>III PARTE – O CASO PORTUGUÊS DOS CARREFOURS RURAIS</b> -----	<b>111</b>
<b>V Capítulo – Análise dos resultados</b> -----	<b>113</b>
Introdução -----	113
<b>I Secção – Metodologia adjacente ao estudo efectuado</b> -----	<b>115</b>
1 – Procedimentos metodológicos-----	115
1.1 – Técnicas de recolha de dados -----	116
2 – Recolha de Dados -----	118
2.1 – Especificidades do inquérito -----	120
2.2 – Gestão do inquérito-----	121
3 – Tratamento do inquérito-----	122
<b>II Secção – Análise dos resultados</b> -----	<b>125</b>
1 – Caracterização dos inquiridos -----	125
2 – Os Carrefours Rurais no contexto nacional-----	133
3 – As entidades hospedeiras e suas infra-estruturas-----	136
4 – Instrumentos de difusão de informação europeia -----	143
5 – Dinâmicas das iniciativas desenvolvidas pelos Carrefours -----	149
6 – Projectos desenvolvidos pelos Carrefours Rurais nacionais-----	160
7 – Natureza e dinâmica das relações de cooperação -----	172
Conclusão-----	191
<b>CONCLUSÃO</b> -----	<b>195</b>
Bibliografia-----	203
Anexos -----	217
Anexo I – Inquérito-----	219
Anexo II – Ofícios de envio do inquérito-----	231
Anexo III – Tratamento dos dados provenientes do inquérito -----	237



## Lista de Figuras

<b>Figura 1</b> – Natureza das Entidades Hospedeiras dos Carrefours Rurais europeus-----	101
<b>Figura 2</b> – Carrefours existentes na União Europeia em 2004 -----	102
<b>Figura 3</b> – Mapas das NUTs e localização geográfica dos Carrefours Rurais nacionais ----	134

## Lista de Tabelas

<b>Tabela 1</b> – Comparação entre os diferentes modelos de governação-----	34
<b>Tabela 2</b> – Carrefours Rurais europeus existentes em 1995 -----	102
<b>Tabela 3</b> – Breves dados sobre os Carrefours Rurais nacionais-----	108
<b>Tabela 4</b> – Distribuição percentual do género dos inquiridos -----	125
<b>Tabela 5</b> – Distribuição percentual da idade dos inquiridos, média e extremos -----	125
<b>Tabela 6</b> – Distribuição percentual da idade dos inquiridos, por classes de idade -----	126
<b>Tabela 7</b> – Distribuição percentual das habilitações académicas dos inquiridos -----	126
<b>Tabela 8</b> – Distribuição percentual da situação profissional dos inquiridos-----	127
<b>Tabela 9</b> – Funções desempenhadas pelos inquiridos -----	128
<b>Tabela 10</b> – Exercício de funções por parte dos inquiridos a tempo inteiro ou a tempo parcial-----	129
<b>Tabela 11</b> – Distribuição percentual do exercício de funções dos inquiridos a tempos parciais -----	129
<b>Tabela 12</b> – Distribuição percentual do tempo de funções dos inquiridos, por classes de anos-----	130
<b>Tabela 13</b> – Distribuição percentual do tempo de funções dos inquiridos: por classes de idade-----	130
<b>Tabela 14</b> – Situação profissional e funções desempenhadas pelos inquiridos -----	131
<b>Tabela 15</b> – Distribuição percentual do exercício de funções: a tempo inteiro e a tempo parcial (por percentagens distintas) -----	131
<b>Tabela 16</b> – Distribuição percentual do início de actividade dos Carrefours Rurais nacionais, por anos -----	133
<b>Tabela 17</b> – Distribuição percentual do número de parceiros para a criação dos Carrefours Rurais nacionais: por classes-----	135
<b>Tabela 18</b> – Distribuição percentual da natureza das entidades hospedeiras -----	137
<b>Tabela 19</b> – Distribuição percentual das áreas de acção das entidades hospedeiras-----	138
<b>Tabela 20</b> – Teste Qui-Quadrado -----	138

<b>Tabela 21</b> – Tabela de análise do Teste Qui-Quadrado -----	139
<b>Tabela 22</b> – Distribuição percentual da anexação ou não do Carrefour Rural a um departamento da entidade hospedeira -----	140
<b>Tabela 23</b> – Distribuição percentual da colaboração entre os colegas de departamento -----	140
<b>Tabela 24</b> – Características do espaço físico, quanto a lugares sentados e à exposição e distribuição de documentos informativos -----	141
<b>Tabela 25</b> – Distribuição percentual de computadores de utilização pública, com acesso à Internet, por classes -----	142
<b>Tabela 26</b> – Distribuição percentual da frequência de elaboração de materiais de difusão de informação europeia -----	144
<b>Tabela 27</b> – Distribuição percentual da utilização de diferentes meios na difusão de informação europeia, por classes de utilização -----	145
<b>Tabela 28</b> – Distribuição percentual da classificação de afirmações relativas aos meios utilizados de difusão de informação, por escala de classificação -----	147
<b>Tabela 29</b> – Teste Kruskal Wallis H-----	149
<b>Tabela 30</b> – Distribuição percentual sobre as afirmações relativas às actividades desenvolvidas pelos Carrefours nacionais, por escala de classificação -----	150
<b>Tabela 31</b> – Teste Kruskal Wallis H-----	152
<b>Tabela 32</b> – Teste Kruskal Wallis H-----	153
<b>Tabela 33</b> – Objectivos e funções de cada Carrefour Rural nacional e actividades desenvolvidas -----	154
<b>Tabela 34</b> – Teste Kruskal Wallis H-----	158
<b>Tabela 35</b> – Tabela de análise do Teste Kruskal Wallis H-----	159
<b>Tabela 36</b> – Distribuição percentual de apresentação de candidaturas a projectos por parte dos Carrefours, por escala de classificação-----	161
<b>Tabela 37</b> – Apresentação de candidaturas a projectos por parte dos Carrefours nacionais-	162
<b>Tabela 38</b> – Percepção sobre a execução de projectos -----	164
<b>Tabela 39</b> – Públicos visados pelos projectos desenvolvidos pelos Carrefours Rurais nacionais -----	165
<b>Tabela 40</b> – Outros públicos visados pelos projectos desenvolvidos pelos Carrefours Rurais nacionais -----	166
<b>Tabela 41</b> – Origem da componente financeira envolvida nos projectos dos Carrefours Rurais Nacionais-----	166
<b>Tabela 42</b> – Principal tema dos projectos desenvolvidos -----	167

<b>Tabela 43</b> – Teste Kruskal Wallis H-----	169
<b>Tabela 44</b> – Tabela de análise do Teste Kruskal Wallis H-----	169
<b>Tabela 45</b> – Teste Kruskal Wallis H-----	170
<b>Tabela 46</b> – Tabela de análise do Teste Kruskal Wallis H-----	170
<b>Tabela 47</b> – Natureza das entidades com quem os Carrefours Rurais nacionais estabeleciam relações de cooperação-----	173
<b>Tabela 48</b> – Estabelecimento de relações de cooperação com o exterior e natureza das entidades cooperantes -----	174
<b>Tabela 49</b> – Natureza das cooperações estabelecidas entre os Carrefours Rurais nacionais e as entidades hospedeiras e entidades exteriores-----	175
<b>Tabela 50</b> – Teste Kruskal Wallis H-----	176
<b>Tabela 51</b> – Principais objectivos do estabelecimento de relações de cooperação pelos Carrefours Rurais nacionais -----	177
<b>Tabela 52</b> – Teste Kruskal Wallis H-----	178
<b>Tabela 53</b> – Tabela de análise do Teste Kruskal Wallis H-----	179
<b>Tabela 54</b> – Tabela de análise do Teste Kruskal Wallis H-----	179
<b>Tabela 55</b> – Principais razões do estabelecimento de relações de cooperação pelos Carrefours Rurais nacionais -----	180
<b>Tabela 56</b> – Teste Kruskal Wallis H-----	181
<b>Tabela 57</b> – Teste Kruskal Wallis H-----	182
<b>Tabela 58</b> – Tabela de análise do Teste Kruskal Wallis H-----	183
<b>Tabela 59</b> – Envolvimento dos cooperantes com quem os Carrefours Rurais nacionais trabalhavam-----	184
<b>Tabela 60</b> – Teste Kruskal Wallis H-----	185
<b>Tabela 61</b> – Tabela de análise do Teste Kruskal Wallis -----	185
<b>Tabela 62</b> – Caracterização das relações de cooperação -----	186
<b>Tabela 63</b> – Teste Kruskal Wallis H-----	187
<b>Tabela 64</b> – Tabela de análise do Teste Kruskal Wallis H-----	188
<b>Tabela 65</b> – Teste Kruskal Wallis H-----	188
<b>Tabela 66</b> – Tabela de análise do Teste Kruskal Wallis H-----	189



# **INTRODUÇÃO**



## ***Enquadramento***

Nas últimas décadas, fruto das alterações na economia internacional, o contexto das organizações tem vindo a sofrer mudanças estratégicas, estruturais e operacionais gerando alterações substanciais na gestão das sociedades modernas.

A necessidade de afirmação de novas formas e instrumentos de governação fez-se sentir a partir da década de setenta, visto o modelo vigente de organização da sociedade ter sido posto em causa. Face à crise da época, os próprios governos foram percebendo que o sistema administrativo de que usufruíam gerava incapacidades de operacionalidade resultantes da sua estrutura hierárquica. Estava patente a necessidade de rever o sistema administrativo para que fosse possível responder positivamente às necessidades administrativas existentes.

Tal como Antunes (2002:125-126) refere, “vivemos numa era de desencanto com a política, com as instituições, com o serviço público, e de certa hostilidade quanto ao papel do Estado na economia, elogiando-se a lógica de mercado, como uma qualquer panaceia para todos os males”.

A incapacidade de resposta por parte da administração, fez com que o tradicional modelo de organização administrativa fosse questionado e se caminhasse para um modelo de administração baseado em novas ideias. Por sua vez, este modelo deu origem à proliferação de novas instituições e ao desenvolvimento de novas formas de interacção entre estas, o Estado e a sociedade. O Estado deixou de ser o fornecedor de serviços públicos por excelência, para passarem a existirem muitos outros fornecedores de serviços públicos.

Estas alterações, que culminaram no estabelecimento de relações de interdependência entre o sector privado, o sector terciário e o Estado, deram origem ao estabelecimento de Redes entre diferentes instituições. A atenção do Estado voltou-se para a coordenação inter-organizacional.

O sentimento de desencanto gerado fez com que, no âmbito da Administração Pública, actualmente a discussão se centre na necessidade de reinventar a governação através de novas abordagens e novas formas de gestão (Antunes, 2002:126). No entanto, ainda que pareça um paradoxo, por um lado, os cidadãos continuam a recorrer cada vez mais ao Estado e, por outro lado, exigem-lhe novos serviços públicos, quer pela força do alargamento das suas competências, quer por força da utilização de novas tecnologias, quer ainda em resultado das directivas impostas no interior da União Europeia.

Neste sentido, parece-nos importante que na concepção das novas práticas de gestão pública estejam presentes, para além dos princípios económicos, eficiência e eficácia, princípios de confiança, de equidade, de justiça. Desta forma talvez se consiga fazer com que os cidadãos se sintam parte integrante das novas formas de gestão. A gestão pública deve dotar-se de novas abordagens que permitam e facilitem um maior envolvimento dos cidadãos, contrariando o actual afastamento e desconfiança sentida por parte dos mesmos, relativamente às instituições públicas.

O modelo de Osborne e Gaebler (1995) é prova destes factos e personifica ideias e modelos de gestão privada em áreas cada vez mais do sector público. No entanto, a aplicação prática deste modelo acarreta muitas dúvidas ao se procurar transpor para acções práticas o que foi definido ou apresentado, sob a forma de conceitos.

A questão consiste muitas vezes em saber como transportar para a esfera da Administração Pública os princípios da gestão privada. Isto porque, a proximidade da gestão pública com a democracia, exige cuidados acrescidos que não podem passar apenas pela passiva adopção de modas de gestão (Antunes, 2002:127). Segundo este mesmo autor “de facto, a inércia da governação resulta, em parte, de uma postura centralizadora, receosa das falhas e da consequente imputação de responsabilidades” (Antunes 2002:129). De certa forma, este facto reside na razão de questionar sempre o superior hierárquico (ausente e distante), resultando numa entropia do sistema

Tal como acontece na Administração Pública de vários países, também na União Europeia existe uma preocupação com a gestão da Administração Comunitária.

No que diz respeito à participação activa dos cidadãos, a Comunidade Europeia, desde o seu surgimento até ao final da década de oitenta, não teve como principal preocupação fazer com que o cidadão fosse um cidadão activo. De certa forma, os fundadores da União Europeia, Monnet e Schuman, promoveram esta realidade ao impulsionarem a teoria neofuncionalista. Tratando-se de uma teoria de integração, foi sendo dada ênfase ao processo de integração em detrimento da legitimidade dessa mesma integração. Tal como Fraga (2001:39-40) refere, “a teoria neofuncionalista previa uma transferência progressiva e automática de soberania dos Estados-Membros para a Comunidade Europeia. A sucessiva integração de funções estatais e a criação de uma elite tecnocrática teriam por resultado um processo auto-sustentado, composto por etapas de integração, que levaria à criação de uma nova entidade política. Essa teoria fundava-se numa abordagem norte-americana dos anos 50 e 60 da actividade dos grupos de

interesse e da eficiência tecnocracia na decisão, que foi adaptada ao contexto de integração europeu”.

Segundo Antunes (2002:129) “talvez um contributo positivo passe pela substituição dos tradicionais controlos hierárquicos por efectivo sistema de auditoria, por um lado, e um verdadeiro acompanhamento avaliativo por outro, com a participação efectiva dos cidadãos”.

Face ao contexto económico que se vivia na altura, a visão dos fundadores da União Europeia e, nomeadamente, o recurso à teoria neofuncionalista, constituíssem o principal e único caminho a seguir. Possivelmente, só desta forma se conseguiria atingir o objectivo primeiro de impulsionar o progresso verificado no processo de construção da União Europeia.

Consequência da influência desta teoria e de outras correntes, a teoria funcionalista promoveu um processo de integração da União Europeia, tal com refere Featherstone (1994:149), assente numa “combinação de tecnocratas benevolentes e grupos económicos impulsionados por interesses próprios para construir coligações transnacionais de apoio a políticas europeias”. Na verdade, o sucesso verificado no início do processo de integração da União Europeia dependeu da vinculação dos governos nacionais dos Estados-Membros aos objectivos europeus, bem como do convencimento das elites e dos diferentes grupos económicos. A realidade da altura permitiu que a génese da União Europeia assentasse em fundamentos emanados de instituições burocráticas, apoiadas por elites administrativas e em decisões de âmbito económico. Do lado oposto estiveram os cidadãos dos diferentes Estados-Membros que, alheadamente, acompanharam este processo com indiferença, desinteresse e desconfiança. Todo este processo, dotado de uma carga burocrática e que se desenrolava em Bruxelas, estava muito longe das pessoas comuns.

Para os fundadores da União Europeia a participação activa dos cidadãos europeus no processo de construção da União Europeia, não assumiu relevância. E, tal como considera Azevedo (1998:15), “se os cidadãos europeus se limitaram a observar o desenrolar dos acontecimentos, o certo é que também foram remetidos para o mero papel de destinatários das decisões políticas dos governos e das instituições europeias”.

O aumento do défice democrático actual parece-nos poder estar aqui fundamentado. E, tal como Azevedo (1998:14) considera, “a identificação das pessoas com a construção da Europa assemelha-se ao comportamento dos mercados: instável e cíclica, tem oscilado entre momentos de relativa euforia e momentos de considerável pessimismo”. A não implicação directa dos

cidadãos na génese da União Europeia, por parte dos seus fundadores, bem como na estrutura e funcionamento das instituições comunitárias, foi dando origem à frágil legitimidade democrática e à sua intensificação com o decorrer dos tempos. O Parlamento Europeu é a única instituição comunitária eleita democraticamente pelos cidadãos dos diferentes Estados-Membros da União Europeia.

Importa ainda referir que, por um lado foi sempre norma e requisito para que um país pudesse aderir à União Europeia, lhe fosse exigido que pertencesse à Europa e fosse regido por princípios democráticos. Por outro lado, não se tornou efectiva a participação democrática no funcionamento das próprias instituições europeias e na tomada de decisões por parte das mesmas. Estes dois pré-requisitos, importantes para o verdadeiro funcionamento da União Europeia, não foram sendo satisfeitos, apesar de, nos Tratados assinados estar sempre presente o cumprimento e o respeito pela democracia.

Na verdade, tal como refere Pires (1997:71), “o défice democrático das instituições democráticas é ostensivo. Os Tratados avançaram muito mais como constituição da liberdade do que como constituição da democracia e a sua ordem jurídica estruturou-se mais através da intervenção do Tribunal de Justiça do que da vontade democrática”.

A Comunidade Europeia desde o seu surgimento até ao final da década de oitenta, não teve presente a preocupação de fazer com que o cidadão fosse um cidadão activo. Até então o processo de construção da Comunidade Europeia que atingia um grau de complexidade considerável, era apenas dado a conhecer a grupos e elites, contribuindo para que fossem apenas estes os conhecedores deste processo. No entanto, face às alterações do contexto político que se fizeram sentir nos cinco anos anteriores à ratificação do Tratado de Maastricht, estas tiveram repercussões directas na tomada de posição assumida por alguns cidadãos aquando da ratificação do Tratado em causa. Uma das consequências directas desta tomada de posição foi fazer com que os responsáveis políticos, da altura, tornassem inevitável o relançamento do debate sobre a construção europeia.

A sua complexidade, aliada à sua incompreensão e ao desconhecimento dos cidadãos, fez com que, o que no início da década de oitenta era aceite, assente num consenso passivo dos cidadãos, se tornasse no final desta mesma década e início da década de noventa, questionável. O processo de construção da União Europeia deixou de ser, aos olhos dos cidadãos, um

processo credível, não respondendo aos desafios futuros. Como por exemplo, fazer face ao desemprego e à recessão económica que, já na altura, se faziam sentir.

Estes factos fizeram com que se verificasse uma preocupação política que deu origem à inscrição no Tratado da União Europeia, artigo A, 2º parágrafo que, “O presente Tratado assinala uma nova etapa no processo de criação de uma União cada vez mais estreita entre os povos da Europa, em que as decisões serão tomadas ao nível mais próximo possível dos cidadãos” (Comunidades Europeias, 1992:7). Por outro lado, este mesmo Tratado, artigo 8º, instituiu a Cidadania, conferindo direitos e obrigações aos cidadãos europeus (Comunidades Europeias, 1992:15). O exercício da cidadania é exequível, na sua plenitude, quando o cidadão tem conhecimento dos factos, podendo exercer um controlo sobre os mesmos e, quando este não se abstém dos direitos e deveres de participar activamente na construção da União Europeia. Foi ainda anexada a este mesmo Tratado, uma declaração – “Declaração 17 relativa ao Direito de Acesso à Informação” – salientando que a transparência do processo decisório, reforça a confiança dos cidadãos na administração e o carácter democrático das instituições europeias (Comunidades Europeias, 1992:229).

Com a institucionalização da Cidadania da União (Tratado de Maastricht e de Amesterdão) foi criada uma ligação directa entre a integração europeia e a participação dos cidadãos.

Importa ainda salientar que o Tratado de Maastricht (Comunidades Europeias, 1992) veio acrescentar dois novos «pilares» à União Europeia, que dizem respeito à Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e à cooperação em matéria de Justiça e Assuntos Internos. Estes dois «pilares» dizem respeito a áreas sensíveis do ponto de vista da soberania dos Estados-Membros, o que fez com que estes manifestassem o desejo de uma integração menos dominante. Daí as inquietações sentidas pelos cidadãos e as repercussões a nível da ratificação deste Tratado. A controvérsia em torno da sua ratificação fez com que a opinião pública se tornasse mais duvidosa face ao processo de construção da União Europeia.

Aquando da ratificação do Tratado de Maastricht, os cidadãos revelaram um desconhecimento considerável da realidade comunitária em geral e do próprio Tratado da União Europeia, bem como a existência de um crescente sentimento de incerteza em todo o processo de construção da União Europeia (Azevedo, 1998:16). De certa forma, a incerteza demonstrada na dificuldade de ratificar o Tratado de Maastricht, colocou em evidência uma quebra na confiança que, até então, os cidadãos europeus depositavam na Comunidade Europeia. Ao se

manifestarem desta forma, questionaram e puseram em causa a própria utilidade e justeza do projecto de construção e integração europeia. Esta manifestação pôde ser considerada positiva, pois permitiu contrariar, o que durante muito tempo, era apenas do âmbito e confinado a círculos restritos de especialistas europeus.

As consultas populares efectuadas no âmbito da ratificação deste Tratado, por um lado, vieram mostrar não só o receio da população de ver surgir uma Europa centralizada e tecnocrata, com a qual não se identificava, bem como o desconhecimento da opinião pública europeia acerca das razões que estavam por trás dos passos futuros da integração, nomeadamente da sua justificação, actualidade e pertinência (Azevedo, 1998:18). Por outro lado, os cidadãos mostraram, sem ambiguidades, que no futuro não seria possível qualquer progresso em termos da construção europeia sem que estivessem presentes as questões que mais directamente lhes dissessem respeito. O mau estar sentido em alguns Estados-Membros, transformou-se numa verdadeira desconfiança por parte dos cidadãos, pelo facto de, o passo em frente a ser dado, não ter sido anunciado aos cidadãos, ao contrário do que tinha acontecido relativamente ao Mercado Único. Era urgente tornar os processos transparentes e perceptíveis por parte do cidadão comum e não só das elites europeias.

O sentimento de incerteza fez com que os cidadãos se tornassem mais vigilantes e desconfiados em relação às Instituições Europeias, exigindo informações esclarecedoras e serviços eficazes, promovendo a necessidade de análise e a reflexão por parte dos intervenientes directos da construção europeia, sobre aspectos como a política comunitária de informação e de comunicação. Esta explosão fez ressaltar nas Instituições Europeias a necessidade de criar meios e modalidades para aproveitar e encorajar o exercício da participação activa, como direito e dever dos cidadãos, ao nível da formação da decisão comunitária.

Na verdade, a percepção era de que a Europa estava a ser construída assente apenas em negociações institucionais de peritos e políticos e, sem ter em linha de conta a vontade e as prioridades das populações (Azevedo, 1998:18).

O cidadão comum passou a preocupar-se com um conjunto de questões até então circunscritas a círculos restritos de elites bem informadas e fez ressurgir uma força com a qual exigia afirmar-se, sentir-se representado e participar activamente na construção europeia. Goff (1997:76) refere que “a adesão ao Tratado de Maastricht foi difícil em certos estados. Sou partidário de uma Europa mais unida, mas compreendo que muitos europeus se interroguem. É

preciso respeitar aqueles que têm uma outra opinião sobre a Europa. Acredito que é preciso encontrar um equilíbrio entre as nações que a compõem, em que muitos cidadãos estão agarrados à independência nacional, e um poder supranacional que, sob a forma mais ou menos federativa, permita verdadeiramente à Europa falar, decidir, avançar com uma só voz e um mesmo ritmo”.

E, tal como referiu Piepenschneider (1997:87) “por um lado, existe um mal-estar psicológico em relação àquilo que é considerado uma super burocracia longínqua, cuja acção não parece controlável. Por outro lado, as expectativas em relação à capacidade de acção da União Europeia são elevadas e nem sempre são concretizáveis. A confusão de conceitos e a dificuldade em identificar e atribuir responsabilidades na actuação da União Europeia fazem com que o cidadão se sinta mais distante e incapaz de definir uma via de acção a nível europeu”.

Os primeiros contributos dados no sentido da integração europeia, parecem-nos ter sido fundamentados num consenso entre os grupos de elite e no apoio de alguns dos cidadãos mais europeístas. No entanto, à medida que caminhamos para um maior aprofundamento do processo de construção, tem vindo a verificar-se o aumento das decisões e regulamentações europeias com repercussões no dia-a-dia dos cidadãos. Face à crescente regulamentação europeia verificou-se também a crescente necessidade por parte dos cidadãos de se informarem sobre as decisões políticas europeias, bem como de tentarem influenciar essas mesmas decisões. Esta realidade repercutiu-se, de uma forma geral, na opinião pública e as diferenças deram origem ao debate político em torno das questões suscitadas pela integração da União Europeia. Foi dada mais ênfase ao processo democrático da construção da União Europeia.

O comportamento dos cidadãos, na altura, indicou a existência de um problema de legitimidade democrática que veio proporcionar, após Maastricht, uma intensificação no debate sobre a relação estabelecida entre os cidadãos e a União Europeia. Este problema de legitimidade democrática assentava, principalmente, na necessidade de tornar o processo de decisão mais transparente e mais compreensível por parte dos cidadãos, bem como na necessidade de melhorar a acção informativa por parte das instituições e órgãos comunitários. “Com uma integração cada vez mais marcada, a penetração da esfera política europeia no quotidiano dos cidadãos e a crescente diferenciação do processo de integração, torna-se indispensável uma informação mais ampla e multifacetada” (Piepenschneider, 1997:91).

Tal como Azevedo (1998:18) salienta “hoje, é um facto evidente e indiscutível que a participação dos cidadãos encerra um aspecto primordial da cultura europeia, devendo por isso merecer o devido realce e uma adequada ponderação”. Para este mesmo autor, “na verdade, a Cidadania Europeia acabou por revestir uma importância decisiva, uma vez que não só constitui a base e o sustentáculo da União Política, mas veio também encerrar o fundamento da sua legitimidade democrática” (Azevedo, 1998:18).

Parece-nos que esta reacção foi fruto da necessidade, que já se vinha a fazer sentir, de reformar as bases e os fundamentos da democracia europeia, no sentido de promover um maior reforço da legitimidade da Comunidade. De certa forma, foram aqui lançados os dados para a necessidade de se proceder a uma reorganização da estrutura institucional da comunidade.

Esta reforma só mais tarde veio a ocorrer, aquando da concretização do 5º alargamento da União Europeia e em função da perspectiva e vontade de aprofundar a integração política da União Europeia. No entanto, para Sampaio (2001), esta reforma é considerada imprescindível na perspectiva do alargamento e do aprofundar a integração política, “não se prende, em primeira linha, com uma pretensa falta de legitimidade democrática da União. Na verdade, não só o princípio democrático está já presente na União, nomeadamente no Parlamento Europeu, como a sua legitimidade democrática repousa também na legitimidade dos nossos Parlamentos nacionais e no controlo político que exercem sobre as decisões que os Governos tomam no plano Europeu”.

Tal como um dos membros da então Comissão Europeia refere no prefácio do documento da Comissão Europeia sobre a «Informação, Comunicação e Transparência», só assim se passa de uma situação de «consenso passivo», que deixa espaço para toda a crítica, mesmo a infundada, para uma situação de «participação activa», porque baseada num sistema onde informar significa explicar e dar a conhecer, comunicar significa escutar e dialogar e transparência significa que a preocupação maior ao desempenhar as duas anteriores é a da verdade total (Comissão Europeia, 1994a):3).

Hoje, a leitura que nos é possível fazer permite-nos referir que o resultado está muito aquém daquilo que foi perspectivado. A institucionalização de cidadania não alterou em muito os cenários negativos. Se, para os europeístas convictos o estatuto de cidadania europeia é insuficiente, para os eurocépticos este avanço foi excessivo. No entanto, pode salientar-se que

tem sido feito um esforço no sentido de trazer o cidadão para o centro de construção da União Europeia.

São exemplo deste facto a promoção de novas formas de governação europeia e a redefinição da sua política de informação e comunicação. Através destas, a Comissão Europeia, procura aproximar-se e apoiar conscientemente os cidadãos europeus, para que estes desempenhem cada vez mais o seu papel de cidadãos activos. Isto porque, o exercício da cidadania e a capacidade dos cidadãos se organizarem, são muitas vezes, a bases da resolução de vicissitudes das sociedades. A tomada de posição organizada dos cidadãos, bem como a articulação das suas intervenções de forma cooperante permitirá responder positivamente aos problemas das nossas sociedades. Tal como Antunes (2002:130) refere, “a legislação nunca será suficiente e as multas nunca serão tão dissuasórias com as redes de cidadãos empenhados”.

Esta realidade leva-nos a pensar que não será o poder institucionalizado quer a nível da União Europeia, quer a nível de cada Estado-Membro que, pela obrigatoriedade e aplicação da lei, conseguirá ter sucesso na resolução dos problemas da natureza dos que foram aqui invocados. Este poderá e deverá facilitar o surgimento de «Redes» de cidadãos empenhados e motivados na obtenção da resolução dos seus problemas. Neste seguimento, parece-nos importante serem constituídos, por políticos, por gestores e cidadãos, grupos de interventores onde nenhuma das partes envolvidas pudesse pensar em demitir-se da missão de levar por diante o objectivo de fazer, de forma colectiva, o melhor de acordo com o interesse comum, dando asas à participação colectiva e promovendo os valores da cidadania.

Parece-nos ser ponto assente a necessidade de alterar algumas formas de governação da administração europeia, fundamentando-as no envolvimento dos cidadãos. A criação de condições de confiança e de reforço do capital social são a chave para o sucesso. A democracia será o cerne desta reestruturação (Antunes, 2002).

Para que se verifique um aumento da confiança dos cidadãos tem que se verificar um aumento da participação, da transparência e da informação objectiva. Se não existirem sistemas de informação que façam chegar ao cidadão uma informação objectiva relativamente às escolhas políticas tomadas, será difícil atingir o grau de confiança dos cidadãos, pois estes não se sentirão capazes de controlar a diversidade das variáveis em jogo.

O acesso à informação será um primeiro passo para que o cidadão esteja informado e possa participar activamente em todo o processo de construção da União Europeia ou do próprio país. Torna-se importante contribuir para que o cidadão desenvolva capacidades, saberes ou

apetências para ultrapassar barreiras (técnicas e psicológicas) de acesso à informação disponibilizada e, para que os serviços encontrem o meio e a mensagem mais adequados.

Após a tomada de consciência por partes dos dirigentes das instituições europeias da importância do «acesso à informação» e do exercício da «cidadania» estes, têm tido uma preocupação constante em ter os cidadãos europeus sempre presentes nas políticas que tem pautado a construção da União Europeia. Esta evolução adveio da tomada de consciência de que, o cidadão é o actor político principal de qualquer sociedade democrática.

Só desta forma é que os serviços públicos incentivam os valores de cidadania e os governos conseguem a partilha de responsabilidades com a comunidade, co-responsabilizando os cidadãos na introdução de ideias e opiniões nas normas que conduzirão o seu país e o seu próprio futuro como cidadãos.

Se cabe aos governantes a responsabilidade de fomentar a construção efectiva de uma democracia, caberá aos cidadãos não se demitirem das suas responsabilidades. Tornar-se-á necessário que estes sejam cidadãos informados, dotados de capacidades organizativas que lhes permitam participar activamente, no sentido de contrariarem o que tem vindo a acontecer. É comum nas nossas sociedades, constatar que os cidadãos, nomeadamente por razões que se prendem com a falta de informação, se abstenham de participar efectivamente na governação e se limitem a exigir da governação tudo para todos (Antunes, 2002:140).

Temos consciência que promover uma cultura de participação cívica não é fácil e nunca o foi, mas na era actual da informação, a exigência é cada vez maior. É ponto assente que existe uma maior necessidade por parte do cidadão, de um forte e esclarecido activismo. Espera-se que o cidadão se afirme ao dar provas da sua capacidade de intervenção nos meios de governação.

O fornecimento de melhor informação aos cidadãos sobre o objectivo da União Europeia e a sua importância, é uma forma de fortalecer este capital social e de incentivar um comportamento e uma consciência europeia.

Em 1988 a Comissão Europeia apresentou uma comunicação «O Futuro de Mundo Rural» na qual foram expressas preocupações provenientes do estado precário do então sector agrícola. Segundo os autores desta Comunicação, a realidade do sector agrícola estava directamente condicionada pelo défice de informação existente nas zonas rurais. A inexistência de informação, em quase todos os domínios (económico, social, comercial, ....) gerava uma forte desvantagem para o mundo rural. Esta realidade era ainda agravada pelo défice de

comunicação entre os diferentes agentes de desenvolvimento rural da mesma região que gerava, por sua vez, condicionalismos ao desenvolvimento dessas mesmas regiões. Os diferentes agentes de desenvolvimento não se mobilizavam, condicionados pela falta de informação e pela incapacidade de comunicar entre si, limitando assim a identificação de possibilidades de canalizar meios e instrumentos que permitissem o desenvolvimento das suas regiões. Face a esta realidade, a Comissão Europeia referiu um conjunto de medidas e meios que, no seu entender poderiam proporcionar uma progressiva evolução no sentido positivo. Promoveu ainda medidas concretas e orientadas para a mobilização e informação dos agentes rurais, como por exemplo, a realização de seminários, brochuras informativas, programas de intercâmbio, entre outras e, assumiu o compromisso de analisar a possibilidade de instalar estruturas «visíveis» de informação e de animação, de incentivar a criação de «pontos de encontro de informação e de animação rurais». Estes «pontos de encontro» poderiam ser organizados junto de organismos públicos ou colectivos existentes que, pela sua natureza, se constituíam focos de animação e de informação (COM (88) 591 final, 1988a): 61).

Resultante da tomada de consciência da importância e das vicissitudes existentes em termos da informação ao nível do cidadão comum, a Comissão Europeia, através da comunicação referida anteriormente, promoveu a criação dos Carrefours<sup>1</sup> Rurais europeus – Centros de Informação Europeia e Animação Rural.

O principal objectivo atribuído a estes *Centros* (Comissão Europeia, 2001a) foi o de fazer com que se verificasse o aumento do fluxo informativo entre a Comissão Europeia e as populações rurais, no sentido de proporcionar a divulgação da informação comunitária no interior destas comunidades e, facilitar a aplicação no terreno dos programas e das acções comunitárias. Para tal promoviam a difusão de informação sobre as políticas da Comissão Europeia junto do cidadão das zonas rurais, bem como um maior envolvimento dos cidadãos na construção da União Europeia. A pretensão de um maior envolvimento por parte dos cidadãos visava um melhor aproveitamento das políticas voltadas para o desenvolvimento das regiões rurais e uma melhor percepção do funcionamento das instituições comunitárias, nomeadamente da própria Comissão Europeia.

---

<sup>1</sup> A designação de “Carrefour” teve origem na ideia de “*encruzilhada*”. A nossa chamada de atenção justifica-se no facto de esta designação ser muitas vezes confundida com a designação da conhecida Rede de Hipermercados “Carrefour”.

Desde o ano de 1989, ano de criação, até 2004 foram disseminados pelos Estados-Membros da União Europeia vários Carrefours Rurais europeus que exerceram funções de informação e animação rural.

Aquando da sua constituição pela então DG X – Informação, Comunicação, Cultura, Audiovisual da Comissão Europeia – foram desde logo considerados novos instrumentos de comunicação e relacionamento entre a Comissão Europeia e a sociedade civil.

Através destes, a Comissão Europeia promoveu o estabelecimento de parcerias com a sociedade civil (organizações da sociedade civil), bem como a descentralização da informação. Este esforço traduziu-se na tentativa de uma maior proximidade com o cidadão, nomeadamente para aqueles que, até pela sua posição geográfica, se encontravam excluídos do processo de integração da União Europeia, com repercussões directas para o desenvolvimento rural das regiões rurais. Os Carrefours Rurais europeus foram geridos por entidades hospedeiras regionais, com estatutos distintos, trabalhando de forma descentralizada e tão próxima quanto possível dos cidadãos.

No desenrolar das suas actividades, os Carrefours Rurais europeus foram estabelecendo com a sociedade civil elos de ligação, muitas vezes traduzidos por parcerias pontuais ou mesmo de relacionamento formal ou informal, no sentido de poder passar a informação em causa e ou animar um evento. Desta forma, os Carrefours Rurais europeus foram considerados um espaço especial de diálogo entre a União e os seus cidadãos onde, a descentralização, a animação, as necessidades locais, o desenvolvimento sustentável, bem como a cooperação transnacional, estavam presentes no relacionamento entre estes e o público-alvo.

Como existiam e actuavam sob a forma de «Rede», parece-nos terem conseguido criar sinergias de trabalho e o estabelecimento de relações de proximidade que lhes permitiram implementar uma interacção construtiva com os principais actores existentes no mundo rural (instituições locais, regionais, nacionais e “indivíduos”), tornando-os parceiros activos da construção da União Europeia.

Em Portugal, durante este período surgiram nove Carrefours Rurais resultantes de candidaturas apresentadas à Comissão Europeia por entidades de natureza diversificada. Estes Carrefours Rurais estavam sedeados ao nível das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos II (NUTS II) de Portugal Continental e nos Açores em entidades de natureza diferenciada.

O seu modo de funcionamento, condicionado pelas indicações específicas da Comissão Europeia, pelas alterações europeias ao nível da gestão da informação e comunicação europeia, bem como pelas regras de funcionamento das suas entidades hospedeiras, constituiu o objecto de estudo que nos propusemos efectuar.

O seu trabalho estava condicionado por um conjunto de variáveis, algumas das quais já foram enumeradas, levantando questões que pretendemos enumerar e encontrar resposta para as mesmas.

### ***Objecto de Estudo***

No desenvolvimento do Estudo de Caso que nos propusemos efectuar, foi nossa pretensão conhecer o modo de funcionamento dos Carrefours Rurais nacionais, bem como a importância da sua acção.

Aquando da definição deste tema, esteve presente o interesse pelo trabalho desenvolvido pelos Carrefours Rurais nacionais, as repercussões que o novo quadro de informação e comunicação apresentado pela Comissão Europeia poderia acarretar para o seu funcionamento, bem como as repercussões do novo regulamento financeiro da União Europeia aprovado pelo Conselho Europeu em 2002. Para além destes factores de extrema importância e pertinência no condicionalismo das suas actividades, esteve ainda presente a sua importância no âmbito da política de informação e comunicação da União Europeia e a definição e caracterização da sua acção no meio envolvente onde estavam inseridos. A todos estes interesses, juntou-se ainda a possibilidade da sua análise à luz da discussão gerada, a nível internacional, da necessidade de promoção e afirmação de novas formas e instrumentos de governação.

Pelo facto dos Carrefours Rurais nacionais terem tido entidades hospedeiras de natureza diversificada como sedes; áreas geográficas de intervenção distintas entre si; terem desenvolvido actividades para e com outros agentes de desenvolvimento rural da sua região; terem objectivos específicos de acção (definidos de igual modo para todos os Carrefours Rurais nacionais); parece-nos que estes se teriam constituído como instrumentos a favor de uma estratégia de desenvolvimento local integrada. Neste sentido, questionamo-nos sobre a estratégia que foi por eles utilizada, sabendo que tinham que atender às orientações ditadas certamente pela sua entidade hospedeira que, por sua vez, procuraria que o Carrefour Rural desenvolvesse actividades que fossem ao encontro da sua actividade principal. Por outro lado, teriam também que ir ao encontro dos outros agentes de desenvolvimento externos,

pertencentes à sua área de intervenção e atendê-los também nas suas pretensões. De que forma foi gerida esta diversidade de necessidades e exigências? Que tipo de relações de cooperação foram estabelecidas com os agentes externos para levar por diante o seu trabalho no terreno? Como levaram por diante a efectivação dos objectivos definidos pela Comissão Europeia?

Face aos dois pólos de forças – Entidade Hospedeira e Agentes Externos – importa analisar, por um lado, qual a resposta dada pelos diferentes Carrefours Rurais nacionais em termos do desenvolvimento de actividades e, por outro lado, se a resposta dada foi diferenciada em função das exigências apresentadas pela sua área de intervenção (consubstanciadas nas suas entidades hospedeiras e nos agentes externos). A sua acção, condicionada pelos objectivos ditados pela Comissão Europeia, foi ou não influenciada por estes.

Neste contexto, formulámos a hipótese seguinte:

Os Carrefours foram instrumentos de governação, cuja acção foi influenciada pela cooperação entre as entidades hospedeiras e a sua área (espaço) de intervenção.

A bibliografia por nós consultada refere que, na evolução do seu trabalho, se denota o estabelecimento de relações de cooperação com outras redes da Comissão Europeia e o estabelecimento de parcerias nacionais e internacionais (ao nível dos Estados-Membros da União Europeia), com organizações de natureza diversa, bem como com a sociedade civil.

Tendo em conta esta contextualização e o contexto actual em que se debate e analisa a governação da União Europeia, parece-nos que os Carrefours Rurais nacionais que funcionavam em Rede, desempenharam um papel importante que se traduziu na capacidade de informar e na capacidade de criar as condições para transformar os cidadãos europeus passivos em cidadãos europeus mais activos.

### ***Âmbito e objectivos***

Neste trabalho científico analisamos os nove Carrefours Rurais que existiram em Portugal, espalhados pelo Continente e Açores.

Recorrendo ao método do Estudo de Caso, como metodologia científica, o objectivo geral deste nosso estudo é a validação da hipótese inicialmente formulada.

Por razões que se prenderam com as regras de funcionamento da União Europeia, nomeadamente ao nível do regulamento financeiro da União em vigor a partir de 2003, os

Carrefours Rurais foram extintos em 2004. No entanto e apesar da sua extinção, torna-se importante realizar uma análise ao funcionamento dos mesmos. Assim, consideramos que a execução do nosso estudo era pertinente visto ter sido criada, em 2005, uma nova Rede de Centros de Informação, agora designada de Rede de Centros de Informação EUROPE *DIRECT*, cujo objectivo e linhas de orientação, em termos de funcionamento são muito idênticas às que orientavam a Rede de Carrefours Rurais. Trata-se na verdade da continuação do projecto inicial, agora com uma reorientação em termos dos seus objectivos.

Com o objectivo de validar a hipótese por nós formulada orientamos o nosso estudo no sentido da obtenção de respostas às questões formuladas aquando da definição da hipótese em causa, servindo estas de parâmetros orientadores do mesmo.

Pretendeu-se saber como surgiram os Carrefours Rurais nacionais e que dinâmicas foram sendo por eles promovidas resultantes da sua articulação com as Entidades Hospedeiras e a sua área geográfica de intervenção. Existia ou não uma relação de diferenciação das actividades levadas a cabo por cada um dos Carrefours Rurais e as características específicas das entidades hospedeiras, bem como as próprias características da região onde estavam implantados. Como funcionavam, em que fundamentos assentavam o seu modo de actuação.

## ***Metodologia***

A metodologia, tendo em conta Lima (2000:11) consiste na análise sistemática e crítica dos pressupostos, princípios e procedimentos lógicos que apoiam a investigação sociológica. Segundo este mesmo autor, situam-se aqui “as questões relacionadas com a estratégia de pesquisa a adoptar em referência e a adequação a certos objectos de análise em ordem à relação e integração dos resultados obtidos através do uso das técnicas” (Lima, 2000:11-12).

Desta definição podemos concluir que a metodologia se baseia, fundamentalmente, no confronto crítico das investigações desenvolvidas em relação a certos objectos de conhecimento. E, podemos ainda acrescentar que esta se baseia na análise efectuada com base nas técnicas.

Aquando da definição do objecto de estudo e da hipótese orientadora da investigação que nos propusemos levar por diante, deparamos com a necessidade de identificarmos a metodologia científica a seguir. Após leituras, para melhor percebermos quais os métodos existentes e qual

o que melhor poderia orientar o estudo por nós pretendido, adoptamos o “Estudo de Caso” como metodologia científica a aplicar ao nosso objecto de estudo.

Uma monografia, segundo Lima (2000:19) pode recorrer à combinação de diferentes técnicas de recolha de dados, nomeadamente, a análise documental, a observação directa de grupos, entrevistas. O mesmo pode acontecer, com o estudo de caso, o qual pode basear-se na observação participante, na análise de documentos (biografias, correspondência, actas de reuniões, discursos), em entrevistas clínicas centradas, entre outros.

O nosso estudo de caso visa a análise ao caso português dos Carrefours Rurais nacionais.

A bibliografia consultada apresentou-nos cenários com vantagens e desvantagens do recurso ao estudo de caso como metodologia científica. Constatamos que se trata de uma abordagem metodológica com grandes potencialidades, mas também com alguns problemas. No entanto, e apesar das fraquezas e limitações que lhe são apontadas, nos últimos anos, o estudo de caso, serviram de base para a realização de variadas dissertações, quer de mestrado quer de doutoramento, bem como fonte inspiradora para a realização e implementação de vários projectos de investigação. Talvez as críticas feitas não sejam unânimes e não se apliquem directamente ao método em si, mas aos trabalhos efectuados, onde a insuficiência de precisão, de objectividade e de rigor, seja apenas atribuída aos responsáveis directos dos estudos em causa.

O estudo de caso é um método das ciências sociais detentor de vantagens e desvantagens, como qualquer outro método. As suas vantagens e desvantagens deverão ser analisadas e ponderadas através da análise das três condições de que dependem: o tipo de problema e questões às quais pretendemos obter respostas; o controle efectuado pelo investigador sobre eventos comportamentais actuais, bem como a sobreposição do enfoque contemporâneo em relação ao enfoque dado a factos históricos.

O investigador deve estar atento aos pontos críticos apresentados pelos outros autores que se debruçam sobre este assunto, no sentido de melhor planear a execução do estudo de caso (Ver Goode e Hatt (1969); Yin (1989) e Bonoma (1985)).

Assim, aquando da nossa decisão, as questões levantadas relativas a este método estiveram presentes e tivemos consciência das mesmas. No entanto, e apesar dos aspectos negativos salientados, a nossa escolha recaiu sobre o estudo de caso, por nos parecer mais adequado para apoiar a investigação pretendida.

O estudo de caso pode ser caracterizado com um estudo de uma entidade bem definida como uma instituição, uma unidade social, uma pessoa, um projecto, um sistema educativo, entre outros. Goode e Hatt (1969:422) dizem-nos que o estudo de caso “não é uma técnica específica. É um meio de organizar dados sociais preservando o carácter unitário do objecto social estudado. É uma abordagem que considera qualquer unidade social como um todo. Tull e Hawkins (1976:323), por sua vez, vieram afirmar que “um estudo de caso se refere a uma análise intensiva de uma situação particular”. Por outro lado, Yin (1989:23) apresentou, segundo ele uma “definição mais técnica ao referir que o estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenómeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas”. Do nosso ponto de vista, e seguindo em parte o raciocínio de alguns autores, como por exemplo Bell (1993), este método, entre outras, apresenta uma grande vantagem para o investigador ao possibilitar-lhe que se concentre num caso específico ou situação e de identificar, ou tentar identificar, os diversos processos interactivos em curso.

No entanto, importa aqui referenciar que, tal como Kilpatrick (1998) o refere, são vários os autores que salientam que, o estudo de caso não é por si só uma metodologia de investigação, salientando que é, essencialmente um «design» de investigação. Este «design» de investigação, por sua vez, pode ser conduzido no quadro de paradigmas metodológicos muito distintos, como por exemplo o positivista, o interpretativo e o crítico.

Por outro lado, Goode e Hatt (1969:422) consideram que, o método do estudo de caso “não é uma técnica específica. É um meio de organizar dados sociais preservando o carácter uno do objecto social estudado”. Neste sentido, e podendo ser acrescentada à caracterização anterior, Tull e Hawkins (1976:323) consideram ainda que “um estudo de caso refere-se a uma análise intensiva de uma situação particular”.

Assim, o estudo de caso é considerado uma estratégia de investigação que, segundo Portela (2003:16) citando Benbasat et al (1987) “examina um fenómeno no seu meio natural, a partir de múltiplas fontes de evidência (indivíduos, grupos, organizações) e pelo emprego de métodos diversificados de recolha e tratamento de dados (entrevistas, dados secundários com artigos de jornal, memorandos, relatórios)”. Desta forma podemos concluir, tal como Yin (1989:23) referenciou que o investigador tem ao seu alcance múltiplas fontes de informação que podem ser utilizadas na análise de uma entidade no seu contexto real.

Importa ainda referir que, segundo Goode e Hatt (1969:400), o estudo de caso é considerado um tipo de análise qualitativa.

Lima (2000:24) refere que “os métodos quantitativos são inadequados ao estudo de fenómenos únicos, às análises de sociologia histórica ou do funcionamento de sociedades restritas: a análise qualitativa será, nestes casos apropriada”.

Para efectivarmos o estudo de caso recorreremos ao inquérito dirigido, enviado pelo correio postal aos recursos humanos que estiveram adstritos as Carrefours Rurais nacionais, como instrumento de investigação, bem como à análise documental, nomeadamente relatórios de actividade e financeiros dos mesmos.

### ***Estrutura da Tese***

Este trabalho de investigação foi conduzido de forma a testarmos a hipótese inicialmente formulada. Para tal, procuramos levar por diante um estudo aprofundado que nos permitiu compreender conceptualmente algumas das variáveis da governação, nomeadamente da governação europeia e os instrumentos de governação promovidos pela União Europeia, bem como a abrangência da acção desenvolvida pelos Carrefours Rurais nacionais.

Numa primeira fase deste trabalho procuramos responder à primeira questão implícita na hipótese formulada, que era saber se os Carrefours Rurais nacionais foram realmente instrumentos de governação. Numa segunda fase, procuramos responder à segunda questão da hipótese, que era saber se acção destes foi influenciada pela colaboração entre as entidades hospedeiras e a sua área de intervenção. Pela sua área de intervenção, subentende-se as relações estabelecidas entre o conjunto de actores promotores do desenvolvimento, localizados na área geográfica de intervenção dos Carrefours Rurais nacionais.

Esta tese foi estruturada em três partes que se complementam, as quais passamos a caracterizar.

Na I Parte, sendo esta dividida em dois capítulos, procedemos ao enquadramento teórico deste trabalho. No I Capítulo, procedemos à sistematização dos elementos referenciais do enquadramento. Assim, referimo-nos ao conceito de «Governação» à sua utilização e à sua origem e utilização; identificamos e referenciamos os modelos de governação; e, fizemos alusão aos novos modos de governação promovidos pelas organizações face às exigências em termos da gestão das mesmas. No II Capítulo analisamos a especificidade do sistema de

governança da União Europeia, fazendo referência aos modelos de governança europeia e às novas formas políticas de promoção da governança implementadas por esta.

Na II Parte, dividida em dois capítulos, analisamos, tendo em conta o objecto deste estudo, dois instrumentos de governança promovidos e implementados pela União Europeia. No III Capítulo abordamos a Política de Informação e Comunicação da União Europeia, fazendo referência à génese e ao seu quadro conceptual. No IV Capítulo fazemos alusão à Rede Europeia de Carrefours Rurais, referenciando o contexto europeu que promoveu a criação desta rede de centros de informação europeia, a natureza das suas entidades hospedeiras e a evolução dos Carrefours Rurais europeus. Por último, fazemos uma referência muito breve ao Caso Português – Rede Nacional dos Carrefours Rurais, visto estes serem o objecto de estudo deste trabalho de investigação, apresentado na III Parte desta tese.

Terminada a contextualização teórica que compreende a I e a II Parte, a III Parte deste trabalho compreende o estudo prático efectuado. Nesta parte apresentamos o estudo de caso por nós identificado, na expectativa de testarmos a hipótese formulada, objectivo último deste trabalho. Na I Secção do IV Capítulo procedemos à identificação e caracterização da metodologia usada no estudo efectuado, fazendo referência aos procedimentos metodológicos, à recolha de dados, bem como ao tratamento dos inquéritos efectuados. Na II Secção efectuamos a apresentação dos resultados provenientes do tratamento e análise dos inquéritos efectuados ao nosso universo de inquiridos. Em alguns dos pontos desta apresentação de resultados, complementamos os dados provenientes do tratamento dos inquéritos com dados oriundos da análise de documentos específicos dos Carrefours Rurais nacionais. Estamos a referir-nos a dados provenientes, nomeadamente, dos relatórios de actividade e financeiros dos respectivos Carrefours Rurais de um período de cinco anos (ano de 2000 ao ano de 2004).



## **I PARTE**

### **ENQUADRAMENTO TEÓRICO**



# **I Capítulo – Elementos Referenciais do Enquadramento**

## **Introdução**

Neste Capítulo procedemos à sistematização de conceitos que nos permitiram um quadro teórico de conhecimentos sobre a governação.

No primeiro ponto abordamos a questão da origem e da utilização do conceito de «Governação». Através de uma resenha conceptual, procuramos fazer o enquadramento da origem deste conceito e contextualizar a sua utilização.

No segundo ponto identificamos e caracterizamos os modelos de governação que têm sido implementados na gestão das organizações. Estes surgem com base nas relações internas e externas estabelecidas por essas organizações.

Por último, no terceiro ponto, referimo-nos às novas formas de governação resultantes das alterações que, ao nível dos modelos de governação, as sociedades modernas têm sido sujeitas.

## **1 – Governação – Origem e utilização do conceito**

O vocábulo «governança»<sup>2</sup> – «Governação» – foi introduzido no vocabulário político actual e, é presentemente uma expressão de uso corrente nas discussões e negociações das diferentes abordagens dos assuntos económicos e sociais da sociedade actual.

A sua origem etimológica advém do latim e as referências a este vocábulo surgem na década de cinquenta do vocábulo francês arcaico (gouvernance) como equivalente da expressão “governo” – a arte e a maneira de governar – e, do vocábulo inglês (governance) com o mesmo significado.

Na década de cinquenta, o Banco Mundial começou por utilizar este vocábulo, no entanto, a sua vulgarização ou popularização verificou-se no início dos anos noventa, tendo sido feitas referências em diversos relatórios pelo Banco Mundial e pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Aqui, a noção corrente era a de «boa governação» no campo das relações internacionais.

---

<sup>2</sup> Na literatura consultada verificamos a utilização da expressão «governança» e «governação» para significar a mesma coisa. Para efeito deste trabalho iremos usar indistintamente esta expressão tendo presente o mesmo significado.

O emprego deste conceito por parte das instituições financeiras internacionais ocorria, no sentido de definir os critérios de uma boa administração pública nos países subdesenvolvidos apoiados por programas de ajustamento estrutural. Através dele, as entidades financeiras internacionais envolvidas preconizavam algumas reformas institucionais necessárias para a aplicação dos programas que promoviam.

A vulgarização da sua utilização ocorreu face às alterações verificadas essencialmente nos últimos vinte anos na forma de conduzir as políticas públicas ou de regular os bens públicos. Segundo Stocker (1998:20) foram três os fenómenos que caracterizaram estas alterações: “a emergência dos actores não estatais, a crescente complexidade da regulamentação e a redefinição do papel do estado”. Estas alterações conduziram à uniformização e utilização de um conceito que, de certa forma, pudesse descrever todo este fenómeno de evolução. Daí a popularização do conceito «governança».

Inicialmente e quando utilizado pelo Banco Mundial (World Bank) (1992), tinha uma conotação normativa de «boa governança» e, era endereçado aos países em desenvolvimento. Tal como foi referido por Proença (1995), “o Banco Mundial considerava a governança como o exercício do poder político para gerir os recursos económicos e sociais de um país para o desenvolvimento”.

Por sua vez, este conceito foi também muito usado no vocabulário da área empresarial para designar os modos de coordenação e de parceria, diferentes dos do mercado ao nível do poder político.

Actualmente, o conceito de governança já não é considerado apenas na sua dimensão normativa (que permitia avaliar um comportamento em relação a normas), mas sim como um conceito analítico que permite descrever e analisar a forma da regulação da acção colectiva.

Com o decorrer dos tempos foram muitos dos investigadores que procuraram, em diferentes áreas, âmbitos e dimensões, suscitar discussões que muitas vezes resultavam em mais uma definição para este conceito. Foi também objecto de trabalho de diferentes estudiosos, a definição de diferentes formas de governança.

Historicamente, podemos perceber que existe uma infinidade de formas de governança, adaptadas a cada circunstância ligada a uma *Tribu* ou à sociedade moderna. A ideia de «governança» parece-nos estar directamente ligada à ideia de governo – o governo representa a

instituição – e a «governação» – o acto de governar. Este facto reside na observação das diferentes alusões à governação que fomos observando na bibliografia consultada. No entanto estes dois vocábulos fundem-se, daí a alusão feita neste trabalho apenas à governação.

Mais importante do que fazer referência a todas as nuances apresentadas pelos diferentes estudos é percebermos que, em todos os momentos históricos, a governação existiu com características específicas de cada época e que actualmente se vê como uma solução à actual crise de governabilidade.

## **1.1 – Conceito de governação**

Na verdade, foram vários os autores que nas últimas décadas, face ao quadro referencial onde a tónica era o contexto de crise do Estado, tomaram posições críticas e puseram a nu algumas das contradições e dos problemas intrínsecos ao modelo tradicional de funcionamento do Estado. Neste contexto, emergiu a discussão e a importância em redor da governação.

Actualmente, a expressão «Governação» detém uma significação polivalente que lhe adveio das ciências contemporâneas, nomeadamente da ciência económica e da ciência política, no sentido de utilizar uma noção geral capaz de proporcionar uma diversidade de significados abrangentes e não apenas restritos à noção clássica de governo.

A noção de governação tem em si mesma a função descritiva, ao caracterizar as formas emergentes da acção pública e, a função normativa ao determinar a orientação das alterações necessárias a implementar.

Carneiro (2003:28), citando Beck e Giddens, salientou que “o conceito de governança contrapõe-se ao conceito tradicional de governo. Enquanto o governo diz respeito às instituições formais do poder legislativo, executivo ou judicial, a governança remete para os mecanismos informais de regulação envolvendo instituições públicas, indivíduos, empresas, organizações não governamentais e outros grupos da sociedade civil, implicando cooperação e coordenação a vários níveis”. A natureza da governação, segundo Kohler-Koch (1998:659) “tem a ver com as formas e meios pelos quais as preferências divergentes dos cidadãos são traduzidas em opções políticas efectivas, tem a ver com o modo como a pluralidade de interesses societários se transforma em acção unitária e se alcança a aquiescência dos actores sociais”. Este mesmo autor considera ainda que, a governação é o processo que propicia acordos vinculativos. Qualquer tipo de governação, para ser aceite, está articulado em instituições, enquadrado por normas e depende da autoridade. No entanto, as instituições, as

orientações normativas e a fonte da autoridade variam, diferenciando-se quando a governação se efectua sem governo (Kohler-Koch, 1998:660).

De acordo com Rhodes (1996) a noção de «governação» é correntemente utilizada nas ciências sociais com pelo menos seis significados diferentes: «o Estado mínimo», «a governação de empresas», «a nova gestão pública», «a boa governação», «os sistemas sócio-cibernéticos» e «as redes auto organizadas».

Mas qual a essência da Governação? Stoker (1998:19) diz-nos que a essência da governação, é que ela privilegia os mecanismos de governo que não têm necessidade para funcionar de autoridade e das sanções do poder público.

Para além da sua essência, este mesmo autor considera que a governação permite a intervenção de um conjunto de instituições e actores que não fazem parte da esfera do governo; faz com que as fronteiras das responsabilidades se tornem menos demarcadas no domínio da acção social e económica; traduz uma interdependência entre os poderes das instituições associadas e a acção colectiva; faz com que haja a intervenção de redes de actores autónomos; e ainda, parte do princípio que é possível agir sem se submeter ao poder e à autoridade do Estado utilizando técnicas e novos meios para orientar a acção colectiva (Stoker, 1998:19).

Este mesmo autor, citando Kooiman e Vliet (1993), salienta que o conceito de governação refere-se à criação de uma estrutura ou de uma ordem que não pode ser imposta pelo exterior, mas que resulta da interacção de um grande número de governantes que se influenciam mutuamente (Stocker 1998:19-20).

Actualmente, o ressurgimento da sua discussão e importância deve-se às transformações nas formas de acção pública. A governação fundamenta-se no disfuncionamento crescente da acção pública. Este disfuncionamento tem vindo a ditar o surgimento de novos princípios e modalidades de regulação pública, permitindo agora a associação da sociedade civil, dos sindicatos, dos cidadãos, ..., na gestão dos assuntos públicos.

A participação activa destes verifica-se através de processos que permitem a sua presença ou de processos de negociação, com o objectivo de permitir resultados sobre objectivos e projectos comuns. Carneiro (2003:21) refere que “tratar-se-á de promover a mudança necessária, estimular a participação, apostar naquilo a que hoje se chama a responsabilidade distribuída, adoptar o modelo de difusão de responsabilidades ao invés de persistir na concentração de responsabilidade, acreditar na e praticar a subsidiariedade”.

Segundo Bagnasco e Gales (1997:38), a governação pode definir-se, como um processo de coordenação de actores, de grupos sociais e de instituições para atender a objectivos próprios, discutidos e definidos em conjunto aquando de circunstâncias fragmentadas e incertas. Por sua vez, Carneiro (2003:28) considera ainda que “a defesa de novas formas de governança surge assim num contexto em que se dá a politização de domínios anteriormente excluídos do debate público”.

O Comité Económico e Social (CES 535/2001, 2001:3), citando Calame e Talmant, considera que a governação “é a capacidade de as sociedades humanas se dotarem de sistemas de representação, de instituições, de processos e de órgãos sociais para se administrarem a si mesmas num movimento voluntário. Essa capacidade de tomada de consciência (o movimento voluntário), de organização (instituições, órgãos sociais), de conceptualização (os sistemas de representação) e de adaptação a novas situações é uma característica das sociedades humanas”.

Mas quais são actualmente as questões que põem em evidência a necessidade desta discussão? Carneiro (2003:28) considera que “fenómenos como a forte expansão do uso de computadores e das redes de comunicação ou, noutro plano, o activismo ambiental têm contribuído para o questionamento das formas centralizadas e hierarquizadas do exercício do poder típicas da administração tradicional e para a reclamação de processos de decisão mais negociados e participados pelos cidadãos”.

De acordo com Covas (2002:223), o princípio geral da governação consagra o trajecto traçado “dos interesses aos compromissos por intermédio das instituições”.

Este princípio, segundo o mesmo autor, compreende os itens seguintes: assenta numa legitimidade funcional-procedimental; não faz escolhas políticas democráticas; não se funda num projecto político contraditório; não adopta decisões, delibera sobre compromissos; não acarreta responsabilidade política directa; elege a instituição como o actor principal da negociação; sustenta-se e produz um poder regulatório crescente; são recorrentes os problemas e as políticas públicas; promove a diferenciação dos interesses e os respectivos custos de transacção; e ainda, não garante a produção/politização necessária e suficiente do espaço público democrático (Covas, 2002:224).

Podemos salientar ainda que, neste momento, não existe uma posição consensual entre os estudiosos desta matéria sobre o objectivo final da governação. Para uns, ela é um instrumento para prosseguir com a liberalização das sociedades. Para outros, ela é uma via aberta para a

democratização do funcionamento do Estado, para a mobilização cívica, bem como para as iniciativas locais e dos cidadãos.

Tendo presente todas as referências feitas neste trabalho sobre a «governança», bem como um dos pensamentos de Kooiman (1994), parece-nos poder concluir que, a governança é o resultado das interações estabelecidas entre vários actores, quer do sector público, quer do sector privado. Torna-se evidente que, a gestão e a ordem das sociedades modernas podem ser alcançadas com uma menor intervenção do Estado, surgindo este como entidade reguladora das relações interinstitucionais das sociedades em causa.

## **2 – Modelos de governação**

Nos últimos anos, o contexto das organizações tem vindo a sofrer mudanças estratégicas, estruturais e operacionais provocando grande impacto na gestão moderna, colocando em cheque paradigmas tradicionais da Administração Pública. Entre os variadíssimos tipos de mudança organizacional, as alterações no «desenho» organizacional, merecem ser analisadas com maior profundidade diante das novas exigências e necessidades das relações internas e externas das organizações modernas.

### **2.1 – Hierarquia**

O modelo de estruturação das actividades mais utilizado no sector público, mas também no sector privado, é o modelo hierárquico. Este funciona por meio da fixação e no fazer cumprir políticas, regras e regulamentos, impostos de cima para baixo. De uma forma geral, os gabinetes ministeriais impõem ordens, as quais têm de ser cumpridas pelos responsáveis dos respectivos departamentos que se encontram na dependência desses mesmos gabinetes.

Este é um modelo clássico de coordenação hierárquica identificada e caracterizado por um modelo ideal de burocracia que foi desenvolvido por Max Weber. Weber caracterizava-o, tal como refere Larmour (1997:385), pela identificação e definição de jurisdições fixas, bem como por relações entre o superior e o subordinado. Era depositada muita confiança nos arquivos e nas regras imanadas.

Araújo (2003) considera que na concepção tradicional de organização burocrática, a coordenação hierárquica se denota pela definição de áreas de actuação de relações de tipo superior subordinado, bem como relações de controlo dos processos e a centralização das

mesmas. Este autor refere ainda que, a este modelo está implícito o poder e a autoridade cuja preponderância se esvazia ao longo da cadeia hierárquica (Araújo, 2003).

Segundo Kooiman (2000-2002), este modelo fundamenta-se em parte no comando, no controlo e na ordenação. Por outro lado, Morgan (1986) salienta que este modelo de organização foi sendo fundamentado numa imagem de máquinas. Estas, são por ele referenciadas como organizações onde existem unidades com propósitos muito claros, com uma estrutura de autoridade também ela clara que, por sua vez, domina todos os processos e decisões do trabalho a realizar.

A hierarquia é identificada, nesta perspectiva, mais do que um princípio de coordenação do que propriamente uma forma organizacional.

Apesar deste modelo ainda continuar a vigorar em sociedades modernas, a sua aplicabilidade tem sido alvo de questões, face às limitações que o mesmo apresenta. Segundo Araújo (2003), este modelo é conotado, entre outros, por uma reduzida flexibilidade no processo de decisão, inexistência de incentivos no controlo de custos, falta de transparência, pouca responsabilização e de inovação articulada com o desenvolvimento de um cultura que atribui importância aos procedimentos em detrimento do desempenho.

Face às alterações substâncias das sociedades e à preocupação de adopção de modelos que respondam positivamente às necessidades organizativas das actividades e do fornecimento de serviços, nomeadamente dos serviços públicos, este modelo vai sendo preterido por outros que respondam cabalmente às necessidades em causa.

Por outro lado, as exigências vão sofrendo elas próprias alterações ao longo dos tempos, face a condicionalismos, tal como identificados por Araújo (2003) ao salientar a influência do neo-liberalismo e das correntes económicas, que por sua vez condicionam o mercado na promoção da eficiência, eficácia e serviços. E, para além destes factores, ainda referencia, o envolvimento dos cidadãos, quer individualmente quer através de organizações representativas e, um conjunto cada vez mais alargado de problemas que exigem mais recursos, novas competências, novos conhecimentos e a conjugação de esforços.

Todas estas condicionantes promovem o encontrar de modelos de governação alternativos, pondo de parte o modelo de governação hierárquica.

Não é possível que na era da informática se possa esperar que uma decisão tenha que percorrer uma cadeia hierárquica longa e complexa. A competição não perdoa a inércia da tomada de decisão que cada vez tem de ser tomada num tempo útil, sendo este, cada vez mais curto.

## **2.2 – Mercado**

No mercado, as relações de coordenação estão directamente relacionadas e, de certa forma, dependentes de decisões descentralizadas dos agentes desse mesmo mercado, bem como do preço dos produtos transaccionados.

A coordenação é assumida pelos intervenientes do próprio mercado, face à oferta e à procura dos produtos e ao estabelecimento do preço. As relações de coordenação gravitam em redor destes parâmetros e, por vezes, sem a existência e presença de entidades reguladoras. Esta realidade tanto se verifica a nível do mercado público como do mercado privado.

Segundo Larmour (1997:384), referenciando Colebak e Larmour (1993), num mercado competitivo ideal existe um número substancial de compradores e vendedores; estes sabem o que desejam do mercado e actuam independentemente; podem aceder ou não ao mercado livremente; a informação sobre os preços e os produtos está acessível; e, não há custos de fabricação repartida.

No entanto, poucos são os mercados que reúnem as condições que os façam considerar ideais, isto porque os factores que os podem influenciar directamente podem e são-no muito vezes, mais diversos.

Larmour (1997:384) considera que, às ausências de condições que permitem a existência de um mercado livre e competitivo se designa de «falta de mercado» e, salienta que os economistas reconhecem várias tipologias como os «monopólios naturais» – nos quais os custos marginais baixos e os custos médios favorecem a competição; as «externalidades» – que influenciam directamente o mercado em causa ao recair sobre eles, por exemplo, custos sobre os quais os intervenientes directos não têm poder de decisão e os bens públicos que beneficiam muitos cidadãos mas que não existem condições de qualquer que seja a organização particular de as proporcionar pelo facto de não poder recuperar os seus custos. Exemplo focado é o ar limpo e os custos de transacção – que incluem por exemplo os custos de aquisição de informação.

Estas ocorrências, muitas delas consideradas como que naturais no modelo de governação, através do mercado fazem com que a intervenção do governo, como entidade reguladora, tenha que actuar. A sua intervenção torna-se imprescindível e, para cada uma das tipologias identificadas e descritas anteriormente, a sua intervenção é direccionada tendo em conta os objectivos a atingir.

## **2.3 – Redes**

Nos últimos anos, temos assistido à emergência da «Rede» como forma principal de organização na era da informação.

Uma estrutura organizacional em Rede, é a representação do arranjo organizacional onde se alicerça o funcionamento simultâneo, coordenado, equilibrado e integrado de mais de uma organização, apresentando as diversas relações inter-organizacionais existentes entre os diferentes elementos que a compõem.

Quanto à terminologia usada, parece-nos ser bastante diversificada o que nos permitiu encontrar denominações como, organização em rede, organização rede, formas de rede organizacionais, redes organizacionais, redes inter empresas, network, networking, organizações sem fronteiras, teias redes,... . A polissemia e a complexidade da própria noção de rede, permite que seja empregue ao nível académico, político, económico e organizacional.

Na verdade, ao longo destes últimos anos, alguns autores encarregam-se de enfatizar o surgimento de novas formas de estrutura que estão a ser usadas pelas organizações, favorecendo a participação em redes inter-organizacionais.

Para Baldi e Lopes (2002:33), fazendo referência a vários actores, salientaram que “redes são formas organizacionais pautadas em diferentes aspectos relacionais – sociais e económicos –, os quais têm sido objecto de análise de diversos autores (Gransdori (1997), Gransdori e Soda (1995), Ebers (1997), Jariljo (1988), Powell (1997 e 1990), Powell et al. (1996), Porras (2001), Pettigrew e Fenton (2000)”. Por outro lado, Baldi e Lopes (2002:32) salientaram que “as redes são identificadas como uma estrutura social e económica de governação”. Estes mesmos autores referem ainda que as redes, segundo Williamsom (1985), são formas “empregadas quando mercado e hierarquias não respondem satisfatoriamente às necessidades de eficiência”. Consideram as redes como uma forma específica de governação, baseando-se na suposição de que as sociedades modernas se caracterizam por uma diferenciação funcional e por subsistemas sociais parcialmente autónomos (Baldi e Lopes, 2002:41). O surgimento dos subsistemas está

directamente relacionando com a crescente orientação das organizações formais, no sentido de fomentar relações inter-organizacionais com outras organizações de que dependem.

Carneiro (2003:20) salienta que “o repto à integração em rede é a decorrência natural da complexidade crescente do mundo Global”.

De certa forma, a decisão pela escolha entre as três estruturas de governação, é influenciada pela natureza das transacções a promover.

Parece-nos evidente e fazendo-nos valer da Tabela 1, a escolha em relação à forma organizacional é preferida em função das condições organizacionais e da própria gestão (sendo ela pública ou privada) face à opção tomada em relação aos melhores parâmetros tidos em consideração relativamente às diferentes estruturas organizacionais (Mercado, Hierarquia, Redes) e às características chave identificadas.

A Tabela 1 abaixo apresentada, exemplifica bem esta realidade.

**Tabela 1 – Comparação entre os diferentes modelos de governação**

	Modelos		
	Mercado	Hierarquia	Rede
Bases normativas	Contrato – direito de propriedade	Relação empregatícia	Complementaridade de forças
Meios de Comunicação	Preços	Rotinas	Relacional
Métodos de resolução de conflitos	Desacordos – recorre a cortes para se faça cumprir o acordo	Autoridade administrativa/supervisão	Normas de reciprocidade - preocupação reputacional
Grau de flexibilidade	Alto	Baixo	Médio
Montante de comprometimento entre as partes	Baixo	Médio para alto	Médio para alto
Tom ou clima	Precisão e/ou suspeita	Formal, burocrático	<i>Open-ended</i> , benefícios mútuos
Preferência e escolha de actores	Independente	Dependente	Independente
Mistura de formas	Transacções repetidas (Geertz, 1978)	Organizacional informal (Dalton, 1957)	Status hierárquico
	Contratos como documentos hierárquicos (Stinchcombe, 1985)	Características de mercado: centros de lucros, transferência de preços (Eccles, 1985)	Múltiplos padrões Regras Formais

Fonte: Adaptado de Baldi e Lopes (2002) citando Powel (1990)

Este facto está certamente relacionado, tal como pudemos ver no segundo ponto deste capítulo, na discussão entre o modelo organizacional que melhor se adapta à situação e à sociedade em causa e às suas características, muitas vezes diferenciadas e atípicas.

Tal como salientam Baldi e Lopes (2002:43), “enquanto Williamson tinha como preocupação entender a eficiência de diferentes estruturas de governança na realização de trocas económicas, Powell estava interessado em entender como factores sociais, culturais e políticos explicavam a natureza da estrutura e acção organizacional”. Daqui se depreende que era patente a divergência entre diferentes autores.

As redes apresentam-se em si mesmas como uma solução para os problemas típicos de coordenação das sociedades modernas em que, está patente o esforço de intervenção dos participantes envolvidos. Estas podem apresentar vantagens relativamente a outras formas convencionais de governação hierárquica e de mercado, tal como referiu Börzel (1996).

Baldi e Lopes (2002:41) referem que “Hierarquia e redes são considerados como arranjos alternativos ao mercado, capazes de reduzir o impacto tanto do oportunismo quanto dos limites cognitivos impostos aos dirigentes, em situações onde existe a presença de small numbers, activos específicos e frequência nas transacções”.

Por sua vez, Araújo (1998:299) refere que, segundo Rhodes (1997) “as networks podem ser vistas como uma alternativa ao mercado e à hierarquia partilhando as seguintes características de governação:

- Intervenção entre organizações (públicas, privadas e voluntárias);
- Interacções contínuas entre os membros da network;
- Interacções do tipo da teoria de jogos;
- Elevado grau de autonomia em relação ao Estado.”

Depois do compilar de opiniões que nos parecem todas elas diferentes entre si, pelo menos relativamente à argumentação de cada autor, parece-nos que o modelo de redes se fundamenta em princípios elementares, tanto do mercado como da hierarquia.

De certa forma, podemos concluir que a organização e o funcionamento em rede acaba por se ímpor como o mais adequado em situações em que a pluralidade é importante, ao permitir de forma democrática e sem a perda de autonomia e da própria identidade de cada uma das partes envolvidas, a circulação e intercâmbio de ideias; os pontos de vista e experiências diversificadas; a concertação de esforços e vontades; a definição de objectivos comuns; e, a unificação de interesses, de preocupações e de reivindicações comuns.

### **3 – Novos modos de governação**

Face à necessidade sentida a partir dos anos oitenta da afirmação de novas formas de governação da sociedade, foram surgindo estudos que procuravam evidenciar a diferenciação entre os modelos tradicionais e as novas formas organizacionais apresentadas e promovidas. No entanto a proliferação em massa de literatura sobre as novas formas organizacionais ocorreu, principalmente, na década de noventa, tal como referiu Baldi e Lopes (2002:32) ao referenciar Fenton e Pettigrew (2000).

As novas formas organizacionais foram surgindo como resposta à ineficiência dos modelos vigentes de organização da sociedade. Assim, no sentido da sua promoção, por um lado eram muitas vezes usados argumentos de que a globalização e a necessidade de novos mercados, tornavam necessárias reformulações ao nível das estruturas organizacionais, bem como ao nível dos processos de produção. Por outro lado, procuravam ainda fundamentar a necessidade das novas formas organizacionais pelo facto de estas estarem relacionadas com novos padrões existentes em termos de produção, bem como de diferentes mecanismos de coordenação e controle. No entanto, os resultados dos muitos estudos feitos não evidenciavam, tal como Baldi e Lopes (2002:32) referiram que “o novo nos estudos organizacionais não tem como significado, necessariamente, uma completa mudança em termos de substâncias, podendo referir-se às alterações na forma como se apresentam os conteúdos e os processos organizacionais”. De certa forma, os estudos realizados não evidenciavam a existência de fronteiras estanques entre os modelos designados de tradicionais e os novos modelos organizacionais, mas sim a existência de aspectos e mecanismos que eram comuns a todos os modelos e que eram alvo de análise (Baldi e Lopes, 2002:32).

Segundo Castells (1999), entre muitas condicionantes que influenciaram a discussão a nível organizacional da identificação e das alterações substanciais introduzidas ao nível dos modelos de governação, esteve a tecnologia das redes de informação. Estas, que também se desenvolveram principalmente a partir dos anos noventa condicionaram, em muito, os modelos organizacionais tradicionais das diferentes sociedades.

#### **3.1 – Governação em parceria**

Segundo a definição que consta no Dicionário de Língua Portuguesa, a parceria é entendida como a “reunião de indivíduos para um fim de interesse comum...uma sociedade...” (Costa e Melo, 1994). Etimologicamente, este conceito, segundo Figueira e Olímpio (2005:130), parece

ter estado relacionada com a partilha de trabalho a nível agrícola, entre o trabalhador e o proprietário.

Actualmente a sua terminologia tem sido utilizada e identificada no sentido de caracterizar os designados de novos modelos de relação entre as várias organizações da sociedade. A parceria pode ser considerada “arte”, implicando na sua construção habilidades e talentos organizacionais.

Torna-se necessário saber ouvir os intervenientes no processo da sua definição, descobrir e identificar pontos e espaços de identidade, possibilidades individuais que, conjugadas, possam proporcionar resultados benéficos para todos os envolvidos.

De uma forma geral e um pouco por todo o mundo, os governos e as organizações/instituições para melhorar a governação estimulam a formação de parcerias de base territorial.

Mas ao que nos referimos, quando falamos em parcerias? Pelas leituras que efectuamos na procura de uma definição deparamos sim com um manancial de definições que, de certa forma, se complementam entre si, pois o campo de abordagem é muitas vezes diferenciado.

A parceria consubstancia-se na cooperação entre organizações onde está patente a acção conjunta, motivada pela existência de interesses e objectivos comuns e pela partilha e mobilização de recursos que dispõem para atingirem esses objectivos. Estas, através da identificação e uma maior consensualização dos problemas e necessidades locais, visam a definição de prioridades de intervenção em comum. Assim, a acção conjunta dos intervenientes directos do desenvolvimento, contribui para a uma coerência e adequação de políticas nacionais, bem como para uma melhor adequação às condições e necessidades locais. Só assim, por ventura, estes conseguem uma gestão mais eficaz dos recursos e um desenvolvimento efectivo.

A distinção das parcerias, advém da qualidade da relação entre organizações, ou seja, a forma como organizações com diferentes interesses, poderes, recursos e atribuições, constroem um espaço onde se afirmam como iguais na definição de objectivos comuns, das atribuições e das contribuições de cada uma das organizações envolvidas.

No entanto, o objectivo do estabelecimento de parcerias vai para além da obtenção de interesses mútuos.

Está patente uma dimensão de complementaridade, que procura obter do outro os recursos e capacidades de que não dispõem, mas que se tornam necessários para atingir os seus

objectivos. É patente que esta troca ou complementaridade é impulsionada e motivada pelo atingir de objectivos partilhados e externos a cada organização parceira envolvida. Isto porque os objectivos vão para além da realidade em que as organizações envolvidas actuam. Como tal, não suprem apenas necessidades, mas procuram formas de ampliar e divulgar os efeitos do trabalho promovido, bem como modos de sensibilizar, mobilizar e co-responsabilizar outros sujeitos para acções que promovam a cidadania.

Actualmente, vivemos um período em que a sociedade é chamada a somar esforços e coordenar conhecimentos e recursos, no sentido de reforçar as possibilidades de actuação. Nos últimos anos, temos vindo a assistir a uma crescente obrigatoriedade da constituição de parcerias mais ou menos formalizadas em todas as vertentes da intervenção (Teixeira, 2004:151).

Não se fique com a ideia que são apenas os governos que promovem as parcerias para atingirem os seus objectivos últimos. A realidade actual mostra-nos que muitas das parcerias que surgem hoje, surgem «de baixo para cima», da vontade dos actores locais quererem participar activamente na definição e implementação das políticas para o seu território. Esta vontade de participação advém, em parte, das políticas centralizadas que deram pouca importância às especificidades locais.

Na verdade, e tal como considera Teixeira (2004:157), “as parcerias facilitam a consulta, coordenação e cooperação entre agentes constituindo-se em instrumentos, de facto para a melhoria da governância”.

Teixeira (2004:151), citando Combat Poverty Agency (1995), considera que a parceria “pode ser definida como a relação entre parceiros iguais mas diferentes. Estes parceiros diferem, provavelmente, na sua origem, natureza, missão, objectivos, actividades, recursos, estruturas e contribuições, mas são naturalmente essenciais para o sucesso de determinado processo e/ou projecto”. Este mesmo autor salienta que podemos definir parceria local ou de bases territorial, citando Walsh, Craig, McCafferty (1998), “como uma estrutura organizacional para a definição de políticas e sua implementação, que mobiliza uma variedade de interesses e o compromisso de um conjunto de parceiros em redor de objectivos comuns e um programa de acção comum, para combater a exclusão social e promover a inclusão social” (Teixeira, 2004:151).

Estivill et al (1997:37) salientam ainda que parceria é “aquele processo pelo qual dois ou mais agentes de natureza distinta e sem que percam a sua especificidade, se põem de acordo para

realizar algo num tempo determinado, que é mais do que a soma deles, ou que cada um só poderia fazer ou que é distinto do que já fazem, implicando riscos e benefícios que partilham”.

Dependendo dos contextos e perspectivas que nos encontremos a analisar, conseguimos certamente encontrar pontos comuns aos quais se deve ter atenção e evidenciar, pelo facto de nos trazarem algo de novo para a investigação ou análise que se esteja a efectuar.

Em forma de síntese, parece-nos importante salientar que, quando nos referimos a parcerias, estamos a referenciar relações entre parceiros iguais – isto é sem a existência de uma hierarquização entre eles – mas de actores sociais diferentes entre si, aos mais diversos níveis, como por exemplo, natureza, origem objectivos. Por outro lado, estamos certamente a referir-nos que estes parceiros assumem um projecto comum, em que cada um deles contribuirá com a sua especificidade, sem perder a sua identidade. E, cada um deles contribui mas espera algumas mais-valias para si próprio. Importa ainda salientar que, se queremos que as parcerias sejam eficazes, todos os parceiros têm de contribuir mas também têm todos de ganhar algo com a respectiva parceria (Teixeira, 2004:151).

No que diz respeito à importância das parcerias nos processos de desenvolvimento, Figueira e Olímpio (2005:122) referem que “não é retórica mas antes um princípio que está intrínseco a qualquer estratégia de desenvolvimento”. E, estes mesmos autores salientam que, “a mobilização institucional, através do estabelecimento, a várias dimensões, de parcerias, procura reforçar a articulação interna da economia e sociedade local, bem como assegurar um melhor posicionamento institucional do concelho no espaço regional e nacional” (Figueira e Olímpio, 2005:122).

### **3.1.1 – Potencialidades e limitações das parcerias locais**

No âmbito do trabalho que estamos a efectuar, parece-nos pertinente abordar as potencialidades e limitações das parcerias locais, sendo estas as mais analisadas no âmbito do nosso estudo. Assim, e para melhor compreensão, vamos procurar perceber o seu sentido e o âmbito da sua definição.

Teixeira (2004:153) considera que as parcerias locais “assentam na constituição de uma rede de relações e solidariedade, territorialmente contextualizadas, com o objectivo de valorizar potencialidades e enriquecer as acções sectorializadas, através de uma reflexão intersectorial e de uma intervenção transversal”.

Esta visão de parceria subentende e perspectiva o desenvolvimento local, assente numa abordagem multi-sectorial, prevendo uma grande capacidade de negociação, bem como de concertação entre os diferentes actores/agentes/locais envolvidos, sendo estes institucionais ou não, públicos ou privados.

Tendo presente os objectivos do grande número de parcerias existentes, bem como de algumas semelhanças, conseguem-se associar em grupos diferenciados. Assim, segundo Teixeira, temos: parcerias locais criadas por indivíduos, com o intuito de intervir na realidade local económica, social e ou cultural, onde a intervenção é essencialmente militante; parcerias locais que surgem através de empresas e/ou organismo profissionais que intervêm na esfera económica; e, parcerias locais que surgem através de iniciativas dos poderes públicos que, podem ser locais ou não, mas geralmente que intervêm em áreas carenciadas em que a iniciativa privada é inexistente, nomeadamente ao nível dos equipamentos e ou infra-estruturas (Teixeira, 2004:153).

Para além das parcerias referenciadas podemos ainda encontrar, por um lado, parcerias locais que surgem para aceder a fundos (as chamadas parcerias por conveniência). Estas surgem apenas com o objectivo principal de poder usufruir de meios financeiros para uma qualquer intervenção social, não se sustentado portanto em nenhum suporte. Por outro lado encontramos as parcerias fictícias que, existem apenas no papel como resposta às exigências das entidades promotoras de programas e ou medidas.

Apesar das «não parcerias» existentes e disseminadas pelas diferentes regiões, é do conhecimento que a adopção de uma verdadeira parceria, poderá trazer impactos positivos enquanto instrumentos de desenvolvimento nacional, regional e ou/local.

Teixeira (2004:154-155) salienta que estas podem desenvolver uma cultura de colaboração numa localidade ou região; podem originar a criação de instituições locais capazes de desempenhar um papel de agente *empowerment*; podem melhorar a adequação de medidas políticas definidas ao nível local, regional ou mesmo nacional. Por outro lado, não deixou de referir a importância das mesmas na melhoria da eficácia das medidas económicas, ambientais e outras; na função de aprendizagem visto serem fóruns de inovação e experimentação; na racionalização e gestão dos recursos disponíveis sejam eles humanos, materiais ou financeiros; no papel de advogados na defesa dos interesses de um território ou região, funcionando como porta-voz dos interesses locais; bem como, as parcerias funcionam muitas vezes enquanto entidades transformadoras de práticas profissionais.

No entanto e apesar das vantagens identificadas, importa referir que estas também consubstanciam algumas dificuldades e problemas.

Estas estão expostas a alguns problemas, dos quais destacamos os de natureza estrutural e os de natureza funcional.

Em termos estruturais, estas têm que fazer face, nomeadamente, às dificuldades que decorrem da natureza diversificada dos actores que as constituem. Muitas vezes, as parcerias locais são constituídas por actores públicos e privados cujas normas de gestão e funcionamento diferem entre si.

No que diz respeito aos problemas funcionais, estas têm que resolver as questões em termos de gestão das próprias parcerias, nomeadamente, a gestão dos recursos humanos envolvidos no que diz respeito às funções a exercer, a gestão dos recursos materiais e a identificação e gestão das estratégias e metodologias a implementar.

Parece-nos importante referir que as parcerias locais não se devem constituir como um fim, mas sim como um meio, como um instrumento capaz de contribuir positivamente para o encontrar de uma solução e ou obtenção de um objectivo. Neste sentido, Estivill et al (1997:89) salientam que o objectivo das parcerias locais é o “aproveitar as energias, capacidades e recursos dos actores-chave (*stakeholders*) locais, envolvendo os sectores público, privado, voluntário e organizações comunitárias, na concepção desenvolvimento e aplicação de «soluções» perante o incremento e variedade crescente das formas da pobreza e exclusão”.

Uma questão que nos parece pertinente aqui referenciar é a dependência quase total das parcerias locais em relação aos Fundos Comunitários, o que levanta questões quanto à sua sustentabilidade no tempo e a sua capacidade de acção na resolução dos problemas locais.

## **Conclusão**

Da sistematização teórica dos elementos referenciais de enquadramento realizada neste Capítulo, sobre o conceito de «Governança» importa realçar que nos primórdios da sua utilização na gestão das organizações, foi dada ênfase à dimensão normativa do mesmo. No entanto, face às alterações substanciais que ocorreram ao nível da gestão das organizações, a amplitude deste conceito também evoluiu.

No final dos anos oitenta, início dos anos noventa o uso deste vocábulo vulgarizou-se entrando no léxico dos representantes políticos de alto nível, passando a ser notória a sua aplicação na gestão das organizações mundiais, no sentido de definir os critérios de uma boa administração

pública, principalmente nos países subdesenvolvidos. As entidades financeiras internacionais envolvidas procuravam preconizar algumas reformas institucionais necessárias para a aplicação correcta dos programas de desenvolvimento promovidos.

Neste sentido o conceito de governação, bem como os modelos de governação sofreram alterações na sequência das mudanças estratégicas estruturais e operacionais a que as organizações estavam condicionadas. Estas alterações constituíram um desafio para paradigmas tradicionais da Administração Pública.

Actualmente, o conceito de governação já não versa apenas a dimensão normativa do mesmo, mas sim a forma de regulação da acção colectiva. Esta alteração adveio, tal como Stocker (1998) considerou, da emergência dos actores não estatais, da crescente complexidade da regulamentação e da redefinição do papel do Estado na condução das políticas públicas ou da regulamentação dos bens públicos. Como consequências destas alterações, as sociedades tiveram de adaptar os modelos de governação.

As sociedades tiveram de responder às ineficiências destes modelos através da promoção de novos modos de governação, nomeadamente, das parcerias estabelecidas a nível local. Verificou-se a suplantação da dimensão normativa pela dimensão regulação e acção colectiva das organizações das sociedades modernas, em termos da governação.

As parcerias, nomeadamente as parcerias locais, vieram enfatizar a importância dos novos modelos de relação entre as várias organizações da sociedade. A dimensão da complementaridade na obtenção de recursos necessários para o atingir de determinados objectivos é a característica mais importante das parcerias.

Neste trabalho, tendo em mente o nosso objecto de estudo, demos ênfase às parcerias locais, na medida em que estas estavam muitas vezes na base e condicionavam as acções desenvolvidas pelos Carrefours Rurais nacionais.

No próximo Capítulo, dando continuidade ao enquadramento teórico, vamos analisar como é que a União Europeia aborda as questões da governação. Que modelos foram promovidos por esta e, como respondeu à necessidade sentida a nível mundial de promover novas formas de governação.

## II Capítulo – A União Europeia: Um Sistema Específico de Governação

### Introdução

Temos presente que a União Europeia é uma entidade política *sui generis*, com um sistema político não comparável a qualquer organização internacional, não correspondendo no entanto, à noção de Estado-Federal. Desde o seu surgimento que os seus criadores tiveram presente a necessidade de promover novas formas de governação para conseguirem um melhor controlo das relações inter-estado na Europa Ocidental e promover o desenvolvimento dos Estados-Membros.

A União Europeia, consequência talvez da natureza das suas instituições, da natureza dos acordos constitutivos periódicos e abrangentes (os Tratados), e ainda, da falta de um governo tradicional onde a hierarquia era bem definida, promoveu um nível vasto e profundo de institucionalização, nunca encontrado em qualquer sistema internacional de cooperação. Na falta de um governo ou de um centro de autoridade política notória e na existência de muitas dificuldades a vencer, as instituições da União Europeia foram levadas a encontrar formas de promover a sua integração. Do seu processo de integração, apesar de apresentar algumas contrariedades de percurso, podemos salientar que a União Europeia conseguiu um «aprofundamento» significativo e uma substancial alteração qualitativa dos modelos de governação.

Daí que a preocupação em promover a aplicabilidade de diferentes modelos de governação, entrou no espírito das instituições europeias. A governação europeia dá relevo aos diversos tipos de transformação das modalidades de acção política ao acentuar a denúncia dos modelos políticos tradicionais, que confiam apenas nas autoridades políticas a responsabilidade da gestão dos assuntos; ao realçar o conjunto alargado dos actores que intervêm e que podem intervir na gestão dos assuntos públicos; e, ainda, ao acentuar a interdependência dos poderes associados à acção colectiva dos intervenientes no processo de decisão. A tomada de consciência por parte de determinados dirigentes europeus de que as instituições europeias não podiam, por si só, administrar a União Europeia, foi extremamente importante. Levou-os a considerar que as autoridades nacionais, regionais e locais, bem como a sociedade civil, tinham também um papel preponderante nesta matéria.

Neste Capítulo procuramos analisar a particularidade do sistema de governação da União Europeia. No primeiro ponto, sistematizamos a análise dos principais modelos de governação nos quais assenta a construção desta, fazendo uma abordagem analítica dos mesmos. Constatamos a existência de dois modelos globais, o modelo comunitário de governação e o modelo intergovernamental de governação. Sobre estes assenta o processo de construção da União Europeia e na coabitação dos dois modelos assenta a integração europeia.

Para além da abordagem feita aos modelos, no segundo ponto procuramos olhar mais atentamente para a questão da governação europeia. Percebemos que a questão da governação esteve sempre presente no espírito dos principais dirigentes da União Europeia, nomeadamente dos dirigentes da Comissão Europeia. De salientar que, a estes, pela natureza e funções da instituição que presidiam, cabia-lhes a procura constante da resposta a esta questão. No entanto, percebemos que num passado ainda recente, a questão da governação foi colocada directamente, passando a constituir um dos objectivos a atingir em termos de programa de trabalho da Comissão Europeia.

A percepção destes factos levou-nos a fazer uma abordagem detalhada, no sentido de conhecermos os antecedentes que levaram à formulação da questão da governação e os instrumentos utilizados para a promoção da governação europeia. Nesta abordagem detalhada, demos destaque ao surgimento do «Livro Branco – Governança Europeia», revendo os contributos ao seu surgimento; o seu conteúdo; e, a consulta pública promovida para a sua discussão.

No ponto quatro procedemos à análise de novas formas políticas de promoção da governação, implementadas pela União Europeia. Sem pretendermos efectuar a sua identificação na exaustão, procuramos identificar e caracterizar aquelas que mais directamente estão implicadas com o nosso objecto de estudo. Assim, fizemos uma abordagem à governação participativa, nomeadamente da sociedade civil e do poder local e regional, bem como ao estabelecimento de parcerias e de redes.

## **1 – Modelos de governação da União Europeia**

Por razões que se prende com a própria natureza da União Europeia foram institucionalizados modelos globais de governação<sup>3</sup>. Estamos a referir-nos ao modelo comunitário de governação e ao modelo intergovernamental de governação. Sobre estes assentou a construção e a integração da União Europeia e, são considerados por Covas (2002:232) como dois “tipos puros de governação”.

De salientar que, por um lado, estes contribuíram para o processo de construção da União Europeia. Sobre as particularidades, nomeadamente do modelo comunitário, assentou a construção da primeira comunidade – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço. E, sobre as particularidades do modelo intergovernamental, verificou-se a promoção da cooperação horizontal entre os diferentes Estados-Membros da União Europeia. Por outro lado, a coabitação dos dois modelos promoveu a integração europeia.

### **1.1 – Modelo comunitário de governação**

O modelo comunitário de governação destina-se a salvaguardar a diversidade e a eficácia da União, garantindo o tratamento equitativo dos Estados-Membros do mais pequeno ao maior. Este consubstancia o modo de funcionamento do primeiro pilar da União Europeia e caracteriza-se, nomeadamente, pelo monopólio do direito de iniciativa da Comissão Europeia; pelo recurso geral à votação por maioria qualificada no Conselho; pelo papel activo do Parlamento Europeu (que é muitas vezes co-legislador juntamente com o Conselho); e, ainda pela uniformidade de interpretação do direito comunitário assegurada pelo Tribunal de Justiça Europeu.

Em síntese, apesar deste modelo assentar no triângulo institucional (Comissão Europeia, Parlamento Europeu e Conselho), atribui primazia à Comissão Europeia e ao Conselho, na medida em que privilegia a componente executiva deste relacionamento interinstitucional (Covas, 2002:232). Constitui-se num instrumento de arbitragem entre os diferentes interesses, fazendo-os passar por dois filtros sucessivos: o interesse geral, a nível da Comissão, e a representação democrática, europeia e nacional, a nível do Conselho e do Parlamento Europeu, que formam em conjunto os órgãos legislativos da União.

---

<sup>3</sup> Pese embora estejamos perante modelos de governação a União Europeia utiliza a expressão «método». No entanto para efeito deste trabalho será utilizada a designação de modelo.

## **1.2 – Modelo intergovernamental de governação**

Este modelo caracteriza-se, por um lado, pela cooperação e unanimidade e pela integração e maioria qualificada. Por outro lado, caracteriza-se pela conversão da unanimidade em maioria e pela adopção do triângulo institucional no processo de decisão. No entanto, a aplicabilidade deste modelo trouxe alguns problemas ao aprofundamento da União Europeia.

Após a assinatura do Tratado de Nice, a União Europeia viveu mais uma experiência de ineficácia do modelo intergovernamental, pois não se verificou o aprofundamento da sua integração política. Razão pela qual, a Comissão Europeia lançou uma larga reflexão sobre o futuro da Europa.

Apesar da ineficácia do modelo intergovernamental, à Conferência Intergovernamental de Nice, pode atribuir-se alguma importância. Por um lado, ela demonstrou as limitações do modelo intergovernamental ao não conseguir, depois de um ano de reuniões diplomáticas, definir reformas das bases fundamentais do funcionamento da União Europeia e, não definir uma visão clara do futuro da União. Por outro lado, aquando da Conferência Intergovernamental, os chefes de Estado e do Governo presentes adoptaram uma Declaração sobre o Futuro da Europa (anexo IV do Tratado de Nice). Este facto demonstrou por si só a inadaptabilidade do modelo intergovernamental e a necessidade de estabelecer uma nova forma de governação da União Europeia. O próprio conteúdo da Declaração sobre o Futuro da União Europeia, procura estabelecer um programa de trabalho que visa colmatar as insuficiências democráticas da União Europeia e reconhece a necessidade de melhorar e assegurar a legitimidade e transparência da União Europeia e das suas instituições.

Face à ineficácia da Conferência Intergovernamental de Nice, foi convocada uma «Convenção Europeia»<sup>4</sup>, composta por 105 membros que representavam os governos dos Estados-Membros e dos Candidatos à Adesão, os Parlamentos nacionais desses Estados, o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia para se debruçar sobre o futuro da Europa e, apresentar um texto que modifica-se os Tratados europeus vigentes.

Este texto foi debatido na Conferência Intergovernamental seguinte.

---

<sup>4</sup> A Convenção Europeia foi convocada pelo Conselho Europeu, reunido em Laeken, de 14 a 15 de Dezembro de 2001, para preparar um quadro e estruturas de reformas da União Europeia. Este novo quadro e estruturas deveriam ser adaptadas às evoluções do mundo, às necessidades dos cidadãos europeus e ao desenvolvimento do futuro da União.

## **2 – A questão da governação europeia**

Pela natureza da própria União Europeia a sua gestão está assente no funcionamento das suas instituições e órgãos. Desta forma, podemos depreender que a governação europeia está directamente dependente do funcionamento interno de cada uma das instituições e órgãos, bem como da cooperação existente entre as mesmas e os mesmos.

Importa referir que, de certa forma, pela natureza e pela função exercida de guardião dos Tratados, a Comissão Europeia assume aqui um papel preponderante. A função de apresentação de propostas recai sobre ela, conferindo-lhe em algumas matérias, o papel de liderança no encontrar de soluções para os problemas existentes. A governação europeia está, de certa forma, directamente dependente da sua acção. Neste sentido, parece-nos importante fazer algumas referências no que diz respeito ao seu percurso, para melhor analisarmos o seu papel, no que diz respeito às suas propostas relativas à questão da governação europeia. Assim, importa referir que ela própria passou por um período de reforma, iniciado em 1995, onde o funcionamento interno foi questionado e analisado. Para tal, ela própria apresentou em Março de 2000 entre muitos outros documentos um Livro Branco sobre a sua reforma. Este visava uma definição mais clara de quem faz o quê. Verificava-se a necessidade de uma definição bem explícita e nítida na demarcação das funções legislativa e executiva das diferentes instituições comunitárias. Só desta forma o sistema permitiria, em áreas específicas, a actuação da União Europeia de forma legítima, aberta e eficaz e, noutras áreas, fosse conferida a iniciativa de actuação às instituições nacionais, regionais ou locais, bem como à sociedade civil.

Ao nível da governação foram grandes os desafios lançados no sentido de contrariar o pensamento instalado de que os governos se serviam de «Bruxelas» como bode expiatório, relativamente às decisões que eram acordadas.

Como a União Europeia são todos os cidadãos dos Estados-Membros, a tomada de posição foi a de reunir esforços, no sentido de um projecto comum, fundamentado num modelo de integração aberto e democrático, para que os cidadãos europeus tomassem consciência de que as instituições europeias lhes pertencem.

Esta reforma mostrou a necessidade de envolver todos os europeus na construção da União Europeia, promovendo a sua participação activa, nomeadamente ao nível do poder de decisão. No entanto, para além destes desafios, os desafios anunciados para este novo século, como por

exemplo a globalização, o envelhecimento da população, a criação de emprego, a inclusão social, exigem muito mais do que isto. Fazem com que seja necessário o reforço da governação europeia.

Em resposta, a Comissão Europeia, no seu programa de trabalho para o período de 2000-2005 que designou de «Configurar a nova Europa», definiu quatro grandes objectivos estratégicos, a saber: promover novas formas de governação europeia; estabilizar o continente e reforçar a influência da Europa; estabelecer uma nova agenda económica e social; e uma melhor qualidade de vida para todos. Esta comunicação pretendeu ser um documento político estratégico, com a identificação dos desafios do futuro imediato e as áreas a alterar substancialmente, dando a conhecer que a Comissão pretendia criar uma união cada vez mais estreita entre os povos, fundamentada em valores partilhados e em objectivos comuns.

## **2.1 – Livro Branco sobre a «Governança Europeia»**

Dos quatro objectivos estratégicos do programa da Comissão Europeia (referido anteriormente), destacava-se a «Promoção de novas formas de Governação Europeia», no sentido de reforçar as sinergias entre os vários níveis de governação na Europa e de contribuir para a reforma da governação mundial.

Para dar cumprimento a este objectivo, em Julho de 2001 foi apresentado, às outras instituições europeias, o «Livro Branco – Governança Europeia» por parte da Comissão Europeia. Neste documento, a Comissão Europeia salientava que a União Europeia precisava de instituições fortes, que correspondessem às novas formas de governação democrática. Para tal, referia a necessidade de um novo equilíbrio funcional entre a própria Comissão Europeia e as restantes instituições, os Estados-Membros e a sociedade civil (COM (2001) 428 final, 2001b)).

Este livro promoveu um debate alargado, incidindo sobre a diversidade de regras, de processos e práticas que diziam respeito ao modo como os poderes eram exercidos no seio da União Europeia. Com este debate, a nível interno, pretendia-se que se adoptassem novas formas de governação para aproximar a União dos cidadãos europeus, bem como o aumento da eficácia da União, o reforço da democracia na Europa e a consolidação da legitimidade das instituições europeias, e, a nível externo, se contribuísse de forma positiva para a governação global.

No sentido de atingir estes objectivos, foi necessário que a União promovesse internamente uma reforma para colmatar o défice democrático patente nas suas instituições, fundamentando-

se na definição e aplicação de políticas públicas melhores e mais coerentes, associando as organizações da sociedade civil às instituições europeias. E, a nível externo, foi necessário que o debate extravasasse para o exterior das fronteiras da União Europeia, contribuindo para o debate sobre a governação mundial, bem como para que fossem aplicados os princípios de boa governação a nível do funcionamento das instituições internacionais.

Face aos ambiciosos objectivos da agenda europeia da altura, nomeadamente o Alargamento da União Europeia, a União Económica e Monetária, a Política Europeia de Segurança Comum, o papel da União Europeia no contexto da globalização, a União Europeia estava perante um desafio institucional. Por outro lado, estava ainda, perante um desafio democrático traduzido no desfasamento entre a adesão dos cidadãos aos ideais europeus e à contínua desconfiança relativa às instituições que os representam a nível europeu.

O desafio da União Europeia era o de conseguir fazer com que os cidadãos se reconhecessem nela própria; se exprimissem no quadro de regras comuns, e neste mesmo quadro, desempenhassem o seu papel e constatassem os resultados obtidos; se revissem como cidadãos pertencentes à União Europeia alargada; e, conseguissem partilhar os seus objectivos. Com a concretização deste desafio, a União Europeia conseguiria criar a legitimidade necessária para a partilha de soberania; fazer suscitar nos cidadãos um sentimento de controlo sobre o funcionamento das instituições europeias; bem como facultar-lhes a possibilidade de fazer parte integrante do debate sobre a evolução das políticas europeias. No fundo, e tal como refere Kooiman (1994) e Metcalf (1999), criar as condições para alterar a interacção entre a União Europeia e os cidadãos através da criação de redes.

### **2.1.1 – Contributos ao seu surgimento**

Com o propósito de publicar o «Livro Branco – Governança Europeia», a Comissão Europeia deu início aos trabalhos preparatórios com a publicação do documento «Um Livro Branco sobre a Governança Europeia – Aprofundar a democracia na União Europeia». Este documento teve um carácter metodológico, ao enquadrar um processo dinâmico de troca de pontos de vista, aberto e interactivo, onde o Colégio, responsável pela sua elaboração, teve a oportunidade de especificar o alcance político das propostas apresentadas. Congregou, quer a exposição dos motivos da sua apresentação quer a apresentação dos seis temas de reflexão, em torno dos quais poderiam ser estruturadas as propostas do «Livro Branco» sobre a governação europeia, quer ainda o método de trabalho e as etapas até à sua aprovação. Considerou ainda

que o «Livro Branco» devia organizar-se, pelo menos numa primeira fase, em torno de seis temas de reflexão, sendo estes fundamentados nas responsabilidades da Comissão Europeia em matéria de novas formas de governação, a saber: alargar e enriquecer o debate público sobre os desafios europeus; dirigir os processos de elaboração e aplicação das regras comunitárias; melhorar o exercício das responsabilidades europeias através da descentralização; promover a coerência e a cooperação numa Europa em rede; no contributo da União para a governação mundial; e ainda, na integração da dimensão estratégica das políticas da União à escala do continente.

Os temas de reflexão inscritos no documento em causa procuravam atingir um vasto campo de acção através de propostas práticas com objectivo de suscitar o debate entre os cidadãos sobre os valores (os grandes objectivos da União); renovar os processos da elaboração e de execução das regras e das políticas comunitárias; e, definir o debate necessário sobre a revisão dos objectivos das políticas comuns de que a União necessitava. Estes três campos de reflexão que o Livro Branco devia ter em consideração, não diziam apenas respeito à Comissão Europeia, mas sim a todas as instituições europeias, bem como aos Governos e aos Parlamentos eleitos a nível nacional, regional e local, na procura de uma democracia mais participativa.

Neste sentido, tornava-se urgente que o cidadão sentisse a possibilidade de interagir e de participar activamente e de forma adequada. A proximidade e implicação dos cidadãos deviam ser uma das prioridades da União Europeia aquando da elaboração das políticas comunitárias, com o objectivo de fortalecer o desenvolvimento de uma consciência europeia. Assim, a proposta da Comissão Europeia em debater a Governação constituiu-se num grande desafio.

Tendo em mente uma melhor reflexão sobre os seis temas já identificados foram propostos doze grupos de trabalho que apresentaram relatórios individuais inscrevendo os resultados das consultas externas efectuadas. Estes relatórios foram publicados num só documento (Commission européenne, 2002).

Para além dos contributos da própria Comissão Europeia foram surgindo contribuições externas, ao nível das outras instituições e órgãos europeus.

De entre estas destacamos a contribuição do Comité Económico e Social como representante da sociedade civil organizada, que apresentou um parecer sobre «A sociedade civil organizada e a governação europeia – contributo do Comité para a elaboração do Livro Branco» destacando que, “um dos grandes desafios que se colocam à governação europeia é o de

garantir a participação efectiva da sociedade civil organizada” (CES 535/2001, 2001:2). Neste documento, o Comité Económico e Social apresentou algumas orientações de cariz prático para a Governação Europeia, considerando oportuno abordar quatro conceitos importantes, a saber: Legitimação; Participação; Consulta e Subsidiariedade (CES 535/2001, 2001:5-8).

No prefácio do documento «Governança Europeia – Um Livro Branco», o presidente de então da Comissão Europeia referia que, “logo após a minha entrada em funções, propus o lançamento da reforma da governança europeia, que constitui um desafio prioritário. Grande parte do mal-estar democrático com o qual a União se encontra resulta, com efeito, da negligência verificada em relação às modalidades concretas da forma como é dirigida” (Comissão Europeia, 2001b):3).

Com este livro, a Comissão Europeia apresentava um conjunto alargado de propostas e lançava o debate público no qual estavam todos implicados, desde a própria Comissão Europeia, às restantes instituições e órgãos europeus e nacionais a cada Estado-Membro, bem como o cidadão europeu.

Na tentativa de responder à questão – Porquê reformar a Governação Europeia? – a Comissão Europeia, constatou que “muitos europeus sentem-se afastados da acção da União” (Comissão Europeia, 2001 b) :9). No entanto, e apesar de se sentirem afastados do processo de integração da União Europeia, estes ainda depositam alguma confiança nos políticos europeus. E, perante as oportunidades criadas pela globalização em termos de desenvolvimento económico e humano, esperam que a União Europeia seja capaz de apresentar respostas cabais aos desafios, como o desemprego, a segurança alimentar, a criminalidade, as disparidades regionais (COM (2001) 428 final, 2001b)).

Em resposta à redefinição das funções das diferentes atribuições da Comissão Europeia que a reforma da governação implicava, este livro apresentava propostas com o intuito de vir a ser melhorada a qualidade das suas iniciativas políticas. Procurava ainda assegurar uma maior clareza e eficácia das políticas implementadas e uma maximização do impacto das acções da Comissão Europeia, enquanto guardião dos Tratados.

Assim, apresentava um conjunto de propostas que suscitaram o debate da «Governança Europeia» e, por consequência, traçou o trajecto do debate do «Futuro da Europa». Estas, podendo ser agrupadas em três rubricas, traçaram o caminho e as alterações implícitas, a saber: Primeira – «Presente e futuro: Uma questão de vontade política», através da estruturação da

relação entre a União Europeia e a sociedade civil; da promoção de uma maior utilização das competências e da experiência prática dos protagonistas regionais e locais; do reforço da confiança do público na forma como os dirigentes políticos utilizam os pareceres dos peritos; no apoio a uma definição mais clara dos objectivos políticos da União Europeia e melhor eficácia das políticas comunitárias; e, redefinição das atribuições e responsabilidades de cada instituição. Segunda – «Redefinir as atribuições das instituições da União», através da utilização mais selectiva, por parte da Comissão Europeia, do seu direito de iniciativa; da legislação europeia circunscrita aos princípios essenciais e um quadro que estabelece as condições da sua execução; e da participação mais eficaz dos intervenientes nacionais na elaboração, aplicação e controlo da aplicação das regras e programas comunitários. E, por último, a Terceira – «Um método comunitário renovado como modelo para o futuro», através da divisão dos poderes entre o poder legislativo e o poder executivo, e, da necessidade de princípios claros que identifiquem a forma como as competências são partilhadas entre a União e os seus Estados-Membros (Comissão Europeia, 2001b):66-69).

Ficou implícito neste livro que seria feita uma consulta pública de 31 de Março de 2002 até finais de 2002. Para a sua realização, a Comissão Europeia criou um site na Internet específico sobre a «Governança».

### **2.1.2 – Princípios fundamentais identificados**

Segundo este livro, reformar a governação Europeia significava reformar o funcionamento das instituições à luz dos cinco princípios fundamentais identificados, a saber: Abertura, Participação, Responsabilidade, Eficácia e Coerência, considerando-os “ fundamentais para a instauração de uma governação mais democrática. São eles a base da democracia e do Estado de direito nos Estados-Membros, mas aplicam-se a todos os níveis de governo – global, europeu, nacional, regional e local” (Comissão Europeia, 2001b):17).

Estes princípios foram considerados extremamente importantes pela Comissão Europeia, para que a União Europeia pudesse responder positivamente aos desafios futuros.

Para a concretização do princípio «Abertura», as instituições europeias deveriam trabalhar de uma forma mais transparente e, em conjunto com os Estados-Membros, deveriam implementar uma estratégia de comunicação sobre as tarefas da União e as suas decisões. Deveriam ainda utilizar uma linguagem acessível e compreensível para o grande público, no sentido de melhorar a confiança deste relativamente às complexas instituições europeias.

A concretização do princípio da «Participação», que se consignava à participação activa dos cidadãos da concepção até à execução, permitiria aumentar a qualidade, a pertinência e a eficácia das políticas da União Europeia, bem como suscitaria uma maior confiança, por parte dos cidadãos europeus, no resultado final e nas próprias instituições que elaboram as políticas. A participação dependeria, nomeadamente, de uma abordagem aberta e abrangente, no quadro do desenvolvimento e a aplicação das políticas da União Europeia, por parte das administrações centrais.

No atingir do princípio da «Responsabilização», a cada instituição europeia e ao nível de cada Estado-Membro, seria exigida a definição das suas atribuições no campo legislativo e executivo, bem como no assumir das suas responsabilidades.

Para que o princípio da «Eficácia» fosse conseguido, as políticas deveriam ser oportunas, dotadas de eficácia, responder a necessidades presentes e fundamentadas em experiências anteriores e avaliações do seu impacto futuro. Por outro lado, a eficácia implicaria ainda, que as políticas da União Europeia fossem implementadas de forma proporcional aos seus objectivos e que as decisões fossem adoptadas ao nível mais adequado.

Para se atingir o princípio da «Coerência», teria de existir uma liderança política e uma forte responsabilização das instituições na definição de políticas exigentes e medidas coerentes, para fazer face às exigências da União Europeia (Comissão Europeia, 2001b):17-18).

Para além dos princípios identificados, as propostas deste livro foram estabelecidas para gerarem mudanças no sentido de aumentar a participação dos diferentes actores; melhorar as políticas, as regulamentações e os resultados das mesmas; permitir que a União Europeia possa contribuir de forma renovada para a governação mundial; e, redefinir as políticas e as instituições na tentativa de identificar mais claramente os objectivos da União a longo prazo, para que os cidadãos compreendam melhor o projecto político global (Comissão Europeia, 2001b):21).

### **2.1.3 – Propostas de mudança**

As propostas de mudança formuladas foram divididas em quatro secções que apresentamos de seguida.

### ***Reforço da participação***

Para que se verifique um reforço da participação dos cidadãos no debate público, tornar-se-á necessário que os cidadãos europeus tenham acesso à informação de uma forma fiável. Neste sentido, a Comissão Europeia referiu a importância das instituições e dos Estados-Membros de seguirem estratégias de comunicação mais activas junto dos cidadãos. Neste seguimento serão enviados esforços no sentido de facultar informações a nível nacional e local e, quando possível, através das redes, das autoridades nacionais regionais e locais.

A divulgação da informação europeia deverá ser apresentada de forma adaptada, tendo em conta as necessidades e preocupações locais faladas nos Estados-Membros. As novas tecnologias de informação e da comunicação desempenham aqui um papel importante. O site «Europa» terá um papel preponderante (Comissão Europeia, 2001b): 22).

A Comissão Europeia considerou que o reforço de participação se atingirá, por um lado, através da «Democracia Regional». Para tal, será necessário, estabelecer uma parceria que envolva todos os níveis, nomeadamente no que diz respeito à participação na concepção das políticas e à maior flexibilidade e coerência das políticas europeias (Comissão Europeia, 2001 b):24). Por outro lado, o reforço da participação será atingido com o envolvimento da «Sociedade Civil», na tentativa de envolver o cidadão europeu na concepção e aplicação das políticas comunitárias, bem como na implementação de uma cultura reforçada de consulta e diálogo.

O reforço da participação poderá ainda ser alcançado através do estabelecimento de ligação às redes. Nos últimos anos, têm se verificado a criação de variadíssimas redes europeias e internacionais. Estas, têm vindo a contribuir para o estabelecimento de elos de ligação entre as mais diversas entidades a nível regional, local e internacional, permitindo desta forma, diminuir as distâncias existentes. A Comissão Europeia (2001b):33-34) pelo facto de estas actuarem como “multiplicadores, familiarizando o público com a União Europeia e mostrando as políticas em acção”, chama a atenção para a importância do seu estabelecimento.

### ***Melhores políticas, melhor regulamentação e melhores resultados***

Para se conseguirem melhores políticas, melhor regulamentação e melhores resultados, a Comissão Europeia considerou que será necessário existir um reforço na confiança dos pareceres dos peritos. Isto porque, muitas vezes, a interlocução das instituições com os peritos é feita com o objectivo de antecipar e identificar os problemas e incertezas com que a União

Europeia se depara aquando da adopção da legislação. E, para além disso, a União Europeia procura garantir que os riscos sejam explicados por estes ao público de uma forma clara e simples. Neste sentido, a partilha do saber-fazer assume importância, tanto a nível europeu como a nível local e regional, sendo “normalmente organizado a nível nacional” (Comissão Europeia, 2001b): 36).

A Comissão Europeia considerou ainda que deverá diligenciar no sentido da obtenção de uma maior qualidade, eficácia e simplicidade dos actos regulamentares. Neste sentido, deverá ainda apostar numa boa consulta «a montante» de forma a produzir legislação de melhor qualidade. O direito comunitário deverá ser consideravelmente simplificado.

Por um lado, a Comissão Europeia considerou que a criação de novas agências de regulamentação, em áreas bem definidas e com autonomia, fará com que se verifique uma melhoria nas condições de aplicação da legislação em toda a União Europeia. Por outro lado, considerou que será importante exigir uma melhor aplicação a nível nacional da legislação comunitária.

### ***A contribuição da União Europeia para a governação global***

Apesar das propostas expressas no Livro Branco serem elaboradas no contexto do alargamento da União Europeia, o seu objectivo visava contribuir também para a governação global. Neste sentido, a Comissão Europeia considerou que “o primeiro passo da União deverá consistir em assegurar o êxito da reforma da governação a nível interno, de forma a salientar a necessidade de mudança a nível internacional” (Comissão Europeia, 2001b): 51). Para tal, os objectivos mentores do processo de integração da União Europeia deverão ser promovidos para além das suas fronteiras, no sentido do reforço da identidade europeia e da sua importância a nível internacional. Neste contexto, e no âmbito da aplicação por parte da União Europeia dos princípios da boa governação, deverá estar presente a abertura necessária para a interacção com os potenciais intervenientes internacionais, quer eles sejam governamentais quer sejam não governamentais. A União Europeia terá que ter em conta a dimensão global, reforçando a sua posição nas negociações multilaterais.

A Comissão Europeia considerou que, a curto prazo, “a União deverá criar parcerias com outros países, de forma a promover uma maior cooperação e coerência entre as actividades das organizações internacionais existentes e aumentar a sua transparência” (Comissão Europeia, 2001b): 52).

### ***Redefinir as políticas e as instituições***

Com o objectivo de fazer com que os cidadãos compreendam melhor o projecto político da União Europeia, a Comissão Europeia considerou, por um lado, que era necessário redefinir as políticas da União Europeia, identificando de forma clara os seus objectivos a longo prazo. Esta tomada de posição condicionará as instituições europeias ao tomarem decisões sobre as políticas futuras, apenas fundamentadas em considerações a curto prazo. Por outro lado, considerou que era necessário redefinir as atribuições das instituições, no sentido de cada instituição se cingir às suas atribuições principais.

Nesse sentido, a Comissão Europeia promoveu uma consulta pública até 31 de Março de 2002. Para tal criou um fórum sobre a «Governança Europeia» onde, ao longo do período da consulta pública, foi disponibilizando todas as contribuições recebidas.

Esta consulta traduziu-se num número de contributos, considerado pela Comissão Europeia de «modesto» mas de uma riqueza singular de conteúdos; na receptividade heterogénea, o que se traduziu no desafio da Comissão para atender às diferentes posições dos diferentes intervenientes; no amplo apoio à definição dos princípios para a governação europeia consagrados no «Livro Branco» e na proposta de inclusão de outros princípios, como por exemplo, a legitimidade democrática e a subsidiariedade; e, por último na falta de contributos por parte de algumas instituições da União Europeia e de alguns Estados-Membros. Assim, ficou o sentimento do grau de diversidade na percepção da governação europeia, traduzido pelo tratamento também este diferenciado e condicionado por preocupações de legitimidade democrática, aspectos constitucionais ou institucionais, bem como critérios de eficácia (Comissão Europeia, 2003a)).

O relatório resultante da consulta pública fez um balanço da implementação das medidas anunciadas e propostas. Este, por um lado, refere que a Comissão Europeia já tinha concebido e impulsionada a maioria das acções mencionadas no livro. Por outro lado, salienta que algumas questões levantadas durante a consulta pública, como por exemplo a legitimidade democrática das instituições europeias, seriam debatidas no contexto a «Convenção Europeia» (Comissão Europeia, 2003b)).

A Comissão Europeia chamou a atenção de que as potencialidades da governação europeia, não poderiam ser plenamente aproveitadas enquanto não fossem reconhecidos alguns desafios, nomeadamente, a «governança europeia» só resultaria de um esforço por parte de todos os

intervenientes – necessidade de uma melhor regulamentação no âmbito da celebração de uma acordo institucional; e, a agenda europeia da «governança» não deverá circunscrever-se ao «Livro Branco» sobre a «Governança Europeia» – necessidade de a considerar no continuar dos trabalhos no âmbito da governação e no contexto da «Convenção Europeia» (Comissão Europeia, 2003b)).

### **3 – Novas formas políticas de promoção da governação europeia**

Apesar da gestão da União Europeia assentar num sistema específico de governação, tal como referimos no ponto anterior, também ela aquando da chegada da década de oitenta, sentiu a força do fracasso económico. O seu sistema particular de governação resultou de um programa de mercado único a implementar, bem como das políticas de apoio existentes, que por sua vez, originaram uma intensificação da regulação e da integração política.

Estas condicionantes, bem como a necessidade sentida a nível internacional em termos da implementação de novas formas de governação, fizeram com que as instituições europeias experimentassem novas formas políticas de promover a governação europeia. Neste sentido, as instituições europeias, em especial a Comissão Europeia, procuraram promover novas formas de governação que envolvessem o cidadão europeu.

Parece-nos poder salientar que a forma de governação mais adequada para a gestão da União Europeia tem surgido ou evoluído face a pressões funcionais e face a condições de escassez de recursos.

#### **3.1 – Governação participativa**

A governação participativa, fruto da procura de uma União Europeia mais democrática e legítima, tal como hoje é anunciada, não foi promovida nos seus primórdios, como já fizemos referência no início deste trabalho. Importa referir que a governação participativa é, de certa forma, fruto do processo de integração da própria União Europeia, bem como do trabalho desenvolvido pela Comissão Europeia para que esta fosse uma realidade. No entanto, face à natureza limitativa dos poderes da Comissão Europeia, traduzida nos diferentes Tratados, bem como o constante constrangimento originado pela limitação de recursos, são agravados pelo facto de esta ser apenas uma parte do processo político complexo da União Europeia.

Esta proeza só foi sendo conseguida face à introdução do conceito de «Proximidade» no contexto europeu, como resposta às insuficiências verificadas da sua acção pública. Como a

União Europeia tem em vista o quadro de vida e as preocupações dos cidadãos, a exigência da proximidade nas suas directrizes, têm por objectivo conseguir a qualidade e o êxito da acção comunitária esperado pelos cidadãos.

Na certeza de que o apoio popular é tão importante como o apoio das instâncias políticas, bem como dos meios económicos e financeiros, a União Europeia tem vindo a fazer um esforço no sentido de sensibilizar os cidadãos de que a construção europeia representa algo de importante e que influência directamente as suas vidas. Neste sentido, as instituições comunitárias delinearam formas para conseguir a proximidade dos cidadãos europeus, desde a concepção das propostas a apresentar.

Dos objectivos implícitos no conceito de «proximidade», está a «boa governação» que se constitui como uma prática de acção orientada para proporcionar aos cidadãos uma vida boa e digna, de forma a fazê-los sentirem-se parte integrante da União Europeia.

Este conceito de proximidade foi expressamente inscrito no Tratado de Maastricht, ao salientar que, este “assinala uma nova etapa no processo de criação de uma união cada vez mais estreita entre os povos da Europa, em que as decisões serão tomadas de uma forma tão aberta quanto possível e ao nível mais próximo dos cidadãos” (Comunidades Europeias, 1992: 7). Para além desta inscrição, este Tratado conferiu uma dimensão totalmente nova à relação entre o cidadão e a União Europeia ao contemplar a introdução do princípio de subsidiariedade; ao criar o Comité das Regiões; ao introduzir o conceito de cidadania europeia; e ainda, ao criar a moeda única. Estes elementos constituíram-se como elementos concretos de proximidade bem visíveis para os cidadãos (Comunidades Europeias, 1992).

No entanto, tal como foi salientado pelo Comité das Regiões, o afastamento dos cidadãos europeus do processo de construção da União Europeia continua a ser uma realidade, tornando-se ainda premente o esforço de implementação de uma política de proximidade (CdR 436/2001 fin, 2001). Este esforço terá de ser constante nas tomadas de decisão das instituições europeias, no sentido de alcançar uma prática de lealdade interinstitucional. Existe ainda uma distância entre os cidadãos europeus e as instituições europeias, mas não é apenas uma distância «funcional». Tal como o Comité das Regiões salientou, “nesta fase do processo de unificação da Europa, subsiste realmente um défice de consciência europeia” (CdR 436/2001 fin, 2001:5). E acrescentou ainda que, no Conselho Europeu de Nice foi expressa a necessidade de se “melhorar e acompanhar permanentemente a legitimidade democrática e a transparência da

União e das suas Instituições, por forma a aproximá-las dos Estados-Membros” (CdR 436/2000 fin, 2001:5).

Desta forma, parece-nos que se impõe, tal como Azevedo (1998:17) referiu, que fosse “desenvolvido um consistente esforço de explicação junto dos cidadãos europeus, de modo a resolver o que parece ser um paradoxo inextricável: por que é que a União, que tanto atrai o resto da Europa, parece não merecer a confiança de muitos dos cidadãos que já lhe pertencem?”.

Apesar das dificuldades sentidas pela Comissão Europeia, esta tem vindo a fomentar a promoção de algumas novas formas de governação participativa. A sua função de guardião dos Tratados Europeus e a sua função de apresentar proposta que velem pelo interesse comum, permitiu-lhe o desenvolvimento de um trabalho que resultou na promoção de novas formas de governação participativa, que vamos fazer referência de seguida.

### **3.1.1 – Participação da sociedade civil**

No contexto da União Europeia, o papel da sociedade civil tem vindo a afirmar-se como nunca, no sentido de aumentar a eficácia do processo decisório.

A Comissão Europeia, convicta desta realidade, tem vindo a demonstrar a sua determinação na interlocução desta com as instituições europeias através da promoção de iniciativas concretas.

Mas quem é essa sociedade civil? O conceito de sociedade civil evolui ao longo dos tempos, e actualmente os elementos centrais desta são os cidadãos individuais e as suas associações, como por exemplo as Organizações Não Governamentais (ONGs). A «sociedade civil» representará a esfera dos interesses particulares que muitas vezes são opostos aos interesses das autoridades, bem como do Estado. Daí o apelo directo às associações civis (muitas vezes designadas de Organizações Não Governamentais) para participarem na elaboração das decisões. Representando e aglutinando uma considerável diversidade de pontos de vista, as Organizações Não Governamentais, uma vez ultrapassado o seu papel secundário até agora atribuído, são convidadas a participar activamente nas discussões sobre a governação da União Europeia.

Face ao défice de participação dos cidadãos europeus na tomada das decisões europeias, os decisores políticos, conscientes de que a sociedade civil poderá suscitar a confiança pública ao promover o reforço da eficiência e da eficácia das políticas, bem como do processo político, promovem um intercâmbio interactivo entre eles próprios e a sociedade civil. Assistimos

assim, à substituição do convencional sistema de sentido único, no qual as políticas eram impostas de «cima» para «baixo».

A Comissão Europeia, citando Pari (membro do Comité Económico e Social) questionou, “Como construir a Europa para os seus cidadãos e com os seus cidadãos?” (Comissão Europeia, 2004c):8).

Certamente que a consulta e a participação da sociedade civil, nomeadamente através dos representantes das Organizações Não Governamentais, contribuirá para que sejam satisfeitas algumas necessidades desta mesma sociedade e, por outro lado, possa ser contrariado o cepticismo público.

Embora as solicitações para uma participação da sociedade civil pareçam correctas, em teoria, suscitam algumas questões práticas e levam alguns estudiosos a confrontarem-nos com leituras um pouco diferenciadas. Apesar de alguns defenderem que a participação directa reforça a legitimidade do processo político, “outros receiam que este facto possa ter como efeito secundário o enfraquecimento da legitimidade das instituições democráticas representativas” (Comissão Europeia, 2004c):9).

Estes receios fundamentam-se no facto dos decisores políticos poderem apenas encarar a participação da sociedade civil como mero pretexto para aplicar as respectivas agendas predeterminadas (Comissão Europeia, 2004c):10).

Apesar do esforço feito para que a sociedade civil participe de forma activa na tomada de decisão, algumas vozes dizem que a presença desta não se tem notado no processo de decisão, mas sim na explicação posterior das decisões tomadas para que estas tenham mais facilmente o seu aval. A presença de organizações numa audiência de apresentação de determinadas decisões tem, um valor significativo para o seu aval, sendo muitas vezes conotado apenas o aspecto da sua presença.

Um grupo de trabalho organizado por funcionários das instituições europeias preocupado com o desvio antidemocrático representativo de Bruxelas, promoveu uma análise a estes factos e referiu que “o povo, entendido como a totalidade dos cidadãos, é o grande ausente. O paradoxo da governança é que nos propõem ampliar a democracia, com a inclusão da sociedade civil, quando esta é precisamente o conjunto de relações no qual os indivíduos não são cidadãos, mas simples vectores de interesses particulares. O cidadão é o membro do povo soberano. As

prerrogativas que colocam a lei – expressão de vontade soberana – acima do interesse privado são a única garantia contra a desigualdade e contra a dominação dos mais fracos pelos mais fortes” (Brown 2000-2002).

Uma outra questão que terá de ser revista terá a ver com o facto de uma vez conseguida a participação, os cidadãos poderem não estar suficientemente interessados ou informados para se envolverem mais profundamente no debate, bem como não existirem canais eficazes, e em número suficiente, para estes manifestarem as suas opiniões.

Para além destes receios, alguns estudiosos chamam a atenção de que “a participação é mais do que um disfarce conveniente. Argumentam que esta intimidade crescente reflecte o esbater das fronteiras e competências tradicionais na sociedade moderna” (Comissão Europeia, 2004c):10).

Por outro lado, são feitas algumas chamadas de atenção no sentido de salientar que, de nada valerá criar modelos para a participação da sociedade civil, se não forem acompanhados de determinadas mudanças culturais nos círculos políticos e de decisão. (Comissão Europeia, 2004c):12). E, neste sentido, a Comissão Europeia salienta, pela voz de Krüger (seu membro) que, “não é suficiente criar a oportunidade de participar. A participação deve implicar uma mudança real de atitudes” (Comissão Europeia, 2004c):12). Referindo-se a Bok (Professor da Universidade de Utrecht), a Comissão Europeia salienta que se as instituições pretenderem a participação dos cidadãos, à qual, actualmente tanto apelam, têm de desenvolver e possuir “estruturas intermediárias de ligação com a comunidade – os grupos da sociedade civil são demasiado pequenos e encontram-se muito disseminados para participar adequadamente” (Comissão Europeia, 2004c):15).

Actualmente, os meios e instrumentos da tecnologia moderna existentes fornecem certamente, algumas das ferramentas exigidas para levar por diante a complexa tarefa de envolver directamente os cidadãos na governação europeia de uma forma mais efectiva. Ferramentas como a Internet, podem promover oportunidades cruciais, revolucionando alguns dos mecanismos da actual democracia.

A nossa percepção diz-nos que a participação insuficiente da sociedade civil reside, em parte, na falta de conhecimento e sensibilidade para as questões europeias e, por outro lado, reside ainda na ausência de mecanismos de fácil utilização facultados pelas instituições europeias para obterem a participação activa dos cidadãos. Nos últimos anos tem se assistido a algum esforço feito por estas no que diz respeito à disponibilização desses mecanismos. Importa

salientar, por exemplo a forma como a Comissão Europeia apresentou o «Livro Branco – Governança Europeia» e como promoveu a sua discussão, disponibilizando um site na Internet especificamente dedicado à sua discussão, com a disponibilização dos conteúdos resultantes da participação da sociedade civil.

Este livro foi também um instrumento da Comissão Europeia para incentivar a promoção de uma maior consulta e a participação da sociedade civil, no que diz respeito à discussão das questões europeias.

### **3.1.2 – Participação do poder local e regional**

A governação europeia atribuiu uma importância crucial à participação dos intervenientes regionais, locais e não governamentais. O seu envolvimento no processo de decisão comunitário tornou-se uma condição de boa execução desses processos e de aceitabilidade das regras que estes impõem.

Assim, a governação europeia implica a promoção de uma articulação entre os diferentes protagonistas públicos independentes que intervêm em diferentes níveis geográficos e em torno de objectivos de interesse comum. Por outro lado, procura implicar também os protagonistas privados, na medida em que os governos das sociedades têm por objectivo garantir a responsabilidade do poder de gestão perante as partes interessadas.

Desta forma, é patente a chamada de atenção feita pelas instituições europeias, nomeadamente do Comité das Regiões para que autarquias locais e regionais, tendo em atenção as suas atribuições e competências, participem no processo de decisão comunitário. Desta forma, podem fazer ouvir a sua voz no que diz respeito às necessidades regionais, junto das instituições europeias e, ao mesmo tempo, transportarem a mensagem das mesmas para as populações locais que representam. Este duplo mandato certamente contribuiria ainda mais para transmitir um voto de confiança, relativamente ao funcionamento da União Europeia e à implicação da sua actividade na vida quotidiana dos cidadãos.

O Comité das Regiões (CdR 103/2001 fin, 2002a):11) apela “a uma maior cooperação com os actores locais” e, considera ainda que “as autarquias locais e regionais, por seu lado, são responsáveis pela gestão das políticas mais próximas dos cidadãos. Para maximizar os resultados, é imperioso privilegiar a abordagem da «base para o topo» e que os vários níveis cooperem estreitamente num clima de confiança mútua. Só a cooperação e a solidariedade

entre as autarquias locais e regionais farão com que se pense globalmente e se aja com eficácia” (CdR 103/2001 fin, 2002a):9).

Nesta conformidade e tendo presente a repartição de competências que prevalece em cada Estado-Membro, o Comité das Regiões (CdR 103/2001 fin, 2002a):9), por um lado, considera importante o desenvolvimento e o estabelecimento de «contratos tripartidos por objectivo» inscritos no «Livro Branco – Governança Europeia», com o intuito de associar as autoridades locais e regionais à aplicação das políticas comunitárias. Por outro lado, “considera que novas formas de governação permitiriam às esferas de governação cooperar mais plena e eficazmente” (CdR 103/2001 fin, 2002a):11).

### **3.2 – Estabelecimento de parcerias**

Na década de sessenta, a Comissão Europeia, pondo em prática as suas potencialidades de governação da União Europeia, iniciou um processo lento que culminou com a criação, em 1975, do Fundo Regional de Desenvolvimento Europeu. Durante o processo de criação do fundo em causa, a Comissão Europeia envolveu neste processo actores de níveis diferentes, incluindo elementos dos governos nacionais de cada Estado-Membro. Na prática, a Comissão Europeia recorreu aos seus próprios recursos e conhecimentos internos, mas baseou-se também em contribuições advindas ao nível da geografia regional e do desenvolvimento regional.

Com este processo, surgiram as parcerias como uma nova forma de governação europeia.

A partir de então as parcerias a nível europeu emergiram como uma nova estratégia de promoção de uma estreita colaboração e trabalho conjunto entre actores de natureza diferenciada, nomeadamente o sector público, privado, voluntário e comunitário, bem como entre diferentes níveis de governação, nomeadamente europeia, nacional e local.

Teixeira (2004:152) referindo-se a Geddes (1998), salienta que muitas vezes o conceito de parceria é utilizado com variadas feições, bem como com conteúdos diferenciados. Este mesmo autor, salienta que este conceito é empregue em documentos europeus, assim como em muitos outros, para qualificar o tipo de relações de colaboração que as instituições europeias, nomeadamente a Comissão Europeia, procura estabelecer e ou desenvolver com diferentes organizações (Teixeira, 2004:152).

Aquando do surgimento da noção de parcerias em contexto europeu, estas eram tidas como algo muito formal, como as relações constitucionais e ou mesmo institucionais entre os órgãos

representativos, principalmente ao nível supranacional. No entanto, a sua noção foi evoluindo e, nos anos noventa, a parceria passou a considerar-se um elemento chave nas suas políticas e programas.

Tal como Teixeira (2004:152-153) refere, “o princípio da parceria ultrapassou os limites tradicionais da consulta aos parceiros sociais para se estender a novas formas de governância e para reunir autoridades nacionais, regionais e locais em novas formas de cooperação juntamente com outros actores sociais, nomeadamente os que estão fora da esfera do Estado”. Segundo este mesmo autor, a dimensão da esfera de influência das relações «tipo parcerias» advém de diversos factores. Entre estes destaca o co-financiamento de vários programas comunitários que dependem dos Estados-Membros ou das suas autoridades regionais e/ou locais; a implementação das políticas da União Europeia; o reconhecimento dos actores institucionais envolvidos nos diferentes processos de controlo e monitorização da acção política. Salienta ainda que, para a União Europeia, as parcerias podem trazer um valor acrescentado ao promoverem a execução de determinados projectos; ao influenciarem os actores locais a colaborarem com outros parceiros em projectos inovadores e de redes de conhecimento e aprendizagem (Teixeira, 2004:152-153).

Para além das mais valias referenciadas, podemos ainda acrescentar que estas permitem e favorecem a transmissão rápida do conhecimento e boas práticas.

Figueira e Olímpio (2005:141), fazendo referência a Ruivo (2000) e Serafim (1999), salientam que “tais parcerias, com a presença das autarquias locais, podem ter um importante papel na resolução dos problemas sociais e na concretização de projectos de desenvolvimento local cujas intervenções são cada vez mais qualificadas e qualificantes dos territórios, das organizações e das pessoas”.

### **3.3 – O funcionamento em rede**

Na opinião de Laffan (2000-2002) a governação em rede não surge como resposta a um défice democrático, nem como resposta aos problemas normativos. Surge como resposta da Comissão Europeia aos constrangimentos reais em que ela própria operava.

No seu papel actuante em todo o processo de integração da União Europeia, a Comissão Europeia tornou-se uma defensora da criação de redes como nova forma de governação.

Exemplo disso é a constituição da Rede Europeia de Carrefours Rurais que é analisada neste trabalho.

A análise dos documentos preparativos do Livro Branco da Comissão Europeia sobre a Governança Europeia (COM (2001) 428 final, 2001b)) e os documentos que estiveram na base da discussão inicial, mostram-nos com evidência o desejo da Comissão Europeia de «vender» a questão da governação e a importância atribuída às redes, indo ao encontro da participação activa da sociedade civil.

Prodi (2000), num dos seus discursos, deu um sinal claro desta ideia ao referir que devíamos “deixar de pensar em termos de poderes hierarquizados, separados pelo princípio da subsidiariedade, e começar a pensar pelo contrário numa rede em que os diferentes níveis de governação trabalham conjuntamente na elaboração, na proposta e na aplicação e acompanhamento das políticas”.

Por um lado, o Comité Económico e Social (CES 1198/2000, 2000: 10-11), defende que a perspectiva clássica, segundo a qual o Estado é soberano enquanto prestador de serviços, deveria ser substituída por uma relação de cooperação entre este e a sociedade. Os cidadãos esperam do Estado, não apenas o cumprimento da legislação mas sim uma maior eficiência na prestação dos serviços. Por outro lado, defende ainda que uma política para a modernização da administração “deverá conferir maior atenção às redes de cooperação descentralizadas e maior relevo à eficiência e eficácia económicas, incluindo uma maior eficiência na execução administrativa e a análise da situação económica para a determinação de métodos alternativos de execução”(CES 1198/2000, 2000: 10-11). Com isto foram lançadas as sementes para o desenvolvimento de novos modelos de relacionamento e interacção entre a União Europeia e a sociedade desenvolvendo uma ideia de rede.

## **Conclusão**

Pelo facto de a União Europeia constituir uma entidade *sui generis*, cuja gestão assenta no funcionamento das suas instituições e órgãos e no relacionamento destes com os Estados-Membros e vice-versa, a questão da governação esteve sempre presente. Não assenta na forma de gestão que se baseia fundamentalmente um «Estado». Por esta razão, entre outras, os responsáveis pela sua génese, bem como os diferentes dirigentes das suas instituições tiveram presente a questão da governação. Daí que os modelos utilizados, dotados também eles de

algumas especificidades provenientes da natureza da União Europeia, evoluíram em função do processo de construção da mesma e, por sua vez, contribuíram para este mesmo processo.

Apesar da questão da governação estar sempre presente e se verificar uma contínua preocupação com esta questão, tal como qualquer outra organização, a União Europeia no final dos anos oitenta início dos anos noventa, ressentiu-se da ineficiência proveniente dos seus modelos de governação. A questão da governação colocou-se e o encontrar respostas para a mesma, tornou-se uma prioridade.

Na resposta a esta questão, realçamos o papel dos responsáveis políticos da Comissão Europeia que, pela natureza da instituição e funções exercidas, desenvolveram um papel importante no encontrar de respostas para esta questão.

Num passado recente (ano de 2000), a promoção de novas formas de governação constituiu-se num dos grandes objectivos da Comissão Europeia que se consubstanciou na apresentação do «Livro Branco – Governança Europeia». Este, gerou uma grande discussão pública, sendo feito o apelo para que, para além da opinião esperada das outras instituições e órgãos europeus, a sociedade civil tinha também um papel a desempenhar.

Na análise desta discussão pública, a Comissão Europeia considerou que esta se traduziu num número de contributos modesto, mas de uma riqueza singular de contributos.

Depois da análise da questão de governação na União Europeia, nomeadamente das novas formas de promoção da governação europeia, importa reflectir sobre os instrumentos adoptados pela mesma. Esta reflexão foi levada a cabo na II Parte deste trabalho, ao analisarmos a Política de Informação e Comunicação da União Europeia, bem como a Rede Europeia de Carrefours Rurais.

## **II PARTE**

# **INSTRUMENTOS DE GOVERNAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA**



# **III Capítulo – A Política de Informação e Comunicação da União Europeia**

## **Introdução**

Neste Capítulo abordamos a Política de Informação e Comunicação da União Europeia, como instrumento de governação.

No primeiro ponto fazemos referência à Política de Informação e Comunicação da Comissão Europeia salientando os seus princípios básicos e estruturas, à implementação de acções de descentralização de informação e comunicação, e ainda, às alterações que esta política sofreu a partir do ano 2000. Neste ponto fizemos ainda referência às alterações promovidas ao nível das Redes e Centros de Informação Europeia, nomeadamente, aos Carrefours Rurais europeus. Importa referir que as referências feitas à Política de Informação e Comunicação da Comissão Europeia devem-se ao facto de esta estar na génese da Política de Informação e Comunicação da União Europeia, e, as referências feitas aos Carrefours Rurais europeus, devem-se ao facto de estes terem feito um trabalho importante ao nível da difusão de informação europeia. Os Carrefours Rurais europeus que são abordados no IV Capítulo deste trabalho, constituíram-se instrumentos de promoção da Política de Informação e Comunicação da Comissão Europeia, ao fazerem chegar a informação aos cidadãos do mundo rural europeu.

No segundo ponto é apresentado o quadro conceptual da Política de Informação e Comunicação da União Europeia. Fazemos referência à institucionalização do novo quadro de cooperação para as actividades desenvolvidas no âmbito desta política, à estratégia de informação e comunicação, e ainda, à aplicação dessa mesma estratégica.

## **1 – Política de Informação e Comunicação da Comissão Europeia**

No final dos anos oitenta início dos anos noventa a incerteza relativamente à construção da União Europeia demonstrada por parte dos cidadãos colocou em evidência uma quebra na confiança que, até então, estes depositavam no processo de construção da União Europeia.

A percepção desta alteração fez com que no Tratado de Maastricht, por um lado, se verificasse a preocupação de inscrever a importância da participação do cidadão nas decisões a tomar (Comunidades Europeias, 1992:7). Por outro lado, para lutar contra o sentimento de desconfiança dos cidadãos, foi ainda evidenciado o objectivo de contrariar esse mesmo sentimento. A «Declaração 17 relativa ao Direito de Acesso à Informação» anexada ao Tratado

em causa, refere que a Conferência considerou que a transparência do processo decisório reforçava a confiança dos cidadãos na administração e o carácter democrático das instituições europeias. Neste sentido foi recomendado à Comissão Europeia que apresentasse ao Conselho, o mais tardar até 1993, “um relatório sobre medidas destinadas a facilitar o acesso do público à informação de que dispõem as Instituições” (Comunidades Europeias, 1992:229).

Na altura verificou-se uma explosão de exigências por parte dos cidadãos, no sentido de demonstrar a sua insatisfação com a forma como a União Europeia estava a ser conduzida. A União Europeia não respondia aos interesses, necessidades e aspirações dos cidadãos.

A falta de credibilidade sentida pelo cidadão passou para a opinião pública, mobilizando-a. Estes factos fizeram ressaltar nas instituições europeias a necessidade de criar meios e modalidades para aproveitar e encorajar o exercício da participação activa, como direito e dever dos cidadãos ao nível da formação da decisão comunitária.

## **1.1 – Princípios básicos e estruturas**

Em 1993, o então membro da Comissão Europeia, João de Deus Pinheiro, apresentou um documento intitulado «A Política de Informação e de Comunicação da Comissão - Uma nova abordagem», com o objectivo de analisar os procedimentos de informação da Comissão Europeia. Este documento apresentou os princípios básicos e definiu o enquadramento da política da Comissão Europeia no domínio da informação e da comunicação e definiu ainda, os procedimentos e estruturas implicadas e necessárias para a implementação desta política (Sec (93) 916/9 final, 1993a)).

Neste documento foram identificados problemas internos e externos, ao nível da definição dos desafios a alcançar, dos quais destacamos a inexistência de uma abordagem em que o diálogo com o cidadão fosse o lema e visasse a transparência da informação; a falta de coordenação com várias entidades externas intervenientes na difusão da informação; e, por último, a facilitação do acesso à informação e utilização da mesma.

Em termos genéricos foram identificadas três principais categorias de informação, a saber: informação política, informação geral e informação especializada, para os quais novos procedimentos deviam ser tomados. Verificou-se a necessidade de assegurar a criação de um mecanismo em que a dimensão da informação e comunicação fosse integrada em todas as políticas da Comissão Europeia, criando-se um plano de informação para todas as propostas a apresentar (Sec (93) 916/9 final, 1993a)).

Neste sentido, foram atribuídas responsabilidades diferenciadas às diferentes Direcções-Gerais e Serviços da Comissão Europeia. À Comissão Europeia, enquanto Órgão Colegial, a responsabilidade passava pela definição das prioridades relativamente à política de informação e comunicação, bem como a identificação das principais ideias a transmitir e as respostas face à evolução registada. Ao Serviço de Porta-Voz foi-lhe atribuída a função de informar os meios de comunicação social acreditados em Bruxelas, dando a conhecer a «Política» e as actividades da Comissão Europeia e dos seus membros, bem como o estabelecimento do contacto estreito com a Direcção-Geral X – Informação, Comunicação, Cultura e Audiovisual.

À Direcção-Geral X – Informação, Comunicação, Cultura e Audiovisual foi-lhe dado a conhecer que seria objecto de uma transformação organizativa e que a sua função se fundamentaria, principalmente, na exigência de adaptação às necessidades dos cidadãos em termos de informação e comunicação; no exercício da escuta das opiniões expressas por terceiros; e, no permitir uma profícua exploração dos meios de comunicação, especialmente os audiovisuais e os electrónicos.

Às outras Direcções-Gerais e Serviços da Comissão Europeia foram atribuídas responsabilidades que passavam por informar a Direcção-Geral das actividades desenvolvidas em matéria de informação e de comunicação; por facultar informações de natureza especializada, quer ao grande público quer a públicos específicos; e, por preparar planos de informação para serem integrados nas propostas de qualquer política.

Às Representações da Comissão Europeia, sedeadas nos diferentes Estados-Membros, foram alargadas as suas atribuições. Entre outras funções, estas ficavam com a responsabilidade de dinamizar as Redes e Centros de Informação dos respectivos Estados-Membros.

Aos Centros e Redes de Informação, importantes instrumentos em termos de estratégia de informação e comunicação, impunha-se a adopção de uma abordagem mais sistemática e coerente ao nível da informação e comunicação.

Foi ainda feita alusão à cooperação interinstitucional, tendo sido considerado que a Comissão Europeia tinha de desenvolver sinergias de cooperação com as outras instituições europeias, com os Estados-Membros, com as entidades locais, e ainda, com as organizações não governamentais. A responsabilidade de facultar informação aos cidadãos era agora partilhada pelos Estados-Membros e pelas instituições comunitárias, com o objectivo de promover uma maior aproximação entre a União Europeia e os seus cidadãos (Comissão Europeia, 1994 a):12-14).

## **1.2 – Prossecução de acções de descentralização de informação e comunicação**

No sentido da implementação de acções descentralizadas de informação e comunicação, a Comissão Europeia, tendo presente o público-alvo e a necessidade de responder aos seus interesses, instituiu um conjunto de mecanismos internos destinados a assegurar uma maior coerência e coordenação das suas actividades e implementou medidas relativas ao acesso de documentos na posse das instituições.

No seguimento desta tomada de posição e na tentativa de aproximar o cidadão da União Europeia, a então Comissão Europeia, presidida por Jacques Santer (1995-2002), atribuiu ao Comissário Marcelino Oreja a competência das relações com os Estados-Membros em matéria de informação e comunicação e de transparência, entre outras.

Este Comissário definiu como principal prioridade da sua acção aproximar a União e as suas instituições dos cidadãos europeus (Comissão Europeia, 1996:273-275). Para tal foram tomadas medidas no sentido de reforçar a descentralização e a transparência, enumeradas como factores chave da comunicação referida anteriormente e, foi dado maior relevo à utilização de meios modernos de comunicação (televisão por satélite e Internet).

Através do servidor piloto «Europa» na Internet, a Comissão Europeia fez com que a informação europeia estivesse acessível, em tempo real, ao maior número de cidadãos possível (Sec (93) 916/9 final, 1993a).

Na sequência do relatório designado «Legislar melhor» apresentado em 1994, a Comissão Europeia deixou expresso o seu empenhamento em aplicar o princípio «Agir menos para agir melhor» por meio de iniciativas legislativas mais selectivas e de um diálogo constante e aberto com os cidadãos e os Estados-Membros (Comissão Europeia, 1996:18).

A procura constante da descentralização das acções de informação foi sendo uma realidade, consubstanciada também nas acções desenvolvidas e proporcionadas pelos Gabinetes da Representação da Comissão Europeia dos Estados-Membros e, os respectivos Carrefours Rurais europeus.

Num esforço contínuo, a Comissão Europeia tentava a todo o custo implementar a descentralização das acções de informação que as instituições europeias haviam definido (Comissão Europeia, 1997a):260-263).

Com o passar dos tempos foram sendo tomadas medidas no sentido de uma só política de informação, comum a todas as instituições europeias, um maior envolvimento das representações nacionais e dos Estados-Membros, bem como dos diferentes Centros, Redes e estruturas de informação de proximidade com o cidadão, nomeadamente dos Carrefours Rurais europeus.

A discussão contínua sobre a Política de Informação e de Comunicação da União Europeia permitiu que fossem dados passos no sentido do reforço da cooperação interinstitucional no domínio da informação e comunicação. Assim, entre a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu, conforme as especificidades e necessidades, foi implementada uma política de informação e comunicação comum ou distinta conforme o seu carácter. Quando fossem acções de comunicação para o grande público e acções de carácter geral sobre a actividade da União Europeia, estas podiam ser implementadas pela Comissão Europeia e pelo Parlamento Europeu. Quando fossem actividades de comunicação direccionadas para a imprensa e todas aquelas que dissessem respeito às actividades específicas de cada uma das instituições em causa, estas podiam ser levadas a cabo pelos serviços de informação específicos de cada instituição. No entanto, foi considerado que o reforço desta coordenação devia permitir a cada instituição autonomia suficiente, com o intuito de preservar a transparência das funções e das responsabilidades de cada instituição.

O facto da Comissão Europeia presidida por Jacques Santer se ter demitido em 1999 fez com que a actividade da imprensa fosse particularmente intensa. A Comissão Europeia passou a ser considerada pela imprensa dos Estados-Membros uma instituição a quem se podia e devia pedir contas.

A partir deste episódio, os jornalistas passaram a dar mais atenção à Comissão Europeia, razão pela qual foi criado um serviço específico de «Imprensa e Comunicação».

### **1.3 – Alterações gerais iniciadas em 2000**

Como já foi referido no II Capítulo deste trabalho, a Comissão Europeia, presidida por Romano Prodi, apresentou uma comunicação «Objectivos Estratégicos 2000-2005 – Configurar a nova Europa», na qual estavam inscritos os quatro grandes objectivos estratégicos que se comprometia implementar nos cinco anos do seu mandato. Um deles era o de promover novas formas de Governação Europeia (COM (2000) 154 final, 2000b)). Para atingir este objectivo existia a consciência da necessidade de implementar um conjunto de procedimentos,

nomeadamente, o de fazer com que o cidadão participasse activamente na forma como a «Europa» estava a ser gerida.

No que diz respeito à Política de Informação e Comunicação, a Comissão Europeia preocupou-se em dar-lhe continuidade através do apoio dos Centros de Informação de proximidade que continuavam em expansão: Info-Points Europe – 128 e os Centros de Informação e de Animação Rural – 130 (Comissão Europeia, 2001c):445-448).

Por sua vez, a criação do serviço de «Imprensa e Comunicação» já referido, permitiu melhorar os métodos de difusão das mensagens da Comissão Europeia. Este tornou-se responsável pelo apoio aos Carrefours Rurais europeus.

A melhor difusão de informação efectivou-se através da difusão de informação na Internet, através da televisão, bem como das Representações da Comissão Europeia nos Estados-Membros. A descentralização da informação ganhou mais ênfase saindo reforçado o papel da Comissão Europeia, nomeadamente, na sua relação com os «media», com os políticos e com a sociedade civil. De salientar que este esforço não ocorreu apenas por parte da Comissão Europeia. Ao nível das outras instituições europeias o esforço foi também no mesmo sentido, para que a problemática da informação e da comunicação se transformasse numa questão horizontal a todas as políticas.

No decorrer da presidência de Romano Prodi (período 2000-2005) foram vários os documentos que surgiram das diferentes instituições europeias relativos à Política de Informação e Comunicação. Nesta sequência, foi de extrema importância e pertinência a aprovação do Regulamento (CE) nº 1049/2001, relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão Europeia. Este documento considerou, entre muitos outros aspectos, a necessidade de assegurar uma maior transparência aos trabalhos levados a cabo pelas instituições europeias, bem como assegurar uma melhor participação dos cidadãos no processo de decisão e garantir uma maior legitimidade e eficácia do mesmo (Comissão das Comunidades Europeias [J.O.], 2001a)).

Importa ainda realçar o trabalho da Comissão Europeia efectuado no sentido de reformular a Política de Informação e Comunicação, respondendo aos apelos do Parlamento Europeu<sup>5</sup> e do Conselho Europeu de Helsínquia<sup>6</sup>.

Na verdade, a Comissão Europeia, tendo em conta o âmbito específico da informação e comunicação, deu ênfase à descentralização, à abordagem integrada ao estabelecimento de parcerias com a sociedade civil, à promoção de acções de informação bem definidas, à colaboração reforçada entre os Gabinetes do Parlamento Europeu e as Representações da Comissão nos Estados-Membros e, à promoção de acções comuns com os Estados-Membros.

### **1.3.1 – Alterações substanciais ao nível das Redes e Centros de Informação**

Relativamente ao nosso trabalho de investigação, importa salientar que ocorreram alterações substanciais nas orientações relacionadas com o funcionamento dos Carrefours Rurais europeus, nomeadamente ao nível do seu papel crucial no âmbito da difusão da informação europeia. Assim, foram implementadas, em 2002, medidas que visaram consolidar a colaboração e desenvolver uma nova abordagem tendo em conta a execução da estratégia apresentada em 2001 (COM (2001) 354 final, 2001a)).

A Rede Europeia de Carrefours Rurais foi revalorizada. A afirmação do trabalho desenvolvido pelos Carrefours Rurais europeus e a cooperação entre as diversas Redes e Centros fez com que estes tivessem assumido um carácter prioritário. Razão pela qual foi criado um site específico no servidor “Europa” direccionado para a divulgação das suas actividades e foi reforçada a cooperação com os Gabinetes do Parlamento Europeu.

Em face do reconhecimento do trabalho destes foi promovida uma avaliação dos mesmos com o objectivo de promover a constituição de uma rede de informação europeia de segunda geração. Esta rede teria por base os ensinamentos deixados pelos Carrefours Rurais europeus

---

<sup>5</sup> O Parlamento Europeu através da Resolução de 14 de Maio de 1998 sobre a política de informação e de comunicação na União Europeia, (Comissão das Comunidades Europeias [J.O.], 1998), bem como através da Resolução de 14 de Março de 2001 (Comissão das Comunidades Europeias [J.O.], 2001b)) e Boletim da União Europeia 3-2001, ponto 1.4.77 (Comissão das Comunidades Europeias [Bol], 2001a)) sobre a estratégia de informação e comunicação da União Europeia, procurou incitar e convidar a Comissão Europeia a adoptar uma posição relativa à estratégia de informação e de Comunicação da a União Europeia. Na resolução de 14 de Março de 2001, o Parlamento Europeu referiu que esperava que, em cada Estado-Membro, as redes e os centros de informação europeia, tanto a nível regional como local, fossem mobilizados em maior grau em torno de uma estratégia comum de informação e comunicação articulada sobre a integração e a cidadania europeia.

<sup>6</sup> No Conselho Europeu de Helsínquia, que decorreu de 10 a 11 de Dezembro de 1999, o Conselho Europeu exortou ao Parlamento Europeu, ao Conselho e à Comissão Europeia para fornecerem informações gerais coordenadas acerca da União Europeia implementando uma optimização de recursos existentes.

como instrumentos de efectivação da Política de Informação e Comunicação da Comissão Europeia.

As Representações da Comissão Europeia, bem como os Gabinetes do Parlamento Europeu e os Estados-Membros viram reforçado o papel de apoio a dar aos Carrefours Rurais europeus. Verificou-se uma cooperação entre as instituições em causa e os Estados-Membros na gestão das campanhas de informação que tinham por objectivo sensibilizar a opinião pública para os temas prioritários, nomeadamente, o alargamento, o futuro da Europa, o espaço de liberdade e o papel da União Europeia no mundo.

A estas campanhas de informação os Carrefours Rurais europeus responderam prontamente com a apresentação de candidaturas que lhes permitiram promover acções de informação directamente voltadas para o cidadão.

Importa ainda referir que, a Assembleia-geral dos Carrefours Rurais europeus de 2003 se constituiu uma oportunidade de preparar a aplicação da nova estratégia de informação e comunicação (COM (2002) 350 final, 2002). Nesta Assembleia-geral, pela primeira vez, para além de representantes da Comissão Europeia, participaram representantes do Parlamento Europeu, do Conselho, do Comité Económico e Social e do Comité das Regiões. A cooperação interinstitucional passou a ser uma realidade, nomeadamente ao nível do apoio aos Carrefours Rurais europeus destes *Centros*. Aos Carrefours Rurais europeus era agora facultada informação e documentação também destas instituições.

## **2 – Quadro conceptual da Política de Informação e Comunicação da União Europeia**

Da análise da Política de Informação e Comunicação da Comissão Europeia feita no segundo ponto desta Secção pudemos perceber que as instituições europeias estavam a traçar um trajecto que lhes permitiria chegar à definição de uma Política de Informação e Comunicação da União Europeia. A Política de Informação e Comunicação da Comissão Europeia esteve na génese desta política, bem como as comunicações que passaremos a apresentar nos pontos seguintes. Estas comunicações constituíram o quadro conceptual e a instrumentalização da Política de Informação e Comunicação da União Europeia.

## **2.1 – Institucionalização de um novo quadro de cooperação**

Em 2001 a Comissão apresentou uma comunicação «Um novo quadro de cooperação para as actividades no âmbito da política de informação e comunicação da União Europeia», cujo objectivo principal era o de criar um quadro de cooperação no âmbito da informação e comunicação da União Europeia. Esta comunicação constituiu um primeiro passo para uma estratégia global e coerente no sentido de uma Política de Informação e Comunicação da União Europeia. Por sua vez, esta comunicação centrou-se na cooperação interinstitucional, bem como nas relações com os Estados-Membros, os Parlamentos nacionais, as autoridades locais e a sociedade civil (COM (2001) 354 final, 2001a).

As particularidades desta comunicação fizeram com que fosse considerada elemento essencial da nova Governação Europeia, constituindo-se num dos primeiros passos a dar para a apresentação de uma estratégia para a Política de Informação da União Europeia. Assim, no sentido de conceber a reestruturação da política de informação, a Comissão Europeia, através desta comunicação, propôs-se: apresentar um quadro instrumental através da identificação, da partilha e do agrupamento dos instrumentos existentes; apoiar os objectivos específicos, nomeadamente, fazer com que a Europa estivesse mais perto dos cidadãos através do diálogo e do acesso à informação objectiva e correcta; e ainda, definir condições para a cooperação entre as instituições comunitárias, os Estados-Membros (a nível nacional, regional e local) e a sociedade civil no sentido de proporcionar informação ao grande público. Chama ainda a atenção para a combinação das expectativas e exigências do público-alvo e para a necessidade de passar informações de nível básico e suscitar o debate acerca da governação europeia, obrigando a que as instituições europeias e os Estados-Membros fortaleçam a cooperação e, desenvolvam novas formas de trabalho conjunto.

A cooperação pretendida “implicará a execução conjunta das políticas de informação e práticas de gestão simples, descentralizadas e que envolvam menos burocracia possível” (COM (2001) 354 final, 2001a):3).

Após a definição do quadro apresentado pela comunicação em causa, o objectivo era suscitar o debate que deveria ser aberto e estruturado. Como a comunicação apenas definiu o «quadro», o posterior debate deveria centrar-se no seu conteúdo (COM (2001) 354 final, 2001a).

Neste sentido, era necessário que as partes envolvidas contribuíssem para, entre outros aspectos, o esforço de aproximação da Europa aos cidadãos; a responsabilização da coerência e fiabilidade do fluxo informativo; a integridade das instituições (respeitando a autonomia

própria); e, o tratamento da informação – informação geral, especializada e de imprensa – das instituições europeias.

Em síntese, no âmbito desta cooperação institucional, estava patente a necessidade de um quadro de cooperação aberto entre a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu; de um novo quadro de cooperação com o Conselho e as outras instituições, os Estados-Membros e os Parlamentos nacionais; bem como de uma abordagem aos Serviços de Informação e Comunicação da Comissão. Estes quadros de cooperação são abordados nos sub pontos seguintes.

### **2.1.1 – Quadro de cooperação aberto entre a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu**

No que diz respeito a este novo quadro, as instituições envolvidas atribuíram importância às actividades e estratégias de informação e comunicação, estabelecendo um quadro de cooperação e identificando três níveis de intervenientes. Assim, ao nível político, sob a forma de um Grupo Interinstitucional para a Informação (GII), este novo quadro estabelecia as linhas de orientação e as prioridades da política comum de informação. Este grupo tinha por função controlar o funcionamento da cooperação entre as instituições em causa, bem como apresentar anualmente a análise evolutiva e as orientações estratégicas das actividades de informação no âmbito desta cooperação. As suas decisões passavam principalmente pela indicação anual das áreas prioritárias das actividades informativas; pela identificação dos objectivos a atingir e a estratégia a seguir em relação a cada prioridade identificada; pela determinação dos instrumentos base a utilizar (por exemplo, o Programa de Informação ao Cidadão Europeu (PRINCE)); bem como pelo aconselhamento das disposições de controlo a implementar e avaliação do impacto das mesmas.

Ao nível operacional, os serviços operacionais da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu (Direcção-Geral PRESS e a DG Informação e Relações Públicas (Direcção-Geral III), respectivamente) ficaram com a responsabilidade de preparar, aplicar, controlar e avaliar as actividades de informação a implementar no âmbito desta cooperação. A execução destas responsabilidades era efectuada em colaboração com o Grupo Interinstitucional para a Informação.

Ao nível descentralizado, as medidas passavam a ser implementadas pelas Representações e Gabinetes sedeados nos Estados-Membros. De notar que, mesmo antes da publicação desta comunicação, a cooperação já existia localmente numa base *ad hoc*. No entanto, este novo

quadro de cooperação veio promover e exigir maior nível de coordenação local, intercâmbio de informações e cooperação no sentido do reforço e eficácia das acções. As Representações e os Gabinetes passaram a ser considerados como centros de cooperação descentralizada em cada um dos Estados-Membros, tendo em conta as informações estratégicas provenientes do Grupo Interinstitucional para a Informação. A cooperação entre estes estabelecia-se em contactos sistemáticos a nível local e através de intercâmbios regulares de planos e iniciativas, tendo em conta as condições e circunstâncias do país em causa.

Aquando da publicação da comunicação que estamos a analisar era consensual que as informações de base acerca da União Europeia deveriam ser da responsabilidade das Instituições Europeias e dos Estados-Membros através dos instrumentos já existentes, nomeadamente os Carrefours Rurais europeus. (COM (2001) 354 final, 2001a):6-9).

Os Centros de Informação e as Redes existentes foram considerados os órgãos mais adequados para o exercício da função de difusão de informação, pois já estavam adoptados e a trabalhar em função das circunstâncias de cada Estado-Membro. Assim, designadamente os Carrefours Rurais europeus, só conseguiriam levar por diante a sua função primordial de informar todos os cidadãos se conseguissem chegar ainda mais próximo dos mesmos. Foi referida a importância de encontrar, a nível local, entidades credíveis para passarem a informação europeia de forma também credível, bem como a importância do estabelecimento de parcerias com os Estados-Membros, com a sociedade civil e com as organizações não governamentais (COM (2001) 354 final, 2001a):9).

Aquando da apresentação deste novo quadro de cooperação foi considerada a necessidade deste ser abrangente, pelo que as instituições europeias e os Estados-Membros foram convidados a participar activamente na sua formulação.

O Conselho, pelo facto de dispor de uma política de informação e comunicação que se fundamentava em relações directas com a imprensa e meios de comunicação social, bem como na partilha de meios com as outras instituições, foi convidado a analisar a forma como podia participar no Grupo Interinstitucional para a Informação.

Aos Estados-Membros, a Comissão Europeia referiu que os esforços de descentralização deviam continuar, nomeadamente através do estabelecimento de parcerias e, que o incentivo político deveria consistir em facultar informações ao nível público, não só através das Representações e dos Gabinetes, mas também através de parcerias que envolvessem organismos nacionais, regionais e locais e da sociedade civil.

Às outras instituições europeias e órgãos, a Comissão Europeia, por um lado, propôs-lhes que as actividades de informação deveriam ser incluídas em todos os contactos estabelecidos e, por outro lado, que o material informativo produzido para utilização pública, tivesse informação sobre a instituição em causa.

Nesta mesma comunicação foi ainda feita uma abordagem, nomeadamente aos Serviços de Informação e Comunicação da Comissão Europeia, ao tratamento da informação sectorial, bem como aos meios, aos instrumentos e à avaliação.

Em anexo a esta comunicação, constam documentos que comprovam a análise promovida a um conjunto alargado de instrumentos, nomeadamente, actividades prioritárias de informação (Programa de Informação do Cidadão Europeu), Redes e Centros de Informação, serviços de valor acrescentado (Europe Direct, Eurojus), Europa, SCADPlus, Europa por Satélite (EbS), Euronews, Bibliotecas, Centros de Documentação, publicações e co-produções audiovisuais, visitas. Foram estes os instrumentos considerados, cuja coerência global e visibilidade deveria ser reforçada, criando e implementando sinergias de cooperação com as instituições europeias, bem como os Estados-Membros e a sociedade civil (COM (2001) 354 final, 2001a):6-41).

Sumariamente, a Comissão Europeia, com a apresentação do «novo quadro de cooperação para as actividades no âmbito da política de informação e comunicação da União Europeia», pretendeu identificar as bases organizativas para a cooperação, os instrumentos e ferramentas para as actividades de informação e comunicação, bem como os diversos métodos de avaliação à informação facultada pelas instituições.

De certa forma, foi um trabalho de base feito pela Comissão Europeia, no sentido de uma política de informação e comunicação que fosse sustentada e permanente; descentralizada e baseada num efeito multiplicador; e, adaptada e adequada.

## **2.2 – A estratégia de informação e comunicação da União Europeia**

Na sequência da comunicação apresentada em Junho de 2001, referenciada no ponto 2.1 deste Capítulo, a Comissão Europeia adoptou em Julho de 2002 uma nova Comunicação «Uma Estratégia de Informação e Comunicação para a União Europeia» (COM (2002) 350 final, 2002).

Nesta, foram definidos e explicitados os conteúdos, bem como a metodologia para aplicar a nova estratégia, cujo quadro institucional e instrumental tinham sido apresentados aquando da

comunicação «Um novo quadro de cooperação para as actividades no âmbito da política de informação e comunicação da União Europeia».

A nova comunicação propôs os seguintes objectivos: dotar a União Europeia de uma verdadeira capacidade de elaboração e difusão de mensagens (adaptadas e precisas) sobre os diferentes temas prioritários de informação; desenvolver verdadeiras sinergias ao nível das estruturas e capacidades dos Estados-Membros, no sentido de criar uma parceria voluntária e operacional entre a União Europeia e estes; redefinir e construir uma «imagem» da União Europeia; bem como valorizar as linhas de acção da construção Europeia. Esta comunicação procurou responder ao desafio democrático que se fazia sentir na União Europeia, consequência do desinteresse dos cidadãos europeus relativamente às questões europeias e que se reflectia na falta de legitimidade atribuída às instituições europeias por parte dos cidadãos (COM (2002) 350 final, 2002).

Esta realidade foi reconhecida e proclamada na Declaração de Laeken, onde os Chefes de Estado e de Governo referiram que a União Europeia não poderia continuar o seu progresso sem que se verificasse o apoio e a adesão dos cidadãos europeus à construção europeia. Estava patente nesta declaração o reconhecimento de que para aproximar as instituições europeias do cidadão europeu era indispensável uma acção conjunta entre as instituições europeias e as instituições dos Estados-Membros. Depreendia-se que a acção conjunta podia vir a contribuir, de forma positiva, para diminuir o défice de informação que se fazia sentir (COM (2002) 350 final, 2002:6)

De uma forma geral, quando colocadas questões sobre questões comunitárias eram muitos os cidadãos que não sabiam quais as funções da União Europeia. No entanto, na sua maioria, os cidadãos europeus, consideravam que a União Europeia é a “expressão fusional do continente da liberdade, da solidariedade e da diversidade, e muitos partilham da convicção de que chegou o momento de a Europa assumir as suas responsabilidades a nível mundial” (COM (2002) 350 final, 2002:6).

Constatava-se que o desconhecimento ou a incompreensão do funcionamento da União Europeia por parte da maioria do cidadão europeu se baseava na complexidade do processo de funcionamento e construção, bem como na ausência de uma política de informação e comunicação da União Europeia a nível das instituições europeias e dos Estados-Membros.

A Comissão Europeia no «Livro Branco – Governança Europeia» salientava que a implementação de uma política de informação e comunicação europeia de forma eficaz seria um dos elementos estratégicos extremamente necessários para o desenvolvimento de uma melhor governação europeia (COM (2001) 428 final, 2001b):13).

A Estratégia de Informação e Comunicação para a União Europeia veio, de certa forma, responder a este desafio suscitando uma responsabilidade partilhada por parte das instituições europeias e dos Estados-Membros no campo da informação e comunicação. Esta responsabilidade partilhada assentava na tomada de consciência e na vontade política de fazer com que o cidadão participasse, de forma activa, no processo de decisão europeu.

Nesta estratégia estava patente a vontade política das instituições europeias e dos Estados-Membros em desencadear uma maior cooperação em matéria de informação e comunicação e uma estratégia de informação concertada em relação aos grandes temas europeus. Só desta forma seria permitido à União Europeia falar a uma só voz e as mensagens poderiam beneficiar do efeito multiplicador necessário e inexistente até ao momento. Para responder a este desafio a Comissão Europeia propôs que a União Europeia elaborasse e apresentasse mensagens adaptadas e convenientemente direccionadas sobre os temas prioritários e, que as parcerias com os Estados-Membros permitissem o desenvolvimento de sinergias entre as estruturas e as suas capacidades, em complemento às acções da União Europeia (COM (2002) 350 final, 2002:8-9).

Pretendia-se uma estratégia de informação e comunicação comum a todas as instituições, dotada de uma maior coerência e de um referencial comum às instituições europeias, bem como detentora de um fio condutor que serviria de referência central e constante para todas as acções de informação. As instituições europeias vêem-se na necessidade de promover uma mudança profunda em matéria de informação e comunicação.

Neste sentido, a Comissão Europeia propôs o estabelecimento de um “memorando de entendimento” com o Conselho, o Parlamento e com cada Estado-Membro. Este memorando selando um compromisso contratual recíproco entre a União Europeia e os Estados-Membros de cooperação, tinha por objectivo melhorar a divulgação de informações gerais sobre os assuntos europeus.

Ao nível da parceria com a sociedade civil, a Comissão Europeia, nesta comunicação destacou o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelos Centros de Informação disseminados pelos

Estados-Membros. Estes, tendo em conta a sua experiência, a sua flexibilidade e a sua proximidade com os representantes da sociedade civil e com os cidadãos, foram considerados pela Comissão Europeia como instrumentos privilegiados para a implementação da estratégia de informação e comunicação da União Europeia. Foi realçado que estes, no terreno, “encarnam a sinergia entre meios da União Europeia, dos Estados-Membros e da sociedade civil, concretizando o princípio da descentralização da informação” (COM (2002) 350 final, 2002:26).

### **2.3 – A aplicação da estratégia de informação e comunicação para a União Europeia**

Em Abril de 2004, a Comissão Europeia apresentou uma nova comunicação «Aplicação da estratégia de informação e comunicação para a União Europeia» que, não era mais do que o quadro de referência de uma comunicação destinada ao grande público fundamentando-se num reforço da cooperação interinstitucional e no desenvolvimento de parcerias estruturadas com os Estados-Membros (COM (2004) 196 final, 2004). Esta tinha por objectivo promover uma melhor imagem da União Europeia e das suas instituições, bem como da legitimidade, do conhecimento e da percepção das suas missões e, da melhoria da qualidade do debate público europeu. Estes objectivos podiam ser atingidos na sua globalidade se as instituições europeias e os Estados-Membros conseguissem fazer com que os cidadãos fizessem parte integrante do processo de decisão europeu; fosse dada uma maior atenção aos próprios cidadãos e às suas preocupações; bem como se verificasse uma reconstrução da própria imagem da União Europeia.

Para sua materialização a própria comunicação previa uma abordagem realista e progressista, fundamentada na capacidade da própria União Europeia de elaborar e difundir mensagens prioritárias, devidamente adaptadas e direccionadas. Previa ainda o estabelecimento de parcerias, voluntárias e operacionais com os Estados-Membros, que promovessem sinergias entre as estruturas e as capacidades destes, na tentativa de complementar as acções da União Europeia.

A aplicabilidade coerente desta estratégia assentava na melhor coordenação dos meios da própria Comissão Europeia, no que diz respeito aos seus instrumentos de comunicação, bem como à sua própria cultura de comunicação. E, a coordenação fundamentava-se na melhor sinergia dos meios de acção da Comissão Europeia.

Esta estratégia, por um lado, preconizava uma comunhão de objectivos entre as três instituições comunitárias cuja aplicabilidade devia ser desenvolvida de forma concertada e, por outro lado, assentava num contrato de confiança de colaboração interinstitucional (COM (2004) 196 final, 2004).

Mais uma vez é feita alusão à cooperação interinstitucional iniciada em 2002 com a criação do Grupo Interinstitucional para a Informação, já referenciado anteriormente neste trabalho. Este grupo interinstitucional constituía, não mais do que, um contrato de confiança de colaboração entre instituições.

Tal como inscrito na estratégia em causa, o desafio da União Europeia em matéria de comunicação era “acima de tudo, um desafio de mobilização, de suscitar a curiosidade dos cidadãos, de criar interesse e de o fazer através de uma mensagem alicerçada em valores comuns, mas cujo conteúdo seja suficientemente concreto para que os cidadãos se possam identificar com ele” (COM (2004) 196 final, 2004: 7).

Mais uma vez foram feitas referências ao importante papel dos Carrefours Rurais europeus, tendo sido referido que “estes centros são muito pró-activos e que, nos Estados-Membros, tanto as autoridades nacionais, locais ou regionais, como as estruturas de acolhimento dos centros e as Representações da Comissão os consideram canais de informação cruciais para os cidadãos” (COM (2004) 196 final, 2004: 14). E, esta estratégia veio ainda conferir aos Carrefours Rurais europeus “um papel essencial no desenvolvimento da segunda geração das suas fontes de informação” (COM (2004) 196 final, 2004: 14).

## **Conclusão**

Como vimos neste Capítulo, a Política de Informação e Comunicação da União Europeia está ainda em definição e, como tal, as instituições europeias nestes últimos anos têm vindo a desenvolver esforços no sentido da sua definição. Fizemos referência ao quadro conceptual desta política, na medida em que analisamos alguns dos documentos apresentados pela Comissão Europeia que procuram identificar e caracterizar alguns dos instrumentos desta mesma. Pudemos perceber que esta política assentará na cooperação interinstitucional e procurará servir os objectivos comuns às mesmas instituições europeias.

Importa ainda salientar, por um lado, as chamadas de atenção feitas relativamente ao trabalho importante que os Carrefours Rurais europeus desenvolveram. E, por outro lado, as

implicações que as alterações propostas e apresentadas neste quadro conceptual tiveram ao nível da gestão e do apoio destes, bem como ao nível do trabalho desenvolvido.

As linhas de orientação desta política tiveram repercussões, que se fizeram sentir ao nível da Rede Europeia de Carrefours Rurais promovendo o surgimento de um novo modelo de «Centros de Informação Europeia de segunda geração». A promoção deste novo modelo de centros de informação europeia visava a criação de Centros que respondessem melhor às necessidades de informação do cidadão.

Na génese desta política de informação e comunicação da União Europeia está o terminar do projecto «Carrefours Rurais europeus» e o surgimento de Centros de Informação Europeia de segunda geração designados de «Centros de Informação EUROPE *DIRECT*».

Importa ainda referir que, após o surgimento dos documentos que constituem o quadro conceptual da política em causa, que foram referenciados neste trabalho, já foi apresentado um «Livro Branco sobre uma política de Comunicação Europeia» que ainda está em análise. Este não é alvo de análise deste trabalho.



## **IV Capítulo – A Rede Europeia de Carrefours Rurais**

### **Introdução**

A Rede Europeia de Carrefours Rurais foi criada numa lógica de aproximar os cidadãos recorrendo a novas formas de organização. A sua gestão estava directamente ligada à Comissão Europeia e constituía-se como instrumento da União Europeia para promover iniciativas no mundo rural. Assentava no modelo de governação em rede, tal como a própria designação o indicava e desdobrava-se em redes nacionais a cada um dos Estados-Membros da União Europeia.

Para um melhor conhecimento do Carrefours Rurais, no primeiro ponto deste Capítulo fazemos alusão ao contexto europeu aquando da sua criação. No segundo ponto fazemos referência ao processo formal implícito na criação de um Carrefour Rural europeu, nomeadamente ao projecto de candidatura a apresentar e à natureza da convenção a assinar após a sua criação. No terceiro ponto referimo-nos aos objectivos, à natureza e ao modo de funcionamento da rede Europeia de Carrefours Rurais, bem como à natureza das entidades hospedeiras destes Carrefours Rurais e trajecto feito pelos Carrefours Rurais europeus. E, por último, no quarto ponto apresentamos, ainda que muito sucintamente, o Caso Português – A Rede Nacional de Carrefours Rurais que é objecto de análise da III Parte deste trabalho.

### **1 – Contexto do surgimento dos Carrefours Rurais europeus**

Em Maio de 1988, a então Direcção-Geral VI da Comissão Europeia, incumbida da Agricultura, tomou a iniciativa de redigir uma comunicação sobre «O Futuro do Mundo Rural». Nesta comunicação foram expressas preocupações que residiam na retracção sentida no sector agrícola e nas respectivas consequências que daí advinham para o mundo rural originadas pela falta de informação (COM (88) 591 final, 1988).

Com esta comunicação, a Comissão Europeia chamou atenção de que as noções de espaço ou de mundo rural envolviam mais do que uma simples delimitação de área geográfica. Correspondiam a todo um tecido económico e social e abrangiam as mais diversas actividades. O espaço rural, para além da função de quadro de vida e de actividade económica, continha funções importantes para a sociedade como um todo. E, pelo facto de ter sido submetido a mutações profundas, o equilíbrio desejado das suas diferentes funções apresentava-se fragilizado.

A Comissão Europeia salientou que a promoção de um desenvolvimento rural que pudesse manter ou que reinstalasse o equilíbrio indispensável e desejado, constituía uma necessidade primordial para o momento. Só desta forma era possível responder à sequência de mutações que tinham vindo a ocorrer (COM (88) 591 final, 1988: 7).

Com esta comunicação, a Comissão Europeia procurou, numa primeira parte, analisar a evolução mutacional verificada no mundo rural, o que lhe permitiu detectar “tendências fortes” que poderiam determinar a sua evolução futura. Numa segunda parte, preconizou uma abordagem comunitária dos problemas do mundo rural, realçando a necessidade de examinar os dispositivos comunitários de intervenção existentes, adaptando-os e complementando-os, no sentido de uma acção reforçada e conjunta. Desta forma foi identificada a necessidade de serem criados programas integrados, que promovessem o desenvolvimento rural. Numa terceira parte, avançou com a indicação dos principais domínios de acção comunitária, com desenvolvimento de orientações e sugestões concretas, tendo por objectivo final, a promoção futura do mundo rural. Por último, a Comissão Europeia analisou os fundos estruturais existentes preconizando a sua reforma e a intervenção financeira a favor do mundo rural (COM (88) 591 final, 1988).

Tal como referiu numa entrevista o chefe da unidade “Cidadãos e Políticas Comunitárias” na DG X – Direcção Geral da Informação, Comunicação, Cultura, Audiovisual da Comissão Europeia da altura, “este documento apresentava uma visão nova e muito interessante do mundo rural” (Comissão Europeia, 2001a): 48).

Esta afirmação baseava-se no facto da Comissão Europeia ter insistido na necessidade de uma acção concertada em vez de medidas pontuais e específicas, visando encorajar o desenvolvimento do mundo rural e a implementação de políticas e programas comuns à Comunidade com impacto no mundo rural europeu.

Colocando a tónica na necessidade de ser efectuada uma abordagem global e não sectorial, esta comunicação preconizava uma ligação entre a política agrícola, o desenvolvimento rural e as restantes políticas comunitárias. O que se enquadra na perspectiva mais global de rede de acordo com o modelo de governação, no qual se procura envolver os actores e promover mais a sua participação. E, tal como o chefe da unidade “Cidadãos e Políticas Comunitárias” na DG X – Direcção Geral da Informação, Comunicação, Cultura, Audiovisual da Comissão Europeia referiu na entrevista citada anteriormente, a comunicação apresentada pela Comissão

“propunha uma estratégia global para o desenvolvimento das zonas rurais” (Comissão Europeia, 2001a): 48).

Com a apresentação desta comunicação, a Comissão Europeia procurou suscitar a mobilização da Comunidade Europeia, bem como dos Estados-Membros para o desenvolvimento do mundo rural. Consequência da importância atribuída através da nova visão do mundo rural implícita, esta comunicação proporcionou uma consulta dos diferentes serviços da Comissão Europeia, dando origem à realização de acções de discussão entre as diferentes Direcções-Gerais. Esta instituição europeia salientou que a inexistência de informação sistemática e rápida em quase todos os domínios (económico, comercial, social,...), era uma forte desvantagem para todos os agentes rurais. Esta realidade era agravada e reforçada pelo défice de comunicação entre os diferentes agentes de uma mesma região.

Para além da falta de informação e comunicação constatava-se a tomada de consciência tardia e incompleta de novas evoluções; a ausência de sensibilidade e mobilização; e, a tomada de posições e ou de reacções, eram muitas vezes desfasadas no tempo e mal concebidas.

Face à inexistência de soluções capazes de resolver os problemas desta natureza, a Comissão Europeia apresentou um conjunto de medidas e meios que poderiam proporcionar uma progressiva evolução no sentido positivo. Desde logo tomou iniciativas concretas e orientadas para a mobilização dos agentes rurais, nomeadamente a organização de seminários, a edição de brochuras e a promoção programas de intercâmbio de informação e experiências no domínio do desenvolvimento rural (COM (88) 591 final, 1988: 60).

Com o objectivo de, por um lado, facilitar e estimular o diálogo, a reflexão e a cooperação entre os agentes socioeconómicos do mundo rural e, por outro lado, facilitar os contactos, o intercâmbio de informações e de experiências entre diferentes regiões, a Comissão Europeia assumiu o compromisso de examinar a possibilidade de “instalar estruturas «visíveis» de informação e de animação, incentivando a criação de pontos de encontro que se poderiam designar por «pontos de encontro de informação e de animação rurais»”. (COM (88) 591 final, 1988: 61). Estes «pontos de encontro» poderiam ser instalados junto de organismos públicos ou privados existentes que, pela sua natureza, já eram considerados focos de animação e de informação. A intenção expressa da Comissão Europeia era a de arrancar, já em 1989, com algumas experiências piloto com o objectivo de recolher rapidamente elementos de apreciação que permitissem uma eventual extensão da acção nos anos seguintes (COM (88) 591 final, 1988: 61).

Estava patente no pensamento dos políticos envolvidos nesta discussão que, para implementar uma abordagem global, era necessário dispor de lugares (fóruns) onde todos os intervenientes da sociedade rural pudessem encontrar-se.

A falta de informação, no mundo rural, era uma das realidades de então.

A comunicação em causa preconizou a criação dos «Pontos de encontro de informação e de animação rurais» designados de «Carrefours Rurais Europeus – Centros de Informação Europeia e Animação Rural». Estes, tal como considerou a Comissão Europeia, constituíam fontes de informação ascendente podendo, desta forma, dar conta da vida e da dinâmica do desenvolvimento rural às instituições comunitárias e vice-versa. Contribuiriam assim, para aumentar o fluxo informativo entre a Comissão Europeia e as populações rurais (COM (88) 591 final, 1988).

Após a apresentação desta comunicação foram realizadas algumas sessões de discussão da mesma, tal como o dissemos anteriormente, no sentido de serem tomadas medidas que conduzissem a resultados resposta às questões nele colocadas. A questão do acesso à informação, por parte dos agricultores, foi também discutida pois considerava-se na altura que os agricultores tinham necessidade de obter informação precisa e conselhos de âmbito agrícola. Neste sentido, para além de um conjunto de propostas de surgimento de projectos pilotos em variadíssimos domínios do desenvolvimento rural, foi feito o apelo para que fossem realmente criados os Carrefours Rurais europeus.

A recepção de intenções por parte de alguns organismos de diferentes Estados-Membros foi rápida e o lançamento dos Carrefours Rurais europeus ocorreu logo no ano de 1989, como projecto-piloto.

Importa também referir que a natureza das entidades hospedeiras desses mesmos Carrefours Rurais europeus era diversificada. Como exemplo, referir que os Carrefours em causa estavam sedeados em Escolas Agrícolas, Universidades, em Centros de Formação Profissional e em Associações de Jovens Agricultores (Comissão Europeia, 2001a): 48-49).

A criação desta rede visou colmatar uma lacuna em termos de divulgação da informação da União Europeia junto dos cidadãos, especialmente para aqueles que, até pela sua posição geográfica, se encontravam excluídos do processo de integração da União Europeia com repercussões para o desenvolvimento rural das regiões rurais.

## **2 – A formalização dos Carrefours Rurais europeus**

Após a demonstração, por parte de uma entidade do interesse na criação de um Carrefour Rural, perante a Comissão Europeia, era-lhe remetido por esta um «Memorando sobre a criação de um Centro de Informação/Carrefour». Neste, eram fornecidas à entidade em causa, indicações do que deveria ser apresentado para a formulação de um projecto de criação de um Centro. Das indicações deste processo de candidatura destacamos a exigência de elementos que permitissem: a apresentação da(s) entidade(s) que subscrevesse(m) o projecto; a descrição sócio geográfica da região em que o Centro a criar fosse implantado, bem com a previsão do impacto que o mesmo iria ter junto das populações; a sistematização do que se pretendia com a criação do Centro em causa (razões da sua criação, objectivos a atingir e actividades a desenvolver); a indicação dos parceiros envolvidos e a natureza da sua envolvência (a nível financeiro e a outros níveis); a explanação das perspectivas de desenvolvimento futuro; e ainda, a indicação da possibilidade de serem anexados documentos considerados pertinentes no sentido de facultarem, a quem estivesse a analisar o projecto em causa, garantias de credibilidade e razões justificativas de viabilização do mesmo.

Para além destas exigências fazia parte deste processo a apresentação das dotações financeiras – Projecto de Orçamento –, no qual deviam constar, quer o montante a solicitar à Comissão Europeia quer as outras fontes de receitas consideradas neste projecto.

As entidades proponentes tinham de demonstrar a existência de experiência em diversas áreas como por exemplo, na prestação de apoio às comunidades rurais da sua área de intervenção; nas apetências para o desenvolvimento de laços de cooperação com outras entidades activas no mundo rural, nas apetências que lhes proporcionassem o estabelecimento de relações com as administrações nacionais e regionais; bem como com as redes de desenvolvimento rural existentes nas suas áreas de intervenção.

Após a recepção de um projecto, a Comissão Europeia efectuava todo um trabalho de análise, que a conduzia ou não à sua aprovação.

A necessidade de sistematizar os procedimentos relativos à criação dos novos projectos, bem como de estruturar as relações entre os seus colaboradores, fez com que fossem elaborados documentos de forma a estabelecer e a definir as obrigatoriedades entre a entidade hospedeira e a DG X – Informação, Comunicação e Cultura, Audiovisuais da Comissão Europeia. Surgiu

assim, pelo que conseguimos apurar, a partir de 1995, a chamada «Convenção»<sup>7</sup>. Esta constituía o suporte documental onde eram sumariados os compromissos assumidos entre a União Europeia, representada pela Comissão Europeia e pelo «Contratante» – a entidade que tinha apresentado o projecto de candidatura para a criação de um Carrefour Rural.

Quando se verificava a aprovação do projecto, era dado conhecimento à entidade em causa e iniciava-se o processo de preparação da «Convenção» que iria ser posteriormente assinada pelas partes envolvidas – Comissão Europeia e Entidade Hospedeira do respectivo Carrefour Rural.

A «Convenção» foi concebida como meio de consolidar e melhor enquadrar a colaboração entre as duas partes, dotando-a de bases mais sólidas. Era celebrada por um período de um ano, podendo ser renovada anualmente por acordo tácito entre as duas partes. Para a denunciar, cada uma das partes tinha de apresentar um aviso prévio antes três meses do seu término (Comissão Europeia, 1994c).

Quando a DG X – Informação, Comunicação e Cultura, Audiovisuais da Comissão Europeia pretendia efectuar alterações na «Convenção» assinada apresentava aos Carrefours Rurais europeus ou Carrefour em causa um documento a dar conta das alterações pretendidas e, solicitava a sua assinatura. Este documento era posteriormente integrado na «Convenção».

Apesar da renovação da «Convenção» ocorrer por acordo tácito entre as duas partes, a Direcção Geral X – Audiovisual, Informação, Comunicação e Cultura, instituiu a apresentação anual de uma «Declaração de Intenção» que precisava o propósito da entidade hospedeira continuar com as suas funções de informação e de animação rural, tal como definidas na Convenção assinada.

No final do ano de 2003, na sequência da entrada em vigor do novo regulamento financeiro da União Europeia (Regulamento (CE, Euratom) nº 1605/2002), foram enviadas informações para as entidades hospedeiras alertando para o facto de não haver a possibilidade de atribuição de uma subvenção anual para o ano de 2004. Esta alteração advinha do facto de o novo regulamento não permitir a atribuição de subvenções anuais, tal como vinha acontecer com os Carrefours Rurais europeus (Comunidades Económicas Europeias [J.O.], 2002).

---

<sup>7</sup> «Convenção» era a designação dada ao documento assinado por um representante da Comissão Europeia e um representante da entidade hospedeira do Carrefour Rural europeu criado.

O novo regulamento financeiro, fundamentado numa lógica de maior transparência e igualdade de oportunidades, restringia a possibilidade de atribuição de subvenções anuais por parte das instituições europeias. As subvenções atribuídas teriam que assentar em projectos públicos de candidatura, por períodos mais alargados. Para além destas razões, estava subjacente o princípio da diminuição de custos.

A Comissão Europeia tinha a gestão, na altura, de cerca de 1000 redes de natureza diversa, às quais atribuía subvenções anuais. Era necessário alterar esta situação e estabelecer regras específicas relativamente ao seu apoio financeiro, nomeadamente no que dizia respeito ao montante financeiro das subvenções e à forma como estas subvenções eram atribuídas.

Os Carrefours Rurais, apesar de poderem dar alguma continuidade ao trabalho até então desenvolvido não teriam, por parte da Comissão Europeia, a atribuição de nenhuma subvenção financeira. Na sequência do novo regulamento financeiro os Carrefours Rurais europeus no final do ano de 2004, deram por terminado o seu trabalho de difusão de informação europeia e de animação rural.

## **2.1 – Natureza da «Convenção»**

Na verdade, a «Convenção» sistematizava os direitos e os deveres firmados entre, por um lado, um representante da Comissão Europeia e, por outro lado, um representante do “Contratante” que não era mais do que um representante da entidade hospedeira do Carrefour Rural em causa. Desde o seu surgimento até ao ano de 2003, a «Convenção» era um documento estruturalmente muito simples. Assentava numa quinzena de artigos, entre os quais destacamos a descrição do objecto da convenção; da área de competência; das obrigações do contratante, nomeadamente as atribuições dos Carrefours e a descrição dos meios a colocar à disposição do Carrefour Rural europeu por parte da Entidade Hospedeira; das obrigações da Comissão Europeia; da responsabilidade dos Carrefours Rurais europeus; das condições de financiamento; bem como do controlo financeiro efectuado pela Comissão Europeia (Comissão Europeia, 1994c).

Em 2004, foi assinada uma nova «Convenção» a título excepcional e apenas por uma ano, firmando condições muito específicas e com uma estrutura totalmente diferente em relação à convenção assinada em anos anteriores. Pela sua especificidade, pela minúcia das condições impostas e pelo facto de terem apenas a vigência de um ano, parece-nos pouco pertinente estar aqui a fazer a sua explanação. Deixamos apenas a indicação da sua complexidade e a certeza

de que qualquer outro projecto que possa surgir neste seguimento, tem com certeza uma gestão muito mais regrada e limitada às exigências da Comissão Europeia (Comissão Europeia, 2004a)).

### ***Direitos e deveres da entidade hospedeira***

Tal como já salientamos, a «Convenção» firmava os direitos e deveres entre a entidade hospedeira de cada Carrefour Rural europeu e a Comissão Europeia.

A entidade hospedeira, de uma forma geral, comprometia-se: a integrar a nível administrativo e financeiro o Carrefour Rural criado, a efectuar a promoção do Carrefour Rural junto do público-alvo, bem como assegurar o desempenho das atribuições que lhe foram concedidas. No que diz respeito às atribuições concedidas, estas passavam pela «Informação» do público-alvo sobre os programas e medidas adoptadas pela União Europeia; pela «Animação» no incentivo ao diálogo entre os diferentes agentes, organismos e cidadãos em geral, bem como no apoio à sua participação nos programas comunitários; pela «Informação da Comissão» consubstanciada na transmissão de informação à Comissão Europeia relativamente às vivências, experiências e projectos da região; pela «cooperação no âmbito da Rede e das Redes existentes na região» assente na capacidade de cooperar com o Gabinete da Representação da Comissão Europeia respectivo a cada Estado-Membro; bem como na capacidade de cooperar com outras redes de informação e desenvolvimento rural regionais, nacionais e comunitárias.

Para conseguir desenvolver as atribuições que, de certa forma lhe eram confiadas, as entidades hospedeiras tinham de disponibilizar ao Carrefour Rural os meios necessários para o desenvolvimento das actividades que se propunham desenvolver, nomeadamente ao nível do «Pessoal» que podia ser afectado ou contratado especificamente para o desenvolvimento das actividades do Carrefour Rural. O «Pessoal» deveria possuir experiência, no que dizia respeito à informação e ao aconselhamento do mundo rural; em matéria de animação; no domínio informático; em matéria de relações públicas; no trabalho com redes; bem como ter conhecimentos das questões europeias e de línguas (das quais o francês e o inglês). Uma das pessoas adstritas ao Carrefour Rural, devia possuir experiência no domínio da documentação e tratamento da informação. A médio prazo, o Carrefour deveria dispor, pelo menos, os recursos humanos equivalentes a três postos de trabalho a tempo inteiro.

No que diz respeito aos recursos humanos, na «Convenção» assinada não existiam cláusulas onde fosse feita alguma referência à formação académica dos recursos humanos adstritos pelas

entidades hospedeiras no exercício das funções ao nível dos Carrefours. No entanto, em termos de pessoal afectado pelo organismo de acolhimento, as ressalvas feitas e já assinaladas anteriormente mostram-nos que, talvez possamos depreender alguma salvaguarda, ainda que não explícita, relativamente às necessidades e à especificidade de conhecimentos dos recursos humanos. Não sendo propósito da Comissão Europeia definir a formação académica dos recursos humanos, ficou pela definição das especificidades dos mesmos em termos de conhecimentos e experiência em algumas áreas, o que nos pode dar a indicação do grau de conhecimentos que, de certa forma, esta exigia.

Para além dos recursos humanos que deveriam ser adstritos por parte das entidades hospedeiras, estas tinham ainda de disponibilizar «Instalações» que permitissem, no mínimo, a constituição de um espaço de acolhimento do público e um local para receber e expor a documentação sobre a União Europeia; «Material e Equipamento Informático» que passariam pela existência de computadores ligados à Internet, telefone, fax, fotocopiadora e impressora.

Por fim as entidades hospedeiras ficavam ainda obrigadas a permitir a avaliação por parte da Comissão Europeia dos serviços prestados pelo Carrefour Rural, nomeadamente ao nível do controlo financeiro e o pagamento do IVA.

### ***Direitos e deveres da Comissão Europeia***

A «Convenção», relativamente aos deveres da Comissão Europeia, tinha inscrito que esta tinha a responsabilidade de coordenação e avaliação do projecto «Carrefours Rurais», bem como a assistência aos Carrefours Rurais europeus.

A assistência passava pela função de facultar informação, apoiar na formação dos recursos humanos e ajudar tecnicamente e materialmente os Carrefours Rurais europeus.

No que dizia respeito à função de informação dos Carrefours Rurais europeus, a Comissão Europeia facultava-lhes o acesso gratuito, ou sob pedido, a documentos informativos de natureza diversificada, nomeadamente ao Jornal Oficial das Comunidades Europeias; o acesso às bases de dados da própria Comissão Europeia (permitindo-lhes a conexão a uma rede telemática possibilitando-lhes a ligação entre os diferentes Carrefours Rurais europeus e a própria Comissão Europeia); e, a disponibilização de materiais destinados especificamente para os Carrefours Rurais.

Relativamente à formação do pessoal adstrito aos Carrefours Rurais europeus, a Comissão tinha por função o comprometimento de lhes possibilitar formação sobre alguns dos programas

comunitários direccionados para o mundo rural, bem como facultar-lhes a participação em cursos sobre a utilização das bases de dados da Comissão Europeia e, o Programa de Intercâmbio entre os Carrefours Rurais europeus.

No caso português, a Representação da Comissão Europeia em Portugal, procurava também promover acções onde a vertente formativa estivesse presente.

Com estas iniciativas, a Comissão Europeia procurava contribuir para melhorar os conhecimentos dos recursos humanos adstritos aos Carrefours Rurais europeus.

Quanto à «ajuda técnica e material» prestada aos Carrefours Rurais europeus, a Comissão Europeia tinha por objectivo/função a «promoção» dos mesmos, a «coordenação da rede e acompanhamento e avaliação do trabalho desenvolvido pelos Carrefours». Por outro lado, tinha de os promover, de desenvolver instrumentos que lhe permitissem a sua coordenação, nomeadamente a organização de reuniões periódicas e, a promoção da cooperação entre os membros da Rede os outros Centros de Informação.

No que diz respeito ao acompanhamento e avaliação do trabalho dos Carrefours Rurais europeus, a Comissão Europeia efectuava-o através dos relatórios de actividade e financeiros apresentados periodicamente pelos mesmos, e de algumas visitas de controlo efectuadas aos mesmos.

Desde a sua criação até ao ano de 1999, os Carrefours Rurais europeus foram sempre geridos pela DGX – Informação, Comunicação, Cultura e Audiovisual. Em 2000, passaram a ser coordenados pela Direcção Geral da Educação e Cultura e, entre o ano de 2001 e o ano de 2004, foram geridos e coordenados pela Direcção Geral de Imprensa e Comunicação.

## **2.2 – Financiamento dos Carrefours Rurais europeus**

Para além dos direitos e deveres da entidade hospedeira e da Comissão Europeia explanados nos sub pontos anteriores, existiam ainda ao nível do financiamento dos Carrefours Rurais europeus compromissos financeiros a assumir pelas duas partes envolvidas. Assim, era firmado na «Convenção» o apoio financeiro concedido ao Carrefour Rural que se constituía. No ano de criação, o Carrefour Rural recebia a chamada «Subvenção ao início de actividade» e, anualmente recebia a «Subvenção ao Funcionamento». A «Subvenção ao Funcionamento» era considerada uma Subvenção «forfetária». Os seus valores eram diferentes. No ano da sua criação, a ajuda financeira era estabelecida no valor de 15 000 ecus (Quinze mil ecus) e nos

anos subsequentes, o montante de 10 000 ecus (Dez mil ecus). Valores estes sofreram variações ao logo dos tempos.

Pelo que conseguimos apurar, as referidas subvenções mantiveram-se inalteráveis até 1998. Em 1999 e 2000 a «Subvenção ao início de actividade» e a «Subvenção ao Funcionamento» atingiram o valor de 15 000 € (Quinze mil euros), em 2001 foi de 20 000 € (Vinte mil euros), mantendo-se constante até 2004, último ano da existência dos Carrefours (Carrefours, 2000b)-2004b))<sup>8</sup>.

O pagamento da «Subvenção ao Funcionamento» obedecia a regras, nomeadamente à apresentação por parte dos Carrefours Rurais europeus de relatórios de actividade e relatórios financeiros (inicialmente semestrais e depois anuais). Para além da sua apresentação por parte dos Carrefours Rurais europeus, tinham que ser analisados e considerados aceites. Se aceites e se os Carrefours Rurais europeus obtivessem um resultado positivo em termos gerais na avaliação das prestações, eram feitos os pagamentos das respectivas subvenções por parte da Comissão Europeia.

Para além da indicação do montante que era concedido pela Comissão Europeia, importa salientar que, em Maio de 1997, foi difundido um documento sobre as «Subvenções ao Funcionamento» onde, entre outras advertências, era feita a chamada de atenção de que esta subvenção não podia, em caso algum, representar mais do que 50% do total das receitas. Apenas na convenção de 2004, esta percentagem passou para 60% (Comissão Europeia, 1997d)).

Por outro lado, este mesmo documento dava ainda conhecimento de que os Carrefours Rurais europeus podiam ainda apresentar pontualmente um pedido de subvenção no âmbito do desenvolvimento de acções específicas de informação, nomeadamente para organização de seminários ou para a modernizar instrumentos de comunicação e de informação.

O benefício destas subvenções específicas subentendia um pedido efectuado pelos Carrefours Rurais europeus à Comissão Europeia, cuja formalização se iniciava com a exposição clara e exaustiva da acção a desenvolver, acompanhada de um orçamento previsional.

---

<sup>8</sup> Quando fazemos referência a (Carrefours, 2001b)-2005b)), estamos a referir-nos aos Relatórios Financeiros dos respectivos Carrefours que constam na bibliografia desta Tese, pois por impossibilidade dos mesmos não conseguimos obter os Relatórios Financeiros do Carrefour do Algarve de 2000 a 2004 e, do Carrefour do Baixo Alentejo de 2000 a 2003.

No ano de 2004, tal como já foi frisado no ponto 2.1 deste Capítulo, os Carrefours Rurais europeus, a título de excepção, usufruíram ainda de uma «Subvenção de Funcionamento» pelo último ano (Comissão Europeia, 2004a).

Consequência das alterações introduzidas pelo novo regulamento financeiro da União Europeia, os Carrefours Rurais europeus deixaram de ser apoiados por subvenções anuais, como acontecia até então (Comissão das Comunidades Europeias [J.O.], 2002).

### **3 – Objectivos, natureza e modo de funcionamento da Rede**

#### **Europeia de Carrefours Rurais**

Os Carrefours Rurais europeus resultam de uma parceria original entre, por um lado, a Comissão Europeia, que concede assistência financeira, técnica e documental e, por outro lado, determinados organismos implantados ao nível regional (Comissão Europeia, 2001 a):11).

Na criação da Rede Europeia de Carrefours Rurais, a Comissão Europeia procurou deixar de parte o tradicional sistema hierárquico e ao mesmo tempo promover a descentralização, estabelecendo parcerias com organizações da sociedade civil com o intuito de assegurar a passagem de informação, tendo em conta as realidades sociais e territoriais.

Estas parcerias, tal como já referimos anteriormente, eram formalizadas através da assinatura de uma «Convenção» entre as partes envolvidas.

A dinâmica de criação dos Carrefours Rurais europeus promoveu a criação de uma Rede Europeia de Carrefours Rurais e, tal como Fonseca (1996: 160) referiu, “a rede dos Centros Europeus de Informação para o mundo rural, tem como objectivo propiciar uma melhor informação sobre a vida da União Europeia, bem como um maior envolvimento das populações rurais no projecto Europeu.

O contexto histórico do surgimento dos Carrefours Rurais europeus, já salientado neste trabalho, desde logo identificou o objectivo principal destes – contribuir para que a inexistência de informação europeia no mundo rural fosse contrariada, bem como diminuir o défice de comunicação entre os diferentes agentes rurais de então.

De forma sintética, podemos salientar que o objectivo destes era o de “veicular a informação comunitária no interior das Comunidades Rurais” (Comissão Europeia, 2001a):9).

Associados ao grande objectivo de fazer chegar informação às populações do mundo rural através da divulgação das políticas e dos programas comunitários importantes para o desenvolvimento rural, os Carrefours Rurais europeus tinham ainda por objectivo a promoção

do intercâmbio de experiências e de informações entre diferentes regiões da União Europeia para a resolução de problemas comuns; a promoção do diálogo entre os diversos agentes do mundo rural da região onde estavam inseridos; e, proporcionar ainda à Comissão Europeia, informações sobre a dinâmica da região da sua área de intervenção. Resultado de uma abordagem multidisciplinar, os Carrefours Rurais europeus foram criados com o objectivo de divulgar informação europeia e facilitar a aplicação, no terreno, dos programas e das acções comunitárias (Comissão Europeia, 2001a):9).

No atingir dos objectivos para os quais foram criados, os Carrefours Rurais europeus nas suas especificidades e diversidades procuravam promover a efectivação das suas funções tais como: divulgar informação sobre a União Europeia, respectivas instituições e políticas junto do público-alvo; informar e estimular a participação em programas adoptados pela União Europeia, nomeadamente aqueles que, à partida pudessem produzir impacto positivo nas zonas rurais da sua área de intervenção; estimular e facilitar a discussão e a cooperação entre os diferentes agentes sociais e económicos das respectivas zonas rurais; facilitar o intercâmbio de informação e experiências entre as diferenciadas zonas rurais dos diferentes Estados-Membros; bem como fornecer às instituições comunitárias, nomeadamente à Comissão Europeia informações sobre as diferentes dinâmicas existentes nas regiões (Comissão Europeia, 2001a):9).

O público-alvo dos Carrefours Rurais europeus era o cidadão residente nas zonas rurais. No entanto, através das suas actividades procuravam promover um trabalho direccionado para «segmentos» desse público-alvo, nomeadamente associações locais, organizações de vocação social ou económica, poderes locais, escolas, meios de comunicação social, empresários agrícolas, ... .

Do nosso ponto de vista, os Carrefours Rurais europeus constituíram-se instrumentos de comunicação e relacionamento entre a Comissão Europeia e a sociedade civil.

A plataforma subjacente à criação dos Carrefours Rurais europeus, facultada pela Comissão Europeia promoveu o seu funcionamento sob a forma de rede. A lógica de criação desta rede foi concebida no sentido de os Carrefours Rurais funcionarem como locais de encontro e de debate, onde se podiam conceber novas acções para promover o desenvolvimento das zonas rurais.

Nas actividades de informação e de animação, os Carrefours Rurais europeus procuraram promover a colaboração e o estabelecimento de parcerias, envolvendo para além da sua entidade hospedeira outras entidades, no sentido de promover o desenvolvimento da sua região.

“Graças a esta política de trabalho em equipa, partindo do local para o global, os Carrefours Rurais constituíram paulatinamente uma verdadeira rede europeia de peritos e organismos, acumulando competências e conhecimentos. Um legado de riqueza inestimável” (Comissão Europeia, 2001a): 39).

Os Carrefours Rurais europeus dispunham de uma vasta experiência em numerosos domínios (ambiente, agricultura, emprego, acções a favor dos jovens, ...), resultante do trabalho desenvolvido. A abrangência deste era notável. Como funcionavam em rede, sempre que necessário, através dos seus contactos no terreno, obtinham as respostas às mais diversas questões formuladas.

A especificidade da Rede Europeia de Carrefours Rurais europeus consistia na informação de proximidade, resultando do modelo adaptado para os objectivos a atingir. Os Centros que a constituíam trabalhavam de modo descentralizado, mais próximo dos cidadãos quanto possível. Faziam passar a informação europeia, de forma inovadora através da imprensa local, das escolas, das associações e das autoridades locais. Dispunham de múltiplos pontos de difusão de informação e difundiam a informação tentando adaptar-se às necessidades dos públicos aos quais se dirigiam (Comissão Europeia, 2001a):10).

Não se limitavam a responder a questões: eles antecipavam a procura de informação, actuando de forma pró-activa. Eles formavam, debatiam e animavam (Comissão Europeia, 2001 a):7).

Tal como nos é possível depreender, os Carrefours Rurais europeus levavam a cabo um trabalho de informação e animação envolvendo, não só a própria entidade hospedeira, mas também outras organizações e, procuravam estabelecer parcerias no sentido de operacionalizar a apresentação de candidaturas a programas comunitários e a execução de projectos regionais, nacionais ou transnacionais.

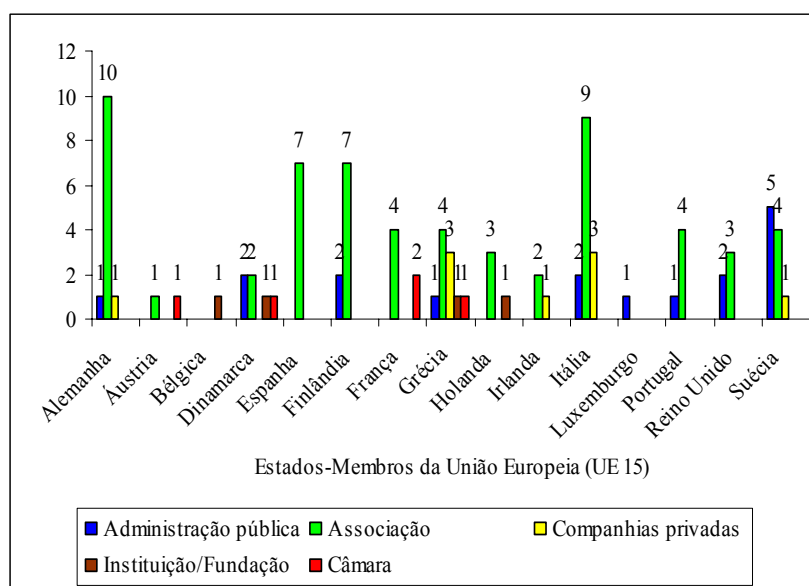
### ***As entidades hospedeiras dos Carrefours Rurais europeus***

Presentes da Lapónia ao sul de Portugal, das ilhas Baleares a Creta, passando pelo Norte da Escócia, os Carrefours Rurais europeus cobriam o conjunto do território rural (que constitui 80% da Europa), incluindo as regiões mais isoladas e mais periféricas e, tal como se pode

verificar na Figura 1, estes encontravam-se sedeados em organizações/instituições de natureza diversificada (Comissão Europeia, 2001 a):7).

Através da Figura 1, abaixo apresentada e, apesar de não corresponder à caracterização da totalidade dos Carrefours Rurais europeus existentes em 2004 (pois apenas estavam tratados os dados relativos a 95 destes), podemos perceber a existência de uma diversidade de instituições/organizações, de diferentes estatutos que acolhiam um Carrefour Rural europeu.

**Figura 1 – Natureza das Entidades Hospedeiras dos Carrefours Rurais europeus**



Fonte: <http://homepages.internet.lu/carrefour> (2002)

### ***Evolução dos Carrefours Rurais europeus***

Na sequência das recomendações inscritas no documento «O Futuro do Mundo Rural» apresentado no primeiro ponto deste Capítulo, em 1989 os Carrefours Rurais europeus surgiram como projecto-piloto.

Os primeiros a serem criados foram: o Carrefour de Poitou-Charente (França); o Carrefour Jelling (Dinamarca); o Carrefour Romagna (Itália); o Carrefour La Riola (Espanha); o Carrefour de Valónia (Bélgica); o Carrefour no Sul da Escócia (que fechou pouco tempo após a sua abertura) e o Carrefour de Kassel (Alemanha) (Comissão Europeia, 2001a): 48).

Durante um período de 5 anos, isto é, de 1989 até 1993, “a rede manteve-se como projecto-piloto, não atingindo a dezena de Carrefours. A partir de então entrou-se numa nova fase de implantação europeia” (Fonseca, 1996:161). Verificou-se portanto uma abordagem progressiva que permitiu o aumento, em número, dos Carrefours Rurais europeus.

A partir de 1993, a promoção com vista à criação de Carrefours Rurais europeus foi de tal ordem que, decorridos apenas 2 anos, os Carrefours Rurais europeus existentes atingiram o número total de 48, estando estes disseminados pelos 12 países da União Europeia (U.E. (12)). Vejamos a tabela abaixo apresentada.

**Tabela 2 – Carrefours Rurais europeus existentes em 1995**

Estado-Membro	Número	Estado-Membro	Número	Estado-Membro	Número
Alemanha	3	Espanha	7	Itália	9
Áustria	2	França	7	Portugal	4
Bélgica	1	Grécia	3	Reino Unido	6
Dinamarca	2	Irlanda	3	Suécia	1

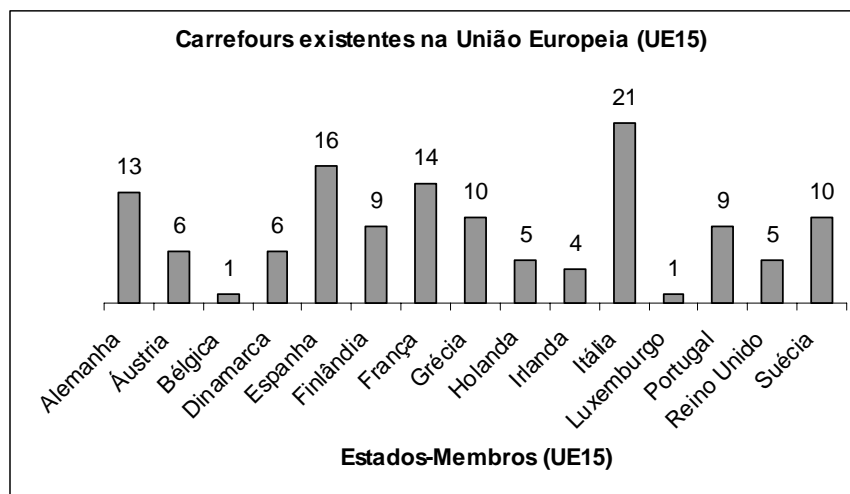
Fonte: Adaptado de Fonseca (1996)

Em função do seu trajecto evolutivo, quantitativo e qualitativo, a Rede Europeia de Carrefours Rurais mereceu, no plano europeu, uma apreciação muito positiva, tendo sido considerada uma “rede de rara riqueza, aliando as competências, o saber-fazer, as experiências” (Comissão Europeia, 2001a):7).

No ano de 2004, último ano da sua existência, eram 130 os Carrefours Rurais europeus espalhados pelos quinze Estados-Membros da União Europeia, e tal como tinha sido identificada constituíam uma «Rede» de informação referenciada de «única» com este grau de implantação na Europa Rural (Comissão Europeia, 2001a):7).

Vejamos a Figura 2, a seguir apresentada.

**Figura 2 – Carrefours existentes na União Europeia em 2004**



Fonte: <http://homepages.internet.lu/carrefour> (2002)

### ***Actividades desenvolvidas pelos Carrefours Rurais europeus***

No seguimento do cumprimento dos seus objectivos e da efectivação das suas funções, os Carrefours Rurais europeus procuravam implementar meios que proporcionassem o atingir dos mesmos. As missões e os objectivos a atingir tinham em conta o relacionamento com os actores de desenvolvimento local e o meio onde estavam inseridos.

No trabalho diário, os Carrefours Rurais europeus procuravam, nomeadamente, responder aos pedidos individuais de informação mediante a utilização das bases de dados comunitárias, das redes de informação locais e a ligação à unidade da Comissão Europeia de apoio aos Carrefours; divulgar os programas e políticas comunitárias, fazendo-se valer dos meios de divulgação ao seu alcance e de forma a atingir um maior número de cidadãos; dar a conhecer experiências e realizações promovidas por outras zonas rurais da União Europeia, no sentido de promoverem algumas das boas práticas; bem como a organização de Seminários, Conferências, Palestras, Acções Informativas alusivas a temas comunitários, entre outros.

Procuravam ainda, promover o intercâmbio entre alguns dos actores de desenvolvimento da sua área de intervenção com outros agentes de outras regiões da União Europeia, com o objectivo de partilhar conhecimentos e experiências. Esta partilha promovia o reforço das ligações entre as diferentes regiões da União Europeia.

Para além das actividades de natureza informativa que levavam a cabo, com o objectivo de envolverem cada vez mais a sociedade civil no desenvolvimento das regiões, por um lado, procuravam promover a criação de associações, instituições que visassem o desenvolvimento de um ou vários vectores carenciados da sua área de intervenção. E, quando não se faziam representar na estrutura organizacional destas, estavam certamente presentes para as apoiar no desenvolvimento posterior das actividades promovidas por estas. Por outro lado, procuravam promover o estabelecimento de relações de cooperação com outras entidades através do estabelecimento de parcerias nacionais e internacionais. O seu papel passava por procurar estabelecer relações de parceria entre a sua entidade hospedeira e outras entidades, quer regionais, nacionais ou internacionais. Esta postura visava o desenvolvimento de um trabalho descentralizado, partindo do local para o global.

Assim para além de informarem, também debatiam e animavam, no sentido de contribuírem para a tomada de consciência dos cidadãos da importância de pensar e agir à europeia. Serviam ainda de elo de ligação entre o cidadão do mais recanto do mundo rural e a Comissão Europeia, fazendo chegar as preocupações dos cidadãos ao mais alto nível de decisão (Comissão Europeia, 2001a): 7).

No final deste ponto, para além daquelas que já foram salientadas, deixamos aqui expressas algumas das actividades tipo desenvolvidas pelos Carrefours Rurais europeus:

- Gestão de um espaço aberto ao público para consulta de documentação;
- Difusão da informação, através da elaboração de materiais informativos, como por exemplo, Boletins Informativos, Fichas de Legislação;
- Acções de informação nas escolas;
- Assistência técnica a projectos no âmbito dos diferentes programas comunitários;
- Promoção de projectos de âmbito da agricultura regional;
- Animação e participação em acções organizadas a nível local;
- Intercâmbio de jovens;
- Dinamização de um espaço de acesso à Internet para a Comunidade local;
- Apoio às associações agrícolas locais;
- Promoção do associativismo agrícola;
- Participação em feiras regionais e nacionais;
- Apoio informativo a organizações locais;
- Formação para os técnicos das organizações rurais e agrícolas;
- Apoio informativo para alunos, professores e dirigentes associativos;
- Gestão de um site Web com informação europeia (Comissão Europeia, 2001a).

Na efectivação da difusão da informação europeia, os Carrefours Rurais europeus procuravam recorrer a multiplicadores de informação, como por exemplo, aos meios de comunicação social da sua região, aos jovens em idade escolar, aos técnicos das associações e aos responsáveis pelo poder local.

### ***Articulação da Rede a nível europeu e Estado-Membro***

Inicialmente, tal como já referimos anteriormente, os Carrefours Rurais europeus foram coordenados directamente pela Direcção-Geral X – Informação, Comunicação, Cultura e Audiovisual, posteriormente pela Direcção-Geral da Educação e Cultura e finalmente pela Direcção-Geral de Imprensa e Comunicação que, para além da concessão financeira que lhes era atribuída; era-lhes facultada assistência técnica; e, era-lhes atribuído um rótulo de qualidade que os identificava como rede. As alterações em termos da Direcção-Geral, que tinha por função, entre outras, de apoiar na gestão dos Carrefours Rurais europeus, prenderam-se com a reestruturação da Comissão Europeia, tal como analisamos no II Capítulo deste trabalho. Esta

reestruturação deveu-se à reforma desta instituição e à implementação da sua política de informação e comunicação.

Através da Direcção-Geral responsável por apoiar esta rede, a Comissão Europeia, por um lado, facultava-lhes apoios logísticos e financeiros que lhes permitia a promoção de acções de rede, nomeadamente, a existência de uma reunião anual conjunta, a existência de um programa de intercâmbios entre os Carrefours Rurais europeus, a existência de um site na Internet compilando documentos administrativos e de funcionamento da própria rede, bem como a existência de um serviço externo de apoio designado de Help-Desk. Por outro lado, em 1998 os Carrefours Rurais europeus nomearam entre si um coordenador nacional, contribuindo assim para a formação de um grupo de coordenadores nacionais. E, na reunião anual do mesmo ano, por votação, foram eleitos três representantes da rede Europeia de Carrefours Rurais europeus, constituindo-se o designado «Comité» (Comissão Europeia, 2001 a):10).

Este «Comité» tinha por objectivo a identificação de iniciativas que dessem alguma vivacidade e discussão em termos de funcionamento da rede, bem como a identificação de iniciativas promocionais da rede. Os elementos que o constituíam exerciam um mandato de dois anos e, reuniam-se em Bruxelas três vezes por ano.

O seu trabalho passava pela auscultação das questões colocadas ao nível dos coordenadores nacionais e, em conjunto procuravam encontrar respostas para as mesmas. Passava também pela identificação de orientações a propor aos Carrefours Rurais europeus aquando das reuniões anuais para um melhor desempenho dos mesmos. Fruto da actividade deste «Comité», foram lançadas iniciativas conjuntas, das quais destacamos a promoção da rede perante as outras instituições e órgãos europeus; a existência de um site Web comum; a identificação de um tema principal de discussão nas reuniões anuais; a existência de uma NewsLetter comum; e, a uniformização dos contactos de E-mail.

Em síntese, este «Comité» visava a promoção da rede e das suas actividades, no sentido de conseguir o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelos Carrefours Rurais europeus.

No que dizia respeito à interlocução facultada pelas Representações da Comissão Europeia em cada um dos Estados-Membros e os Carrefours Rurais nacionais a cada Estado-Membro, o processo foi melhorando ao longo dos tempos por razões que se prenderam com a reforma da Comissão Europeia e a sua política de informação e comunicação, bem como da política de informação e comunicação da União Europeia.

Aquando do surgimento dos Carrefours Rurais europeus, o seu papel, de certa forma, limitava-se à promoção de candidaturas e pela emissão de pareceres relativamente às mesmas.

Com o decorrer dos tempos e as alterações ocorridas ao nível das funções a desempenhar por estas, passaram por ser responsáveis pela coordenação, recepção e envio de materiais informativos produzidos e enviados pelos serviços da Comissão Europeia para os respectivos Carrefours.

Estas alterações que, por sua vez permitiram um maior apoio por parte das Representações da Comissão Europeia em cada Estado-Membro, foram um pouco lentas, visto as próprias Representações terem necessidade de reorganizar e reestruturar os seus serviços, para poderem fazer parte da plataforma de apoio aos Carrefours Rurais europeus.

Desde que a coordenação e gestão dos Carrefours Rurais europeus passou a ser da responsabilidade da Direcção-Geral de Imprensa e Comunicação, aí sim, o papel das Representações da Comissão Europeia tornou-se também crucial no apoio destes.

A responsabilidade das Representações da Comissão Europeia de cada Estado-Membro passaram a efectivar-se através da existência de uma interlocução muito maior; de um apoio logístico mais efectivo; bem como da promoção e lançamento de candidaturas a projectos que os próprios Carrefours Rurais podiam concorrer. Como exemplos práticos do apoio prestado destacamos as reuniões anuais promovidas nas Representações da Comissão Europeia de cada um dos Estados-Membros; as acções de formação sobre temas como «o Futuro da Europa»; a promoção de candidaturas no domínio das acções de informação específicas para os Carrefours Rurais nacionais a cada Estado-Membro.

A maior proximidade e interlocução entre as Representações da Comissão Europeia e os respectivos Carrefours Rurais resultaram, em parte, da reforma da própria Comissão Europeia e do reconhecimento de que os cidadãos europeus se sentiam afastados da acção da União Europeia, da política de informação e comunicação da União Europeia, bem como do Livro Branco sobre a governação europeia.

A necessidade de todos reunirem esforços para que a passagem de informação para os cidadãos viesse a ser uma realidade, fez mobilizar as instituições europeias, nomeadamente a Comissão Europeia. Neste sentido, esta fez com que, a nível de cada um dos Estados-Membros, fossem celebrados acórdãos de parcerias entre a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu e o Governo.

Em Portugal, no ano de 2003, foi assinado um «Memorando de Entendimento» entre o Governo da República Portuguesa, a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu com o objectivo de organizar acções de informação no âmbito da nova estratégia de informação e comunicação da União Europeia. Deste «Memorando», constituído por 10 artigos, importa realçar o acordo de Parceria que visava a coordenação das suas estratégias de informação e de comunicação sobre a União Europeia, desenvolvida a dois níveis. O primeiro dizia respeito à informação de ordem geral, no sentido de aumentar a consciencialização da existência da União e da sua legitimidade, valorizando a sua imagem e seu importante papel. O segundo dizia respeito aos grandes projectos e desafios da União Europeia em que as instituições teriam a preocupação de os transportar para os temas de informação prioritários (Governo da República de Portugal, 2003).

Este memorando firmou que se estabeleceriam relações de parceria com os Carrefours Rurais nacionais, no sentido de se conseguir uma difusão de informação mais próxima dos cidadãos (Governo da República de Portugal, 2003).

A sua assinatura surtiu efeitos positivos ao nível do funcionamento dos Carrefours Rurais nacionais, pelo facto da Representação da Comissão Europeia em Portugal e Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal terem facultado em conjunto um maior apoio. A partir de então, a presença de elementos do Gabinete do Parlamento Europeu nas reuniões dos Carrefours Rurais na Representação da Comissão Europeia, passaram a ser uma realidade. Para além disso, o Gabinete do Parlamento Europeu promoveu algumas candidaturas no âmbito das acções de informação que os Carrefours Rurais puderam concorrer. A disponibilização de materiais informativos aos Carrefours Rurais nacionais por parte do Gabinete do Parlamento Europeu, passou também a ocorrer.

Estes são alguns dos exemplos onde se depreende a existência de uma maior interlocução entre a representação da Comissão Europeia e os Gabinete do Parlamento Europeu, no apoio ao trabalho desenvolvido pelos Carrefours Rurais nacionais. No entanto importa ainda referir que, a cooperação do governo com as duas instituições e os Carrefours Rurais nacionais, foi muito incipiente. Deu-se apenas os primeiros passos, que passaram pela presença de um representante deste nas reuniões anuais que ocorriam na representação da Comissão Europeia.

## 4 – O Caso Português – A Rede Nacional de Carrefours Rurais

Tal como percebemos pela leitura da II Parte deste estudo, no âmbito da Rede Europeia de Carrefours Rurais, em todos os quinze Estados-Membros da União Europeia existiam Carrefours Rurais que constituíam a Rede Nacional de Carrefours Rurais.

Portugal, não foi excepção, respondendo positivamente à proposta da Comissão Europeia com a criação do primeiro Carrefour Rural nacional no ano de 1993. Desde então, foram aprovadas mais oito candidaturas e, em 1999, (último ano de aprovação de candidaturas em Portugal) eram nove os Carrefours Rurais nacionais espalhados em todo o seu território continental e nos Açores (ver Tabela 3). Estes são o objecto do nosso estudo.

**Tabela 3 – Breves dados sobre os Carrefours Rurais nacionais**

Designação	Localização Regional	Entidade Hospedeira	Ano de Criação
Carrefour Bragança	Bragança	Instituto Politécnico de Bragança	1994
Carrefour Norte Portugal	Vairão – Vila do Conde	Instituto de Desenvolvimento Agrário da Região Norte	1994
Carrefour da Beira Litoral	Coimbra	Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral	1994
Carrefour do Oeste – CEIDRO	Caldas da Rainha	Zona Agrária de Caldas da Rainha	1993
Carrefour do Alto Alentejo	Elvas	Escola Superior Agrária de Elvas	1999
Carrefour Beira Interior	Boidobra	Beira Serra – Associação de Desenvolvimento	1999
Carrefour do Baixo Alentejo	Mértola	Associação de Defesa do Património de Mértola	1996
Carrefour do Algarve	Faro	Associação “In Loco”	1994
Carrefour Açores	Angra do Heroísmo	Universidades dos Açores	1999

Fonte: Produção própria

Os Carrefours Rurais nacionais estavam sedeados em entidades de natureza diversificada e, de acordo com a «Convenção», Portugal definiu que a sua distribuição geográfica seria um Carrefour Rural por cada uma das NUTs II (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos). A área adstrita a cada uma das NUTs II constituía a área de intervenção de cada Carrefour Rural nacional.

Durante o período de funcionamento (período entre o ano de criação e o ano de 2004) dos Carrefours Rurais nacionais, estes desenvolveram um trabalho de informação europeia e animação rural promissor, envolvendo, não só a própria organização hospedeira, mas também outras organizações. Foram sendo estabelecidas relações de colaboração no sentido da melhor

realização de algumas acções em concreto, muitas vezes traduzidas pela execução de projectos apresentados no âmbito de programas europeus.

Através do desenvolvimento de actividades de informação dirigidas ao público-alvo, os Carrefours Rurais nacionais procuraram difundir informação para as diferentes regiões do mundo rural, sobre as orientações adoptadas pela Comissão Europeia.

## **Conclusão**

Aquando da génese da Rede Europeia de Carrefours Rurais, esteve presente a necessidade de ser efectuada uma abordagem global e não sectorial ao nível do mundo rural que preconizasse uma ligação entre a política agrícola e o desenvolvimento rural, bem como as restantes políticas comunitárias. Para atingir este objectivo, os seus promotores promoveram a sua criação sob a forma de rede e a plataforma subjacente à sua criação permitiu-lhes o funcionamento em rede.

Desta forma, os Carrefours Rurais existentes ao nível de cada um dos Estados-Membros constituíam-se como verdadeiros instrumentos de governação ao resultarem de parcerias entre a Comissão Europeia e as suas entidades hospedeiras implantadas ao nível regional; ao promoverem a cooperação entre os diferentes actores para o desenvolvimento das suas áreas de intervenção; ao contribuírem para a difusão de informação europeia junto dos cidadãos do mundo rural; e, ao fazem chegar o feedback destes à Comissão Europeia.

Em Portugal a Rede Nacional de Carrefours Rurais (à qual já efectuamos um caracterização muito sucinta) procurou também prosseguir os objectivos subjacentes à sua criação. Neste sentido, cada Carrefour Rural procurou na sua área de intervenção informar os cidadãos e contribuir para o desenvolvimento da região. As suas actividades informativas e de animação procuravam mais valias para as regiões em causa.

Pelo facto de desenvolverem um trabalho meritório à luz da governação europeia, os Carrefours Rurais nacionais constituíram o nosso objecto de estudo. Esta decisão prendeu-se com razões de interesse pessoal em analisar uma iniciativa europeia inovadora no âmbito da divulgação das actividades desenvolvidas pela União Europeia. No próximo Capítulo são apresentados e analisados os resultados do estudo levado a cabo.



## **III PARTE**

### **O CASO PORTUGUÊS DOS CARREFOURS RURAIS**



## **V Capítulo – Análise dos resultados**

### **Introdução**

Para uma melhor sistematização da informação e dados disponibilizados neste Capítulo, dividimo-lo em duas Secções.

Na I Secção fizemos referência à metodologia utilizada na construção do quadro teórico e do quadro prático, que nos permitiu conduzir o nosso estudo de caso.

No primeiro ponto referimo-nos aos procedimentos metodológicos, nomeadamente às técnicas de recolha de dados. No segundo ponto salientamos a forma como procedemos à recolha de dados, dando a conhecer o recurso a um inquérito enviado pelo correio ao universo a inquirir, bem como algumas das suas especificidades e a forma como procedemos à sua gestão. No ponto três damos a conhecer que o inquérito foi tratado com o recurso ao Programa SPSS – Statistical Package for the Social Sciences – (versão 13 para Windows), quer através do tratamento estatístico descritivo das variáveis simples quer através do cruzamento de algumas das variáveis por meio de Testes Qui-Quadrado e Testes Kruskal Wallis H (quando nos parecia oportuno).

Na II Secção procedemos à apresentação e análise dos resultados provenientes do tratamento do inquérito efectuado ao nosso universo de inquiridos, bem como do recurso de documentação dos respectivos Carrefours Rurais nacionais, nomeadamente aos relatórios de actividade e financeiros, com o objectivo de obter dados e informações que nos permitissem testar a hipótese inicialmente formulada.

Na tentativa de levarmos por diante a apresentação dos dados de uma forma sistematizada, de fácil leitura e compreensão, estruturamos esta II Secção em sete pontos distintos.

Assim, no primeiro ponto procedemos à caracterização dos inquiridos quanto ao género e idade, às habilitações académicas, à situação profissional e, às funções exercidas por estes, no âmbito da actividade «Carrefour».

No segundo ponto facultamos dados que nos permitissem identificar os Carrefours Rurais no contexto nacional. Assim, fizemos referência a dados sobre o início de actividade dos mesmos e sua localização, bem como dados referentes às entidades subscritoras das candidaturas para a constituição de cada um dos Carrefours em causa.

No terceiro ponto foram feitas referências às entidades hospedeiras e suas infra-estruturas. Abordamos dados que permitissem referir a natureza e áreas de acção dessas mesmas entidades, bem como as estruturas físicas adstritas aos Carrefours Rurais nacionais que serviram de plataforma física de apoio aos mesmos, destacando as suas potencialidades em termos de funcionalidade. Foram feitas ainda alusões aos recursos humanos existentes nestas estruturas que permitiram um melhor funcionamento a cada um dos respectivos Carrefours Rurais.

No quarto ponto abordamos os instrumentos de difusão de informação europeia, nomeadamente a frequência de elaboração de materiais informativos e a utilização de diferentes meios na difusão de informação europeia para o mundo rural.

No quinto ponto fizemos referência às dinâmicas das iniciativas desenvolvidas pelos Carrefours Rurais nacionais.

No antepenúltimo ponto, sexto ponto, referimo-nos aos projectos desenvolvidos pelos Carrefours Rurais nacionais salientando as candidaturas apresentadas e projectos executados para além das actividades predefinidas nos seus programas anuais. Procuramos perceber qual a amplitude das iniciativas propostas a financiamento, quais ou qual era público-alvo visado pela execução dos projectos em causa. Procuramos ainda tirar ilações gerais sobre os temas principais dos projectos desenvolvidos, bem como a origem da componente financeira que apoiava esses mesmos projectos.

Por último, no sétimo ponto, procuramos sistematizar informação sobre a natureza e dinâmicas das relações de cooperação. Por um lado, sistematizamos informação sobre a natureza das entidades que cooperavam com os respectivos Carrefours Rurais nacionais, bem como a natureza das próprias relações de cooperação. Por outro lado, procuramos conhecer quais os objectivos e as razões da cooperação em causa, bem como quais as razões e as especificidades das relações de cooperação que se foram estabelecendo e, os princípios e especificidades adjacentes ao estabelecimento das relações de cooperação.

# **I Secção – Metodologia adjacente ao estudo efectuado**

## **1 – Procedimentos metodológicos**

A metodologia de investigação integra um processo de selecção de métodos e técnicas com vista à efectivação de um estudo sistemático adequado ao tema a estudar. Assim, com vista à execução do estudo em causa, tornou-se necessário construir um quadro teórico de referência, orientador da pesquisa. Este quadro teórico foi construído através de uma revisão bibliográfica selectiva e, teve por objectivo o conhecimento de um conjunto alargado de conceitos a incluir na problemática.

A efectivação e concentração na leitura de textos de análise, de âmbito diversificado, bem como de interpretação dos fenómenos de um estudo, permitiram a obtenção de uma ideia mais clara da abordagem pretendida. Por sua vez, o conhecimento das teorias subjacentes aos fenómenos do estudo em causa, permitiu-nos uma melhor construção do quadro conceptual inerente a este mesmo estudo.

Um projecto de investigação científica, segundo Quivy e Campenhoudt (1998) é construído fundamentalmente em três momentos distintos, os quais englobam sete etapas. O primeiro momento, diz respeito à ruptura com as ideias predefinidas e as falsas evidências que nos podem conduzir à resolução dos problemas e à resposta das questões levantadas, mesmo antes da efectivação de qualquer estudo. Este momento engloba a questão de partida e o estudo exploratório. Por sua vez, o segundo momento diz respeito à construção, que se constitui na articulação de teorias e factos. Contribui para o enriquecimento de conhecimentos teóricos que se constituem como ferramentas de análise da realidade em estudo. Este momento que, de certa forma, é a base de fundamentação daquilo que se pretende provar no nosso estudo, engloba três etapas. Estas, dizem respeito à problematização (quadro teórico), à construção do modelo de análise (quadro conceptual) e à observação. Por último, o terceiro momento é o da verificação. Este engloba as duas últimas etapas, a análise dos dados e a apresentação das conclusões. Na análise dos dados, são seleccionadas as técnicas, bem como os métodos mais adequados à pesquisa em causa.

Nas conclusões, são retiradas as ilações conclusivas possíveis, face aos resultados conseguidos.

Dadas as exigências e natureza da investigação que nos propusemos efectuar, bem como os objectivos perspectivados, recorreremos ao estudo de caso, tal como já o referimos aquando da identificação da metodologia a seguir.

## **1.1 – Técnicas de recolha de dados**

As técnicas designam os instrumentos (ou operações) destinados a produzir certos resultados julgados úteis na observação e nos factos sociais. No âmbito destas, está o questionário, a escala de atitudes, a entrevista, a observação participante (Lima, 2000: 11). Assim, as técnicas dizem respeito ao conjunto de instrumentos em que o investigador se apoia para a recolha e tratamento dos dados sobre as realidades sociais que se encontra a investigar.

No que concerne aos procedimentos lógicos de investigação empírica, Lima (2000: 15-16), refere a existência de três procedimentos. O primeiro, o método experimental, tem como objectivo a realização de observações e a recolha de dados, com vista à comprovação da existência de uma relação causal entre dois factores. O segundo, o método da medida (ou análise extensiva) traduz-se na observação, através de perguntas directas ou indirectas, de populações relativamente vastas de unidades em situação real, a fim de obter respostas susceptíveis de serem conduzidas mediante uma análise quantitativa. Por último, o terceiro procedimento diz respeito ao método de estudo de caso (ou análise intensiva), que consiste no exame intensivo (tanto em amplitude como em profundidade, utilizando todas as técnicas disponíveis) de uma amostra particular seleccionada em função de um determinado objectivo, de um fenómeno social ordenando os dados resultantes, de forma a preservar o carácter unitário da amostra. Este método tem por objectivo último, a obtenção de uma ampla compreensão do fenómeno na sua totalidade.

Por outro lado, Lima (2000:18), relativamente ao estudo de caso acrescenta ainda que, “a unidade de observação pode ser um acontecimento, uma situação, um indivíduo, um grupo, um processo, uma decisão, uma instituição, etc”.

Após identificação dos métodos referidos por Lima (2000), importa ainda referir que, a escolha do método deve ser feita em função dos objectivos da investigação e, estes podem até combinar-se em função das exigências impostas pela concretização dos objectivos em causa. A natureza do objecto de estudo é que deverá determinar a escolha dos instrumentos de pesquisa. Por outro lado, a escolha, está também dependente da própria natureza da investigação científica a desenvolver.

No que diz respeito à metodologia de investigação, esta pode ser classificada de quantitativa e qualitativa. De forma sintética, a metodologia qualitativa não se preocupa com a representatividade numérica, mas sim com aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, entre outros. Por outro lado, a metodologia quantitativa fundamenta-se em dados métricos. Os investigadores que optarem por esta metodologia, têm de identificar os elementos constituintes do objecto a estudar, estabelecendo a estrutura e a evolução das relações entre os elementos.

Relativamente às fontes de informação, estas dividem-se em fontes documentais e não documentais. Para Almeida e Pinto (1982:95) estes envolvem “procedimentos muito diversificados, desde logo porque são muito diversos também os documentos reveladores de fenómenos sociais”. E, segundo estes mesmos autores, estas fontes abarcam uma multiplicidade de documentos escritos e não escritos gerados para outros fins, mas que são utilizados por todas as ciências sociais (Almeida e Pinto, 1982:95).

Tendo em conta Greenwood (1965) a vantagem do recurso, por parte do investigador, das fontes documentais está associada à quantidade e diversidade de informação que, por sua vez, permite a comparação de dados de diferentes épocas e de diferentes abordagens, e, é de menor custo em termos de recolha de informação. No entanto, este mesmo autor, considera que, muitos dos dados obtidos através desta fonte não estão comprovados cientificamente, exigindo do investigador uma maior atenção, pois a sua recolha está sujeita a erros (Greenwood, 1965).

No que diz respeito às fontes não documentais, estas integram a informação produzida, nomeadamente, por meio de entrevista, de inquéritos, entre outros. Greenwood (1965) considera que, uma das vantagens de maior importância da natureza destas fontes, diz respeito ao facto de poder ser o investigador a formular o tipo de questões adequadas ao seu estudo, permitindo-lhe assim, recolher dados pertinentes para o seu estudo. No entanto, esta técnica de recolha de dados pode ser dispendiosa e morosa.

Para a elaboração do nosso estudo recorreremos às fontes de informação documentais e às fontes não documentais.

Em termos metodológicos, podemos referir que o estudo foi dividido em duas fases. Na primeira fase, recorreremos fundamentalmente a fontes de informação documentais, e, na segunda fase, a fontes não documentais. As fontes documentais permitiram-nos efectuar um estudo exploratório constituindo o enquadramento necessário para dar sentido ao texto

explicativo do estudo de caso efectuado. Para tal, recorreremos à consulta de documentos escritos oficiais de origem governamental ou administrativa, como por exemplo, documentos das instituições europeias e das entidades hospedeiras dos Carrefours Rurais nacionais, bem como de trabalhos de investigação relacionados com o nosso estudo.

A base conceptual do estudo exploratório foi baseada, fundamentalmente, na consulta de fontes de informação documentais que, por articulação de teorias e factos, permitiram a definição de alguns dos conceitos inerentes ao nosso objecto de estudo.

Na segunda fase, recorreremos à efectivação de um inquérito (ANEXO I) enviado pelo correio, às pessoas que constituíram o nosso universo a inquirir. Este inquérito serviu-nos de suporte para a obtenção de informação que nos permitiu efectuar uma caracterização dos Carrefours Rurais nacionais ao nível dos recursos humanos e eles adstritos, das suas entidades hospedeiras e espaços físicos a eles adstritos, dos meios e actividades de informação por eles desenvolvidas, da apresentação de candidaturas e execução de projectos e, ainda, das relações de cooperação por eles estabelecidas.

Importa salientar que a metodologia seguida permitiu, por um lado, uma plataforma contextual e factual capaz de nos facultar elementos de resposta aos objectivos e propósitos delineados neste estudo. E, por outro lado, proporcionou-nos a obtenção e sistematização de conhecimentos sobre o tema proposto; a recolha de elementos e opiniões sobre o tema que se encontra muito pouco explanado, na tentativa de formular um quadro de referências; e ainda, a apresentação e sistematização da análise dos resultados obtidos.

Em termos conclusivos, podemos referir a sua importância na condução e sistematização da informação, na resposta à hipótese formulada, razão da realização do nosso trabalho científico agora apresentado.

## **2 - Recolha de Dados**

Tal como já referimos, para levar por diante o nosso estudo definimos a efectivação de um inquérito enviado ao universo em estudo, através de correio postal.

Aquando do início da formulação da proposta de trabalho, designada de Proposta de Dissertação, foi efectuada uma pesquisa de informação, através de entrevistas exploratórias a um dos técnicos de cada um dos Carrefours Rurais nacionais, que nos deram conta, ainda que preliminar, das linhas que serviram de orientação do trabalho desenvolvido pelos Carrefours Rurais nacionais.

No início da elaboração do inquérito, uma das questões que nos surgiu, foi a de saber a quem dirigir o inquérito formulado. Neste sentido procuramos analisar qual a hierarquia existente em termos de pessoas adstritos às actividades desenvolvidas pelos Carrefours Rurais nacionais. Verificamos que cada Carrefour Rural nacional, em termos de hierárquicos, tinha um «Responsável Máximo», que assumia, normalmente a chefia da entidade hospedeira, e como tal assinava a «Convenção», bem como os documentos a enviar para a Comissão Europeia, designadamente o «Relatório de Actividade Anual» e o «Relatório Financeiro Anual»; um «Responsável/Coordenador», que assumia as funções de gestão e orientação das actividades desenvolvidas, dedicando uma percentagem do seu tempo de trabalho diário na participação e execução das mesmas e o(s) «Técnico(s)» que assumia(m) a(s) função(ões) de desenvolvimento das actividades propostas.

Face ao conhecimento desta realidade, foi feita uma sondagem exploratória a alguns dos responsáveis/coordenadores, através do telefone, para aferir do envolvimento e nível de conhecimento sobre os Carrefours Rurais nacionais por parte dos responsáveis máximos. Nesta sondagem exploratória verificamos que, na sua maioria, tinham um conhecimento muito limitado de algumas das actividades desenvolvidas por parte do Carrefour Rural de que eram responsáveis. Na verdade, as funções de «Chefia» que desempenhavam resultavam, do facto de serem os responsáveis pela entidade hospedeira.

Fruto desta constatação formal, partimos do pressuposto de que a opinião destes responsáveis não nos permitiria obter a informação necessária e suficiente para a realização deste estudo, pois tínhamos consciência de que, ou não responderiam à maior parte das questões, ou iriam passar o questionário para o responsável/coordenador. Decidimos então questionar apenas as pessoas que estavam mais directamente relacionadas com a efectivação das actividades desenvolvidas nos Carrefours Rurais nacionais, a saber: os «Responsável(eis)/Coordenador(es)» e os «Técnico(s)». Esta sondagem exploratória decorreu entre o final do ano de 2004 e o início do ano de 2005.

Depois de elaborado o inquérito, foi realizado um pré-teste em Janeiro de 2005. Para tal foi enviado, via E-mail, dois exemplares do inquérito (versão pré-teste) a dois indivíduos adstritos a dois Carrefours Rurais nacionais diferenciados, cujas funções exercidas, eram também elas diferenciadas. O inquérito foi enviado a um ex-responsável/coordenador e a um ex-técnico. Face às questões e dúvidas colocadas e respostas ao inquérito, foram feitas algumas alterações para aperfeiçoar o inquérito.

O pré-teste e as sugestões facultadas permitiram-nos ter um feedback do possível impacto causado pelo inquérito dos inquiridos em causa, bem como a possibilidade de introduzirmos alterações que nos permitissem, de certa forma, aumentar a qualidade deste.

Durante o período de tempo que decorreu a efectivação do pré-teste do nosso inquérito, foi feita uma auscultação telefónica junto dos ex-responsáveis/coordenadores, na tentativa de identificarmos quais as pessoas que estiveram adstritas aos Carrefours nos últimos tempos da sua existência. Tivemos também a preocupação, aquando da identificação do universo dos inquiridos, de identificar as pessoas que estiveram na génese dos diferentes Carrefours Rurais nacionais. Desta forma, obtivemos a indicação do número e do nome das pessoas que estiveram adstritos a cada um dos nove Carrefours Rurais que existiram a nível nacional. Foram-nos quantificadas as seguintes pessoas, relativamente a cada um dos Carrefours: cinco do Carrefour do Algarve; dois do Carrefour dos Açores, um do Carrefour de Bragança, cinco do Carrefour do Oeste, dois do Carrefour da Beira Interior, cinco do Carrefour da Beira Litoral, três do Carrefour do Alto Alentejo, dois do Carrefour do Baixo Alentejo e dois do Carrefour Norte Portugal. Vinte e sete foram os indivíduos identificados como potenciais inquiridos, constituindo assim o universo a inquirir para a realização do nosso trabalho de investigação.

## **2.1 – Especificidades do inquérito**

As questões e afirmações inscritas no inquérito foram estruturadas para que, na sua grande maioria, as respostas pudessem ser identificadas pelos inquiridos num conjunto de respostas alternativas inscritas no próprio inquérito.

O inquérito estava estruturado em cinco partes diferenciadas, as quais permitiriam posteriormente analisar os dados provenientes deste inquérito, segundo dimensões diferenciadas.

Assim, na *I Parte – Dados pessoais*, visava promover a caracterização dos inquiridos, no sentido de conhecermos a dimensão qualitativa e quantitativa das funções por estes exercidas nos Carrefours Rurais nacionais aos quais estavam adstritos. Na *II Parte – Dados gerais do Carrefour e da Entidade Hospedeira*, propunha a efectivação de uma análise à dimensão estrutural dos Carrefours Rurais nacionais, tendo em conta a natureza e a principal área de intervenção das entidades hospedeiras dos respectivos Carrefours Rurais.

Na *III Parte – Meios e actividade de difusão de informação*, pretendia-se obter informação no sentido de promover a análise à dimensão da difusão da informação europeia tendo em conta os meios e as actividades através das quais esta difusão era promovida.

Na penúltima parte, *IV Parte – Execução e apresentação de candidaturas a projectos*, procurava-se analisar a capacidade dos Carrefours Rurais nacionais de promoverem a apresentação de candidaturas e projectos, no sentido de promover o desenvolvimento das regiões onde estavam integrados. Procurava-se ainda, averiguar da sua capacidade de envolver outras entidades na apresentação e execução de projectos, de forma a estabelecer relações de cooperação/colaboração e parcerias no envolvimento de actores em prol de um desenvolvimento comum da respectiva região.

Por último, na *V Parte – Relações de cooperação*, pretendia-se conhecer de perto as relações de estabelecidas em prol do desenvolvimento comum da região, percebendo a natureza das entidades envolvidas e das próprias relações estabelecidas, bem como os seus principais objectivos e razões das mesmas.

## **2.2 – Gestão do inquérito**

Após a gestão do pré-teste, recolha e identificação do universo dos inquiridos, preparamos o envio personalizado do inquérito em causa.

Aos ex-responsáveis/coordenadores de cada Carrefour Rural nacional, foram enviados inquéritos em número igual às pessoas por ele identificadas, como potenciais inquiridos. Juntamente com cada um dos inquéritos, foram enviados ofícios (ANEXO II) que explicitavam a identificação dos responsáveis pela investigação em curso; o âmbito e importância do inquérito; e, um envelope (devidamente endossado e com o pagamento antecipado dos portes de correio postal - correio azul) para o reenvio do inquérito.

Importa ainda destacar que, na capa do inquérito, foram identificados os contactos que, poderiam ser utilizados pelos inquiridos se pretendessem obter algum esclarecimento adicional ao inquérito em causa. Foi ainda expresso que, a informação recolhida, seria tratada apenas para fins académicos, garantido assim o anonimato dos inquiridos.

O inquérito foi enviado, por correio postal, a 10 de Fevereiro de 2005.

Aproximadamente um mês após o envio do inquérito, foi enviado um E-mail aos ex-responsáveis/coordenadores, a lembrar que aguardávamos o reenvio dos inquéritos. O efeito pretendido observou-se. Alguns inquiridos, através do mesmo meio, davam conhecimento que o envio já tinha sido efectuado e outros, sem nos dar nenhum feedback, procediam ao seu preenchimento e reenvio, resultando no recebimento de mais alguns inquéritos.

Decorridos dois meses, percebemos que a dificuldade de obter alguns inquéritos era uma realidade. Na tentativa de identificarmos os inquéritos em falta, efectuamos contactos telefónicos com os diferentes responsáveis/coordenadores para sensibilizar os indivíduos em falta solicitando o reenvio do inquérito. Foram feitas várias tentativas, através de contactos telefónicos, para a obtenção dos inquéritos em falta, no entanto, não conseguimos a devolução da totalidade dos inquéritos enviados.

Após quatro meses e meio do envio dos inquéritos, e de terem sido feitos esforços para conseguimos obter uma maior percentagem de reenvios de inquéritos, no dia 16 de Junho de 2005, definimos que daríamos por terminados os esforços no sentido da obtenção dos inquéritos em falta.

Assim, dos vinte e sete inquéritos enviados, foram recebidos vinte e quatro, o corresponde a 89,0% do total dos inquéritos. Dos vinte e quatro inquéritos recebidos, invalidamos um, pela falta de respostas a mais de 80,0% das questões.

Consideramos apenas vinte e três inquéritos (85,0% do total dos inquéritos), constituindo estes, a base da análise efectuada neste trabalho de investigação.

### **3 – Tratamento do inquérito**

Depois de recebidos os inquéritos, os dados foram introduzidos no Programa SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) - (versão 13 para Windows), para se proceder ao seu tratamento. Foi dado início à criação da base de dados apelidada de *Variable View* e posteriormente introduzidas as respostas facultadas pelos inquiridos na base apelidada de *Data View*.

Este programa foi uma poderosa ferramenta informática que permitiu rapidamente efectuar cálculos estatísticos complexos, bem como a sua visualização num curto espaço de tempo. No entanto, e apesar das potencialidades deste programa há dois inconvenientes. O primeiro inconveniente diz respeito à dificuldade em estabelecer o teste estatístico a efectuar, no sentido da obtenção de resultados e, o segundo inconveniente está relacionado com o conseguir interpretar correctamente os resultados obtidos dos cálculos estatísticos efectuados (Pereira, 2004:15).

Apesar das desvantagens apontadas ao programa por parte de alguns dos seus utilizadores, identificadas na «Introdução» deste trabalho, o tratamento dos inquéritos foi feito com base

neste mesmo programa. Tendo em conta o objectivo do nosso trabalho, consideramos que apesar dos inconvenientes identificados, este constituía uma das melhores ferramentas estatísticas que nos permitiria efectuar o tratamento de dados que pretendíamos.

Após a introdução das respostas de todos os inquiridos, foi feito o tratamento dos dados que constam no ANEXO III e, posterior análise dos mesmos, tendo em conta os objectivos perspectivados para o nosso estudo.

Num primeiro momento, procuramos proceder ao tratamento estatístico descritivo das variáveis simples que constavam do inquérito, sistematizando-o em tabelas de frequências. Relativamente à variável “idade” dos inquiridos, efectuamos o seu tratamento de forma a obtermos informação que permitisse ir para além da frequência de idades. Procuramos obter o valor da média, mediana, moda, mínimo e máximo, permitindo-nos uma melhor percepção em termos de idade dos nossos inquiridos. Num segundo momento e, no sentido de aprofundarmos a nossa análise e complementarmos em determinados aspectos, procedemos ao cruzamento de algumas das variáveis que consideramos pertinente e o recurso a testes não paramétricos.

Os testes paramétricos, tal como considera Pereira (2004:166), “são úteis em situações em que as amostras são pequenas”. Assim, recorreremos aos testes não paramétricos seguintes:

- Teste do Qui-Quadrado – permite-nos averiguar se duas variáveis estão relacionadas, o mesmo dizer que, nos permite testar a independência entre as mesmas. Trata-se de um teste de hipóteses, em que:

H 0: As variáveis *são* independentes;

H 1: As variáveis *não são* independentes.

- Teste Kruskal-Wallis H – permite-nos averiguar se a distribuição de ambos os lados da mediana é igual para as duas amostras, com a possibilidade de podermos efectuar essa análise com dois ou mais grupos (contrariamente aos teste de Mann-Whitney U que só pode processar com dois grupos).

Na apresentação dos resultados de algumas das respostas dadas pelos inquiridos, quando o tipo de resposta resultava da identificação das respostas que estavam inscritas na escala ordinal - Tipo Likert - por nós identificada, procedemos a uma padronização diferenciada. Procedemos ao reajustamento da escala no sentido de melhorar a percepção e facilitar a leitura, bem como a apresentação dos dados, agrupando as respostas em «Discordo totalmente ou em parte»; «Nem concordo nem discordo» e «Concordo totalmente ou em parte».

Em alguns dos pontos da análise dos inquéritos procuramos complementar essa mesma análise com a apresentação de dados e resultados provenientes da análise dos relatórios de actividade e financeiros. Importa aqui referir que não conseguimos reunir alguns destes documentos relativos a alguns dos Carrefours Rurais nacionais em estudo por indisponibilidades dos mesmos.

Relativamente à análise destes documentos, reportamo-nos apenas aos últimos cinco anos, período compreendido entre o ano de 2000 e o ano de 2004.

## II Secção – Análise dos resultados

### 1 – Caracterização dos inquiridos

Este estudo baseou-se na análise efectuada aos inquéritos respondidos pelas pessoas adstritas ao desenvolvimento de actividades no âmbito dos Carrefours Rurais nacionais, por nós identificados, tal como já salientamos na I Secção deste Capítulo.

Com o objectivo de caracterizar os inquiridos, fundamentando-nos nas respectivas respostas dadas na I Parte do nosso inquérito, analisamos parâmetros que nos permitissem traçar o seu perfil. Assim, procedemos à análise de parâmetros como género, idade, habilitações académicas, situação profissional, natureza das funções exercidas no âmbito dos Carrefours Rurais nacionais e o tempo de exercício nos mesmos.

#### *Género e idade*

No que concerne ao género dos inquiridos podemos constatar que, 69,6% eram do sexo feminino e 30,4% eram do sexo masculino. A primazia feminina dos recursos humanos nos Carrefours nacionais é evidente (Tabela 4).

**Tabela 4 – Distribuição percentual do género dos inquiridos**

Género	Número de inquiridos	Frequência (%)
Feminino	16	69,6%
Masculino	7	30,4%
Total	23	100,0%

Fonte: Inquérito efectuada no âmbito desta investigação

Quanto à idade apurámos que tinham idades compreendidas entre um mínimo de 22 anos e um máximo de 58 anos, cujo valor médio correspondia a 38,22 anos e a mediana de 36 anos (Tabela 5).

**Tabela 5 – Distribuição percentual da idade dos inquiridos, média e extremos**

Parâmetros	Valor em anos
Média	38,22
Mediana	36,0
Moda	46,0
Mínimo	22
Máximo	58

Fonte: Inquérito efectuada no âmbito desta investigação

Verificamos ainda que, 34,8% dos inquiridos referiram terem idades compreendidas entre os 26 e os 35 anos, inclusive, e ainda, com o mesmo valor percentual igual a 26,1%, referiram ter idades compreendidas entre os 36 e os 45 anos e entre os 46 e os 55 anos. Cerca de 70,0% dos inquiridos tinham menos do que 45 anos (Tabela 6).

**Tabela 6 – Distribuição percentual da idade dos inquiridos, por classes de idade**

Classes de Idade	Frequência (%)
≤ 25 anos	8,7%
26 a 35 anos	34,8%
36 a 45 anos	26,1%
46 a 55 anos	26,1%
Mais que 56 anos	4,3%

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

### ***Habilitações académicas***

Quanto às habilitações académicas dos inquiridos 56,2% destes referiram possuírem uma formação escolar igual ao grau de Licenciatura, 8,7% referiram possuírem uma Pós-Graduação, 8,7% referiram possuírem um Mestrado e 4,3% referiram possuírem um Doutoramento (Tabela 7).

Parece-nos ainda pertinente referir que, dos 8,7% que referiram ter uma formação inferior ao 12º Ano de Escolaridade, 4,3% referiram possuírem um Curso de Técnico Bibliotecário. Esta nossa referência advém da natureza e importância das funções exercidas nos Carrefours Rurais nacionais, nomeadamente ao nível da catalogação e inventariação da documentação recebida. Esta era uma das chamadas de atenção relativamente às características do «Pessoal», referidas pela Comissão Europeia, tal como referenciamos no IV Capítulo deste trabalho.

**Tabela 7 – Distribuição percentual das habilitações académicas dos inquiridos**

Habilitações Académicas	Número de inquiridos	Frequência (%)
Inferior ao 12º Ano de escolaridade	2	8,7%
12º Ano de escolaridade	3	13,0%
Licenciatura	13	56,5%
Pós-Graduação	2	8,7%
Mestrado	2	8,7%
Doutoramento	1	4,3%
Total	23	100,0%

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

O facto de mais de 78,2% dos inquiridos possuírem formação igual ou superior a Licenciatura parece-nos importante na medida em que, a formação se poderia repercutir na capacidade destes mesmos indivíduos desenvolverem actividades de difusão de informação europeia nos Carrefours Rurais nacionais.

De uma forma geral torna-se claro que, no exercício das funções exercidas pelos recursos humanos, qualquer que fosse a situação profissional e as actividades a serem desenvolvidas é atribuída uma importância relativa à qualificação dos mesmos. Podendo mesmo perceber-se a existência de uma relação directa entre a qualificação e a disponibilização de competências adequadas para o desenvolvimento das tarefas a realizar e os cargos a desempenhar.

### ***Situação profissional***

No que concerne à situação profissional é-nos possível salientar que 69,6% referiram estar enquadrados na Carreira Técnica (compreendendo 43,5% de Técnicos Superiores e 26,1% de Técnicos) e, 13,0% na Carreira de Docente (Tabela 8).

**Tabela 8 – Distribuição percentual da situação profissional dos inquiridos**

Situação Profissional	Número de inquiridos	Frequência (%)
Docente	3	13,0%
Técnico Superior	10	43,5%
Técnico	6	26,1%
Prestação de Serviços	1	4,3%
Estagiário	1	4,3%
Director de Serviços	1	4,3%
Direcção – Coordenação de Projectos	1	4,3%
Total	23	100,0%

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

Estes factos permitem-nos verificar que existia alguma estabilidade profissional ao nível dos indivíduos adstritos aos Carrefours Rurais nacionais. A estabilidade profissional facultada constituía certamente um dos requisitos importantes para o bom exercício de funções ao nível do trabalho a desenvolver nos Carrefour Rurais nacionais.

### ***Funções exercidas pelos inquiridos***

Quanto às funções desempenhadas pelos inquiridos nos Carrefours Rurais nacionais, verificamos que cada entidade hospedeira destacava pessoas com funções diferenciadas de «Responsável/Coordenador» e ou de «Técnico» para o desenvolvimento de funções no âmbito da informação europeia.

Esta realidade verificou-se também quando foi estabelecida formalmente a “parceria”, entre uma entidade hospedeira e uma outra entidade externa para o desenvolvimento de actividades conjuntas no âmbito do Carrefour do Oeste – CEIDRO. Importa aqui realçar que, no ano de 1999, entre a Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste (entidade hospedeira do Carrefour do Oeste - CEIDRO) e a Associação Leader do Oeste (Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural do Oeste), foi firmado um Protocolo de Parceria. Esta parceria foi estabelecida após a criação do respectivo Carrefour, com o objectivo de levar por diante o trabalho diário a desenvolver pelo respectivo Carrefour Rural nacional e assente na mais valia da conjugação de esforços e meios entre as entidades envolvidas. Importa ainda salientar que, apesar do estabelecimento deste Protocolo de Parceria, em termos formais as responsabilidades da entidade hospedeira do Carrefour do Oeste - CEIDRO não sofreram alterações, nomeadamente ao nível das suas obrigações com a Comissão Europeia (Carrefour do Oeste – CEIDRO, 2001a)).

Assim, a entidade parceira envolvida neste Protocolo de Parceria também designou um «Responsável/Coordenador» e um «Técnico» para levar a cabo o exercício das funções firmado na parceria estabelecida. Estes recursos humanos estão também eles incluídos no nosso universo de inquiridos.

Os inquéritos permitiram-nos verificar que, 43,5% dos inquiridos exerciam a função de «Responsável/Coordenador» e 56,5% exerciam a função de «Técnico» (Tabela 9).

**Tabela 9 – Funções desempenhadas pelos inquiridos**

Funções desempenhadas	Número de inquiridos	Frequência (%)
Responsável/Coordenador	10	43,5%
Técnico	13	56,5%
Total	23	100,0%

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

No que diz respeito ao exercício de funções a tempo inteiro ou a tempo parcial verifica-se que 73,9% dos inquiridos exerciam funções a tempo parcial e apenas 26,1% a tempo inteiro (Tabela 10 apresentada na página seguinte).

Pudemos depreender que não se verificava por partes das entidades hospedeiras uma afectação de indivíduos que permitisse apenas a execução de funções no âmbito dos Carrefours Rurais nacionais.

**Tabela 10 – Exercício de funções por parte dos inquiridos a tempo inteiro ou a tempo parcial**

Tempo de exercício de funções	Número de inquiridos	Frequência (%)
Tempo Inteiro	6	26,1%
Tempo Parcial	17	73,9%
Total	23	100,0%

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

Parece-nos que a sua dedicação passava pelo desenvolvimento de determinadas e específicas actividades informativas, nomeadamente a participação na elaboração de determinados meios e instrumentos informativos. Estamos a referir-nos, por exemplo à elaboração do «Serviço Informativo de Legislação» e ao «Boletim Informativo» que quase todos os Carrefours Rurais nacionais promoviam a sua elaboração (Carrefours, 2001a)-2005a))<sup>9</sup>.

No que diz respeito à distribuição percentual do exercício de funções a tempo parcial por parte dos inquiridos, podemos perceber que, dos 73,9% dos inquiridos que exerceram funções a tempo parcial (Tabela 10), a sua prestação se distribuía pelas percentagens apresentadas na Tabela 11.

**Tabela 11 – Distribuição percentual do exercício de funções dos inquiridos a tempo parciais**

	10,0%	20,0%	30,0%	40,0%	50,0%	80,0%
Exercício de funções a tempo parcial	11,8%	17,6%	11,8%	11,8%	41,2%	5,8%

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

Da Tabela 11, podemos perceber que existia uma grande disparidade, que vai desde a percentagem de 10,0% à percentagem dos 80,0% em termos de afectação do tempo das pessoas à actividade «Carrefour». No entanto, importa destacar que cerca de 47,0% dos indivíduos exerciam funções com percentagens iguais ou superiores a 50,0%. Apesar de cerca de 47,0% dos indivíduos exercerem funções com percentagens iguais ou superiores a 50,0% (Tabela 11), importa mais uma vez lembrar que apenas 26,1% exerciam funções a tempo inteiro (Tabela 10). A conjugação destas duas percentagens permite-nos referir que o tempo adstrito aos Carrefours Rurais nacionais era relativamente pouco.

<sup>9</sup> Quando fazemos referência a (Carrefours, 2001a)-2005a)), estamos a referir-nos aos Relatórios de Actividade dos respectivos Carrefours que constam na bibliografia desta Tese, pois, por impossibilidade dos mesmos não conseguimos obter os Relatórios de Actividade do Carrefour do Algarve de 2000 a 2004 e, do Carrefour do Baixo Alentejo de 2000 a 2003.

No que diz respeito ao exercício de funções por classes de anos, podemos verificar que, 36,4% dos inquiridos exerceram funções entre 4 a 6 anos, 22,7% exerceram funções entre 7 a 9 anos e 18,2% exerceram funções mais de 10 anos (Tabela 12). Cerca de 77,3% exerceram funções com uma duração superior a 4 anos.

**Tabela 12 – Distribuição percentual do tempo de funções dos inquiridos, por classes de anos**

Tempo de funções	Número de inquiridos	Frequência (%)
Menos de 1 Ano	3	13,6%
De 1 a 3 Anos	2	9,1%
De 4 a 6 Anos	8	36,4%
De 7 a 9 Anos	4	22,7%
Mais de 10 Anos	5	18,2%
Total	22	100,0%

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

A Tabela 13 complementa a informação contida na Tabela 12, permitindo-nos referir que 36,4% dos inquiridos estiveram adstritos ao Carrefour em causa entre 4 a 6 anos, 22,7% destes tinham idades compreendidas entre os 26 e os 35 anos; que 22,7% dos inquiridos estiveram adstritos ao Carrefour em causa entre 7 a 9 anos; e, com percentagens iguais a 9,1% os inquiridos tinham idades compreendidas entre os 36 anos e 45 anos e entre os 46 aos 55 anos. Parece-nos poder concluir que, em média, os recursos humanos adstritos aos Carrefours Rurais nacionais podiam ser considerados relativamente jovens.

**Tabela 13 – Distribuição percentual do tempo de funções dos inquiridos: por classes de idade**

Tempo do exercício de funções no Carrefour	Classes de idade dos inquiridos					Total
	≥ 25 Anos	26 a 35 Anos	36 a 45 Anos	46 a 55 Anos	Mais de 56 Anos	
Menos de 1 Ano	4,5%	4,5%	4,5%	0,0%	0,0%	13,6%
De 1 a 3 Anos	4,5%	0,0%	0,0%	4,5%	0,0%	9,1%
De 4 a 6 Anos	0,0%	22,7%	4,5%	9,1%	0,0%	36,4%
De 7 a 9 Anos	0,0%	4,5%	9,1%	9,1%	0,0%	22,7%
Mais de 10 Anos	0,0%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	18,2%
Total						100,0%

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

O cruzamento dos dados da «Situação Profissional» e das «Funções desempenhadas» pelos inquiridos permite-nos salientar que, a totalidade dos inquiridos se encontravam na «Carreira de Docente» (13%) desempenhavam a função de «Responsável/Coordenador»; os que se encontravam na «Carreira Técnica Superior» (43,6%) desempenhavam funções em

percentagens iguais de Responsável/Coordenador (21,8%) e de «Técnico» (21,8%); e os que se encontravam na «Carreira Técnica» (21,6%) desempenhavam a função de «Técnicos». Podemos verificar ainda que existiam com a mesma percentagem (4,3%) que, como directores de serviços e coordenadores de projectos, assumiam a função de «Responsáveis/Coordenadores», e ainda com a mesma percentagem (4,3%) que, como prestadores de serviços e estagiários, assumiam as funções de «Técnicos» (Tabela 14).

**Tabela 14 – Situação profissional e funções desempenhadas pelos inquiridos**

Situação Profissional	Funções desempenhadas no Carrefour			
	Responsável/Coordenador		Técnico	
	Número	Frequência (%)	Número	Frequência (%)
Docente	3	13,0%	0	0,0%
Técnico Superior	5	21,8%	5	21,8%
Técnico	0	0,0%	6	26,1%
Prestação de Serviços	0	0,0%	1	4,3%
Estagiário	0	0,0%	1	4,3%
Directora de Serviços	1	4,3%	0	0,0%
Direcção – Coordenação de Projectos	1	4,3%	0	0,0%
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>43,4%</b>	<b>13</b>	<b>56,5%</b>

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

Deprendemos que na sua maioria, os lugares de gestão dos Carrefours Rurais nacionais estavam incumbidos a indivíduos com formação superior.

Importa agora saber qual a percentagem de tempo que estes recursos humanos disponibilizavam para a actividades que se prendiam com as actividades dos Carrefours Rurais nacionais. A Tabela 15, a seguir apresentada, reflecte esses dados.

Dos 26,1 % dos inquiridos que exerciam funções nos Carrefours Rurais nacionais a tempo inteiro (Tabela 8 e Tabela 10 apresentadas em páginas anteriores), podemos agora verificar que destes, 66,7% eram «Técnicos» e 33,3% eram «Responsáveis/Coordenadores» (Tabela 15).

**Tabela 15 – Distribuição percentual do exercício de funções: a tempo inteiro e a tempo parcial (por percentagens distintas)**

Funções desempenhadas no Carrefour	A tempo inteiro	A tempo parcial	Frequência do exercício de funções a tempo parcial (percentagens distintas)					
			10,0%	20,0%	30,0%	40,0%	50,0%	80,0%
Responsável/Coordenador	33,3%	47,1%	12,5%	25,0%	12,5%	25,0%	25,0%	0,0%
Técnico	66,7%	52,9%	11,1%	11,1%	11,1%	0,0%	55,6%	11,1%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>						

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

Dos 73,9% dos inquiridos que exerciam funções no âmbito dos Carrefours Rurais nacionais a tempo parcial (Tabela 10 em página anterior), podemos agora verificar que 47,1% eram «Responsáveis/Coordenadores» e 52,9% eram «Técnicos».

O tempo que era disponibilizado pelos «Responsáveis/Coordenadores» dos Carrefours Rurais nacionais, não era preponderante e, quando em tempo parcial as percentagens não eram consideráveis. Podemos referir que apenas 25,0% exerciam a sua função em percentagem igual ou superior a 50,0 % (Tabela 15, apresentada na página anterior).

No final da análise efectuada às variáveis consideradas neste primeiro ponto parece-nos pertinente realçar alguns aspectos relativos à caracterização dos inquiridos. Assim, realçamos que os inquiridos eram relativamente jovens e na sua maioria tinham habilitações académicas de grau igual ou superior a Licenciatura.

Em termos profissionais, estes recursos humanos adstritos pelas suas entidades empregadoras à actividade «Carrefour» estavam, na sua maioria enquadrados na carreira «Técnica». Estes desempenhavam tarefas na qualidade de «Responsável/Coordenador» e «Técnico», verificando-se que mais de metade destes exerciam a função de «Técnico».

No que diz respeito ao exercício de funções, a maioria dos inquiridos desempenhava funções a tempo parcial e, por sua vez, a maioria destes exercia apenas funções em percentagens superiores ou iguais a 40,0% do tempo.

Importa ainda salientar que a gestão dos Carrefours Rurais nacionais desenvolvida pelo «Responsável/Coordenador» estava a cargo de pessoas que eram na sua maioria docentes ou técnicos superiores.

Estes factos permitem-nos salientar que, por um lado as pessoas estavam pouco tempo adstritas às actividades dos Carrefours Rurais nacionais mas, por outro lado, possibilitavam o recurso a pessoas de áreas e especialidades diversas que davam o seu contributo. Esta última característica podia trazer mais valias para as actividades diárias a desenvolver no âmbito dos Carrefours Rurais nacionais, na medida em que permitia a afectação de pessoas de diversas áreas e dotadas de um «saber-fazer» diversificado.

No entanto, importa ainda referir que os dados que acabamos de apresentar e analisar, relativamente à caracterização dos inquiridos adstritos aos Carrefours Rurais nacionais, permite-nos salientar que as pessoas representavam apenas o valor de 2,5 pessoas por

Carrefour (em média). Para além deste valor médio, é importante para a nossa análise ter ainda em conta os dados e análise feita relativamente à percentagem das pessoas que estava em exercício de funções a tempo inteiro e a tempo parcial. No entanto, foram identificados vinte e sete indivíduos que faziam parte do universo a inquirir mas, de dois não conseguimos obter os inquéritos e de um pela ausência de respostas a cerca de 80,0% das questões, anulamos o inquérito.

Mesmo tendo em conta as vinte sete e pessoas, o valor médio é nitidamente inferior ao valor identificado pela Comissão Europeia. A Comissão Europeia chamava atenção de que os Carrefours Rurais europeus deviam ter afectado recursos humanos equivalentes a três postos de trabalho a tempo inteiro (ver I Secção deste Capítulo).

## 2 – Os Carrefours Rurais no contexto nacional

Os nove Carrefours Rurais que existiram em Portugal desde o ano de 1993 ao ano de 2004 deram início às suas actividades informativas entre o ano de 1993 e o ano de 1999 (Tabela 16). 43,5% dos inquiridos identificaram o ano de 1994, como o ano em que mais Carrefours Rurais nacionais iniciaram actividade.

**Tabela 16 – Distribuição percentual do início de actividade dos Carrefours Rurais nacionais, por anos**

Ano de início de actividade	Número de inquiridos	Frequência (%)
Ano de 1993	4	17,4%
Ano de 1994	10	43,5%
Ano de 1996	2	8,7%
Ano de 1998	4	17,4%
Ano de 1999	3	13,0%
Total	23	100,0%

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

Esta realidade está certamente relacionada com o facto dos Carrefours Rurais europeus, desde 1989 até 1993, terem constituído um projecto-piloto e, no ano de 1994, ter sido iniciada uma nova fase de implantação destes ao nível da União Europeia, tal como referido no IV Capítulo deste trabalho. Portugal respondeu positivamente com a criação de novos Carrefours Rurais, nesse mesmo ano.

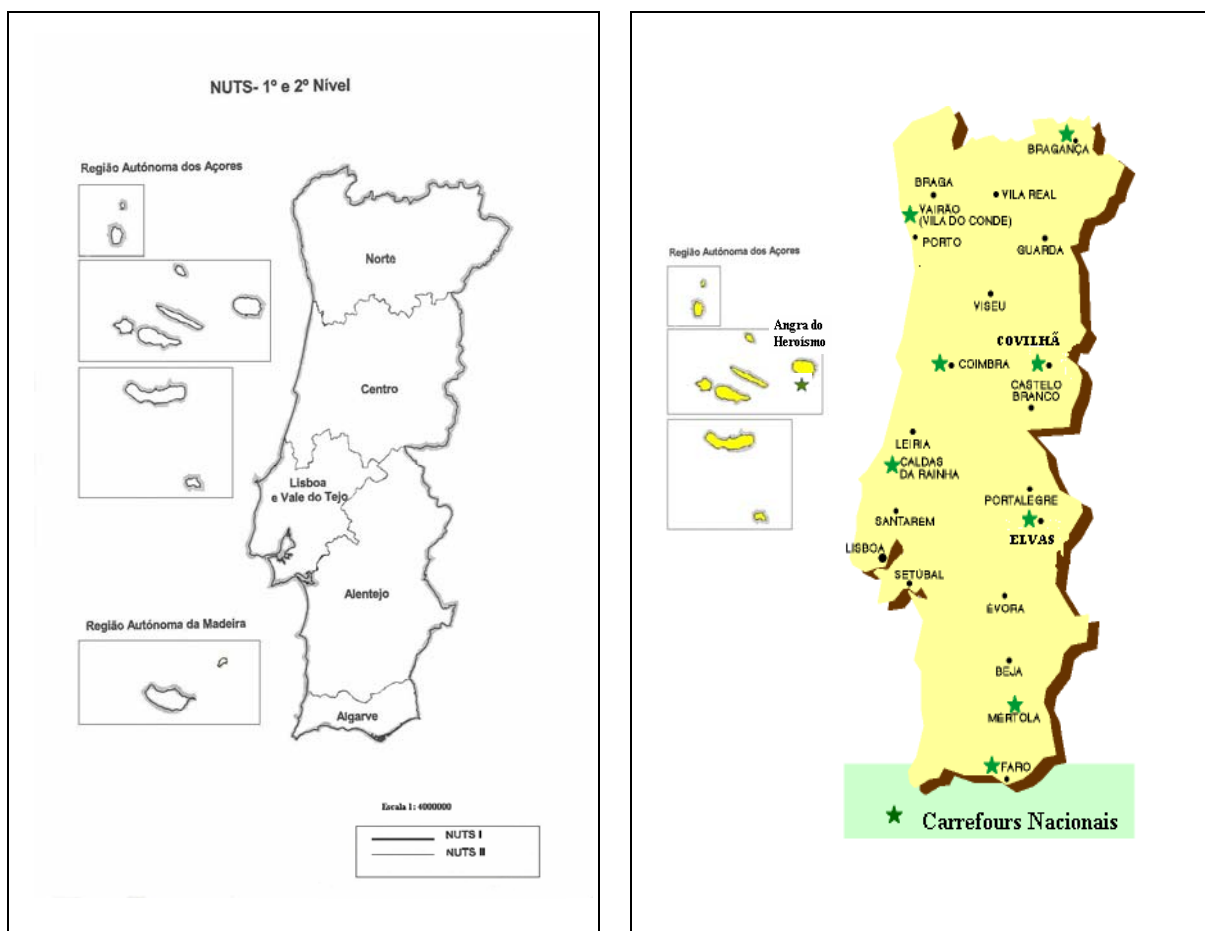
### *Distribuição geográfica dos Carrefours Rurais*

Como o objectivo principal dos Carrefours Rurais era o de difundir informação europeia junto dos cidadãos das regiões rurais, a sua criação implicava a identificação de uma região para a

qual iriam procurar desenvolver actividades de informação e de animação. Em Portugal, tal como já o dissemos no IV Capítulo, foi definido que a distribuição geográfica destes corresponderia a um Carrefour Rural por cada uma das NUTs II (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos).

Mas, o que aconteceu na realidade foi que, em algumas das respectivas regiões, foram criados mais do que um Carrefour Rural. Vejamos a Figura 3, abaixo apresentada.

**Figura 3 – Mapas das NUTs e localização geográfica dos Carrefours Rurais nacionais**



Fonte: INE – Gabinete Censos 2001 – Núcleo de Cartografia

Fonte: Produção própria

De uma forma geral, aquando da formalização da candidatura, a instituição proponente procurava envolver outras entidades regionais designadas de entidades subscritoras – entidades parceiras, de natureza diversificada e representativas dos interesses da região para melhor fundamentar a candidatura a apresentar à Comissão Europeia. Para que o envolvimento de diversas instituições/organizações na candidatura em causa fosse uma realidade, a entidade promotora procurava suscitar o interesse de participação em instituições/organizações de vários quadrantes. Primeiro, sob a forma de convite, a entidade promotora procurava juntar à mesma

mesa diversas entidades para proceder à exposição da intenção de apresentação de uma candidatura para a criação de um Carrefour Rural. Depois desta ocorrência eram identificadas as instituições/organizações que pretendiam participar da candidatura em causa, estabelecendo-se relações de parceria mais ou menos formais.

### ***Número de parceiros implicados na criação dos Carrefours Rurais***

As entidades parceiras que faziam parte da formalização da respectiva candidatura apoiavam a entidade proponente aquando da apresentação do projecto e, posteriormente, eram desenvolvidas em conjunto actividades informativas no âmbito do respectivo Carrefour Rural. O grau de envolvimento destas prendia-se com a natureza das actividades desenvolvidas. Se as actividades a desenvolver, propostas agora pela entidade hospedeira, as implicassem directamente o seu envolvimento seria maior. Quando não se sentiam directamente implicadas, ou quando seu envolvimento implicasse recursos financeiros, o seu envolvimento era quase nulo ou mesmo nulo. O que quer dizer que, em termos de suporte financeiro, era apenas a entidade hospedeira que tinha que suportar as suas actividades. Claro é, com o apoio proveniente da Comissão Europeia.

A própria Comissão Europeia dava indicações às entidades que demonstrassem interesse em promover a criação de um Carrefour Rural, sobre a importância dessa cooperação regional, referindo mesmo que privilegiaria as candidaturas que o fizessem (Comissão Europeia, 1994a)).

**Tabela 17 – Distribuição percentual do número de parceiros para a criação dos Carrefours Rurais nacionais: por classes**

Número de parceiros, por classes	Número de inquiridos	Frequência (%)
1 a 3 parceiros	19	82,6%
4 a 6 parceiros	2	8,7%
7 a 9 parceiros	1	4,3%
Mais de 10 parceiros	1	4,3%
Total	23	100,0%

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

No caso dos Carrefours Rurais nacionais podemos verificar que a escala de parceiros que obteve um maior número de respostas por parte dos inquiridos foi a de «1 a 3 parceiros», perfazendo uma percentagem de 82,6%; seguida pela de «4 a 6 parceiros» com uma percentagem de 8,7%; e, por fim, com igual percentagem, pela de «7 a 9 parceiros» e pela de «mais de 10 parceiros» com 4,3% (Tabela 17).

Esta realidade permite-nos referir que o número de parceiros não era significativo. No entanto, parece-nos importante salientar que mais importante do que reunir um conjunto de parceiros aquando da apresentação da candidatura, eram as parcerias que foram sendo estabelecidas ao longo do tempo na consubstanciação e execução de actividades informativas e ou nos projectos no quais os Carrefours Rurais nacionais estiveram directamente envolvidos.

A cooperação e o estabelecimento de parcerias entre os Carrefours Rurais nacionais e outras entidades, bem como entre a própria rede nacional, será analisada posteriormente.

A análise feita neste segundo ponto permite-nos referir que os Carrefours Rurais nacionais deram início às suas actividades informativas entre o ano de 1993 e o ano de 1999, sendo o ano de 1994 o que apresentou maior percentagem de respostas. Certamente que esta realidade se prendeu no facto de os Carrefours Rurais europeus terem constituído um projecto-piloto desde 1989 até 1993 e, só em 1994 ter sido iniciada uma nova fase de promoção da criação destes ao nível dos diferentes Estados-Membros da União Europeia.

No que diz respeito à área de intervenção dos Carrefours Rurais nacionais constatamos que, por um lado, esta estava directamente dependente da distribuição geográfica dos mesmos e, por outro lado, era muito alargada. Apesar de não ser cumprida a indicação inicial dada por Portugal de se constituir apenas um Carrefour Rural por NUTs II, esta era ainda muito alargada. Esta realidade condicionava certamente, por um lado, a actividade informativa ao ser extremamente difícil conseguir chegar junto de todos os cidadãos do mundo rural e, por outro lado, o estabelecimento de relações que promoveriam a desejada proximidade com estes mesmos cidadãos.

Pudemos ainda verificar que os parceiros envolvidos nas parcerias estabelecidas aquando da formulação das candidaturas à criação dos Carrefours Rurais nacionais apresentadas à Comissão Europeia, na sua grande maioria compreendiam não mais do que três entidades. No entanto, parece-nos importante referenciar que, mais importante do que o número de parceiros envolvidos nas candidaturas, foram as parcerias estabelecidas ao longo da existência dos Carrefours Rurais nacionais na concretização das suas actividades informativas diárias e na execução de diferentes projectos. Estas irão ser abordadas nos pontos seguintes desta secção.

### **3 – As entidades hospedeiras e suas infra-estruturas**

A Comissão Europeia, aquando do processo de candidatura a um Carrefour Rural, não colocava entraves que se prendessem com a natureza das entidades que se apresentassem como

preponentes das candidaturas, estando aberta à diversidade da natureza destas, tal como referimos no IV Capítulo deste Trabalho. No entanto era analisada em pormenor a capacidade destas de disponibilizar aos Carrefours Rurais europeus «Instalações» e «Material e equipamento informático».

Em Portugal, tínhamos «Entidades Públicas» e «Entidades Privadas s/fins Lucrativos» como entidades hospedeiras dos Carrefours Rurais existentes (Tabela 18). A leitura desta Tabela, permite-nos verificar que, segundo os inquiridos, 65,2% das entidades hospedeiras eram «Entidades Públicas» e 34,8% eram «Entidades Privadas s/fins Lucrativos».

Importa salientar que a parceria estabelecida entre a Direcção Regional do Ribatejo e Oeste e a Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural do Oeste, no âmbito do funcionamento do Carrefour do Oeste (tal como fizemos alusão no IV Capítulo deste trabalho), envolvia entidades de natureza diferenciada. A primeira era uma «Entidade Pública» e a segunda era uma «Entidade Privada s/ fins Lucrativos». Parece-nos pertinente realçar o facto do Protocolo de Parceria ter envolvido duas entidades de natureza diferenciada, onde vigoram princípios e regras de funcionamento também elas diferenciadas.

**Tabela 18 – Distribuição percentual da natureza das entidades hospedeiras**

Natureza das Entidades Hospedeiras	Número de inquiridos	Frequência (%)
Entidade Pública	15	65,2%
Entidade Privada s/ fins Lucrativos	8	34,8%
Total	23	100,0%

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

No que diz respeito à área de acção destas mesmas entidades podemos constatar através da Tabela 19 (apresentada na página seguinte), que há três grandes áreas de acção, a saber: «Agricultura e Desenvolvimento Rural» cuja percentagem de respostas foi de 39,1%; «Desenvolvimento Regional ou Local» cuja percentagem de respostas foi de 30,4% e «Ensino e Investigação» cuja percentagem de respostas foi de 26,1%.

Estas percentagens indiciam a preocupação da altura, em criar Carrefours Rurais a nível nacional, em entidades que estivessem ligadas ao mundo rural. As próprias entidades de ensino e de investigação tinham uma ligação forte com o mundo rural na medida em que estavam elas próprias localizadas no interior do país e leccionavam cursos voltados para áreas que se prendiam com o mesmo mundo rural (Carrefours, 2001a)-2005a)).

**Tabela 19 – Distribuição percentual das áreas de acção das entidades hospedeiras**

Áreas de acção das entidades hospedeiras	Número de inquiridos	Frequência (%)
Ensino e Investigação	6	26,1%
Desenvolvimento Regional ou Local	7	30,4%
Agricultura e Desenvolvimento Rural	9	39,1%
Ambiente	1	4,3%
Total	23	100,0%

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

No sentido de podermos verificar se existia independência entre a variável área de acção das entidades hospedeiras e a natureza das mesmas, propusemo-nos efectuar um Teste Qui-Quadrado, no qual procuramos verificar se verificava uma relação entre as áreas de acção das entidades hospedeiras dos Carrefours Rurais nacionais e a natureza das mesmas entidades.

**Hipóteses:**

**H 0:** As áreas de acção das entidades hospedeiras dos Carrefours Rurais nacionais não variam conforme a natureza das mesmas entidades.

**H 1:** As áreas de acção das entidades hospedeiras dos Carrefours Rurais nacionais variam conforme a natureza das mesmas entidades.

**Tabela 20 – Teste Qui-Quadrado**

	Valor	Graus de Liberdade	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	15,303 (a)	3	0,002
Likelihood Ratio	17,700	3	0,001
Linear-by-Linear Association	0,374	1	0,541
N of Valid Cases	23		

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

Feito o Teste Qui-Quadrado, e perante o valor de Pearson Chi-Square (Tabela 20), verificamos que existe evidência estatística suficiente, para com 95,0% de confiança rejeitar H 0. Isto permite-nos referir que as variáveis em causa são dependentes, o mesmo será dizer que, as áreas de acção das entidades hospedeiras dos Carrefours Rurais nacionais variam conforme a natureza das mesmas entidades (aceitar H 1).

A Tabela 21 (apresentada na página seguinte), permitiu-nos fundamentar melhor esta conclusão, ao demonstrar-nos que, por exemplo, existe uma forte relação entre as «Entidades Públicas» e a área de acção do «Ensino e a Investigação», bem como com a área da

«Agricultura e Desenvolvimento Rural». Por outro lado existe uma forte relação entre as «Entidades Privadas s/fins Lucrativos» e a área do «Desenvolvimento Regional ou Local».

**Tabela 21 – Tabela de análise do Teste Qui-Quadrado**

			Natureza da Entidade Hospedeira		Total	
			Entidade Pública	Entidade Privada s/fins Lucrativos		
Área de Intervenção da Entidade Hospedeira	Ensino e Investigação	Count	6	0	6	
		Expected Count	3,9	2,1	6,0	
		Residual	2,1	-2,1		
	Desenvolvimento Regional ou Local	Count	1	6	7	
		Expected Count	4,6	2,4	7,0	
		Residual	-3,6	3,6		
	Agricultura e Desenvolvimento Rural	Count	8	1	9	
		Expected Count	5,9	3,1	9,0	
		Residual	2,1	-2,1		
	Ambiente	Count	0	1	1	
		Expected Count	0,7	0,3	1,0	
		Residual	-0,7	0,7		
	Total		Count	15	8	23
			Expected Count	15,0	8,0	23,0

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

### ***Características das estruturas físicas das entidades hospedeiras***

A entidade que formalizava a candidatura tinha que demonstrar a existência de infra-estruturas físicas que lhe permitissem o desenvolvimento de actividades informativas e de animação rural prevista no seu plano de actividades. Neste sentido, cabia à entidade hospedeira a «instalação» do próprio Carrefour Rural que passava, nomeadamente, pela disponibilização de um espaço físico de suporte ao desenvolvimento das actividades a desenvolver.

Estas eram algumas das questões que se colocavam à entidade hospedeira aquando da instalação do Carrefour Rural no sentido da obtenção de mais valias no funcionamento do próprio Carrefour e em atingir os objectivos preestabelecidos. Por exemplo, anexar ou não o Carrefour Rural a um departamento/sector existente na entidade ou a constituição de um serviço autónomo. Promover ou não a colaboração entre os técnicos adstritos ao Carrefour Rural e os outros técnicos do departamento/sector ou da própria entidade hospedeira para desenvolver as actividades de informação e de animação rural. Estas eram questões que mereciam resposta por parte da entidade hospedeira.

Estas foram também questões às quais procuramos obter respostas através do inquérito efectuado. O resultado das respostas dadas está patente nas tabelas abaixo apresentadas.

Pela leitura da Tabela 22, podemos perceber que 65,2% das respostas obtidas indicam-nos que os Carrefours Rurais nacionais foram anexados a um departamento/sector da própria entidade hospedeira e 34,8% das entidades hospedeiras constituíram um serviço autónomo dentro da respectiva entidade hospedeira.

**Tabela 22 – Distribuição percentual da anexação ou não do Carrefour Rural a um departamento da entidade hospedeira**

Anexação ou não do Carrefour	Frequência absoluta	Frequência (%)
Foi anexado a um departamento/sector	15	65,2%
Constitui um serviço autónomo	3	34,8%
Total	23	100,0%

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

Por sua vez, podemos ainda verificar que dos 65,2% dos inquiridos que nos disseram que os Carrefours Rurais nacionais tinham sido anexados a um departamento/sector, 93,3% destes referiram que os técnicos adstritos aos Carrefours Rurais nacionais recebiam a colaboração dos colegas do departamento/sector a que estes tinham sido anexados (Tabela 23).

**Tabela 23 – Distribuição percentual da colaboração entre os colegas de departamento**

Colaboração entre os colegas de departamento	Número de inquiridos	Frequência (%)
Sim	14	93,3%
Não	1	6,7%
Total	15	100,0%

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

Aqui podem-se colocar algumas questões sobre as sinergias que podiam advir para o funcionamento do Carrefour Rural em causa. Seria melhor a existência de cooperação entre os recursos humanos ou não?

Os dados indiciam que estes factores traziam mais valias ao desenvolvimento de algumas actividades na medida em que se fundamentavam na partilha de experiências e conhecimento, bem como no saber fazer entre os diferentes indivíduos. Como o âmbito de trabalho dos Carrefours Rurais nacionais era muito alargado, a partilha de conhecimento entre técnicos de áreas diversas era certamente enriquecedora no contexto geral do desenvolvimento das actividades dos Carrefours Rurais (Carrefours, 2001a)-2005a).

Vejamos por exemplo, a complexidade das muitas políticas comuns existentes, nos diferentes e complexos programas da União Europeia, das diferentes iniciativas e fundos comunitários, da

diversidade de normas legislativas existentes, bem como as especificidades existentes dos exemplos aqui citados. Daqui podemos depreender as vantagens que os Carrefours Rurais nacionais poderiam obter quando implicavam, para além das pessoas a eles adstritos, outros indivíduos da entidade hospedeira. Por sua vez, certamente que o envolvimento de outros indivíduos se prendia também com razões de outra natureza, nomeadamente da existência de serviços específicos na entidade hospedeira. Estamos a referir-nos aos serviços de reprografia, aos serviços de imagem, ao serviço de contabilidade, entre outros.

Importa ainda referir que, a integração dos Carrefours Rurais nacionais em departamentos/sectores da entidade hospedeira e a obtenção de apoios de serviços específicos destas mesmas entidades lhes permitia uma maior dinâmica assente nas diferentes sinergias proporcionadas pela entidade hospedeira.

Para além da colaboração com os colegas no âmbito da entidade hospedeira, salientar ainda a cooperação estabelecida com entidades exteriores. Este aspecto será posteriormente abordado neste trabalho.

### ***Existência ou não de um espaço físico próprio e suas potencialidades***

Para além da questão dos recursos humanos, tal como já fizemos referência, a entidade hospedeira tinha de disponibilizar infra-estruturas físicas, nomeadamente um espaço físico de suporte ao desenvolvimento de actividades de informação e animação rural, bem como equipamento informático.

Assim, através da Tabela 24 pudemos perceber que, 56,5% dos inquiridos indicaram existir um espaço apenas adstrito ao Carrefour Rural, com lugares sentados (93,3%) dos quais 63,6% em número superior a cinco lugares.

**Tabela 24 – Características do espaço físico, quanto a lugares sentados e à exposição e distribuição de documentos informativos**

Espaço físico adstrito apenas aos Carrefours Rurais nacionais		Lugares sentados disponíveis para os visitantes					Documentos expostos de consulta e de distribuição gratuita	
		Sim	Não	Nº de lugares			Sim	Não
				1 a 2	3 a 4	≥ 5		
Sim	56,5%	92,3%	7,7%	27,3%	9,1%	63,6%	100,0%	0,0%
Não	43,5%							

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

É ainda possível verificar através desta mesma Tabela que os Carrefours Rurais nacionais disponibilizavam nesse mesmo espaço de uma área onde era possível a consulta de documentação europeia por parte do público que os visitava e a obtenção gratuita de materiais informativos europeus.

Importa salientar que grande parte da documentação disponível para distribuição gratuita era facultada aos Carrefours Rurais nacionais pela Comissão Europeia e pelas outras instituições e órgãos europeus.

Para além da possibilidade de consulta de documentação europeia, versão papel, os Carrefours Rurais nacionais constituíam-se como pontos de acesso à informação europeia através da Internet.

Como podemos perceber pela leitura da Tabela 25 é perceptível que os 56,5% dos inquiridos que indicaram a existência de um espaço físico apenas adstrito aos Carrefours Rurais, 92,3% indicaram a existência de computadores para utilização do público, permitindo estes o acesso à Internet. A maior percentagem de respostas dadas relativamente ao número de computadores existentes (81,8%) indica-nos que, o número de computadores disponibilizados ao público se encontrava na escala de «1 e 2 computadores» e que 77,8% destes permitiam o acesso à Internet.

**Tabela 25 – Distribuição percentual de computadores de utilização pública, com acesso à Internet, por classes**

Espaço físico adstrito apenas aos Carrefours Rurais nacionais		Computadores para utilização do público									
		Existência de computadores					Com acesso à Internet				
		Sim	Não	Nº de computadores			Sim	Não	Nº de Computadores		
				1 a 2	3 a 4	≥ 5			1 a 2	3 a 4	≥ 5
Sim	56,5%	92,3%	7,7%	81,8%	9,1%	9,1%	100%	0,0%	77,8%	11,1%	11,1%
Não	43,5%										

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

Sintetizando a análise efectuada às entidades hospedeiras e suas infra-estruturas físicas adstritas aos Carrefours Rurais nacionais realçamos que, por um lado, as entidades hospedeiras nacionais na sua maioria eram «Entidades Públicas» e, por outro lado, que a área de acção destas se prendia com áreas como a «Agricultura e o Desenvolvimento Rural», o «Desenvolvimento Regional ou Local» e o «Ensino e Investigação».

Por sua vez, existia uma forte relação entre as «Entidades Públicas», a área do «Ensino e Investigação» e a área da «Agricultura e Desenvolvimento Rural» e, entre as «Entidades Privadas s/fins Lucrativos» e a área do «Desenvolvimento Regional e Local».

Relativamente à instalação dos Carrefours Rurais nacionais verificamos que mais de metade destes, as suas instituições hospedeiras anexaram-nos a departamentos/sectores existentes e, nesta sequência verificava-se a colaboração entre as pessoas adstritas aos Carrefours Rurais e outros colegas do departamento.

No que dizia respeito às características das infra-estruturas físicas adstritas pelas entidades hospedeiras aos Carrefours Rurais nacionais pudemos verificar que, de certa forma, estes dispunham de meios, quer físicos quer tecnológicos, para receber o público que os visitava na procura de respostas às suas questões europeias e/ou informação sobre a União Europeia.

Importa ainda salientar que para além da possibilidade de obtenção de informação em papel, os Carrefours Rurais nacionais, na sua maioria, disponibilizavam meios tecnológicos que possibilitavam aos visitantes a consulta e a obtenção de informação através da Internet.

De uma forma geral, podemos concluir que as entidades hospedeiras facultavam à actividade «Carrefour» infra-estruturas físicas que correspondiam às exigências da Comissão Europeia, exigências essas que se reflectiam na «Convenção» assinada aquando da criação de cada Carrefour em termos de condições de instalações e de material e equipamento informático a disponibilizar (ver IV Capítulo deste trabalho).

#### **4 – Instrumentos de difusão de informação europeia**

Os Carrefours Rurais nacionais tendo presente o objectivo principal que lhes era incumbido pela Comissão Europeia e, de certa forma, o objectivo para o qual foram criados procuraram encontrar formas diversificadas e meios que lhes permitissem fazer chegar informação aos cidadãos, em especial aos cidadãos do mundo rural.

A primeira questão para a qual tinham de obter uma resposta era como fazer chegar a informação aos cidadãos, em especial aos cidadãos do mundo rural? A dificuldade residia em encontrar formas e meios para chegar ao público-alvo identificado.

Que meios podiam ser utilizados e/ou que actividades deviam ser promovidas pelos Carrefours Rurais nacionais? Esta foi a questão para a qual procuramos, através do inquérito, obter respostas dos inquiridos.

A nossa percepção é de que na sua actividade de informação europeia os Carrefours Rurais nacionais promoviam a elaboração de materiais informativos que visassem a difusão de informação europeia junto do público-alvo.

Na Tabela 26 apresenta-se a frequência com que os Carrefours Rurais nacionais recorriam à elaboração de materiais informativos.

**Tabela 26 – Distribuição percentual da frequência de elaboração de materiais de difusão de informação europeia**

	Muitas vezes	Às vezes	Poucas vezes	Nunca
Elaboração de materiais de difusão de informação europeia	59,1%	36,4%	4,5%	0,0%

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

Relativamente à frequência com que estes materiais informativos eram elaborados verificamos que 59,1% dos inquiridos deram-nos conta de que estes eram elaborados «Muitas vezes» e 34,8% dos inquiridos que eram elaborados «Às vezes» (Tabela 26).

Através dos relatórios de actividade verificamos que na maioria dos Carrefours Rurais nacionais eram elaborados, por exemplo, boletins informativos mensais, fichas de legislação comunitárias mensais. Daí a justificação da resposta dada pelos inquiridos de «Muitas vezes» relativamente à elaboração de materiais informativos.

Mais do que a importância atribuída à frequência de elaboração importa realçar que em todos os Carrefours Rurais nacionais era prática corrente a elaboração de materiais informativos, pois nenhum dos inquiridos referiu a não elaboração destes.

As percentagens da elaboração de materiais informativos mostram-nos que existia ao nível dos Carrefours Rurais nacionais uma clara percepção da sua importância na medida em que permitiam a passagem de informação europeia para o cidadão, bem como o estabelecimento de relações de proximidade entre os mesmos.

No que diz respeito aos meios utilizados pelos Carrefours Rurais nacionais para efectuarem a difusão da informação europeia, podemos verificar que estes recorriam a «Boletins Informativos» e à «Organização de Sessões de Informação, Seminários, Debates, Jornadas, Palestras, Conferências, ...». Estes meios foram considerados pelos inquiridos, por excelência, os meios mais utilizados na difusão de informação europeia (Tabela 27, apresentada na página seguinte).

**Tabela 27 – Distribuição percentual da utilização de diferentes meios na difusão de informação europeia, por classes de utilização**

	Sim	Não
Boletins Informativos	100,0%	0,0%
Publicações	72,7%	27,3%
Organização de Sessões de Informação, Seminários, Debates, Jornadas, Palestras, Conferências, ....	100,0%	0,0%
Meios de Comunicação Social	86,4%	13,6%
Recurso às Novas Tecnologias	95,7%	4,3%

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

Importa salientar que para além dos dois meios de difusão mais utilizados referidos anteriormente, os Carrefours Rurais nacionais recorriam também com frequência «Às Novas Tecnologias» (95,7%) e aos «Meios de Comunicação Social» (86,4%), bem como às «Publicações» (72,7%) como meios utilizados na difusão de informação europeia (Tabela 27). As «Publicações» resultavam de actividades como por exemplo a publicação das Actas das Conferências ou Seminários organizados pelos Carrefours Rurais nacionais, bem como da vontade dos Carrefours Rurais nacionais de se debruçarem sobre um tema de importância para a sua região de intervenção e aproveitarem para editar esse mesmo trabalho sobre a forma de uma publicação.

Os dados indiciam que uma percentagem considerável de Carrefours Rurais nacionais, desenvolviam esforços no sentido de utilizar diversificados meios tendo em vista o fazer chegar informação europeia ao mundo rural. A tomada de consciência por parte destes das dificuldades em fazer passar a informação de que eram emissores/transmissores fazia com que, fossem encontradas diferentes formas de interpelar o cidadão a participar e a tomar conhecimento da informação europeia.

A organização de sessões de informação, seminários, debates, jornadas, palestras, conferências, ..., permitia aos Carrefours Rurais nacionais informação muitas vezes de carácter específico e, ao mesmo tempo, permitia aos cidadãos a possibilidade de participarem activamente na partilha de conhecimento e experiências. Este tipo de meios contribuía para que o cidadão se tornasse um cidadão mais activo, promovendo assim o seu envolvimento nas actividades desenvolvidas pelos Carrefours Rurais nacionais em causa e, por sua vez, no processo de construção da União Europeia.

Estes eram os objectivos proclamados pela Comissão Europeia aquando da criação dos Carrefours Rurais europeus e visados pela sua política de informação e comunicação. Objectivos estes que já foram salientados nos capítulos anteriores deste trabalho.

O impacto causado pelos Carrefours Rurais nacionais sobre os indivíduos que recebiam e liam um «Boletim Informativo», era certamente diferente do impacto causado sobre os indivíduos que participavam numa «Sessão de Informação» ou numa «Palestra» ao lhe ser dada a possibilidade, por exemplo, de expressar a sua opinião. A presença directa era uma forma de quebrar eventuais barreiras no relacionamento entre os Carrefours Rurais nacionais e os cidadãos, procurando actuar de uma forma pró-activa.

O resultado de fazer mera retransmissão das orientações traçadas pelas instituições europeias através de documentos escritos como os «Boletins Informativos» era diferente do tentar fazer uma leitura e análise da mesma e promover sessões informativas posteriores. Assim, os Carrefours Rurais nacionais tentavam partilhar a informação em causa e auscultar a opinião dos cidadãos. Este era um dos reflexos de como cada Carrefour Rural nacional percebia o objectivo de fazer chegar informação aos cidadãos do mundo rural e, ao mesmo tempo, o de aproximar o Carrefour Rural dos cidadãos da sua área de intervenção.

O recurso às «Novas Tecnologias» referido por 95,7% dos inquiridos permite-nos referir que os Carrefours Rurais nacionais contribuíram para que a difusão de informação europeia, ganhasse mais «velocidade». A difusão de informação realizada por estes tornou-se mais atempada e talvez dotada de um carácter mais efectivo na medida em que, com alguma facilidade era difundida por um número alargado de cidadãos.

Importa também aqui mais uma vez salientar que a comunicação social foi alvo de atenção por parte da Comissão Europeia, bem como das outras Instituições e Órgãos Europeus, no âmbito da Política de Informação e Comunicação da União Europeia, como instrumento de difusão de informação europeia (ver IV Capítulo). Por este facto, foi apontada como um «instrumento» importante ao qual os Carrefours Rurais deveriam dar atenção. Foram elucidados para o estabelecimento de parcerias com rádios e jornais com o objectivo de promoverem a difusão de informação Europeia e, ao mesmo tempo, as actividades informativas dos próprios Carrefours Rurais (COM (2001) 354 final, 2001a).

Os dados permitem-nos salientar que os Carrefours Rurais nacionais perceberam a importância do papel que a Comunicação Social tinha, nomeadamente, a rádio, em especial nas zonas

rurais. A rádio era muitas vezes a «companhia» e a «voz» que entrava pelas portas dentro de algumas famílias do mais recatado do «canto» do mundo rural. E, por outro lado, constituíam um dos meios utilizados na discussão dos assuntos da «Praça Pública».

Face aos instrumentos utilizados pelos Carrefours Rurais nacionais parece-nos ainda possível salientar que a metodologia de trabalho dos Carrefours, em termos de difusão de informação se estruturava em quatro grandes eixos de acção: o recurso aos meios de comunicação social, o contacto directo com o público, o recurso às novas tecnologias e a utilização do correio postal.

No que diz respeito aos meios utilizados pelos Carrefours Rurais nacionais para difundir a informação europeia, a Tabela 28 permite-nos verificar que 82,6% dos inquiridos concordaram que os Carrefours em causa, mais do que difundir informação europeia, utilizavam os meios informativos adaptados às necessidades do público-alvo; que 69,6% dos inquiridos concordaram que os meios utilizados para a difusão de informação europeia atingiam o público-alvo, eram diversificados, de fácil acesso e eram difundidos em grande escala; que 72,7% dos inquiridos concordaram, totalmente ou em parte, que os meios utilizados permitiam apenas atingir uma fracção do público-alvo; e, que 56,6% dos inquiridos concordaram que os meios utilizados na difusão de informação incluíam os meios telemáticos.

**Tabela 28 – Distribuição percentual da classificação de afirmações relativas aos meios utilizados de difusão de informação, por escala de classificação**

	Discordo totalmente ou em parte	Nem concordo nem discordo	Concordo totalmente ou em parte
São utilizados os meios informativos adaptados às necessidades do público-alvo	8,7%	8,7%	82,6%
Atingem o público-alvo	4,3%	26,1%	69,6%
Atingem uma fracção do público-alvo	18,2%	9,1%	72,7%
São diversificados	13,0%	17,4%	69,6%
São de fácil acesso	4,3%	26,1%	69,6%
São difundidos em grande escala	4,3%	26,1%	69,6%
São difundidos usando meios telemáticos.	30,4%	13,0%	56,6%

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

No entanto, parece-nos importante salientar que mais de um quarto dos inquiridos (26,1%), não tinham opinião formada relativamente ao facto de os meios utilizados na difusão de informação atingirem o público-alvo, serem de fácil acesso e serem difundidos em grande escala (Tabela 28).

Importa ainda referir que, 72,7% dos inquiridos que concordaram que os meios utilizados atingiam uma fracção do público-alvo e que 69,6% consideraram que atingiam o público-alvo. Estas percentagens indicam a existência de dúvidas sobre a eficácia de divulgação da informação, nomeadamente porque esta era difundida com recurso a terceiros. Pois, o facto, por exemplo de chegar à secretária do Sr. Presidente da Junta de Freguesia um «Boletim Informativo», não quer dizer que ele o lesse e o afixasse para permitir a leitura a outros. Podia muito bem acontecer que, esse mesmo «Boletim Informativo» fosse directamente para o arquivo, ou na pior das hipóteses, para o caixote do lixo.

Talvez os inquiridos tivessem consciência que não era possível fazer chegar, em termos práticos, informação a todos os cidadãos da sua área de intervenção. Daí terem considerado que apenas chegavam a uma fracção. Neste sentido, tornar-se-ia importante que, nessa fracção, estivessem incluídos muitos «multiplicadores»/«transmissores» da mensagem, com um papel activo na sociedade, que imprimissem um valor acrescentado na difusão da informação europeia que a eles chegasse.

Na tentativa de verificarmos se existe homogeneidade na distribuição entre as opiniões sobre os meios utilizados para promover a difusão da informação europeia e a natureza das entidades hospedeiras Carrefours Rurais nacionais, propusemo-nos efectuar um Teste Kruskal Wallis H, no qual procuramos averiguar se há uma relação entre as entidades hospedeiras e a opinião sobre os meios utilizados para a difusão de informação.

### **Hipóteses:**

**H 0:** As opiniões sobre os meios para efectuarem a difusão de informação não variam conforme a natureza das entidades hospedeiras dos Carrefours Rurais nacionais.

**H 1:** As opiniões sobre os meios para efectuarem a difusão de informação variam conforme a natureza das entidades hospedeiras dos Carrefours Rurais nacionais.

Com a realização do Teste Kruskal Wallis H, e perante os valores de significância estatística (Tabela 29, apresentada na página seguinte), é possível referirmos que existe evidência estatística suficiente, para com 95,0% de confiança, aceitar H 0, isto é que não existe relação entre as opiniões sobre os meios usados para difundir a informação europeia e a natureza das entidades hospedeiras dos Carrefours Rurais nacionais, sendo ela «Pública» ou sendo ela «Privada s/fins Lucrativos».

**Tabela 29 – Teste Kruskal Wallis H**

	Chi-Square	Asymp. Sig
São utilizados os meios informativos adaptados às necessidades do público-alvo	0,117	0,732
Atingem o público-alvo	1,649	0,199
Atingem uma fracção do público-alvo	0,986	0,321
São diversificados	0,514	0,474
São de fácil acesso	0,103	0,754
São difundidos em grande escala	1,649	0,199
São difundidos usando meios telemáticos.	1,186	0,276

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

Da análise efectuada aos instrumentos de difusão de informação europeia promovidos pelos Carrefours Rurais nacionais com o objectivo de fazer chegar informação ao cidadão do mundo rural, importa salientar que era muito frequente a elaboração de materiais informativos. A frequência da elaboração de materiais informativos advinha da tomada de consciência dos responsáveis pelos Carrefours Rurais nacionais da sua importância na divulgação de informação europeia e do estreitar relações de proximidade com os cidadãos.

Relativamente aos meios utilizados na difusão de informação foram destacados os «Boletins Informativos» e a «Organização de Sessões de Informação, Seminários, Debates, Jornadas, Palestras, Conferências, ...» que, de certa forma, se complementavam. Os primeiros meios facultavam informação ao cidadão e, os segundos, para além de facultarem informação, permitiam ainda ouvir as opiniões dos cidadãos.

Importa ainda salientar que a opinião dos inquiridos realça a tentativa de utilização, por parte dos Carrefours Rurais nacionais, dos meios informativos adaptados às necessidades do público-alvo. No entanto, os inquiridos independentemente da natureza da entidade hospedeira a que estavam adstritos deixaram transparecer a existência de dúvidas relativamente à eficácia da divulgação de informação, pelo facto de esta ser feita muitas vezes com recurso a terceiros. Reside aqui a dificuldade de fazer chegar informação europeia aos cidadãos.

## **5 – Dinâmicas das iniciativas desenvolvidas pelos Carrefours**

No que diz respeito às actividades desenvolvidas pelos recursos humanos adstritos a cada Carrefour Rural nacional (Tabela 30, apresentada na página seguinte), os dados indicam que existia um consenso por parte dos inquiridos ao concordarem que as actividades por eles

desenvolvidas promoviam os grandes temas/assuntos que eram definidos anualmente pela Comissão Europeia, bem como reflectiam os desenvolvimentos da construção da União Europeia.

Para além dos Carrefours Rurais nacionais procurarem implementar as orientações anuais provenientes da Comissão Europeia sobre todos os domínios europeus para o mundo rural, em termos de trabalho informativo, eram-lhes ainda atribuídas competências informativas ao nível nacional e regional. Assim, por exemplo, para além do trabalho informativo incluir a divulgação da legislação comunitária, este deveria incluir ainda as disposições de execução nacional da mesma (Comissão Europeia, 1994c).

**Tabela 30 – Distribuição percentual sobre as afirmações relativas às actividades desenvolvidas pelos Carrefours nacionais, por escala de classificação**

	Discordo totalmente ou em parte	Nem concordo nem discordo	Concordo totalmente ou em parte
Vão ao encontro das necessidades do público-alvo, apercebidas pelos recursos humanos adstritos ao Carrefour	0,0%	21,7%	78,3%
Promovem os grandes temas/assuntos prefixados pela Comissão Europeia	0,0%	0,0%	100,0%
Reflectem os “desenvolvimentos” do próprio processo de construção da União Europeia	0,0%	0,0%	100,0%
Reflectem os “desenvolvimentos” nacionais e regionais	13,0%	17,4%	69,6%
São apenas informativas	43,5%	13,0%	43,5%
São pró-activas	0,0%	43,5%	56,5%
Envolvem outros agentes de difusão de informação	0,0%	13,0%	87,0%
De uma forma geral, as actividades reflectem as actividades desenvolvidas pela entidade hospedeira	21,7%	4,3%	73,9%

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

Esta realidade foi certamente tida em conta por 69,6% dos inquiridos ao estarem de acordo com que as actividades desenvolvidas pelos Carrefours Rurais nacionais reflectiam os desenvolvimentos nacionais e regionais. Por outro lado, 78,3% dos inquiridos consideraram que, face à sua capacidade de percepção e leitura da realidade envolvente, os Carrefours Rurais nacionais procuravam ir ao encontro das necessidades informativas do público-alvo.

Das percentagens referidas no parágrafo anterior podemos ainda depreender a existência de uma interdependência entre os temas de carisma europeu e os de carisma nacional e/ou regional. Esta era a dualidade pretendida pela Comissão Europeia ao promover a existência

destes Centros no sentido da divulgação das actividades desenvolvidas pelas instituições europeias e das políticas e programas comunitários.

Em relação aos programas comunitários, os Carrefours Rurais nacionais tinham que ter em conta as disposições nacionais e regionais na sua capacidade de difusão de informação com vista à sua aplicabilidade.

Parece-nos ainda importante referenciar que, 56,5% dos inquiridos concordavam que as actividades desenvolvidas pelo Carrefours Rurais nacionais eram pró-activas e 43,5% não tinham uma opinião formada. No entanto, na mesma percentagem foi considerado pelos inquiridos que discordavam relativamente à informação que as actividades eram apenas informativas.

Parece-nos estar perante uma dualidade e complementaridade de actividades. Talvez tenham causado efeitos mais reactivos do que pró-activos perante os cidadãos. Procuraram sim envolver os *stakeholders* através, por exemplo, da promoção de parcerias ou de cooperações para o desenvolvimento de actividades. Exemplos disto foram os projectos desenvolvidos, as organizações criadas por alguns dos Carrefours Rurais nacionais. Estamos a referir-nos, por exemplo à Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural do Oeste, cuja formação teve o impulso do Carrefour Rural do Oeste – CEIDRO sediado na região (Carrefour do Oeste-CEIDRO, 2001a).

Por último, na Tabela 30, é ainda possível verificar que, 73,9% dos inquiridos concordavam que as actividades desenvolvidas no âmbito dos Carrefours Rurais nacionais, de uma forma geral, reflectiam as actividades desenvolvidas pelas entidades hospedeiras destes.

Em jeito de conclusão é possível referir que as actividades desenvolvidas no âmbito dos Carrefours Rurais Nacionais para implementarem os instrumentos de difusão de informação, apesar de seguirem orientações da Comissão Europeia na promoção dos grandes temas da União Europeia, tinham também um cunho de orientação relacionado com as actividades desenvolvidas pelas suas entidades hospedeiras.

A diferenciação das actividades desenvolvidas pelos diferentes Carrefours Rurais nacionais era uma realidade, na medida em que 69,6% dos inquiridos estavam de acordo que estas reflectiam os desenvolvimentos nacionais e regionais, bem como que reflectiam as actividades desenvolvidas pelas suas entidades hospedeiras (73,9%, tal como já foi referido anteriormente).

Neste inquérito, 91,3% dos inquiridos consideraram que, apesar de os objectivos e funções definidos pela Comissão Europeia serem iguais para toda a Rede Europeia de Carrefours Rurais, as actividades desenvolvidas por cada um dos Carrefours Rurais nacionais diferenciavam-se entre si. Na verdade, era dada liberdade de acção aos Carrefours Rurais Nacionais para que estes ajustassem a sua actuação de acordo com as especificidades do meio em que estavam inseridos, de forma a alcançar o objectivo último de informar o cidadão do mundo rural. Aqui residiam as particularidades regionais e adequação dos meios às necessidades reais da área de intervenção do Carrefour em causa, tal como já vimos em pontos anteriores deste trabalho.

Na tentativa de verificarmos se existia homogeneidade na distribuição entre as variáveis, opiniões sobre as actividades desenvolvidas pelos Carrefours Rurais nacionais e a natureza das entidades hospedeiras, bem como com a área de intervenção das respectivas entidades, propusemo-nos efectuar Testes Kruskal Wallis H.

Assim, neste primeiro Teste Kruskal Wallis H, procuramos averiguar se há uma relação entre a natureza das entidades hospedeiras dos Carrefours Rurais nacionais e a opinião sobre as actividades desenvolvidas por estes.

### **Hipóteses:**

**H 0:** As opiniões sobre as actividades desenvolvidas pelos Carrefours Rurais nacionais não variam em função da natureza das entidades hospedeiras dos mesmos.

**H 1:** As opiniões sobre as actividades desenvolvidas pelos Carrefours Rurais nacionais variam em função da natureza das entidades hospedeiras dos mesmos.

**Tabela 31 – Teste Kruskal Wallis H**

	Chi-Square	Asymp. Sig
Vão ao encontro das necessidades do público-alvo, apercebidas pelos recursos humanos adstritos ao Carrefour	3,259	0,071
Promovem os grandes temas/assuntos prefixados pela Comissão Europeia	0,000	1,000
Reflectem os “desenvolvimentos” do próprio processo de construção da União Europeia	0,000	1,000
Reflectem os “desenvolvimentos” nacionais e regionais	0,762	0,381
São apenas informativas	0,020	0,888
São pró-activas	1,630	0,202
Envolvem outros agentes de difusão de informação	0,003	0,956
De uma forma geral, as actividades reflectem as actividades desenvolvidas pela entidade hospedeira	1,200	0,273

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

Com a realização do Teste Kruskal Wallis H, e perante os valores de significância estatística que constam na Tabela 31 (apresentada na página anterior), é possível salientarmos que existe evidência estatística suficiente, para com 95,0% de confiança, aceitar H 0, isto é concluir que existe uma homogeneidade na distribuição entre as opiniões relativas às actividades desenvolvidas pelos Carrefours Rurais nacionais e a natureza das entidades hospedeiras dos mesmos. O que significa que há autonomia por parte dos Carrefours e que estes desenvolvem actividades distintas.

Com o segundo Teste Kruskal Wallis H, procuramos averiguar se há uma relação entre a área de intervenção das entidades hospedeiras dos Carrefours Rurais nacionais e a opinião sobre as actividades desenvolvidas por estes.

### **Hipóteses:**

**H 0:** As opiniões sobre as actividades desenvolvidas pelos Carrefours Rurais nacionais não variam em função da área de intervenção das entidades hospedeiras dos mesmos.

**H 1:** As opiniões sobre as actividades desenvolvidas pelos Carrefours Rurais nacionais variam em função área de intervenção das entidades hospedeiras dos mesmos.

**Tabela 32 – Teste Kruskal Wallis H**

	Chi-Square	Asymp. Sig
Vão ao encontro das necessidades do público-alvo, apercebidas pelos recursos humanos adstritos ao Carrefour	0,939	0,816
Promovem os grandes temas/assuntos prefixados pela Comissão Europeia	0,000	1,000
Reflectem os “desenvolvimentos” do próprio processo de construção da União Europeia	0,000	1,000
Reflectem os “desenvolvimentos” nacionais e regionais	7,363	0,061
São apenas informativas	1,828	0,609
São pró-activas	0,839	0,940
Envolvem outros agentes de difusão de informação	1,653	0,647
De uma forma geral, as actividades reflectem as actividades desenvolvidas pela entidade hospedeira	2,860	0,414

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

Com a realização deste Teste Kruskal Wallis H, e perante os valores de significância estatística, que constam da Tabela 32, é possível referirmos que existe evidência estatística suficiente para, com 95,0% de confiança, aceitar H 0, isto é concluir que existe homogeneidade na distribuição entre as opiniões relativas às actividades desenvolvidas pelos Carrefours Rurais nacionais e a área de intervenção das entidades hospedeiras dos mesmos.

Quando nos referimos à área de intervenção das entidades hospedeiras, queremos referir-nos mais concretamente a área de acção de cada uma delas.

Estes factos são confirmados com os dados da Tabela 33, quando 100,0% dos inquiridos, relativamente à diferenciação de actividades desenvolvidas, concordavam que as entidades hospedeiras tinham a liberdade de estabelecerem as formas com vista à obtenção dos objectivos últimos preestabelecidos. Estamos a referir-nos aos objectivos preestabelecidos que visavam a passagem de informação para as populações sedeadas no mundo rural, como objectivos principais dos Carrefours Rurais nacionais, bem como às formas que eram preestabelecidas e definidas nos Planos de Acção - Programas de Trabalho a apresentar anualmente por parte dos Carrefours Rurais nacionais (ver IV Capítulo deste trabalho).

**Tabela 33 – Objectivos e funções de cada Carrefour Rural nacional e actividades desenvolvidas**

	Discordo totalmente ou em parte	Nem concordo nem discordo	Concordo totalmente ou em parte
As entidades hospedeiras têm liberdade de estabelecerem as formas de atingirem os objectivos últimos preestabelecidos	0,0%	0,0%	100,0%
Os Carrefours vão ao encontro das necessidades das populações rurais da sua área de intervenção	9,5%	9,5%	81,0%
O trabalho de difusão de informação europeia desenvolvido por cada um dos Carrefours Nacionais é, de certa forma, igual em todos os Carrefours	61,9%	14,3%	23,8%
As actividades desenvolvidas por cada um dos Carrefours, apoiadas em candidaturas a projectos específicos, diferenciam-se entre si e adquirem um cunho muito forte das actividades desenvolvidas pela entidade hospedeira	4,8%	9,5%	85,7%
As actividades desenvolvidas pelo nosso Carrefour são o reflexo das actividades desenvolvidas pela nossa entidade hospedeira	9,5%	19,0%	71,4%
As actividades desenvolvidas pelo Carrefour são o reflexo das preocupações apresentadas pelo público-alvo e pelos actores envolvidos	0,0%	33,3%	66,7%
As actividades desenvolvidas pelo Carrefour são influenciadas pelas oportunidades de financiamento oriundas de candidaturas a projectos	5,0%	15,0%	80,0%
As actividades desenvolvidas pelo Carrefour, em parceria, são sempre da iniciativa do Carrefour	25,0%	10,0%	65,0%

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

Estes factos foram confirmados também por 81,0% dos inquiridos que concordavam que os Carrefours Rurais nacionais procuravam ir ao encontro das necessidades das populações rurais existentes nas suas áreas de intervenção.

Um outro aspecto que nos parece importante dar destaque é a diferenciação do trabalho de difusão de informação desenvolvido por cada um dos Carrefours Rurais apesar da Comissão Europeia ter definido objectivos comuns. A diferenciação de actividades foi considerada por 61,9% dos inquiridos ao discordarem de que o trabalho de difusão de informação europeia era igual em todos os Carrefours (afirmação da Tabela 33, apresentada na página anterior). Esta realidade parece-nos ir mais uma vez ao encontro das especificidades territoriais e populacionais tidas em conta pelos Carrefours Rurais nacionais.

Reforçando esta ideia apresentada no parágrafo anterior, 66,7% dos inquiridos concordavam que os Carrefours incrementavam iniciativas de natureza diversificada e procuravam ir ao encontro das preocupações apresentadas pelo público-alvo, bem como pelos actores envolvidos. Parece-nos aqui transparecer a existência de uma autonomia, tanto entre os próprios Carrefours Rurais nacionais como em relação à Comissão Europeia (Tabela 33, apresentada na página anterior).

Por outro lado, podemos perceber que existiam aspectos que condicionavam o trabalho dos Carrefours Rurais nacionais, nomeadamente a área de acção da entidade hospedeira. Os Carrefours Rurais nacionais que estavam sedeados em entidades hospedeiras cuja actividade principal era a agricultura e o desenvolvimento rural desenvolviam actividades que iam ao encontro dessas áreas de acção, nomeadamente seminários voltados para questões agrícolas e desenvolvimento rural.

E, tal como consideraram 71,4% dos inquiridos as actividades desenvolvidas por cada um dos Carrefours Rurais nacionais eram o reflexo das actividades desenvolvidas pela respectiva entidade hospedeira (Tabela 33, apresentada na página anterior). Mais uma vez, a influência da entidade hospedeira e a sua importância é realçada. No entanto, importa referir que em alguns Carrefours Rurais nacionais o peso da importância da entidade hospedeira já não se verificava tão taxativamente visto que 19,0% dos inquiridos não tinham opinião formada e 9,5% dos inquiridos discordavam da afirmação em causa (ver quinta afirmação da Tabela 33, apresentada na página anterior).

A verdade é que, por um lado, qualquer organização é também o resultado e a resposta às necessidades da população e das expectativas da região onde estão inseridas. Os Carrefours Rurais nacionais, tal como qualquer outro projecto de uma qualquer instituição, não eram a excepção. Era também essa a sua função e por outro lado, qualquer projecto, normalmente,

recebe o impulso positivo ou negativo da entidade que o apoia e reflecte em parte a sua orientação estratégica.

Foi referido no IV Capítulo deste trabalho que os Carrefours Rurais nacionais usufruíam de uma subvenção anual que recebiam da Comissão Europeia. No entanto, estes podiam ainda apresentarem candidaturas a projectos, propostos pelas instituições da União Europeia ou instituições nacionais.

Assim, a diversidade de actividades desenvolvidas pelos Carrefours Rurais provinha também da capacidade demonstrada pela entidade hospedeira (assente nos recursos humanos adstritos ao Carrefour Rural nacional) em conseguir formular e apresentar candidaturas a projectos que lhes permitissem levar por diante o desenvolvimento de actividades para além daquelas que eram possíveis desenvolver com o montante financeiro anual disponibilizado pela Comissão Europeia.

Desta forma, os Carrefours Rurais nacionais conseguiam montantes financeiros que os apoiavam no desenvolvimento de diversas actividades. Esta realidade foi reafirmada por 80,0% dos inquiridos ao concordarem que as actividades pelos Carrefours Rurais nacionais eram influenciadas pelas oportunidades de financiamento provenientes de candidaturas a projectos.

Importante ainda referir que, 85,7% dos inquiridos concordavam que as actividades desenvolvidas pelos Carrefours Rurais nacionais apoiadas em candidaturas a projectos específicos se diferenciavam entre si e adquiriam um cunho muito forte das actividades desenvolvidas pelas entidades hospedeiras. Podemos ainda acrescentar que, de certa forma, os Carrefours Rurais nacionais procuravam executar projectos que também visassem as actividades desenvolvidas pela entidade hospedeira. Parece-nos existir aqui um comportamento oportunista, na medida em que as próprias candidaturas e os respectivos projectos iam ao encontro de algumas das actividades que poderiam ser, ou não, desenvolvidas pelas entidades hospedeiras.

No desenrolar do trabalho de informação levado a cabo pelos Carrefours Rurais nacionais, importa realçar que o estabelecimento de parcerias foi ocorrendo, tornando-se necessário para o bom desempenho das suas funções. Estas resultaram dos contactos que se foram estabelecendo no desenrolar de actividades promovidas pelos respectivos Carrefours Rurais nacionais e assentavam na confiança das relações que se foram estabelecendo com diferentes actores da área de influência dos Carrefours.

As parcerias, por vezes, permitiam atingir mais valias em termos de divulgação da informação que, isoladamente dificilmente seria atingida. Algumas das parcerias eram estabelecidas aquando da formalização/apresentação de candidaturas a determinados projectos, isto porque a própria candidatura o obrigava. Outras parcerias eram estabelecidas aquando do desenrolar dos projectos. Também aqui se denotava o comportamento de oportunismo para poder conseguir obter uma taxa de realização dos projectos mais elevada e o aproveitar de sinergias existentes entre os diferentes parceiros. No entanto, importa salientar que também os Carrefours Rurais nacionais, se fizeram valer do estabelecimento de parceria para levar por diante o seu trabalho de informação. Estas, tal como vimos no II Capítulo deste trabalho, eram uma mais valia para a governação europeia.

De acordo com os inquéritos, 65,0% dos inquiridos estavam de acordo de que as actividades desenvolvidas em parceria pelos Carrefours Rurais nacionais eram sempre da iniciativa do Carrefour (Tabela 33, apresentada em páginas anteriores). Esta realidade pode deixar transparecer que os Carrefours Rurais nacionais para além da tomada de iniciativas procuravam também envolver outras entidades mostrando a necessidade de também elas se afirmarem. Geralmente, os Carrefours Rurais nacionais tomavam o lugar de meros parceiros na procura de parceiros líderes dessas mesmas parcerias ou relações de cooperação.

Na tentativa de verificarmos se existia homogeneidade na distribuição entre as variáveis sobre os objectivos e funções, bem como as actividades desenvolvidas pelos Carrefours Rurais nacionais e a natureza das entidades hospedeiras, propusemo-nos efectuar um Teste Kruskal Wallis H. Através deste teste procuramos verificar se há uma relação entre a natureza das entidades hospedeiras dos Carrefours Rurais nacionais e a opinião dos inquiridos sobre os objectivos e funções, bem como sobre as actividades desenvolvidas pelos mesmos.

### **Hipóteses:**

**H 0:** As opiniões dos inquiridos sobre os objectivos e funções, bem como sobre as actividades desenvolvidas pelos Carrefours Rurais nacionais não variam conforme a natureza das entidades hospedeiras dos mesmos.

**H 1:** As opiniões dos inquiridos sobre os objectivos e funções, bem como sobre as actividades desenvolvidas pelos Carrefours Rurais nacionais variam conforme a natureza das entidades hospedeiras dos mesmos.

A realização do Teste Kruskal Wallis H, e os valores de significância estatística que constam na Tabela 34, permitiu-nos salientar que existe evidência estatística suficiente para, com 95,0% de confiança, aceitar H 0, isto é concluir que existe uma homogeneidade na distribuição entre as opiniões dos inquiridos sobre as actividades desenvolvidas pelos Carrefours Rurais nacionais e a natureza das entidades hospedeiras dos mesmos. Salvo excepção da terceira afirmação, em que existe evidência estatística para rejeitar H 0.

**Tabela 34 – Teste Kruskal Wallis H**

	Chi-Square	Asymp. Sig.
As entidades hospedeiras têm liberdade de estabelecerem as formas de atingirem os objectivos últimos preestabelecidos	0,000	1,000
Os Carrefours vão ao encontro das necessidades das populações rurais da sua área de intervenção	0,227	0,634
O trabalho de difusão de informação europeia desenvolvido por cada um dos Carrefours Nacionais é, de certa forma, igual em todos os Carrefours	5,497	0,019
As actividades desenvolvidas por cada um dos Carrefours, apoiadas em candidaturas a projectos específicos, diferenciam-se entre si e adquirem um cunho muito forte das actividades desenvolvidas pela entidade hospedeira	1,024	0,312
As actividades desenvolvidas pelo nosso Carrefour são o reflexo das actividades desenvolvidas pela nossa entidade hospedeira	0,008	0,927
As actividades desenvolvidas pelo Carrefour são o reflexo das preocupações apresentadas pelo público-alvo e pelos actores envolvidos	0,385	0,535
As actividades desenvolvidas pelo Carrefour são influenciadas pelas oportunidades de financiamento oriundas de candidaturas a projectos	0,391	0,532
As actividades desenvolvidas pelo Carrefour, em parceria, são sempre da iniciativa do Carrefour	1,169	0,280

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

A Tabela 35 (apresentada na página seguinte), permite-nos fundamentar melhor a terceira afirmação (Tabela 34) ao mostrar que, por um lado, existe uma forte relação entre a opinião discordo totalmente ou em parte relativamente a entidades hospedeiras dos Carrefours Rurais nacionais de natureza «Pública», o mesmo acontecendo com a opinião nem concordo nem discordo e, por outro lado, existe uma forte relação entre a opinião concordo totalmente ou em parte relativamente a entidades hospedeiras de natureza «Privada s/fins Lucrativos».

Em jeito de síntese, no final da abordagem efectuada às dinâmicas das iniciativas desenvolvidas pelos Carrefours Rurais nacionais é possível salientar que estes promoviam a difusão dos grandes temas europeus definidos pela Comissão Europeia. E, ao mesmo tempo as suas actividades reflectiam o desenvolvimento das questões europeias quer a nível nacional quer a nível regional. Depreende-se a existência de uma interdependência nas actividades informativas entre os temas de carisma europeu e os de carisma nacional e/ou regional.

**Tabela 35 – Tabela de análise do Teste Kruskal Wallis H**

			Natureza da Entidade Hospedeira		Total
			Entidade Pública	Entidade Privada s/fins Lucrativos	
O trabalho de difusão de informação europeia desenvolvido por cada um dos Carrefours nacionais é, de certa, forma, igual em todos os Carrefours	Nem concordo nem discordo	Count	3	0	3
		Expected Count	1,9	1,1	3,0
		Residual	1,1	-1,1	
	Discordo totalmente ou em parte	Count	9	4	13
		Expected Count	8,0	5,0	13,0
		Residual	1,0	-1,0	
	Concordo totalmente ou em parte	Count	1	4	5
		Expected Count	3,1	1,9	5,0
		Residual	-2,1	-2,1	
Total		Count	13	8	21
		Expected Count	13,0	8,0	21,0

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

Face à capacidade de percepção e leitura da realidade do contexto regional em que os Carrefours Rurais nacionais estavam inseridos, estes procuravam ir ao encontro das necessidades informativas do público-alvo (cidadãos do mundo rural).

No que diz respeito aos efeitos das actividades informativas, os dados indiciam que talvez tenham causado efeitos mais reactivos do que pró-activos nos cidadãos, na medida em que promoveram a execução de projectos envolvendo entidades externas.

Importa também salientar que as actividades dos Carrefours Rurais nacionais, de uma forma geral, reflectiam as actividades desenvolvidas pelas suas entidades hospedeiras.

De certa forma estes dados reflectem em parte a eficácia dos Carrefours Rurais nacionais, na medida em que procuravam desenvolver uma diversidade de iniciativas que visassem o atingir do objectivo de difundir informação europeia na sua área de intervenção.

Apesar dos objectivos serem iguais para todos, as actividades levadas a cabo por cada um dos Carrefours Rurais nacionais diferenciavam-se uma das outras, pelo facto de ser dada liberdade de acção aos Carrefours Rurais nacionais no sentido de estes ajustarem a sua actuação de acordo com as especificidades da sua área de intervenção. Aqui residiam as particularidades regionais e a adequação dos meios às necessidades reais da área de intervenção na obtenção do objectivo último.

No entanto, verificamos que a maioria dos inquiridos concordaram que as actividades desenvolvidas pelos Carrefours Rurais nacionais reflectiam as actividades desenvolvidas pela respectiva entidade hospedeira. E, na sua maioria, os inquiridos concordaram também que as actividades provenientes de candidaturas a projectos reflectiam também as actividades desenvolvidas pelas entidades hospedeiras. Aqui, parece existir um comportamento oportunista na medida em que se procurava adequar os respectivos projectos às actividades desenvolvidas pelas entidades hospedeiras.

Os Carrefours Rurais nacionais também se fizeram valer do estabelecimento de parcerias para promoverem a difusão de informação europeia. Também para eles, as parcerias se constituíram numa mais valia em termos de desenvolvimento do seu trabalho diário de informação.

Os dados apresentados e a análise feita neste quinto ponto, indiciam que a diversidade de acções desenvolvidas por estes constituíam a mais valia de cada um deles. A sua acção no terreno foi ao encontro das realidades locais residindo aqui a sua grande riqueza em termos informativos, bem como em termos de animação rural.

## **6 – Projectos desenvolvidos pelos Carrefours Rurais nacionais**

Os Carrefours Rurais nacionais, tal como foi referido no ponto anterior e no IV Capítulo, para além de poderem usufruir de um montante financeiro disponibilizado pela Comissão Europeia, que permitia o apoio às actividades a desenvolver podiam ainda apresentar candidaturas a projectos como meio de obtenção de recursos financeiros para o desenvolvimento de algumas actividades específicas.

Alguns dos projectos aos quais os Carrefours Rurais nacionais tinham a possibilidade de apresentar candidaturas visavam campanhas de informação no âmbito da União Europeia. Estamos a referir-nos às candidaturas, no âmbito do Programa de Informação ao Cidadão Europeu (PRINCE). A Comissão Europeu promovia no âmbito deste quadro actividades permanentes de informação para o grande público sobre a União Europeia. A finalidade das acções PRINCE, o mesmo será dizer das actividades de informação tinham por objectivo transmitir informação e estimular o debate fora do círculo estreito dos especialistas.

Para além deste programa que, de certa forma considerava os Carrefours Rurais Europeus como potenciais candidatos para levarem por diante campanhas informativas, surgiram outras candidaturas, nomeadamente candidaturas que emergiam da Representação da Comissão

Europeia em Portugal, do Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal e de diferentes Direcções-Gerais da Comissão Europeia.

Estas candidaturas permitiam aos Carrefours Rurais nacionais, nomeadamente a organização de Palestras, Seminários, ..., sobre vários temas, permitindo ir ao encontro das necessidades locais e, mais uma vez, ao encontro das actividades principais desenvolvidas pelas entidades hospedeiras.

Para além das candidaturas identificadas os Carrefours Rurais nacionais, apoiados pela e na entidade hospedeira, tomavam muitas vezes a iniciativa de formalizarem candidaturas a projectos de natureza diversificada e de outro índole. Estamos a referir-nos a candidaturas a programas como o Programa LIFE (Instrumento Financeiro da União Europeia para o Ambiente) ou o INTERREG III (Iniciativa Comunitária de Cooperação Transeuropeia destinada a promover o desenvolvimento harmonioso e equilibrado do território europeu, financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional para o período 2000-2006) (Carrefours, 2001a)-2005a).

**Tabela 36 – Distribuição percentual de apresentação de candidaturas a projectos por parte dos Carrefours, por escala de classificação**

	Sim	Não
Apresentação pelos Carrefours de Candidaturas a Projectos	87,0%	13,0%
Execução de Projectos pelos Carrefours nacionais	91,3%	8,7%

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

A Tabela 36 confirma o que foi referido anteriormente. Assim, quando questionados sobre se os Carrefours Rurais nacionais apresentavam candidaturas a projectos, 87,0% dos inquiridos responderam positivamente e quando questionados se estes executavam projectos, 91,3% referiram que sim.

### ***Iniciativas propostas a financiamento***

Podemos salientar, da leitura da Tabela 37 (apresentada na página seguinte) que, 80,0% dos inquiridos responderam que os Carrefours Rurais nacionais apresentavam candidaturas a projectos regionais envolvendo entidades de natureza diversificada; 40,0% dos inquiridos responderam que foram apresentadas candidaturas a projectos transnacionais envolvendo entidades de natureza diversificada; e, apenas 5,0% dos inquiridos responderam que foram apresentadas candidaturas a projectos para a Rede Nacional de Carrefours Rurais.

Estes dados permitem-nos perceber o peso do factor «região» e a capacidade de envolver «entidades de natureza diversificada». Certamente que, para todas estas iniciativas, eram tidas em conta razões como a maior facilidade de apresentar candidaturas com parceiros que se conheciam, que falavam a mesma língua, bem como que estavam inseridos na mesma região e, desta forma procuram certamente responder de forma favorável às necessidades das populações dessa mesma região. No entanto, importa realçar que não era desprezível a percentagem dos Carrefours Rurais nacionais que apresentavam candidaturas a projectos transnacionais (40,0%), o que mostra o interesse em desenvolver iniciativas com entidades de outros países.

O bom relacionamento entre pessoas de diferentes Carrefours Rurais europeus fomentado, quer pelo convívio aquando das reuniões anuais, quer pelo Programa de Intercâmbio entre os Carrefours Rurais europeus permitia-lhes encontrar parceiros noutros países europeus. Daí o surgimento de projectos transnacionais envolvendo Carrefours Rurais europeus entre outras entidades, muitas vezes identificadas pelos próprios Carrefours.

**Tabela 37 – Apresentação de candidaturas a projectos por parte dos Carrefours Rurais nacionais**

	Sim	Não
Tem apresentado candidaturas a projectos para a Rede de Carrefours Nacionais?	5,0%	95,0%
Tem apresentado candidaturas a projectos transnacionais, envolvendo entidades de natureza diversificada?	40,0%	60,0%
Tem apresentado candidaturas a projectos regionais, envolvendo entidades de natureza diversificada?	80,0%	20,0%

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

A existência de uma Rede Europeia de Carrefours Rurais era uma mais valia. Ou se apresentavam candidaturas, onde uma parte dos candidatos eram também Carrefours Rurais, ou os próprios Carrefours Rurais nacionais procuravam obter novos parceiros para os projectos em causa. A sistematização de formas e meios de encontrar parceiros para projectos transnacionais era também uma das aptidões dos Carrefours Rurais nacionais. O apoio e cooperação entre a Rede Europeia de Carrefours Rurais constituía-se como meio para fazer face às dificuldades da apresentação das próprias candidaturas que, na maior parte das vezes, implicavam a existência de parceiros transnacionais.

Estava presente no espírito dos responsáveis dos Carrefours Rurais europeus o desenvolvimento de projectos transnacionais. Por exemplo, entre os Carrefours Rurais

européus foi promovido um serviço de apoio à procura de parceiros para eventuais projectos. Por um lado, depois do envio de um pedido de procura de parceiros a um dos Carrefours Rurais europeus, este fazia circular, via Internet, para toda a rede essa mesma procura de parceiros. Por outro lado, as procuras de parceiros eram publicadas nos diferentes instrumentos de difusão de informação promovidos pelos diferentes Carrefours Rurais, quer europeus, quer nacionais.

Em termos de realização de candidaturas a projectos para a Rede Nacional de Carrefours, a percentagem de respostas (5,0%) é clara na identificação da não existência de candidaturas a projectos conjuntos, os quais envolviam todos os Carrefours Rurais nacionais. Somos levados a concluir que Carrefours Rurais nacionais não desenvolviam muitas acções entre os próprios Carrefours Rurais. As acções individuais sobrepunham-se às acções conjuntas. No entanto, torna-se importante salientar que, estes factos se podem fundamentar em razões bastantes díspares, nomeadamente a distância geográfica existente entre cada um dos Carrefours Rurais (ver mapa disponibilizado no primeiro ponto desde Capítulo, Figura 3), implicando essa dispersão o dispêndio de tempo e meios financeiros; a existência de entidades hospedeiras diferenciadas; bem como a diferenciação das necessidades regionais.

Para além destas razões, estavam também em causa a natureza das próprias candidaturas que não permitiam projectos conjuntos ou ainda um conjunto de despesas suplementares para a realização do projecto em causa. Estes não eram subvencionados a 100,0%. Por outro lado, estava muitas vezes a capacidade de desenvolver todas as actividades que constavam do programa de trabalho anual apresentado por cada Carrefour Rural nacional e as actividades provenientes de possíveis candidaturas.

No programa anual apresentado por cada Carrefour Rural nacional algumas das actividades a desenvolver previam a articulação de todos os Carrefours, nomeadamente a elaboração e difusão de um boletim informativo em conjunto, a execução de acções conjuntas na promoção e divulgação dos grandes temas propostos pela Comissão Europeia, como é o caso do alargamento da União Europeia, do futuro da Europa, do Tratado que instituiu uma Constituição para a Europa, entre outros.

Apesar da indicação de que os Carrefours Rurais nacionais apresentavam poucas candidaturas envolvendo toda a Rede nacional, a Tabela 38 (apresentada na página seguinte) sistematiza informação sobre a execução de projectos por parte dos mesmos. Percebemos que todos os Carrefours executaram os projectos que foram promovidos para a Rede Nacional de

Carrefours. Parece-nos importante que este facto seja realçado. Quando as candidaturas surgiam os Carrefours Rurais nacionais participavam. O espírito de colaboração estava presente.

**Tabela 38 – Percepção sobre a execução de projectos**

	Sim	Não
Tem executado projectos da Rede dos Carrefours Nacionais?	100,0%	0,0%
Tem executado projectos com outros Carrefours, quer Nacionais, quer Comunitários?	95,2%	4,8%
Tem executado projectos transnacionais com entidades de natureza diversificada?	47,6%	52,4%
Tem executado projectos nacionais com entidades de natureza diversificada?	85,7%	14,3%
Tem executado projectos regionais com entidades de natureza diversificada?	100,0%	0,0%

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

A Tabela 38 permite ainda verificar que, 95,2% dos inquiridos consideraram que os Carrefours Rurais nacionais executavam projectos que envolviam, quer Carrefours Rurais nacionais quer Carrefours Rurais Europeus, resultado certamente das mais valias que a Rede Europeia de Carrefours Rurais europeus gerava ao nível de todos os Carrefours Rurais. Nestes projectos criavam-se sinergias entre os Carrefours Rurais participantes recorrendo às características e especificidades de cada um deles, bem como das especificidades das regiões onde estavam sedeados e do público-alvo. Estes projectos transnacionais, ora partiam da iniciativa de Carrefours Rurais nacionais ora partiam de Carrefours Rurais sedeados noutros Estados-Membros da União Europeia, ora de outras instituições de natureza diversificada.

No que concerne à transnacionalidade de execução de projectos com entidades de natureza diversificada havia menos envolvimento por parte dos Carrefours Rurais nacionais. Apenas 47,6% dos inquiridos referiram que os Carrefours Rurais nacionais executavam projectos transnacionais com entidades de natureza diversificada. Esta percentagem é explicada em parte, pelo desconhecimento de entidades que poderiam integrar uma candidatura em causa, bem como pelas especificidades das próprias candidaturas e da compatibilidade destas com as das entidades hospedeiras.

Parece-nos ainda importante realçar a execução de projectos na vertente nacional e regional que assume um valor elevado 100,0%. Todos os inquiridos concordavam que os Carrefours Rurais nacionais executavam projectos regionais, com entidades de natureza diversificada e apenas 85,7% dos inquiridos consideravam que os Carrefours Rurais nacionais executavam

projectos nacionais com entidades de natureza diversificada. Esta realidade reflectia a interlocução que estes Carrefours Rurais procuravam estabelecer com a região, quer ao nível da cooperação com as instituições/organizações de natureza diversificada sedeadas na região, quer ao nível dos actores de desenvolvimento da região, quer ainda com a população em geral. Este envolvimento justificava-se porque os projectos só poderiam ser desenvolvidos com a cooperação de todos e para todos. Importa aqui realçar as relações de cooperação estabelecidas em prol do desenvolvimento da região.

A capacidade de interlocução dos Carrefours Rurais nacionais estava patente nesta análise e no envolvimento de vários parceiros, para atingir objectivos comuns.

### ***Público-alvo visado pelos projectos executados***

A Comissão Europeia determinava que os Carrefours deviam desenvolver acções informativas de forma a fazer chegar informação europeia, principalmente à população sedeadada no mundo rural (COM (88) 591 final, 1988). Este era, por excelência, o público-alvo dos Carrefours Rurais nacionais. No entanto, através de diferentes iniciativas informativas e, designadamente dos projectos, estes podiam ter a pretensão de atingir um público-alvo mais específico.

Os públicos visados pelos projectos desenvolvidos pelos Carrefours Rurais nacionais encontram-se descritos na Tabela 39.

Como pudemos verificar, 100% dos inquiridos consideram que o público em geral era visado também pelos projectos executados pelos Carrefours Rurais nacionais. E, para além do público em geral, por ordem de importância de respostas dadas pelos inquiridos, os Carrefours Rurais nacionais, através dos seus projectos, visavam os jovens em idade escolar (95,2%); os actores de desenvolvimento económico e social (95,0%); os investigadores (43,8%); bem como outros públicos (62,5%).

**Tabela 39 – Públicos visados pelos projectos desenvolvidos pelos Carrefours Rurais nacionais**

	Sim	Não
Jovens em idade escolar	95,2%	4,8%
Empresários	81,0%	19,0%
Investigadores	43,8%	56,3%
Actores de desenvolvimento económico e social	95,0%	5,0%
Público em geral	100,0%	0,0%
Outros	62,5%	37,5%

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

Dos públicos identificados pelos inquiridos de «outros públicos» como podemos perceber pela Tabela 40, os Carrefours Rurais nacionais visavam os Agricultores (50,0%), as Mulheres do mundo rural e os Idosos (20,0%), bem como os Técnicos Agrícolas e de Desenvolvimento Rural (10,0%).

**Tabela 40 – Outros públicos visados pelos projectos desenvolvidos pelos Carrefours Rurais nacionais**

		Sim
Outros públicos	Idosos	20,0%
	Agricultores	50,0%
	Técnicos Agrícolas e de Desenvolvimento Rural	10,0%
	Mulheres do mundo rural	20,0%

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

### ***Componente financeira de apoio aos projectos***

É perceptível, pela leitura da Tabela 41 que, a componente financeira dos projectos apresentados e executados pelos Carrefours Rurais nacionais era fundamentalmente proveniente de programas comunitários e, por sua vez, do último Quadro Comunitário de Apoio. Assim, 100,0% dos inquiridos consideraram que os projectos apresentados e executados pelos Carrefours Rurais nacionais tinham uma componente financeira que provinha de programas comunitários e 42,1% dos inquiridos consideraram que se apoiaram no III Quadro Comunitário de Apoio.

No entanto, há projectos que não são financiados a 100,0% pela União Europeia, havendo a necessidade da existência de entidades que participem para a execução dos projectos em causa. Isto faz parte da política da União Europeia, no que concerne ao apoio das iniciativas europeias.

**Tabela 41 – Origem da componente financeira envolvida nos projectos dos Carrefours Rurais Nacionais**

	Sim	Não
Programas Comunitários	100,0%	0,0%
III Quadro Comunitário de Apoio	42,1%	57,9%
Entidades de Investigação	5,6%	94,4%
As próprias entidades envolvidas	80,0%	20,0%

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

Da informação contida na Tabela 41 (apresentada na página anterior), poderemos verificar que, 80,0% dos inquiridos consideraram que usufruíam de apoios que advinham das próprias entidades envolvidas e 5,6% dos inquiridos consideraram usufruir de apoios provenientes das entidades de investigação.

### ***Principais temas dos projectos desenvolvidos***

Tal como percebemos pela leitura da Tabela 42, 76,2% dos inquiridos concordavam que os temas dos projectos promovidos pelos Carrefours Rurais nacionais procuravam ir ao encontro das carências das áreas específicas de intervenção e o público-alvo visado por esses mesmos projectos e, 71,5% dos inquiridos concordavam que os temas dos projectos em causa estavam dependentes das características dos próprios convites à apresentação de candidaturas.

**Tabela 42 – Principal tema dos projectos desenvolvidos**

	Discordo totalmente ou em parte	Nem concordo nem discordo	Concordo totalmente ou em parte
Os projectos apoiados por programas comunitários são, obrigatoriamente relacionados com a divulgação do processo de construção da União Europeia, por exemplo o Euro, o Alargamento, a Constituição para a Europa, ...	38,1%	4,8%	57,1%
Os projectos apoiados em financiamento nacional, procuram promover a resposta às necessidades da área de intervenção do Carrefour	0,0%	20,0%	80,0%
Os projectos promovidos têm vindo, de uma forma geral, a abranger temas diversificados como resposta às necessidades sentidas na nossa área de intervenção e no público-alvo designado	4,8%	19,0%	76,2%
Os temas têm sido impostos pelo âmbito das próprias candidaturas e dos programas que os apoiam, bem como pelas entidades que os coordenam	9,5%	19,0%	71,5%

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

Destas duas conclusões podemos salientar que, apesar dos Carrefours Rurais nacionais se constituírem como projectos europeus, não estavam confinados a apresentar projectos no sentido de sustentar um conjunto de iniciativas que visassem fazer chegar a informação apenas de âmbito comunitário às populações sedeadas em meio rural.

Na sua generalidade, os próprios convites à apresentação de candidaturas, apesar de terem algumas especificidades e identificarem um tema abrangente, proporcionavam uma margem aos candidatos no sentido de lhes permitir a identificação de um tema concreto, adequando às necessidades sentidas e apercebidas pela região a atingir. Foram desenvolvidos esforços, por parte dos Carrefours Rurais nacionais, no sentido de responder às necessidades reais da região,

de um melhor resultado de execução e de uma melhor interlocução com as populações e entidades da região. Esta constatação foi, de certa forma, demonstrada pelos inquiridos ao lhes ser solicitado se concordavam ou não com a seguinte afirmação: «Os projectos apoiados por programas comunitários são, obrigatoriamente relacionados com a divulgação do processo de construção da União Europeia, por exemplo o Euro, o Alargamento, a Constituição para a Europa, ...». 57,1% dos inquiridos responderam que estavam de acordo com a afirmação, 38,1% discordavam e 4,8% não tinha opinião formada.

Por outro lado, os projectos apoiados em financiamento nacional, tal como 80,0% dos inquiridos responderam, procuravam a promoção de respostas às necessidades da área de intervenção dos Carrefours Rurais nacionais que apresentavam as candidaturas. Este facto percebe-se pelos dados na Tabela 41 (anteriormente apresentada), relativa à origem da componente financeira dos projectos executados pelos Carrefours Rurais nacionais. Pudemos verificar que, de entre as fontes de financiamento que constavam, uma delas era o III Quadro Comunitário de Apoio e a outra eram as próprias entidades envolvidas.

Na tentativa de verificarmos se existia homogeneidade na distribuição entre as variáveis sobre a opinião relativa à apresentação de candidaturas, bem como a execução de projectos por parte dos Carrefours Rurais nacionais e a natureza das entidades hospedeiras, propusemo-nos efectuar os Testes Kruskal Wallis H seguintes.

No primeiro Teste Kruskal Wallis H, procuramos verificar se existia uma relação entre a natureza das entidades hospedeiras dos Carrefours Rurais nacionais e a opinião dos inquiridos sobre a apresentação de candidaturas a projectos por parte dos Carrefours Rurais nacionais.

### **Hipóteses:**

**H 0:** As opiniões dos inquiridos sobre a apresentação de candidaturas a projectos não variam conforme a natureza das entidades hospedeiras dos Carrefours Rurais nacionais.

**H 1:** As opiniões dos inquiridos sobre a apresentação de candidaturas a projectos variam conforme a natureza das entidades hospedeiras dos Carrefours Rurais nacionais.

A realização do Teste Kruskal Wallis H, e os valores de significância estatística que constam na Tabela 43 (apresentada na página seguinte), permitiu-nos salientar que existe evidência estatística suficiente para, com 95,0 % de confiança, aceitar H 0, isto é concluir que existe uma homogeneidade na distribuição entre as opiniões sobre a apresentação de candidaturas a pro-

jectos pelos Carrefours Rurais nacionais e a natureza das entidades hospedeiras dos mesmos. Salvo excepção da segunda afirmação, em que existe evidência estatística para rejeitar H 0.

**Tabela 43 – Teste Kruskal Wallis H**

	Chi-Square	Asymp. Sig
Tem apresentado candidaturas a projectos para a Rede de Carrefours Nacionais?	1,500	0,221
Tem apresentado candidaturas a projectos transnacionais, envolvendo entidades de natureza diversificada?	6,465	0,011
Tem apresentado candidaturas a projectos regionais, envolvendo entidades de natureza diversificada?	3,167	0,075

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

A Tabela 44 permite-nos fundamentar melhor a conclusão expressa no parágrafo anterior, ao permitir verificar que as opiniões dos inquiridos sobre a apresentação de candidaturas a projectos variam conforme a natureza das entidades hospedeiras dos Carrefours Rurais nacionais.

Existe uma maior propensão para apresentar candidaturas a projectos transnacionais envolvendo entidades de natureza diversificada por parte das «Entidades Privadas s/fins Lucrativos» do que por parte das «Entidades Públicas».

**Tabela 44 – Tabela de análise do Teste Kruskal Wallis H**

			Natureza da Entidade Hospedeira		Total
			Entidade Pública	Entidade Privada s/fins Lucrativos	
Apresentação de candidaturas a projectos transnacionais envolvendo entidades de natureza diversificada	Sim	Count	2	6	8
		Expected Count	4,8	3,2	8,0
		Residual	-2,8	2,8	
	Não	Count	10	2	12
		Expected Count	7,2	4,8	12,0
		Residual	2,8	-2,8	
Total		Count	12	8	20
		Expected Count	12,0	8,0	20,0

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

No segundo Teste Kruskal Wallis H, procuramos averiguar se existia uma relação entre a natureza das entidades hospedeiras dos Carrefours Rurais nacionais e a opinião dos inquiridos sobre a execução de projectos.

### **Hipóteses:**

**H 0:** As opiniões dos inquiridos sobre a execução de projectos não variam conforme a natureza das entidades hospedeiras dos Carrefours Rurais nacionais.

**H 1:** As opiniões dos inquiridos sobre a execução de projectos variam conforme a natureza das entidades hospedeiras dos Carrefours Rurais nacionais.

**Tabela 45 – Teste Kruskal Wallis H**

	Chi-Square	Asymp. Sig
Tem executado projectos da Rede dos Carrefours nacionais?	0,000	1,000
Tem executado projectos com outros Carrefours, quer nacionais, quer comunitários?	0,615	0,433
Tem executado projectos transnacionais com entidades de natureza diversificada?	7,848	0,005
Tem executado projectos nacionais com entidades de natureza diversificada?	1,154	0,283
Tem executado projectos regionais com entidades de natureza diversificada?	0,000	1,000

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

A realização do Teste Kruskal Wallis H, e os valores de significância estatística que constam na Tabela 45, permitiu-nos salientar que existe evidência estatística suficiente para, com 95,0% de confiança, aceitar H 0, isto é concluir que existe uma homogeneidade na distribuição entre as opiniões sobre a execução de projectos pelos Carrefours Rurais nacionais e a natureza das entidades hospedeiras destes mesmos. Salvo excepção da terceira afirmação, em que existe evidência estatística para rejeitar H 0.

**Tabela 46 – Tabela de análise do Teste Kruskal Wallis H**

			Natureza da Entidade Hospedeira		Total
			Entidade Pública	Entidade Privada s/fins Lucrativos	
Execução de projectos transnacionais com entidades de natureza diversificada	Sim	Count	3	7	10
		Expected Count	6,2	3,8	10,0
		Residual	-3,2	3,8	
	Não	Count	10	1	11
		Expected Count	6,8	4,2	11,0
		Residual	3,2	-3,2	
Total		Count	13	8	21
		Expected Count	13,0	8,0	21,0

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

A Tabela 46 permite-nos fundamentar melhor a conclusão evidenciada no parágrafo anterior, na medida em que nos demonstra que as opiniões dos inquiridos sobre a execução de projectos

variam conforme a natureza das entidades hospedeiras dos Carrefours Rurais nacionais. Existe uma maior propensão para a execução de projectos transnacionais envolvendo entidades de natureza diversificada por parte das Entidades Privadas s/fins Lucrativos do que por parte das Entidades Públicas.

Da análise feita neste ponto destacamos que os Carrefours Rurais nacionais, para além das actividades informativas que constituíam o seu programa anual de trabalho, procuravam ainda apresentar candidaturas e executar projectos de índole comunitário e nacional. Estes projectos tinham por objectivo complementar as suas actividades e proporcionar subvenções financeiras para o desenvolvimento de actividades específicas, nomeadamente no âmbito de campanhas informativas sobre temas específicos da União Europeia.

Para a execução destes projectos que, pela sua natureza implicavam mais parceiros (nacionais e comunitários), os Carrefours Rurais nacionais estabeleciam relações de cooperação com entidades regionais e transnacionais. Era patente o interesse deste no desenvolvimento de iniciativas com entidades de outros países, mas também de âmbito regional. Este interesse advinha certamente do espírito e instrumentos de funcionamento subjacente à Rede Europeia de Carrefours Rurais, na medida em que a própria rede promovia o conhecimento entre os próprios elementos adstritos aos Carrefours dos diferentes Estados-Membros e a troca de experiências em termos de funcionamento. E, por outro lado, procuravam dessiminar a procura de parceiros para a apresentação de candidaturas a projectos comunitários.

A existência da própria Rede Europeia de Carrefours Rurais era uma mais valia no estabelecimento de novas formas de funcionamento, nomeadamente no estabelecimento de parcerias. Importa aqui realçar, tal como expresso no II Capítulo deste trabalho, a importância destas como novas formas políticas de promoção da governação europeia.

No que diz respeito à apresentação de candidaturas para a própria Rede Nacional de Carrefours Rurais, estas não ocorriam com muita frequência. No entanto, quando surgiam todos os Carrefours Rurais nacionais participavam. Importa salientar o espírito de cooperação existente. Pudemos verificar que existia uma maior propensão para a apresentação de candidaturas a projectos transnacionais envolvendo entidades de natureza diversificada por parte das entidades hospedeiras de natureza «Privada s/fins Lucrativos» do que por parte das «Entidades Públicas».

Os projectos em que os Carrefours Rurais nacionais estiveram implicados iam ao encontro das questões da União Europeia mas também das carências das áreas específicas de intervenção e

do público-alvo. E, por sua vez, os temas eram condicionados pelas características do próprio convite à apresentação de propostas.

No que diz respeito ao financiamento destes mesmos projectos, a análise efectuada permite-nos realçar que os Carrefours Rurais nacionais recorriam principalmente a projectos cuja componente financeira advinha de programas comunitários, do III Quadro Comunitário de Apoio (período 2000-2006) e das entidades envolvidas.

Relativamente ao público-alvo visado pelos projectos implementados realçamos o facto de, para além do público em geral (cidadãos do mundo rural), os Carrefours Rurais procuravam alguns segmentos desse mesmo público. Estamos a referir-nos aos jovens em idade escolar, aos actores de desenvolvimento económico e social e a outros públicos, nomeadamente aos empresários agrícolas, aos idosos e às mulheres do mundo rural.

## **7 – Natureza e dinâmica das relações de cooperação**

Da análise dos inquiridos, pudemos verificar que 100,0% dos inquiridos consideraram que os Carrefours Rurais nacionais estabeleceram relações de cooperação com entidades exteriores para levar por diante, e em melhores condições, o desenvolvimento das suas actividades na procura constante da efectivação dos seus objectivos. Procuraram, no estabelecimento de relações de cooperação, atingir objectivos que se tornavam difíceis de atingir, quando pretendidos por entidades individuais.

### ***Natureza das entidades cooperantes com os Carrefours Rurais nacionais***

Como temos vindo a salientar ao longo desta análise, o desenvolvimento de um trabalho de cooperação foi também uma das tónicas da acção do trabalho desenvolvido pelos Carrefours Rurais nacionais.

Pela leitura da Tabela 47 (apresentada na página seguinte) verificamos que, segundo os inquiridos as relações de cooperação estabelecidas pelos Carrefours Rurais nacionais, ainda que de forma desigual, foram sendo estabelecidas com entidades de natureza diversificada. No entanto, 56,5% dos inquiridos demonstraram que a maior prevalência das relações de cooperação ocorria com «Entidades Públicas e Entidades Privadas s/fins Lucrativos».

**Tabela 47 – Natureza das entidades com quem os Carrefours Rurais nacionais estabeleciam relações de cooperação**

	Número de inquiridos	Frequência (%)
Entidades Públicas	4	17,4%
Entidades Públicas e Entidades Privadas c/ e s/ fins Lucrativos	4	17,4%
Entidades Públicas e Entidades Privadas c/ fins Lucrativos	2	8,7%
Entidades Públicas e Entidades Privadas s/ fins Lucrativos	12	56,5%
Total	23	100,0%

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

No estabelecimento das relações de cooperação promovidas pelos Carrefours Rurais nacionais, denotam-se duas vertentes: a vertente do trabalho de divulgação diário e constante e de difusão e divulgação de informação europeia e, a vertente da apresentação de candidaturas e execução de projectos.

Relativamente à primeira vertente, as relações de cooperação ou de parceria foram sendo estabelecidas com frequência para que no trabalho diário de informação os Carrefours Rurais nacionais conseguissem atingir um maior número de cidadãos. Os Carrefours Rurais nacionais tiveram a percepção e a capacidade de procurarem encontrar os chamados multiplicadores da informação. Assim, pela leitura da Tabela 48 (apresentada na página seguinte) verificamos que 100,0% dos inquiridos salientaram que os Carrefours Rurais nacionais estabeleceram relações de cooperação com Escolas; 81,0% com Organizações Não Governamentais (ONGs); e, 81,0% com a Comunicação Social. Importa referir que o estabelecimento destas relações de cooperação fora sobretudo com entidades nacionais.

Ainda nesta primeira vertente pensamos poder incluir os Carrefours e a Rede de Carrefours, sobretudo ao nível nacional. Entre determinados Carrefours e até mesmo entre a própria Rede, foram criadas algumas dinâmicas de difusão de informação e de inter ajuda. No entanto, os Carrefours e a Rede de Carrefours, por sua vez, puderam também ser incluídos na segunda vertente – a vertente da apresentação de candidaturas e execução de projectos. No âmbito desta vertente, incluímos os Organismos de Informação Europeus (OIEs) e Outras Entidades.

**Tabela 48 – Estabelecimento de relações de cooperação com o exterior e natureza das entidades cooperantes**

		Sim	Não	Nacionais (l)	Comunitárias (os)	Nacionais e Comunitárias (os)
Entidades cooperantes	Escolas	100,0%	0,0%	86,4%	0,0%	13,6%
	ONGs	81,0%	19,0%	75,0%	6,3%	18,8%
	Empresas	23,8%	76,2%	75,0%	0,0%	25,0%
	Comunicação Social	81,0%	19,0%	93,8%	0,0%	6,3%
	Carrefours	100,0%	0,0%	55,0%	5,0%	40,0%
	Rede de Carrefours	90,5%	9,5%	72,2%	5,6%	22,2%
	Outros OIEs	47,4%	52,6%	55,6%	0,0%	44,4%
	Outras entidades	85,0%	15,0%	58,8%	0,0%	41,2%

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

Verifica-se, pela leitura da Tabela 48, que prevalece o estabelecimento de relações de cooperação com entidades nacionais. Importa salientar que as relações de cooperação estabelecidas com as Escolas, também se dirigiam ao apoio do processo formativo dos jovens em idade escolar, permitindo-lhes o contacto com a informação e materiais informativos da União Europeia. A aprendizagem de princípios como o da “Cidadania” parece-nos um bom exemplo, bem como todo o processo de construção da União Europeia.

Por outro lado, importa também referir a importância das relações estabelecidas com a Comunicação Social, como multiplicadores da informação e como responsáveis da construção de uma «opinião pública» sobre a União Europeia.

### ***Natureza da cooperações estabelecida***

Quanto à natureza das cooperações estabelecidas entre os Carrefours Rurais nacionais e as entidades exteriores, pela análise das respostas dadas e sistematizadas na Tabela 49 (apresentada na página seguinte), pudemos verificar que, quando questionados sobre relações de cooperação, 82,6% dos inquiridos concordaram que as relações de cooperação tinham como objecto executar projectos específicos. Tratava-se em 82,6% dos casos de relações interinstitucionais que podiam assumir a forma de parcerias.

Quanto à afirmação de que as relações perduram no tempo, formalizadas através da assinatura de protocolos, apenas 52,2% dos inquiridos concordaram e 39,1% dos inquiridos discordaram.

**Tabela 49 – Natureza das cooperações estabelecidas entre os Carrefours Rurais nacionais e as entidades hospedeiras e entidades exteriores**

	Discordo totalmente ou em parte	Nem concordo nem discordo	Concordo totalmente ou em parte
São relações que perduram no tempo, formalizadas através da assinatura de protocolos	39,1%	8,7%	52,2%
São relações de “cooperação” com o objectivo de executar projectos específicos	13,0%	4,3%	82,6%
São relações informais, que resultam da colaboração mútua	17,4%	26,1%	56,5%
São relações interinstitucionais que podem assumir a forma de parceria	0,0%	17,4%	82,6%

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

Esta disparidade de opiniões faz-nos questionar sobre a sua duração em termos temporais e na importância ou não da sua formalização. Parece-nos que a sua duração corresponde ao período de tempo enquanto decorre o projecto ou a acção para a qual foi formalizada a cooperação. No final desta, acabam por se dissolverem. As parcerias estabelecidas têm objectivos específicos, terminando a parceria logo que os objectivos sejam alcançados.

No que concerne às relações informais que resultam da colaboração mútua, 56,5% dos inquiridos concordaram, 26,1% dos inquiridos não tinham opinião formada e 17,4% dos inquiridos discordaram.

A maioria dos inquiridos concorda que as relações de cooperação são de certa forma informais. No entanto, negativas percentagens atribuídas em face das suas opiniões a esta afirmação levam-nos a pensar que há uma percentagem elevada de dados de existência de cooperações formais. Para melhor percepção desta análise, teríamos de prosseguir este estudo introduzindo outras variáveis de análise, pois parece que há uma contradição nas respostas. Por um lado, as respostas sugerem a realização de iniciativas de cooperação pontuais, mas por outro lado, afirmam que existem parcerias.

Na tentativa de verificarmos se existia homogeneidade na distribuição entre as variáveis sobre a opinião natureza das cooperações estabelecidas entre os Carrefours Rurais nacionais e entidades exteriores e a natureza das entidades hospedeiras dos Carrefours Rurais nacionais, efectuamos o Teste Kruskal Wallis H apresentado na página seguinte. Para tal, procuramos averiguar se existia uma relação entre a natureza das entidades hospedeiras dos Carrefours Rurais nacionais e a natureza das relações de cooperação estabelecidas entre estes e as entidades exteriores.

### **Hipóteses:**

**H 0:** A natureza das relações de cooperação estabelecidas entre os Carrefours Rurais nacionais e entre as entidades exteriores não varia conforme natureza das entidades hospedeiras destes Carrefours.

**H 1:** A natureza das relações de cooperação estabelecidas entre os Carrefours Rurais nacionais e entre as entidades exteriores varia conforme natureza das entidades hospedeiras destes Carrefours.

**Tabela 50 – Teste Kruskal Wallis H**

	Chi-Square	Asymp. Sig
São relações que perduram no tempo, formalizadas através da assinatura de protocolos	2,759	0,097
São relações de “cooperação” com o objectivo de executar projectos específicos	0,345	0,557
São relações informais, que resultam da colaboração mútua	0,005	0,942
São relações interinstitucionais que podem assumir a forma de parceria	2,470	0,116

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

Através do teste de Teste Kruskal Wallis H, e perante os valores de significância estatística inscritos na Tabela 50, podemos verificar que existe uma evidência estatística suficiente, para com 95,0% de confiança, aceitar H 0, concluindo que existe homogeneidade na distribuição entre as variáveis natureza das relações de cooperação estabelecidas entre os Carrefours Rurais nacionais e entre as entidades exteriores e a natureza das entidades hospedeiras destes Carrefours.

### ***Objectivos do estabelecimento de relações de cooperação***

De uma forma geral, a Tabela 51 (apresentada na página seguinte) mostra-nos que a opinião neutral é muito elevada, o que denota de certa forma que os principais objectivos no estabelecimento de relações de cooperação não estavam muito bem percebidos pelos inquiridos.

Relativamente aos objectivos identificados importa realçar que 91,3% dos inquiridos concordaram que um dos principais objectivos das relações de cooperação é a maior capacidade de execução de projectos; 81,8% dos inquiridos estavam de acordo que as relações de cooperação possibilitam a promoção e o aproveitamento de sinergias entre os diferentes intervenientes; e, em igual percentagem, 73,9% dos inquiridos concordaram que as relações de

cooperação alargam o campo de acção com outros actores e, fomentam o envolvimento de entidades exteriores (locais, regionais, nacionais e comunitárias).

**Tabela 51 – Principais objectivos do estabelecimento de relações de cooperação pelos Carrefours Rurais nacionais**

	Discordo totalmente ou em parte	Nem concordo nem discordo	Concordo totalmente ou em parte
A identificação e conjugação de objectivos comuns por parte de organizações diferenciadas	13,0 %	30,4%	56,5%
A complementaridade das actividades desenvolvidas pelas organizações envolvidas	0,0%	34,8%	65,2%
A promoção e aproveitamento de sinergias entre os diferentes intervenientes	4,5%	13,6%	81,8%
Maior capacidade de execução de projectos	4,3%	4,3%	91,3%
A partilha de recursos humanos, financeiros e outros	26,1%	8,7%	65,2%
O alargar do campo de acção com outros actores	0,0%	26,1%	73,9%
A possibilidade de desenvolvimento de actividades inovadoras que promovam a colaboração de vários actores	8,7%	26,1%	65,2%
A constituição de sub-relais <sup>10</sup>	39,1%	30,4%	30,4%
O fomento do envolvimento de entidades exteriores (locais, regionais, nacionais, comunitárias)	0,0%	26,1%	73,9%

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

Importa ainda salientar que, apesar de 65,2% dos inquiridos concordarem que a cooperação possibilita a partilha de recursos humanos, financeiros e outros, 26,1% dos inquiridos discordaram. Isto mostra que a partilha quer dos recursos humanos, quer dos recursos financeiros não era intensa. A oportunidade de financiamento não estava nos objectivos da cooperação.

Por outro lado, a cooperação não tinha por objectivo a construção de sub-relais. Talvez este conceito ainda não estivesse bem implementado como objectivo e instrumento para uma melhor promoção de locais de proximidade com os cidadãos.

Na tentativa de verificarmos se existia homogeneidade na distribuição entre as variáveis da opinião dos inquiridos sobre os objectivos do estabelecimento das relações de cooperação e a natureza das entidades hospedeiras dos Carrefours Rurais nacionais, foi realizado um Teste

<sup>10</sup> Sub-relais eram espaços informativos da responsabilidade dos Carrefours Rurais nacionais, resultantes de relações de cooperação entre os próprios Carrefours Rurais nacionais e entidades externas. O objectivo destas Sub-relais era o de permitir uma maior proximidade da informação europeia com os cidadãos do mundo rural. Os Carrefours Rurais nacionais alimentavam esses espaços informativos com os mais diversificados materiais informativos facultados pela Comissão Europeia e ou materiais por eles produzidos.

Kruskal Wallis H. Assim, procuramos verificar se existia uma relação entre a natureza das entidades hospedeiras dos Carrefours Rurais nacionais e os objectivos do estabelecimento das relações de cooperação.

**Hipóteses:**

**H 0:** As opiniões dos inquiridos sobre os objectivos do estabelecimento das relações de cooperação não variam conforme a natureza das entidades hospedeiras dos Carrefours Rurais nacionais.

**H 1:** As opiniões dos inquiridos sobre os objectivos do estabelecimento das relações de cooperação variam conforme a natureza das entidades hospedeiras dos Carrefours Rurais nacionais.

A realização do Teste Kruskal Wallis H, e os valores de significância estatística que constam na Tabela 52, permitiram-nos salientar que existe evidência estatística suficiente para, com 95,0% de confiança, aceitar H 0, isto é concluir que existe uma homogeneidade na distribuição entre as opiniões dos inquiridos sobre os objectivos do estabelecimento das relações de cooperação conforme a natureza das entidades hospedeiras dos Carrefours Rurais nacionais. Salvo excepção da sétima e nona afirmação, em que existe evidência estatística para rejeitar H 0 e aceitar H 1.

**Tabela 52 – Teste Kruskal Wallis H**

	Chi-Square	Asymp. Sig
A identificação e conjugação de objectivos comuns por parte de organizações diferenciadas	0,005	0,942
A complementaridade das actividades desenvolvidas pelas organizações envolvidas	0,495	0,482
A promoção e aproveitamento de sinergias entre os diferentes intervenientes	3,538	0,060
Maior capacidade de execução de projectos	1,115	0,291
A partilha de recursos humanos, financeiros e outros	1,158	0,282
O alargar do campo de acção com outros actores	0,007	0,932
A possibilidade de desenvolvimento de actividades inovadoras que promovam a colaboração de vários actores	6,047	0,014
A constituição de sub-relais	0,301	0,583
O fomento do envolvimento de entidades exteriores (locais, regionais, nacionais, comunitárias)	4,141	0,042

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

A Tabela 53 permite-nos fundamentar melhor a conclusão relativamente à sétima afirmação que consta na Tabela 52, na medida em que demonstra que as opiniões dos inquiridos sobre a possibilidade de desenvolvimento de actividades inovadoras que promovem a colaboração de vários actores varia conforme a natureza das entidades hospedeiras dos Carrefours Rurais nacionais. Existe uma maior propensão das «Entidades Públicas» para não concordarem nem discordarem com a afirmação em causa do que as «Entidades Privadas s/fins Lucrativos».

**Tabela 53 – Tabela de análise do Teste Kruskal Wallis H**

			Natureza da Entidade Hospedeira dos Carrefours		Total
			Entidade Pública	Entidade Privada s/fins Lucrativos	
A possibilidade de desenvolvimento de actividades inovadoras que promovam a colaboração de vários actores	Nem concordo nem discordo	Count	6	0	6
		Expected Count	3,9	2,1	6,0
		Residual	2,1	-2,1	
	Discordo totalmente ou em parte	Count	2	0	2
		Expected Count	1,3	0,7	2,0
		Residual	0,7	-0,7	
	Concordo totalmente ou em parte	Count	7	8	15
		Expected Count	9,8	5,2	15,0
		Residual	-2,8	2,8	
Total		Count	15	8	23
		Expected Count	15,0	8,0	23,0

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

Por sua vez, a Tabela 54 permite-nos fundamentar melhor a conclusão relativamente à nona afirmação que consta na Tabela 52 (apresentada da na página anterior), na medida em que demonstra que as opiniões dos inquiridos sobre o fomento do envolvimento de entidades exteriores variam conforme a natureza das entidades hospedeiras dos Carrefours Rurais nacionais.

**Tabela 54 – Tabela de análise do Teste Kruskal Wallis H**

			Natureza da Entidade Hospedeira dos Carrefours		Total
			Entidade Pública	Entidade Privada s/fins Lucrativos	
O fomento do envolvimento de entidades exteriores (locais, regionais, nacionais, comunitárias)	Nem concordo nem discordo	Count	6	0	6
		Expected Count	3,9	2,1	6,0
		Residual	2,1	-2,1	
	Discordo totalmente ou em parte	Count	9	8	17
		Expected Count	11,1	5,9	17,0
		Residual	-2,1	2,1	
Total		Count	15	8	23
		Expected Count	15,0	8,0	23,0

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

Existe uma maior propensão por parte dos inquiridos pertencentes às «Entidades Públicas» para discordarem da afirmação em causa do que os inquiridos pertencentes as «Entidades Privadas s/fins Lucrativos».

### ***Razões do estabelecimento de relações de cooperação***

No que concerne às principais razões do estabelecimento de relações de cooperação pelos Carrefours Rurais nacionais importa destacar que, 82,6% dos inquiridos estavam de acordo de que estas proporcionavam sinergias e iam de encontro aos objectivos dos cooperantes. Por outro lado, 96,7% dos inquiridos estavam de acordo de que os Carrefours Rurais nacionais promoviam a cooperação como meio de envolvimento das entidades locais e da sociedade civil. Relativamente à afirmação de que a cooperação era promovida por imposição externa, quer pela Comissão Europeia, quer por outros actores da área de intervenção, 21,7% dos inquiridos concordaram, 47,8% discordaram e, 30,4% não tinham opinião formada sobre este aspecto (Tabela 55).

Por outro lado, 78,2% dos inquiridos concordaram que a execução de determinados projectos comunitários e em rede obrigavam ao estabelecimento de relações de cooperação.

**Tabela 55 – Principais razões do estabelecimento de relações de cooperação pelos Carrefours Rurais nacionais**

	Discordo totalmente ou em parte	Nem concordo nem discordo	Concordo totalmente ou em parte
A Comissão Europeia impulsiona a cooperação e avalia-nos por tal	21,7%	30,4%	47,9%
As relações de cooperação proporcionam sinergias que vão de encontro aos objectivos dos cooperantes	4,4%	13,0%	82,6%
A execução de determinados projectos comunitários e em rede obrigam-nos ao estabelecimento de relações de cooperação	13,1%	8,7%	78,2%
A cooperação é promovida por imposição externa, quer da Comissão Europeia, quer dos actores da nossa área de intervenção	47,8%	30,4%	21,7%
Os Carrefours promovem a cooperação como meio de envolvimento das entidades locais e da sociedade civil	0,0%	4,3%	95,7%
A falta de recursos necessários e capazes para a execução de determinada acção leva-nos, para a necessidade de estabelecer relações de cooperação	4,3%	30,4%	65,2%

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

Por fim parece-nos que os motores da cooperação formulada eram os Carrefours Rurais nacionais, contrariando as afirmações que defendiam uma imposição externa que constavam na

primeira e quarta afirmação da Tabela 55 (apresentada na página anterior). A percentagem de 95,7% de respostas por parte dos inquiridos demonstra que os Carrefours Rurais nacionais promoviam a cooperação no sentido do envolvimento das entidades locais e da sociedade civil.

Na tentativa de verificarmos se existia homogeneidade na distribuição entre as variáveis das opiniões sobre as principais razões do estabelecimento das relações de cooperação por parte dos Carrefours Rurais nacionais e entre as habilitações académicas dos inquiridos, bem como entre e a natureza das entidades hospedeiras destes Carrefours nacionais, efectuamos dois Testes Kruskal Wallis H a seguir apresentados.

No primeiro Teste Kruskal Wallis H, procuramos averiguar se existia uma relação entre as habilitações académicas dos inquiridos e a opinião destes sobre as principais razões do estabelecimento das relações de cooperação por parte dos Carrefours Rurais nacionais.

**Hipóteses:**

**H 0:** As opiniões dos inquiridos sobre as principais razões do estabelecimento das relações de cooperação por parte dos Carrefours Rurais nacionais não variam em função das habilitações académicas dos inquiridos.

**H 1:** As opiniões dos inquiridos sobre as principais razões do estabelecimento das relações de cooperação por parte dos Carrefours Rurais nacionais variam em função das habilitações académicas dos inquiridos.

**Tabela 56 – Teste Kruskal Wallis H**

	Chi-Square	Asymp. Sig
A Comissão Europeia impulsiona a cooperação e avalia-nos por tal	2,378	0,667
As relações de cooperação proporcionam sinergias que vão de encontro aos objectivos dos cooperantes	2,464	0,651
A execução de determinados projectos comunitários e em rede obrigam-nos ao estabelecimento de relações de cooperação	3,528	0,474
A cooperação é promovida por imposição externa, quer da Comissão Europeia, quer dos actores da nossa área de intervenção	2,388	0,665
Os Carrefours promovem a cooperação como meio de envolvimento das entidades locais e da sociedade civil	0,000	1,000
A falta de recursos necessários e capazes para a execução de determinada acção leva-nos, para a necessidade de estabelecer relações de cooperação	6,031	0,197

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

Com a realização deste Teste Kruskal Wallis H, e perante os valores de significância estatística da Tabela 56 (apresentada na página anterior), é possível salientarmos que existe evidência estatística suficiente, para com 95,0% de confiança, aceitar H 0, isto é concluir que existe uma homogeneidade na distribuição entre as principais razões do estabelecimento das relações de cooperação por parte dos Carrefours Rurais nacionais e as habilitações académicas dos inquiridos.

No segundo Teste Kruskal Wallis H, procuramos averiguar se existia uma relação entre a natureza das entidades hospedeiras e a opinião sobre as principais razões do estabelecimento de relações de cooperação pelos Carrefours Rurais nacionais.

**Hipóteses:**

**H 0:** As opiniões dos inquiridos sobre as principais razões do estabelecimento de relações de cooperação pelos Carrefours Rurais nacionais não variam em função da natureza das entidades hospedeiras destes Carrefours.

**H 1:** As opiniões dos inquiridos sobre as principais razões do estabelecimento de relações de cooperação pelos Carrefours Rurais nacionais variam em função da natureza das entidades hospedeiras destes Carrefours.

**Tabela 57 – Teste Kruskal Wallis H**

	Chi-Square	Asymp. Sig
A Comissão Europeia impulsiona a cooperação e avalia-nos por tal	0,213	0,644
As relações de cooperação proporcionam sinergias que vão de encontro aos objectivos dos cooperantes	0,345	0,557
A execução de determinados projectos comunitários e em rede obrigam-nos ao estabelecimento de relações de cooperação	1,062	0,303
A cooperação é promovida por imposição externa, quer da Comissão Europeia, quer dos actores da nossa área de intervenção	0,591	0,442
Os Carrefours promovem a cooperação como meio de envolvimento das entidades locais e da sociedade civil	0,533	0,465
A falta de recursos necessários e capazes para a execução de determinada acção leva-nos, para a necessidade de estabelecer relações de cooperação	6,133	0,013

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

A realização do Teste Kruskal Wallis H, e perante os valores de significância estatística da Tabela 57, permite-nos salientar que existe evidência estatística suficiente, para com 95,0% de confiança, aceitar H 0, isto é concluir que existe uma homogeneidade na distribuição entre as principais razões do estabelecimento de relações de cooperação pelos Carrefours e a natureza

das Entidades Hospedeiras. Salvo excepção da sexta afirmação, em que existe evidência estatística para rejeitar H 0 e aceitar H 1.

A Tabela 58, por sua vez, permite-nos fundamentar melhor a conclusão relativamente à sexta afirmação que consta na Tabela 57 (apresentada na página anterior), na medida em que demonstra que as opiniões dos inquiridos sobre a falta de recursos necessários e capazes para a execução de determinada acção leva-nos para a necessidade de estabelecer relações de cooperação. Existe uma maior propensão por parte das «Entidades Públicas» para adoptarem um posição natural em relação à afirmação em causa do que as «Entidades Privadas s/fins Lucrativos».

**Tabela 58 – Tabela de análise do Teste Kruskal Wallis H**

			Natureza da Entidade Hospedeira dos Carrefours		Total
			Entidade Pública	Entidade Privada s/fins Lucrativos	
A falta de recursos necessários e capazes para a execução de determinada acção leva-nos, para a necessidade de estabelecer relações de cooperação	Nem concordo nem discordo	Count	7	0	7
		Expected Count	4,6	2,4	7,0
		Residual	2,4	-2,4	
	Discordo totalmente ou em parte	Count	1	0	1
		Expected Count	0,7	0,3	1,0
		Residual	0,3	-0,3	
	Concordo totalmente ou em parte	Count	7	8	15
		Expected Count	9,8	5,2	15,0
		Residual	-2,8	2,8	
Total		Count	15	8	23
		Expected Count	15,0	8,0	23,0

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

### ***Envolvimento dos cooperantes***

Quando procuramos analisar o envolvimento dos cooperantes com quem os Carrefours Rurais nacionais trabalhavam, deparamos com 60,9% dos inquiridos que discordavam que estes participavam de forma passiva e 34,8% discordavam que se envolviam afincadamente nas acções que se propuseram desenvolver (Tabela 59, apresentada na página seguinte).

56,5% dos inquiridos discordaram que contribuía apenas e só com a parte financeira que lhes tinha sido imputada e 60,9% discordaram que estes lideravam as actividades a desenvolver.

Os dados indiciam que o envolvimento dos cooperantes não era muito profundo, havendo algumas reticências, o que está traduzido na resposta dadas.

**Tabela 59 – Envolvimento dos cooperantes com quem os Carrefours Rurais nacionais trabalhavam**

	Discordo totalmente ou em parte	Nem concordo nem discordo	Concordo totalmente ou em parte
Envolvem-se afincadamente nas acções que se propuseram desenvolver	34,8%	17,4%	47,8%
Participam de uma forma passiva	60,9%	8,7%	30,4%
Contribuem apenas e só com a parte financeira que lhes foi imputada	56,5%	30,4%	13,0%
Lideram as actividades a desenvolver	60,9%	17,4%	21,7%
Dão um carácter inovador às actividades	21,7	34,8%	43,5%

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

Na tentativa de verificarmos se existia homogeneidade na distribuição entre as variáveis sobre as opiniões do envolvimento dos cooperantes com quem os Carrefours Rurais nacionais se relacionavam e a natureza das entidades cooperantes dos Carrefours Rurais nacionais, realizamos um Teste Kruskal Wallis H. Nestes teste, procuramos averiguar se existia uma relação entre o envolvimento dos cooperantes com quem os Carrefours Rurais nacionais se relacionavam e a natureza das entidades cooperantes.

**Hipóteses:**

**H 0:** As opiniões dos inquiridos sobre o envolvimento dos cooperantes, com quem os Carrefours Rurais nacionais se relacionavam não variam face à natureza das entidades cooperantes.

**H 1:** As opiniões dos inquiridos sobre o envolvimento dos cooperantes, com quem os Carrefours Rurais nacionais se relacionavam variam face à natureza das entidades cooperantes.

A realização do Teste Kruskal Wallis H a seguir apresentado, e perante os valores de significância estatística que constam na tabela 60 (apresentada na página seguinte), permitem-nos salientar que existe evidência estatística suficiente para, com 95,0% de confiança aceitar H 0, isto é concluir que existe uma homogeneidade na distribuição entre as opiniões sobre o envolvimento dos cooperantes e a natureza das entidades dos próprios cooperantes. Salvo excepção da segunda afirmação em que existe evidência estatística para rejeitar H 0 e aceitar H 1.

**Tabela 60 – Teste Kruskal Wallis H**

	Chi-Square	Asymp. Sig
Envolvem-se afincadamente nas acções que se propuseram desenvolver	1,510	0,219
Participam de uma forma passiva	5,891	0,015
Contribuem apenas e só com a parte financeira que lhes foi imputada	0,084	0,772
Lideram as actividades a desenvolver	2,652	0,103
Dão um carácter inovador às actividades	1,557	0,212

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

A Tabela 61 permite-nos fundamentar melhor a conclusão relativamente à segunda afirmação que consta na Tabela 60, na medida em que demonstra que as opiniões sobre o envolvimento dos cooperantes com quem os Carrefours Rurais nacionais se relacionavam, variam face à natureza das entidades cooperantes. Existe uma maior propensão por parte dos inquiridos pertencentes a «Entidades Públicas» para nem concordarem nem discordarem totalmente da afirmação em causa do que aqueles que pertenciam a «Entidades Privadas s/fins Lucrativos».

**Tabela 61 – Tabela de análise do Teste Kruskal Wallis**

			Natureza da Entidade Hospedeira dos Carrefours		Total
			Entidade Pública	Entidade Privada s/fins Lucrativos	
Participam de uma forma passiva	Nem concordo nem discordo	Count	2	0	2
		Expected Count	1,3	0,7	2,0
		Residual	0,7	-0,7	
	Discordo totalmente ou em parte	Count	11	3	14
		Expected Count	9,1	4,9	14,0
		Residual	1,9	-1,9	
	Concordo totalmente ou em parte	Count	2	5	7
		Expected Count	4,6	2,4	7,0
		Residual	-2,6	2,6	
Total		Count	15	8	23
		Expected Count	15,0	8,0	23,0

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

### ***Princípios e especificidades das relações de cooperação***

Com o objectivo de podermos analisar e caracterizar as relações de cooperação estabelecidas entre os Carrefours Rurais nacionais e entidades externas sistematizamos algumas afirmações sobre as relações de cooperação que dispusemos na Tabela 62 (apresentada na página seguinte).

**Tabela 62 – Caracterização das relações de cooperação**

	Discordo totalmente ou em parte	Nem concordo nem Discordo	Concordo totalmente ou em parte
Nas relações de cooperação até agora estabelecidas esteve sempre presente a importância do "ouvir o outro", do "valorizar-se mutuamente", do estabelecer relações "horizontais entre si"	8,7%	39,1%	52,2%
Nas relações de cooperação estabelecidas, as diferenças, em termos da natureza institucional dos intervenientes, têm contribuído para a forma como estas relações se processam	0,0%	26,1%	73,9%
A primeira relação de cooperação estabelecida proporcionou outras cooperações	17,4%	26,1%	56,5%
A dimensão social das organizações hospedeiras tem contribuído para a necessidade ou intenção do estabelecimento de relações de cooperação a três níveis: cooperação entre Carrefours; cooperação com a sociedade civil; cooperação a nível comunitário	4,3%	17,4%	78,3%

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

Da leitura das respostas facultadas pelos inquiridos importa salientar que as percentagens dos inquiridos sem uma opinião formada sobre as mesmas são substanciais e, na sua maioria as percentagens são superiores a 25,0%.

No entanto parece-nos importante salientar que 78,3% dos inquiridos consideram que a dimensão social das organizações hospedeiras tem contribuído para a necessidade ou intenção do estabelecimento de relações de cooperação a três níveis: cooperação entre Carrefours; cooperação com a sociedade civil; cooperação a nível comunitário; 73,9% dos inquiridos pensam mesmo que nas relações de cooperação estabelecidas, as diferenças em termos da natureza institucional dos intervenientes, têm contribuído para a forma como estas relações se processam.

Na tentativa de verificarmos se existia homogeneidade na distribuição entre as variáveis sobre as opiniões das relações de cooperação estabelecidas e a natureza das entidades cooperantes dos Carrefours Rurais nacionais, bem como entre as habilitações académicas dos recursos humanos adstritos aos Carrefours, realizamos os dois Testes Kruskal Wallis H seguintes.

Assim, no primeiro Teste Kruskal Wallis H apresentado na página seguinte, procuramos verificar se existia uma relação entre as entidades hospedeiras dos Carrefours Rurais Nacionais e as relações de cooperação estabelecidas.

### Hipóteses:

**H 0:** A opção de estabelecer relações de cooperação por parte das entidades hospedeiras dos Carrefours Rurais nacionais não varia conforme as relações de cooperação estabelecidas.

**H 1:** A opção de estabelecer relações de cooperação por parte das entidades hospedeiras dos Carrefours Rurais nacionais varia conforme as relações de cooperação estabelecidas.

**Tabela 63 – Teste Kruskal Wallis H**

	Chi-Square	Asymp. Sig
Nas relações de cooperação até agora estabelecidas esteve sempre presente a importância do "ouvir o outro", do "valorizar-se mutuamente", do estabelecer relações "horizontais entre si"	10,097	0,001
Nas relações de cooperação estabelecidas, as diferenças, em termos da natureza institucional dos intervenientes, têm contribuído para a forma como estas relações se processam	1,123	0,289
A primeira relação de cooperação estabelecida proporcionou outras cooperações	1,692	0,193
A dimensão social das organizações hospedeiras tem contribuído para a necessidade ou intenção do estabelecimento de relações de cooperação a três níveis: cooperação entre Carrefours; cooperação com a sociedade civil; cooperação a nível comunitário	3,228	0,072

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

Através do Teste de Kruskal Wallis H, e perante os valores de significância estatística inscritos na Tabela 63, podemos salientar que existe uma evidência estatística suficiente, para com 95,0% de confiança, aceitar H 0, isto é concluir que existe uma homogeneidade na distribuição entre a opção de estabelecer relações de cooperação por parte das entidades hospedeiras dos Carrefours Rurais nacionais e as relações de cooperação estabelecidas. Salvo excepção da primeira afirmação em que existe evidência estatística para rejeitar H 0 e aceitar H 1.

A Tabela 64 (apresentada na página seguinte) permite-nos fundamentar melhor a conclusão relativamente à primeira afirmação, na medida em que demonstra que as opiniões sobre a opção de estabelecer relações de cooperação por parte das entidades hospedeiras dos Carrefours Rurais nacionais variam conforme as relações de cooperação estabelecidas. Existe uma maior propensão, por parte, das «Entidades Públicas» para nem concordarem nem discordarem totalmente da afirmação em causa do que as «Entidades Privadas s/fins Lucrativos». E, existe uma maior propensão, por parte, das «Entidades Privadas s/ fins Lucrativos» para concordarem totalmente ou em parte com afirmação em causa do que as «Entidades Públicas».

**Tabela 64 – Tabela de análise do Teste Kruskal Wallis H**

		Natureza da Entidade Hospedeira dos Carrefours		Total	
		Entidade Pública	Entidade Privada s/fins Lucrativos		
Nas relações de cooperação até agora estabelecidas esteve sempre presente a importância do "ouvir o outro", do "valorizar-se mutuamente", do estabelecer relações "horizontais entre si"	Nem concordo nem discordo	Count Expected Count Residual	9 5,9 3,1	0 3,1 -3,1	9 9,0
	Discordo totalmente ou em parte	Count Expected Count Residual	2 1,3 0,7	0 0,7 -0,7	2 2,0
	Concordo totalmente ou em parte	Count Expected Count Residual	4 7,8 -3,8	8 4,2 3,8	12 12,0
Total		Count Expected Count	15 15,0	8 8,0	23 23,0

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

No segundo Teste de Kruskal Wallis H, procuramos averiguar se existia uma relação entre as habilitações académicas dos recursos humanos adstritos aos Carrefours Rurais nacionais e as relações de cooperação estabelecidas entre os próprios Carrefours.

**Hipóteses:**

**H 0:** As opiniões dos recursos humanos adstritos aos Carrefours Rurais nacionais, independentemente das habilitações académicas não variam em função das relações de cooperação estabelecidas pelos respectivos Carrefours.

**H 1:** As opiniões dos recursos humanos adstritos aos Carrefours Rurais nacionais, independentemente das habilitações académicas variam em função das relações de cooperação estabelecidas pelos respectivos Carrefours.

**Tabela 65 – Teste Kruskal Wallis H**

	Chi-Square	Asymp. Sig
Nas relações de cooperação até agora estabelecidas esteve sempre presente a importância do "ouvir o outro", do "valorizar-se mutuamente", do estabelecer relações "horizontais entre si"	6,231	0,044
Nas relações de cooperação estabelecidas, as diferenças, em termos da natureza institucional dos intervenientes, têm contribuído para a forma como estas relações se processam	2,515	0,284
A primeira relação de cooperação estabelecida proporcionou outras cooperações	5,820	0,054
A dimensão social das organizações hospedeiras tem contribuído para a necessidade ou intenção do estabelecimento de relações de cooperação a três níveis: cooperação entre Carrefours; cooperação com a sociedade civil; cooperação a nível comunitário	1,846	0,397

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

Através do Teste de Kruskal Wallis H, e perante os valores de significância estatística inscritos na Tabela 65 (apresentada na página anterior) podemos verificar que existe uma evidência estatística suficiente, para com 95,0% de confiança, aceitar H 0, concluindo que existe homogeneidade na distribuição entre as opiniões dos recursos humanos adstritos aos Carrefours Rurais nacionais, independentemente das habilitações académicas, e as relações de cooperação estabelecidas. Salvo excepção da primeira afirmação em que existe evidência estatística para rejeitar H 0 e aceitar H 1.

A Tabela 66 permite-nos fundamentar melhor a conclusão relativamente à primeira afirmação, na medida em que demonstra que as opiniões dos recursos humanos adstritos aos Carrefours Rurais nacionais, independentemente das habilitações académicas variam em função das relações de cooperação estabelecidas pelos respectivos Carrefours. Existe uma maior propensão por parte da maioria dos inquiridos de concordarem totalmente ou em parte, salvo os inquiridos com licenciatura que se destacam em grande número, entre os outros, de nem concordarem nem discordarem.

**Tabela 66 – Tabela de análise do Teste Kruskal Wallis H**

			Habilitações Académicas						Outras	Total
			12º Ano	Lic.	Mes-trado	Doutoramento	Pós-Grad.	< 12º Ano	Téc. Bibliot.	
Nas relações de cooperação até agora estabelecidas esteve sempre presente a importância do "ouvir o outro", do "valorizar-se mutuamente", do estabelecer relações "horizontais entre si"	Nem concordo nem discordo	Count	0,0	8,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	9,0
		Exp.Count	1,2	5,1	0,8	0,4	0,8	0,4	0,4	9,0
		Residual	-1,2	2,9	-0,8	-0,4	-0,8	0,6	-0,4	
	Discordo totalmente ou em parte	Count	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	2,0
		Exp.Count	0,3	1,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1	2,0
		Residual	-0,3	-0,1	-0,2	-0,1	-0,2	-0,1	0,9	
	Concordo totalmente ou em parte	Count	3,0	4,0	2,0	1,0	2,0	0,0	0,0	12,0
		Exp.Count	1,6	6,8	1,0	0,5	1,0	0,5	0,5	12,0
		Residual	1,4	-2,8	1,0	0,5	1,0	-0,5	-0,5	
Total		Count	3,0	13,0	2,0	1,0	2,0	1,0	1,0	23,0
		Exp.Count	3,0	13,0	2,0	1,0	2,0	1,0	1,0	23,0

Fonte: Inquérito efectuado no âmbito desta investigação

No final da análise efectuada à natureza e dinâmicas das relações de cooperação neste sétimo ponto, importa referir que todos os Carrefours Rurais nacionais estabeleceram relações de cooperação com entidades exteriores com o objectivo de reunir melhores condições para a efectivação dos seus objectivos.

As relações de cooperação na sua maioria foram sendo estabelecidas entre Entidades Públicas e Entidades Privadas s/fins Lucrativos. Destas são destacadas as Escolas, os próprios Carrefours, as Organizações Não Governamentais (ONGs) e a Comunicação Social.

No que diz respeito à natureza das relações de cooperação estabelecidas, importa referir que na sua grande maioria os inquiridos concordaram que estas tinham por objectivo a execução de projectos e que na maioria dos casos se tratava de relações interinstitucionais que podiam assumir a forma de parceria. Daí que, pela sua própria natureza a maioria das parcerias estabelecidas terminavam quando o objectivo para o qual foram estabelecidas fosse atingido.

Cerca de metade dos inquiridos concordaram que as relações de cooperação eram de certa forma informais. No entanto, pela percentagem das respostas negativas, somos levados a pensar que existia uma percentagem elevada de cooperações formais.

No que concerne aos objectivos do estabelecimento de relações de cooperação, por ordem de grandeza, na grande maioria dos inquiridos concordaram que estas facultavam uma maior capacidade de execução de projectos; que estas possibilitavam a promoção e o aproveitamento de sinergias entre os diferentes actores envolvidos; e, que estas alargavam o campo de acção e fomentavam o envolvimento de entidades exteriores (locais, regionais, nacionais e comunitárias).

Relativamente às principais razões pelas quais os Carrefours Rurais nacionais estabeleciam relações de cooperação importa salientar que na sua maioria os inquiridos identificaram as sinergias que estas proporcionavam e a faculdade de estas irem ao encontro dos objectivos dos cooperantes, bem como a possibilidade de estas promoverem um maior envolvimento das entidades locais e da sociedade civil.

Parece-nos importante ainda salientar que a maioria dos inquiridos salientaram que, por um lado, a dimensão social das próprias entidades hospedeiras contribuiu para o estabelecimento de relações de cooperação ao nível dos próprios Carrefours Rurais nacionais, ao nível da sociedade civil e ao nível comunitário. E, por outro lado, que nas relações de cooperação as diferenças institucionais têm contribuído para a forma como estas se processam.

## **Conclusão**

Da I Secção deste Capítulo importa realçar que, após a identificação do nosso objecto de estudo partimos para a efectivação de entrevistas exploratórias com técnicos de cada um dos Carrefours Rurais nacionais com o objectivo de obter um conhecimento lato das linhas orientadoras que serviam de parâmetros, por sua vez também eles orientadores das actividades desenvolvidas pelos Carrefours Rurais nacionais. Estas linhas orientadoras permitiram-nos, por um lado, identificar com mais precisão a natureza do universo de inquiridos e, por outro lado, ajudaram-nos na definição das técnicas de recolha de dados às quais recorreremos.

Foi nossa escolha o recurso ao inquérito que foi enviado por correio postal ao universo em estudo, nomeadamente aos «Responsáveis/Coordenadores» e «Técnicos» adstritos pelas entidades hospedeiras à actividade «Carrefour», perfazendo um total de possíveis inquiridos igual a vinte e sete.

Após esta escolha procedeu-se à elaboração do inquérito, à realização de um pré-teste e o envio do inquérito para o universo em causa.

Depois de recebidos, os inquéritos foram processados e tratados com o recursos ao Programa SPSS. Importa referir que dos inquéritos enviados, recebemos vinte e quatro, correspondendo a 89,0% dos inquéritos e invalidamos um por falta de resposta a mais de 80,0% das questões. Assim, o processamento e tratamento efectuado realizou-se a vinte e três inquéritos (correspondendo a 85,0% do número total dos inquéritos enviados).

Da II Secção deste Capítulo que, compreende a análise dos resultados obtidos do inquérito, bem como dados provenientes da análise dos Relatórios de Actividade e Financeiros dos Carrefours Rurais nacionais, realçamos os aspectos mais relevantes dos sete pontos referenciados.

Assim, relativamente aos recursos humanos adstritos pelas entidades empregadoras e por sua vez entidades hospedeiras à actividade «Carrefour» importa salientar que estes, na sua maioria, eram relativamente jovens, possuíam habilitações académicas iguais ou superiores ao grau académico de Licenciatura, estavam enquadrados na Carreira «Técnica», estavam a exercer funções de «Responsável/Coordenador» e ou de «Técnico» e, o seu exercício de funções era a tempo parcial. Os dados tratados permitem-nos referir que as pessoas adstritas aos Carrefours Rurais nacionais eram nitidamente inferiores ao valor de três postos de trabalho a tempo inteiro, identificado pela Comissão Europeia.

No que diz respeito aos Carrefours Rurais em contexto nacional, objecto do nosso estudo, importa salientar que estes deram início às suas actividades informativas entre os anos de 1993 e 1999, sendo que o ano de 1994 se destacou; tinham uma área de intervenção muito alargada o que lhes acarretava algumas dificuldades na difusão de informação e no estabelecimento de relações de proximidade com o cidadão; que o número de parceiros envolvidos aquando da sua formação não era significativo.

Relativamente às entidades hospedeiras dos Carrefours Rurais nacionais e suas infra-estruturas físicas importa salientar que, por um lado, as entidades hospedeiras eram na sua maioria «Entidades Públicas» cuja área de acção se prendia com a «Agricultura e Desenvolvimento Rural», o «Desenvolvimento Regional ou Local» e o «Ensino e Investigação». Por outro lado, as infra-estruturas físicas permitiam-lhes a faculdade de usufruir quer de meios físicos quer de meios tecnológicos de acordo com o especificado na «Convenção» aquando da criação dos mesmos. Isto permite-nos salientar que, na sua maioria os Carrefours Rurais nacionais tinham as condições de instalações e de materiais, bem como de equipamento informático que lhe permitisse um adequado funcionamento.

No que concerne aos instrumentos de difusão de informação europeia promovidos pelos Carrefours Rurais nacionais é importante salientar que, por um lado, era frequente a elaboração de materiais informativos e, por outro lado, foram destacados os «Boletins Informativos» e a «Organização de Sessão de Informação, Seminários, Debates, Jornadas, Palestras, Conferências, ... .», na medida em que estes facultavam informação e permitiam obter o *feedback* dos cidadãos.

Parece-nos ainda importante referenciar que, apesar dos Carrefours Rurais nacionais procurarem os meios informativos o mais adaptado possível às necessidades do público-alvo, parecia existir dúvidas relativamente à eficácia da divulgação de informação. Talvez pelo facto de esta ser efectuada muitas vezes através de terceiros, estando patente a dificuldade de fazer chegar informação aos cidadãos.

No que diz respeito às dinâmicas das iniciativas desenvolvidas pelos Carrefours Rurais nacionais importa salientar que estas, por um lado, para além de promoverem a difusão de informação relacionada com os grandes temas europeus, reflectiam o desenvolvimento das questões europeias a nível nacional e regional e, por outro lado, iam ao encontro das necessidades informativas do público-alvo (cidadãos do mundo rural).

Importa ainda referir que as actividades desenvolvidas por estes, por um lado, reflectiam as actividades desenvolvidas pelas suas entidades hospedeiras e as necessidades informativas sentidas ao nível da sua área de intervenção. Residiam aqui as particularidades regionais e a adequação dos meios às necessidades existentes.

Pelo facto de se verificar algum reflexo nas actividades desenvolvidas pelas entidades hospedeiras e pelos próprios Carrefours Rurais nacionais, nomeadamente nos projectos executados, permite-nos referenciar a existência de algum comportamento oportunista.

O recurso ao estabelecimento de parcerias foi também importante para uma melhor difusão de informação europeia.

De uma forma sintética apesar dos objectivos serem iguais para todos os Carrefours Rurais nacionais estes, por um lado, conseguiam a realização de diversas actividades as quais constituíam as mais valias de cada um deles e, por outro lado, a sua acção no terreno ia ao encontro das realidades locais, residindo aqui a sua grande riqueza quer em termos informativos quer em termos de animação rural.

No que concerne aos projectos desenvolvidos pelos Carrefours Rurais nacionais importa realçar o seu carácter complementar relativo às actividades que constituíam o seu programa anual de trabalho e, a riqueza proveniente das parcerias estabelecidas com entidades externas para a sua execução.

Relativamente às parcerias estabelecidas é importante salientar que estas implicavam entidades regionais e transnacionais. Estas reflectiam, por um lado, o espírito de Rede da própria Rede Europeia de Carrefours Rurais e, por outro lado, a importância da aplicação por parte destes de novas formas de promover a governação indo ao encontro dos objectivos da Comissão Europeia nesta matéria.

O financiamento para a execução dos projectos implementados advinha dos programas comunitários, do III Quadro Comunitário de Apoio (período 2000-2006) e das entidades envolvidas.

Os projectos para além de atingirem os cidadãos do mundo rural visavam ainda alguns segmentos desse mesmo público, jovens em idade escolar, actores de desenvolvimento económico e social, empresários agrícolas, idosos e mulheres do mundo rural.

Por último da análise efectuada nesta Secção importa ainda realçar a natureza e dinâmicas das relações de cooperação. Destas, por um lado, importa referir que todos os Carrefours Rurais nacionais promoveram relações de cooperação com entidades externas visando o atingir do seu objectivo. E, por outro lado, que estes envolveram na sua maioria «Entidades Públicas e Entidades Privadas s/fins Lucrativos», nomeadamente Escolas, Carrefours, Organizações não Governamentais (ONGs) e a Comunicação Social.

Para além de atingir o objectivo último dos Carrefours Rurais nacionais estas, na sua maioria foram estabelecidas para a execução de determinados projectos assentes em relações interinstitucionais que podiam assumir a forma de parceria.

As razões identificadas sobre as quais eram promovidas as relações de cooperação prenderam-se com as sinergias que estas proporcionavam e o facto de irem ao encontro dos objectivos dos cooperantes, bem como a promoção de um maior envolvimento das entidades locais e da sociedade civil.

Foi ainda referenciado o facto da dimensão social das próprias entidades hospedeiras ter contribuído e influenciado as relações de cooperação estabelecidas ao nível dos próprios Carrefours Rurais nacionais.

## **CONCLUSÃO**



Este trabalho foi desenvolvido com o propósito de conhecer o funcionamento dos Carrefours Rurais nacionais, bem como a importância da sua acção no contributo para o desenvolvimento das regiões rurais.

A definição do tema foi motivado pelo interesse em analisar e aprofundar o conhecimento de uma iniciativa promovida pela União Europeia na qual procurava introduzir uma forma inovadora de divulgação de actividades da União Europeia. No âmbito deste tema, fizemos incidir o nosso estudo, traduzido como um Estudo de Caso, no modo de funcionamento dos Carrefours Rurais nacionais à luz da discussão comunitária e/ou internacional das questões da governação das organizações. Para além destas questões foram tidas outras questões designadamente as repercussões sentidas no seu funcionamento face à introdução de um novo quadro de informação e comunicação apresentado pela Comissão Europeia, bem como as repercussões sentidas por estes com a introdução de nova legislação na gestão financeira da União Europeia.

Face ao contexto internacional vivido nas últimas décadas, a gestão das sociedades modernas tem vindo a sofrer alterações substanciais oriundas de mudanças estratégicas quer ao nível estrutural quer ao nível operacional. Neste sentido, a afirmação de novas formas de governação a nível internacional foi uma realidade. A partir do final dos anos oitenta e início dos anos noventa esta era a principal premissa a nível internacional.

Tal como Antunes (2002) referiu, “vivemos numa era do desencanto com a política”. O desencanto gerado fez com que a Administração Pública procurasse promover novas formas de governação, colocando de parte o tradicional modelo de organização administrativa. E neste contexto a Administração da União Europeia também foi influenciada por estas ideias.

Paralelamente, o Estado deixou de centralizar em si próprio o fornecimento de serviços públicos facultando por sua vez a proliferação de novas organizações e a promoção de relações de cooperação entre estas e o próprio Estado.

Estas alterações fizeram ressurgir a questão da governação. Era evidenciada a necessidade de promover novas formas de governação como resposta às questões de gestão das sociedades modernas.

Foi neste sentido que nós olhamos para o nosso objecto de estudo e procuramos perceber como é que os Carrefours Rurais nacionais correspondiam a estas questões procurando compreender

quais as iniciativas desenvolvidas para o cumprimento do seu objectivo. Desde logo percebemos que o seu funcionamento se fundamentava na Rede Europeia de Carrefours Rurais promovida e gerida pela Comissão Europeia. Constatamos que os princípios comunitários orientadores influenciavam directamente o seu modo de funcionamento. No entanto, quisemos crer que as suas actividades estavam ainda condicionadas por princípios de outra natureza, nomeadamente de cariz nacional. Na verdade, estes Carrefours Rurais nacionais estavam perante forças de índole regional na medida em que se encontravam sedeados em entidades regionais e, aos quais eram adstritas áreas de intervenção também elas definidas a nível regional. Assim, novas questões foram levantadas no sentido de perceber como é que os Carrefours Rurais nacionais respondiam à diversidade de necessidades e exigências impostas pela natureza das suas entidades hospedeiras e pelas necessidades reais das suas áreas de intervenção. Compreender que relações de cooperação estabeleciam para levar por diante o seu trabalho no terreno e como foram atendidos os objectivos definidos pela Comissão Europeia. Por fim averiguar se a sua acção era condicionada ou não pelas entidades hospedeiras e os agentes externos.

Estas questões resultaram na formulação da seguinte hipótese: Os Carrefours foram instrumentos de governação, cuja acção foi influenciada pela cooperação entre as entidades hospedeiras e a sua área (espaço) de intervenção.

Em face da hipótese formulada orientamos o nosso estudo para a análise das questões da governação analisando o seu conceito. Nos primórdios da sua utilização era enfatizada a dimensão normativa mas, na sequência das alterações verificadas ao nível da gestão das organizações este sofreu também alterações. Actualmente, depois da vulgarização no final dos anos oitenta e início dos anos noventa, por razões que se prenderam com a necessidade de promover novas formas de governação, a sua dimensão deixou de ser por excelência normativa para passar a ter uma dimensão de regulação da acção colectiva. Estas alterações resultaram fundamentalmente, tal com referenciou Stoker (1998) da emergência de actores não estatais no fornecimento de serviços públicos e na redefinição do papel do Estado na condução das políticas públicas.

Face à necessidade de promoção de novas formas de governação, as parcerias, nomeadamente as parcerias locais, surgem e enfatizam a importância do surgimento de novos modelos de relação entre as diferentes organizações.

Destacamos ainda que a União Europeia, pelo facto de constituir uma entidade *sui generis*, a questão da governação esteve presente desde a sua génese. No entanto, também se ressentiu da ineficiência dos seus modelos de governação e, a partir do ano 2000, a promoção de novas formas de governação passou a ser um dos seus grandes objectivos a atingir.

É neste sentido que, apesar da Política de Informação e Comunicação da União Europeia está ainda em definição, o quadro conceptual que descrevemos permitiu-nos verificar que alguns dos instrumentos utilizados promoveram alterações que se fizeram sentir quer a nível do trabalho desenvolvido pelos Carrefours Rurais europeus e por consequência pelos Carrefours Rurais nacionais, quer ao nível da sua gestão.

Pudemos perceber que as linhas de orientação desta política estão na base do término do projecto «Carrefour» e no início do projecto «Centros de Informação EUROPE DIRECT».

Constatamos ainda que na génese da Rede Europeia de Carrefours Rurais, rede esta promovida pela Comissão Europeia, esteve patente a necessidade de promover uma estrutura informativa que preconizasse através de uma abordagem global e não sectorial, principalmente a ligação entre a Política Agrícola e o Desenvolvimento Rural.

A ideia de surgimento desta estrutura informativa no âmbito da Política de Informação e Comunicação da Comissão Europeia, deu origem à criação da Rede Europeia de Carrefours Rurais que tinha por objectivo principal facultar informação europeia ao cidadãos do mundo rural contribuindo para o desenvolvimento das regiões.

A Rede Nacional de Carrefours Rurais compreendida por nove Carrefours encontrava-se espalhada por entidades hospedeiras do Continente e dos Açores. O primeiro Carrefour nacional surgiu em 1993 e, vigoraram até 2004.

Para análise da Rede Nacional de Carrefours Rurais recorremos a um inquérito enviado a um universo que compreendia os «Responsáveis/Coordenadores» e os «Técnicos» dos Carrefours Rurais nacionais, cujos dados foram tratados através do Programa SPSS.

Constatamos que os inquiridos na sua maioria eram jovens, com habilitações académicas iguais ou superiores à Licenciatura, enquadrados na carreira «Técnica» e exerciam funções a tempo parcial. Estes recursos humanos adstritos aos Carrefours Rurais nacionais eram em número inferiores ao valor identificado pela Comissão Europeia de três postos de trabalho a tempo inteiro.

Importa ainda referir que os Carrefours Rurais nacionais tinham uma área de intervenção muito alargada que se repercutia certamente no seu trabalho de informação. Estes usufruíam de infra-estruturas físicas que lhes possibilitava o usufruto de meios físicos e tecnológicos que lhes permitisse um adequado funcionamento. Promoviam instrumentos de difusão de informação de natureza diversificada que lhes permitia a passagem de informação ao cidadão e a obtenção do *feedback* dos mesmos. No entanto, residiam algumas questões relativas à eficácia da divulgação de informação, talvez pelo facto de estar a ser efectuada muitas vezes com o recurso a terceiros.

As suas iniciativas reflectiam, por um lado, os grandes temas europeus, bem como o desenvolvimento das questões europeias a nível nacional e regional, indo ao encontro das necessidades informativas do público-alvo (cidadãos do mundo rural). Estavam patentes as necessidades regionais e a adequação dos meios às necessidades existentes. Daí que, apesar dos objectivos serem iguais para todos os Carrefours Rurais nacionais, cada um deles desenvolvia actividades diferenciadas. E, por outro lado, as actividades reflectiam as actividades desenvolvidas pelas entidades hospedeiras.

Importa ainda realçar que as parcerias estabelecidas a nível regional e transnacional eram o reflexo do espírito existente no estabelecer formas de cooperação entre os diversos actores de desenvolvimento, realçando as entidades e a sociedade civil da sua área de intervenção. Estas ocorriam como instrumentos para levar por diante o desenvolvimento de acções de informação e de animação rural, objectivo último dos Carrefours Rurais nacionais.

As suas actividades informativas constituíram-se em mais valias para as regiões onde se encontravam sedeados. Os Carrefours Rurais nacionais constituíram-se como verdadeiros instrumentos de governação na medida em que resultaram de parcerias estabelecidas entre a Comissão Europeia e as entidades hospedeiras implantadas a nível regional; promoveram relações de cooperação entre diferentes actores para o desenvolvimento das suas áreas de intervenção; contribuíram para a difusão de informação europeia junto dos cidadãos do mundo rural; e, pelo facto de fazerem chegar o *feedback* dos cidadãos à Comissão Europeia (através dos seus relatórios).

Assim, da análise e dos resultados obtidos podemos afirmar que os Carrefours foram instrumentos de governação, cuja acção foi influenciada pela cooperação entre as entidades hospedeiras e a sua área (espaço) de intervenção, confirmando assim a hipótese inicial.

Apesar do trabalho desenvolvido pelos Carrefours Rurais nacionais ter sido muito importante, continuamos a ouvirmos que os cidadãos continuam eurocépticos relativamente a muitas questões que se prendem com a gestão das próprias instituições europeias. No entanto, também é claro que os cidadãos, nomeadamente os cidadãos nacionais, continuam a depositar confiança nas mesmas e à espera da resolução de alguns dos problemas que os aflige. Estamos a referir-nos, por exemplo, ao desemprego e às questões sociais.

Estes factos indiciam a necessidade de ser dada continuidade ao trabalho desenvolvido pelos Carrefours Rurais nacionais apostando na eficácia da divulgação de informação de forma a chegar directamente ao maior número de cidadãos e promover o seu envolvimento nas questões europeias de forma a os fazer perceber que as questões europeias influenciam sua vida quotidiana.

Este estudo servirá de base certamente para futuras investigações nesta área, até porque, o modo de funcionamento dos Carrefours Rurais, designadamente os Carrefours Rurais nacionais, serviu de base ao novo modelo de Centros de Informação Europeia de segunda geração designados de «Centros de Informação EUROPE *DIRECT*» que já estão em funcionamento desde meados do ano de 2005.

Aquando da sua criação foram introduzidas algumas regras de funcionamento diferenciadas, no sentido de poderem responder melhor às actuais exigências e necessidades de informação por parte dos cidadãos europeus na sua globalidade.

Tornar-se-á importante, decorrido algum tempo de funcionamento destes *Centros*, promover-se um estudo de investigação no sentido de averiguar o modo de funcionamento e as suas repercussões do novo modelo de funcionamento dos mesmos.

No final deste trabalho importa ainda salientar algumas limitações que o condicionaram. Estamos a referir-nos, por exemplo ao facto de este apenas ter tido em conta a auscultação de opiniões dos elementos que estiveram directamente relacionados com a actividade «Carrefour». Seria importante a auscultação da percepção das actividades desenvolvidas pelos Carrefours Rurais nacionais por parte dos parceiros envolvidos nas suas relações de cooperação, bem como a auscultação por parte do público-alvo destes. E, importa ainda salientar que não foi feito um trabalho de avaliação do impacto do trabalho de informação promovido pelos Carrefours Rurais nacionais.



## BIBLIOGRAFIA

- Alexander, E. R., 1995, **How Organizations Act Together, Interorganizational Coordination in Theory and Practice**. Luxemburgo. Ed: British Library Cataloguing in Publication Data.
- Almeida, J., Pinto, M., 1982, **A Investigação nas ciências Sociais**. Lisboa. Ed: Presença.
- Ansell, C., 2000, “The Networked Polity: Regional Development in Western Europe”, in *Governance, An International Journal of Policy and Administration*, Vol 13, Nº 3, pp.303-334.
- Antunes, E., 2002, Reinventando a governação reforçando a cidadania, in **A reinvenção da função pública. Da burocracia à gestão**. Lisboa. Ed: Instituto Nacional de Administração. pp. 125-143.
- Araújo, J. F. F. E., 1998, **Gestão pública em Portugal: a mudança e perspectiva institucional**. Coimbra. Ed: Quarteto.
- Araújo, J. F. F. E., 2002, Hierarquia, Mercado e Networks: mudança institucional, controlo e avaliação no Reino Unido, in **Avaliação na Administração Pública**. Oeiras. Ed: Instituto Nacional de Administração. pp. 291-309.
- Araújo, J. F. F. E., 2003, “A governação local e os Novos Desafios”, in [<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3303/1/ArtigoMirandela.pdf>] (23-10-2005).
- Azevedo, M. E., 1998, “Reconciliar os Cidadãos e a Europa”, in *Europa Novas Fronteiras*, Nº 4. Lisboa. Ed: Centro de Informação Jacques Delors. pp.14-20.
- Bagnasco, A., Gales, P., 1997, “Les villes européennes comme société et comme acteur”, in *Villes en Europe*. pp.10-17
- Baldi, M.; Lopes, F. D., 2002, “A Rede – Forma híbrida ou nova Forma?”, in *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, Volume 1, Nº 3, pp. 32-46.
- World Bank, 1992, **Governance and Development**. Washington. Ed: World Bank.
- Beetham, D. ,1996, **Bureaucracy**. \_\_\_\_Ed: Series Editor.
- Becht, M. et al, 1999, “Corporate Governance in Europe, Blockholdings in Europe: An international comparison”, in *European Economic Review*, Nº 43, pp.1049-1056.
- Bel, J., 1993, **Como realizar um Projecto de Investigação – Um guia para a Pesquisa em Ciências Sociais e da Educação**.\_\_\_\_. Ed: Gradiva.
- Benner, T. et al, \_\_\_\_, “Shaping Globalization. The role of global public policy networks”, in [<http://www.globalpublicpolicy.net/>] (20/09/2002).
- Bonoma, T. V., 1985, “Case Research in Marketing: Opportunities, Problems, and Process”, in *Journal of Marketing Research*, Vol XXII, \_\_\_\_.

- Börzel, A. T., \_\_\_\_\_, “Qué tienen de especial los policy networks? Explorando el concepto y su utilidad para el estudio de la gobernança Europea”, in [<http://usuarios.lycos.es/redes/textos/policynet.pdf>] (12-08-2004).
- Brown, J., 2000-2002, “De la Gouvernance ou la Constitution politique du néo-libéralisme”, in [<http://www.attac.org/fra/list/doc/brown.htm>] (12-03-2005).
- Camisão, I. ; Fernandes, L. L., 2005, **Construir a Europa. O processo de integração de entre a teoria e a história**. Lisboa. Ed: Principia.
- Campomar, M. C., 1991, “Do uso do Estudo de Caso em pesquisas para a Dissertação e Teses em Administração, in *Revista de Administração*, Vol 26, Nº 3, pp.95-97.
- Cardoso, G. et al, 2005, **A Sociedade em Rede em Portugal**. Porto. Ed: Campo das Letras.
- Carneiro, R., 2003, Globalização, Governança e Cidadania, in **A Face Oculta da Governança – Cidadania, Administração Pública e Sociedade**. Maia. Ed: Instituto Nacional de Administração. pp. 17-26.
- Carrefour Bragança, 2001a), **Relatório de Actividade de 2000**. Bragança.
- Carrefour Bragança, 2002a), **Relatório de Actividade de 2001**. Bragança.
- Carrefour Bragança, 2003a), **Relatório de Actividade de 2002**. Bragança.
- Carrefour Bragança, 2004a), **Relatório de Actividade de 2003**. Bragança.
- Carrefour Bragança, 2005a), **Relatório de Actividade de 2004**. Bragança.
- Carrefour Norte Portugal, 2001a), **Relatório de Actividade de 2000**. Vairão – Vila do Conde.
- Carrefour Norte Portugal, 2002a), **Relatório de Actividade de 2001**. Vairão – Vila do Conde.
- Carrefour Norte Portugal, 2003a), **Relatório de Actividade de 2002**. Vairão – Vila do Conde.
- Carrefour Norte Portugal, 2004a), **Relatório de Actividade de 2003**. Vairão – Vila do Conde.
- Carrefour Norte Portugal, 2005a), **Relatório de Actividade de 2004**. Vairão – Vila do Conde.
- Carrefour da Beira Litoral, 2001a), **Relatório de Actividade de 2000**. Coimbra.
- Carrefour da Beira Litoral, 2002a), **Relatório de Actividade de 2001**. Coimbra.
- Carrefour da Beira Litoral, 2003a), **Relatório de Actividade de 2002**. Coimbra.
- Carrefour da Beira Litoral, 2004a), **Relatório de Actividade de 2003**. Coimbra.
- Carrefour da Beira Litoral, 2005a), **Relatório de Actividade de 2004**. Coimbra.
- Carrefour do Oeste – CEIDRO, 2001a), **Relatório de Actividade de 2000**. Caldas da Rainha.
- Carrefour do Oeste – CEIDRO, 2002a), **Relatório de Actividade de 2001**. Caldas da Rainha.

Carrefour do Oeste – CEIDRO, 2003a), **Relatório de Actividade de 2002**. Caldas da Rainha.

Carrefour do Oeste – CEIDRO, 2004a), **Relatório de Actividade de 2003**. Caldas da Rainha.

Carrefour do Oeste – CEIDRO, 2005a), **Relatório de Actividade de 2004**. Caldas da Rainha.

Carrefour do Alto Alentejo, 2001a), **Relatório de Actividade de 2000**. Elvas.

Carrefour do Alto Alentejo, 2002a), **Relatório de Actividade de 2001**. Elvas.

Carrefour do Alto Alentejo, 2003a), **Relatório de Actividade de 2002**. Elvas.

Carrefour do Alto Alentejo, 2004a), **Relatório de Actividade de 2003**. Elvas.

Carrefour do Alto Alentejo, 2005a), **Relatório de Actividade de 2004**. Elvas.

Carrefour da Beira Interior, 2001a) **Relatório de Actividade de 2000**. Boidobra.

Carrefour da Beira Interior, 2002a), **Relatório de Actividade de 2001**. Boidobra.

Carrefour da Beira Interior, 2003a), **Relatório de Actividade de 2002**. Boidobra.

Carrefour da Beira Interior, 2004a), **Relatório de Actividade de 2003**. Boidobra.

Carrefour da Beira Interior, 2005a), **Relatório de Actividade de 2004**. Boidobra.

Carrefour do Baixo Alentejo, 2004a), **Relatório de Actividade de 2003**. Mértola.

Carrefour do Baixo Alentejo, 2005a), **Relatório de Actividade de 2004**. Mértola.

Carrefour Açores, 2001a), **Relatório de Actividade de 2000**. Angra do Heroísmo.

Carrefour Açores, 2002a), **Relatório de Actividade de 2001**. Angra do Heroísmo.

Carrefour Açores, 2003a), **Relatório de Actividade de 2002**. Angra do Heroísmo.

Carrefour Açores, 2004a), **Relatório de Actividade de 2003**. Angra do Heroísmo.

Carrefour Açores, 2005a), **Relatório de Actividade de 2004**. Angra do Heroísmo.

Carrefour Bragança, 2001b), **Relatório Financeiro de 2000**. Bragança.

Carrefour Bragança, 2002b), **Relatório Financeiro de 2001**. Bragança.

Carrefour Bragança, 2003b), **Relatório Financeiro de 2002**. Bragança.

Carrefour Bragança, 2004b), **Relatório Financeiro de 2003**. Bragança.

Carrefour Bragança, 2005b), **Relatório Financeiro de 2004**. Bragança.

Carrefour Norte Portugal, 2001b), **Relatório Financeiro de 2000**. Vairão – Vila do Conde.

Carrefour Norte Portugal, 2002b), **Relatório Financeiro de 2001**. Vairão – Vila do Conde.

Carrefour Norte Portugal, 2003b), **Relatório Financeiro de 2002**. Vairão – Vila do Conde.

Carrefour Norte Portugal, 2004b), **Relatório Financeiro de 2003**. Vairão – Vila do Conde.

Carrefour Norte Portugal, 2005b), **Relatório Financeiro de 2004**. Vairão – Vila do Conde.

Carrefour da Beira Litoral, 2001b), **Relatório Financeiro de 2000**. Coimbra.

Carrefour da Beira Litoral, 2002b), **Relatório Financeiro de 2001**. Coimbra.

Carrefour da Beira Litoral, 2003b), **Relatório Financeiro de 2002**. Coimbra.

Carrefour da Beira Litoral, 2004b), **Relatório Financeiro de 2003**. Coimbra.

Carrefour da Beira Litoral, 2005b), **Relatório de Actividade de 2004**. Coimbra.

Carrefour do Oeste – CEIDRO, 2001b), **Relatório Financeiro de 2000**. Caldas da Rainha.

Carrefour do Oeste – CEIDRO, 2002b), **Relatório Financeiro de 2001**. Caldas da Rainha.

Carrefour do Oeste – CEIDRO, 2003b), **Relatório Financeiro de 2002**. Caldas da Rainha.

Carrefour do Oeste – CEIDRO, 2004b), **Relatório Financeiro de 2003**. Caldas da Rainha.

Carrefour do Oeste – CEIDRO, 2005b), **Relatório Financeiro de 2004**. Caldas da Rainha.

Carrefour do Alto Alentejo, 2001b), **Relatório Financeiro de 2000**. Elvas.

Carrefour do Alto Alentejo, 2002b), **Relatório Financeiro de 2001**. Elvas.

Carrefour do Alto Alentejo, 2003b), **Relatório Financeiro de 2002**. Elvas.

Carrefour do Alto Alentejo, 2004b), **Relatório Financeiro de 2003**. Elvas.

Carrefour do Alto Alentejo, 2005b), **Relatório Financeiro de 2004**. Elvas.

Carrefour da Beira Interior, 2001b), **Relatório Financeiro de 2000**. Boidobra.

Carrefour da Beira Interior, 2002b), **Relatório Financeiro de 2001**. Boidobra.

Carrefour da Beira Interior, 2003b), **Relatório Financeiro de 2002**. Boidobra.

Carrefour da Beira Interior, 2004b), **Relatório Financeiro de 2003**. Boidobra.

Carrefour da Beira Interior, 2005b), **Relatório Financeiro de 2004**. Boidobra.

Carrefour do Baixo Alentejo, 2004b), **Relatório Financeiro de 2003**. Mértola.

Carrefour do Baixo Alentejo, 2005b), **Relatório Financeiro de 2004**. Mértola.

Carrefour Açores, 2001b), **Relatório Financeiro de 2000**. Angra do Heroísmo.

Carrefour Açores, 2002b), **Relatório Financeiro de 2001**. Angra do Heroísmo.

- Carrefour Açores, 2003b), **Relatório Financeiro de 2002**. Angra do Heroísmo.
- Carrefour Açores, 2004b), **Relatório Financeiro de 2003**. Angra do Heroísmo.
- Carrefour Açores, 2005b), **Relatório Financeiro de 2004**. Angra do Heroísmo.
- Castells, M., 1999, **A Sociedade em rede**. São Paulo. Ed: Paz e Terra.
- Castells, M., 2002, **A Sociedades em Rede. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura (Volume 1)**. São Paulo. Ed: Paz e Terra.
- Centro Informático de Aprendizagem e de Recursos para a Inclusão Social, 2005, “A parceria como princípio estratégico”, in  
[<http://www.ilo.org/ciaris/pages/potyugue/tos/downloog/strprinc/partenar.pdf>]  
(21/03/2005).
- Comissão das Comunidades Europeias, 1997, “Tratado de Amesterdão que altera o Tratado da União Europeia, os Tratados que instituem as Comunidades Europeias e alguns actos relativos a esses Tratados”, in  
[<http://eurlex.europa.eu/pt/treaties/dat/11997D/htm/11997D.html>] (12/12/2005).
- Comissão das Comunidades Europeias, 2001, “Tratado de Nice que altera o Tratado da União Europeia, os Tratados que instituem as Comunidades Europeias e alguns actos relativos a esses Tratados”, in  
[[http://europa.eu.int/eurlex/lex/pt/treaties/dat/12001C\\_PT.pdf](http://europa.eu.int/eurlex/lex/pt/treaties/dat/12001C_PT.pdf)] (12/12/2005).
- Comissão das Comunidades Europeias, 2002, “Convenção Europeia”, in  
[<http://european-convention.eu.int/organisation.asp?lang=Pt>] (12/12/2004).
- Comissão das Comunidades Europeias [Bol], 2001a), **Resolução do Parlamento Europeu sobre a estratégia de informação e comunicação da União Europeia**. Bol 3-2001, ponto 1.4.77. Luxemburgo. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão das Comunidades Europeias [Bol], 2001b), **Parecer do Comité Econ sobre a estratégia de informação e comunicação da União Europeia**. Bol 11-2001, ponto 1.4.101. Luxemburgo. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão das Comunidades Europeias [Bol], 2001c), **Conclusões do Conselho sobre as actividades de informação e comunicação da União Europeia**. Bol 12-2001, ponto 1.4.89. Luxemburgo. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão das Comunidades Europeias, [Bol], 2002, **Conclusões do Conselho sobre a estratégia de informação e comunicação para a União Europeia**, in Boletim da União Europeia 12-2002, ponto 1.8.1. Luxemburgo. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

- Comissão das Comunidades Europeias [Bol], 2003, **Resolução do Parlamento Europeu sobre uma estratégia de informação e comunicação para União Europeia**. Bol 4-2003 ponto 1.8.1. Luxemburgo. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão das Comunidades Europeias [COM], 1988, **O Futuro do Mundo Rural**, Comunicação da Comissão transmitida ao Conselho e ao Parlamento.COM (88) 591 final. Luxemburgo. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão das Comunidades Europeias [COM], 2000a), **Comissão Europeia, Reforma da Comissão – Livro Branco – I e II Parte**. COM (2000) 200 final. Luxemburgo. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão das Comunidades Europeias [COM], 2000b), **Objectivos Estratégicos 2000-2005. Configurar um nova Europa**, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões. COM (2000) 154 final. Luxemburgo. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão das Comunidades Europeias [COM], 2001a), **Um novo quadro de cooperação para as actividades no âmbito da Política de Informação e Comunicação da União Europeia**, Comunicação da Comissão Europeia ao Conselho, Parlamento Europeu, Comité Económico e Social e Comité das Regiões. COM (2001) 354 final. Luxemburgo. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão das Comunidades Europeias [COM], 2001b), **Governança Europeia. Um Livro Branco**. COM (2001) 428 final. Luxemburgo. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão das Comunidades Europeias [COM], 2002, **Uma estratégia de Informação e Comunicação para a União Europeia**, Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões. COM (2002) 350 final. Luxemburgo. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão das Comunidades Europeias [COM], 2004, **A aplicação da estratégia de informação e comunicação para a União Europeia**, Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões. COM (2004) 196 final. Luxemburgo. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão das Comunidades Europeias [J.O.], 1997, Resolução sobre a participação dos cidadãos e dos actores sociais no sistema institucional da União Europeia. J.O.C. 20, 20/01/1997: pp.31. Luxemburgo. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão das Comunidades Europeias [J.O.], 1998, Resolução do Parlamento Europeu sobre a política de informação e comunicação da União Europeia. J.O.C. 167, 01/06/1998: pp.230-236. Luxemburgo. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

- Comissão das Comunidades Europeias [J.O.], 2001a), Regulamento (CE) N° 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão. J.O.L 145, 31/5/2001: pp.43-48. Luxemburgo. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão das Comunidades Europeias [J.O.], 2001b), Resolução do Parlamento Europeu sobre a estratégia de informação e comunicação da União Europeia J.O.C. 343, 05/12/2001: pp.185-186. Luxemburgo. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão das Comunidades Europeias [J.O.], 2002, Regulamento (CE, Euratom) N°1605/2002 que institui o Regulamento Financeiro aplicável ao orçamento geral das Comunidades Europeias. J.O.L. 248 19/09/2002: pp.1-48. Luxemburgo. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão das Comunidades Europeias [J.O.], 2003a), Parecer Económico e Social Europeu sobre a «Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre “Uma estratégia de informação e comunicação para a União Europeia”». J.O.C., 85, 08/04/2003: pp. 129-132. Luxemburgo. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão das Comunidades Europeias [J.O.], 2003b), Parecer do Comité das Regiões sobre a comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões sobre uma estratégia de informação e de comunicação para a União Europeia. J.O.C 73, 26/03/2003: pp. 46-52. Luxemburgo. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão das Comunidades Europeias [Sec], 1993a), **A política de comunicação e de informação da Comissão**, Comunicação de João de Deus Pinheiro à Comissão. Sec (93) 916/9 final. Bruxelas. Ed: Serviço das Publicações das Comunidades Europeias.
- Comissão das Comunidades Europeias [Sec], 1993b), **Mecanismos do plano de informação**, Comunicação de João de Deus Pinheiro à Comissão. Sec (93) 1248/3 final. Bruxelas. Ed: Serviço das Publicações das Comunidades Europeias.
- Comissão das Comunidades Europeias [Sec], 2000, **Um Livro Branco sobre a Governação Europeia – Aprofundar a democracia na União Europeia – Programa de trabalho – Documento de trabalho dos serviços da Comissão**. Sec (2000) 1547/7 final. Bruxelas. Ed: Serviço das Publicações das Comunidades Europeias.
- Comissão Europeia, 1994a), **Informação, Comunicação e Transparência**. Luxemburgo. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão Europeia, 1994b), **Memorando sobre a criação de um Centro de Informação /Carrefour**. Bruxelas.
- Comissão Europeia, 1994c), **Carrefours de Informação e de Animação Rurais – Convenção**. Bélgica e Bragança.
- Comissão Europeia, 1995, **Relatório Geral sobre a Actividade da União Europeia – 1994**. Luxemburgo. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

- Comissão Europeia, 1996, **Relatório Geral sobre a Actividade da União Europeia – 1995**. Luxemburgo. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão Europeia, 1997a), **Relatório Geral sobre a Actividade da União Europeia – 1996**. Luxemburgo. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão Europeia, 1997b), **Agenda 2000, Para uma União Reforçada e Alargada**. Luxemburgo. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão Europeia, 1997c), **A Europa de A a Z. Guia da integração Europeia**. Luxemburgo. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão Europeia, 1997d), **Formulários Administrativos/Procedimentos**. Bruxelas
- Comissão Europeia, 1998, **Relatório Geral sobre a Actividade da União Europeia – 1997**. Luxemburgo. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão Europeia, 1999, **Relatório Geral sobre a Actividade da União Europeia – 1998**. Luxemburgo. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão Europeia, 2000, **Relatório Geral sobre a Actividade da União Europeia – 1999**. Luxemburgo. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão Europeia, 2001a), **No Coração da Europa, Centros de Informação e de Animação Rural**. Luxemburgo. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão Europeia, 2001b), **Governança Europeia, Um Livro Branco**. Luxemburgo. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão Europeia, 2001c), **Relatório Geral sobre a Actividade da União Europeia - 2000**. Luxemburgo. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão Europeia, 2002, **Relatório Geral sobre a Actividade da União Europeia - 2001**. Luxemburgo. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão Europeia, 2003a), **Relatório Geral sobre a Actividade da União Europeia - 2002**. Luxemburgo. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão Europeia, 2003b), **Relatório da Comissão sobre a Governança Europeia**. Luxemburgo. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão Europeia, 2004a), **Centros de Informação e Animação Rural – Convenção de Subvenção ao Funcionamento número 2004-PT04**. Bélgica e Bragança.
- Comissão Europeia, 2004b), **Relatório Geral sobre a Actividade da União Europeia - 2003**. Luxemburgo. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão Europeia, 2004c), **Governança do Espaço Europeu de Investigação – dar à sociedade uma chave de acesso ao Laboratório**. Luxemburgo. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

- Comissão Europeia, 2005, **Relatório Geral sobre a Actividade da União Europeia - 2004**. Luxemburgo. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Commission européenne, 2001, **La Gouvernance das l'Union Européenne. Les Cahiers de la Cellule de Prospective**. Luxembourg. Ed: Office des publications officielles des Communautés européennes.
- Commission européenne, 2002, **Gouvernance européenne - Travaux préparatoires au livre blanc**. Luxembourg. Ed: Office des publications officielles des Communautés européennes.
- Comité das Regiões [CdR], 2000, **Parecer do Comité das Regiões sobre Novas formas de Governação: a Europa quadro para a iniciativa dos cidadãos**. CdR 182/2000 fin. Bruxelas. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comité das Regiões [CdR], 2001, **Relatório do Comité das Regiões sobre a Proximidade**. CdR 436/2001 fin. Bruxelas. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comité das Regiões [CdR], 2002a), **Parecer do Comité das Regiões sobre o “Livro branco sobre a Governação Europeia” e a “Comunicação sobre um novo quadro de cooperação para as actividades de política de informação e comunicação da União Europeia”**. CdR 103/2001 fin. Bruxelas. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comité das Regiões [CdR], 2002b), **Parecer do Comité das Regiões sobre o “Terceiro relatório da Comissão sobre a Cidadania da União” e o “Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre a aplicação da Directiva 94/80/CE relativamente ao direito de voto e de legibilidade nas eleições autárquicas**. CdR 121/2002 fin. Bruxelas. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comité Económico e Social [CES], 2000, **Parecer do Comité Económico e Social sobre a Comunicação da Comissão Objectivos estratégicos 2000-2005 – Configurar uma nova Europa**. CES 1198/2000. Bruxelas. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comité Económico e Social [CES], 2001, **Parecer do Comité Económico e Social sobre a “A sociedade civil organizada e a governação europeia – contributo do Comité para a elaboração do Livro Branco”**. CES 535/2001. Bruxelas. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comité Económico e Social [CES], 2002, **Parecer do Comité Económico e Social sobre “Governança Europeia – Um Livro Branco**. CES 357/2002. Bruxelas. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comunidades Europeias, 1992, **Tratado da União Europeia**. Luxemburgo. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Conselho Europeu, 1992, **Conclusões da Presidência (Edimburgo)**, in [<http://Europa.eu.int/pt/Info/eurocouncil/index.html>] (17/05/2004).

- Conselho Europeu, 1999, **Conclusões da Presidência (Helsínquia)**, in [http://Europa.eu.int/pt/Info/eurocouncil/index.html] (17/01/2004).
- Conselho Europeu, 2001, **Conclusões da Presidência (Laken)**, in [http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms\_Data/docs/pressData/en/ec/68827.pdf] (17/05/2004).
- Conselho Europeu, 2002, **Conclusões da Presidência (Copenhaga)**, in [http://Europa.eu.int/pt/Info/eurocouncil/index.html] (17/05/2004).
- Costa, J. A; Melo A. S., 1994, **Dicionário de Língua Portuguesa**. Lisboa. Ed: Porto Editora
- Covas, A., 2002, **A União Europeia e os Estados Nacionais. Em Busca do Paradigma do Estado Pós-nacional**. Oeiras. Ed: Celta.
- Cram, L., 2002, "Introduction to Special Issue on the Institutional Balance and the Future of European Union Governance: The future of the Union and the Trap of the Nirvana Fallacy", in *Governance, An International Journal of Policy and Administration*, Vol. 15, N° 3, pp. 309-324.
- Dacheux, É., 1994, **Les stratégies de communication persuasive dans l'Union européenne**. Paris. Ed: Éditions L'Harmattan.
- Dacheux, É., 2004, **L'impossible défi – La politique de communication de l'Union européenne**. Paris. Ed: CNRS ÉDITIONS.
- Deckmyn, V., 1996, **Guia da Informação Oficial da União Europeia**. Lisboa. Ed: Centro de Informação Jacques Delors.
- Denis, M.; Sven, W., 1993, **Modelos de Comunicação para o estudo de comunicação de massas**. Lisboa. Ed: Notícias Editorial.
- Éric, D., \_\_\_\_\_, **L'impossible défi. La politique de communication de l'Union européenne**. Paris. Ed: CNRS ÉDITIONS.
- Estivill, J. et al, 1997, **O partenariado Social na Europa – Uma estratégia participativa para a Inserção**. Maia. REAPN.
- European Commission, 1999, **Operational Manual to the Attention of the Rural Carrefours and The Info-Points Europe**. Luxembourg. Ed: Office for Official publications of the European Communities
- Featherstone, K., 1994, "Jean Monet and the democratic deficit in the European Union", in *Journal of Common Market Studies*, Vol. 32, N° 2, p. 149-170.
- Fernandes, A. J., 1995, **Métodos e Regras para a Elaboração de Trabalhos Académicos e Científicos**. Porto: Ed: Porto Editora.
- Ferrer, L. S., 1996, "Las relaciones entre la gobernabilidad democrática y el sistema educativo: un estado de la cuestión", in *Revista Iberoamericana de Educación*, N° 12, pp. 79-103.

- Figueira, J., Olímpio, M., 2005, “Práticas e experiências de «parcerias» para o desenvolvimento local”, in *Gabinete de Investigação e Acção Social do Instituto Superior Económico e Social de Évora, Economia e Sociologia* N° 79, pp.121-144.
- Fonseca, J. N. L., 1996, Os Centros Europeus de Informação para o Mundo Rural e o Associativismo, in **III Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais**. Lisboa. Ed: Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais.
- Francesco, D. M., \_\_\_\_\_, “Performance Management and Policy Advice: Learning for Policy Coherence?”, in [http://www.inpuma.net/research/papers/sydney/micheldifrancesco.html] (26-11-2004).
- Fraga, A., 2001, **Os parlamentos nacionais e a legitimidade da construção europeia**. Lisboa. Ed: Cosmos.
- Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu, 2001, **50 Anos de Europa. Os grandes textos da construção europeia**. Lisboa. Ed. Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu.
- Greenwood, E., 1965, “Métodos de Investigação Empírica em Sociologia”, in *Análise Social*, Vol. III n° 11, pp.113-129.
- Goff, J. L., 1997, **A Europa contada aos jovens**. Lisboa. Ed: Gradiva.
- Goode, W. J.; Hatt, P. K., (1969), **Métodos em Pesquisa Social**. São Paulo. Ed: Companhia Editora Nacional.
- Göymen, K., 2000, “Tourism and Governance in Turkey”, in *Annals of Tourism Research*, Vol. 27, N° 4, pp. 1025-1048.
- Governo da República de Portugal, 2003, Memorando de Entendimento entre o Governo da República de Portugal, a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu. Lisboa e Bruxelas.
- Hill, M. M.; Hill A., 2002, **Investigação por questionário**. Lisboa. Ed: Edições Sílabo, Lda.
- Jesus, A. S. et al, 2005, **Dicionário de Termos Europeus**. Barcelos. Ed: Alêtheia Editores.
- Junior, A. T. N., \_\_\_\_\_, “O déficit democrático da União Europeia”, in [http://www1.jus.com.br/doutrina/imprimir.asp?id=5843] (01-03-2005).
- Kickert, W. J. M.; Klijn, E-H.; Koppenjan, J. F. M., 1997, **Managing Complex Networks, Strategies for the Public Sector**. London. Ed: Sage Publications.
- Kilpatrick, L., 1998, “Mathematics Education” in *Journal for Research*, N° 19, pp\_\_\_\_\_.
- Klijn, E-H. et al, 2000, “Public Management and Policy Networks, Foundations of a network approach to governance”, in *Public Management an International Journal of Research and Theory*, Vol. 2, N° 2, pp. 136-155.
- Knoble, D., 1990, **Political Networks. The Structural Perspective**. New York. Ed: Cambridge University Press.

- Kohler-Koch, B., 1998, “A Evolução e transformação da governação europeia”, in *Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Análise Social*, Nº 4, pp.659-684.
- Kooiman, J., 1994, **Modern Governance, New Government-Society Interactions**. London. Ed: Sage Publications.
- Kooiman, J., 2000-2002, “Governance, A Social-Political Perspective”, in [http://www.ifs.tu-darmstadt.de/pg/heinelt/p\_eu\_2000-2002-Kooiman.pdf] (25-10-2004)
- Kooiman, J., 2003, **Governing as Governance**. London. Ed: Sage Publications.
- Laffan, B., 2000-2002, “The European Commission: Promoting EU Governance” in [http://www.ifs.tu-darmstadt.de/pg/heinelt/p\_eu\_2000-2002-laffan.pdf] (25-10-2004).
- Larmour, P., 1997, “Models of governance and public administration”, in *International Review of Administrative Sciences*, Vol. 63, pp. 383-394.
- Lima, M. P., 2000, **Inquérito Sociológico. Problemas de metodologia**. Lisboa. Ed: Editorial Presença.
- Metcalf, L., 1999, **New Challenges in European Public Management designing interorganisational Networks**. Maastricht. Ed: European Institute of Public Administration.
- Mogan, G., 1986, **Images of Organizations**. Newbury Park. Ed: Sage.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, 2002, **A Governância no Século XXI**. Lisboa. Ed: Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica do Ministério Económico.
- Osborne, D.; Gaebler, T., 1995, **Reinventando o Governo. Como o espírito empreendedor está transformando o sector público**. Brasília. Ed: Linha Gráfica Editora.
- Parlamento Europeu, 1993, **Reflexões sobre a Política de Informação e Comunicação da Comunidade Europeia**, Relatório elaborado pelo Grupo de peritos – presidido por Willy De Clercq. Luxemburgo. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Parlamento Europeu, 2001, **Documento de trabalho sobre um novo quadro de cooperação para as actividades no âmbito da Política de informação e comunicação da União Europeia**, Relatório elaborado pela Comissão para a Cultura, a Juventude, a Educação, os Meios de Comunicação Social e dos Desportos – Relator Olé Andreasen. Luxemburgo. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Parlamento Europeu, 2002, **Projecto de Relatório sobre uma estratégia de informação e comunicação par a União Europeia**, Relatório elaborado pela Comissão para a Cultura, a Juventude, a Educação, os Meios de Comunicação Social e dos Desportos. Luxemburgo. Ed: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Pereira, A., 2004, **Guia Prático de Utilização. Análise de dados para Ciências Sociais e Psicologia**. Lisboa. Ed: Edições Sílabo.

- Peters, B. G., 1999, **Institutional Theory in Political Science, The New Institutionalism**. New York. Ed: Pinter.
- Piepensneider, M., 1997, A Europa dos Cidadãos, in **A Europa de A a Z. Guia da Integração Europeia**. Luxemburgo. Ed: Serviço das Publicações das Comunidades Europeias. pp. 87-91.
- Pierra, J.; Peters B. G., 2000, **Governance, Politics and the State**. New York. Ed: Macmillian Press LTD.
- Petiteville, F., 1999, **La face nationale de la gouvernance communautaires, L'élaborations des positions nationales des Etats membres sue les propositions d'actes communautaires**. Maastricht. Ed: Institut d'Administration Publique.
- Pires, F. L. P., 1999, **Introdução ao Direito Constitucional Europeu**. Lisboa. Ed: Almedina.
- Portela. I. M., 2003, **Um novo paradigma de gestão Pública: Administrar em colaboração através de parcerias – Estudo de caso Porto2001, S.A.** – Capital Europeia da Cultura – Dissertação de Mestrado.
- Proença, C. S., 1995, “Como analisar a Governação”, in [[http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Brief\\_95\\_1.PDF](http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Brief_95_1.PDF)] (25/12/2005).
- Prodi, R., 2000, “Dar forma à nova Europa”, in [<http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=SPEECH/00/41&format=HTML&aged=1&language=PT&guiLanguage=en>] (15/06/2005).
- Quivy, R.; Campenhoudt, L. V., 1998, **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa. Edições Gradiva.
- Raffarin, J-P., 2002, **Pour une Nouvelle Gouvernance**. Paris. Ed: L'Archipel.
- Ralf, D.; François, F.; Bronislaw, G., 1993, **A Democracia na Europa**. Lisboa. Ed: Editorial Presença.
- Réseaux des Carrefours, 2003, “The website of the Carrefour Network”, in [<http://homepages.internet.lu/carrefour>] (03-03-2004).
- Reinicke, W. H, \_\_\_\_\_, “Governança em um mundo pós-interdependente a caminho de uma política global”, in [<http://www.globalpublicpolicy.net/>] (25-10-2004).
- Rhodes, R., 1996, “The new governance: governing without governement”, in *Political Studies*, N° 44, pp 652-667.
- Ribeiro, A. J., 2005, Governância Municipal. Estudo sobre a participação dos cidadãos como paradigma da governação nas Câmaras Municipais Portuguesas – Dissertação de Mestrado.
- Rogelio, P. B.; Juan, M. U. C., 2004, **História da União Europeia**. Coimbra. Ed: Coimbra Editora.

- Rochère, J. D. de la, 2002, “Quelques Réflexions à Propos du Livre Blanc de la Commission - Gouvernance Européenne”, in *Revue du Marché Commun et de L’Union Européenne*, N° 454, pp.10-15.
- Sampaio, J., 2001, Discurso de Sua Excelência o Presidente da República por ocasião do Debate Conjunto com o Presidente Carlo Azeglio Ciampi sobre o Futuro da Europa com os Jovens Portugueses. Lisboa.
- Sande, P. de A., 1994, **Fundamentos da União Europeia: Tratado da União Europeia e Tratado que institui a Comunidade Europeia**. Lisboa. Ed: Edições Cosmos.
- Sbragia, A. M., 2002, “Conclusion to Special Issue on the Institutional Balance and the Future of EU Governance: The Treaty of Nice, Institutional Balance, and Uncertainty”, in *Governance, An International Journal of Policy and Administration*, Vol. 15, N° 3, pp. 393-412.
- Scott, W. R.; Meyer, J. W., 1994, **Institutional Environments and Organizations, Structural Complexity and Individualism**. London. Ed: Sage Publications.
- Stocker, G., 1998, “Cinq propositions pour une théorie de la gouvernance”, in *Revue Internationale des Sciences Sociales*, N° 4 pp.19-29.
- Streck, Charlotte, \_\_\_\_\_, “Global Public Networks as Coalitions for Change”, in [<http://www.globalpublicpolicy.net/>] (18-7-2004).
- Sullivan, H.; Skhris, 2002, **Workuin Across Boundaries. Collaboration in Public Services**. New York. Ed: Palgrave.
- Teixeira, P. J., 2004, “Parcerias locais: sua génese e suas práticas”, in Gabinete de Investigação e Acção Social do Instituto Superior Económico e Social de Évora, *Economia e Sociologia* N° 79, pp.149-160.
- Thompson, G., et al, 1994, **Markets, Hiererchies & NetWorks, The Coordination of Social Life**. London. Ed: Sage Publications.
- Tull, D.S.; Hawkins, D. I. , 1976, **Marketing Research, Meaning, Measurement and Method**. London. Ed: Macmillan Publishing Co, Inc.
- Turner, F. C., 2000, “Changer la mission de l’État: ampleur de la mutation possibilities et problèmes”, in *Revue Internationale des Sciences Sociales*, N° 163, pp.7-17.
- Veerle, D., 1996, Guia da Informação Oficial da União Europeia. Lisboa. Ed: Centro de Informação Jacques Delors.
- Vos, E., 2000, “Les agences et la Réforme de L’Administration Européenne”, in *Revue Française D’Administration Publique*, N° 95, pp. 393-410.
- Weil, Thierry et al, \_\_\_\_\_, “La Gestion de L’innovation en réseau”. In [[http://www.europa.eu.int/comm/governance/areas/group9/contribution-reseau\\_fr.pdf](http://www.europa.eu.int/comm/governance/areas/group9/contribution-reseau_fr.pdf)] (17/05/2004).
- World Bank, 1992, **Governance and Development**. Washington. Ed: World Bank.
- Yin, R. K., 1989, **Case Study Research. Design and Methods**. USA. Ed: Sage Publications Inc.
- Yolles, M., 1999, **Management Systems a Viable Approach**. London. Ed: Financial Times

## **ANEXOS**



## **ANEXO I - INQUÉRITO**



## **Inquérito**

**Este inquérito visa auscultar os Responsáveis e Técnicos dos Carrefours Nacionais sobre determinadas questões, com o objectivo de promovermos a análise dos Carrefours Nacionais enquanto Instrumentos de Governação da União Europeia.**

No caso de pretenderem esclarecer alguma dúvida ou algum esclarecimento adicional, podem contactar-me:

Maria Alzira Soares da Costa  
Instituto Politécnico de Bragança  
Carrefour-Bragança  
Campus de Santa Apolónia  
5301-855 Bragança  
Telefone (trabalho): 273 303 282  
Telemóvel: 963 277 572  
E-mail: cirbragn@ipb.pt

**Nota: A informação recolhida será tratada para fins exclusivamente académicos e será garantido o anonimato dos inquiridos.**

**Desde já, agradeço a V. pronta colaboração!**

**Obrigado.**



## Inquérito

### I PARTE - Dados Pessoais

1 - Sexo: Feminino  Masculino

2 - Idade: -----

3 - Habilitações Académicas:

12º Ano de Escolaridade  Bacharelato  Licenciatura  Mestrado  Doutoramento

Outra  Especifique: -----

4 - Situação Profissional:

Presidente  Professor  Técnico Superior  Técnico

Prestação de serviços   Contratado a termo certo  Estagiário

Outra  Especifique:-----

5 - Quais as funções que exerce no Carrefour Rural?

Responsável/coordenador

Técnico

Outro:

Especifique: -----

6 - Exerce funções a tempo inteiro ou a tempo parcial?

A tempo inteiro  A tempo parcial  Percentagem -----%

7 - Há quanto tempo exerce funções no âmbito do Carrefour?

Por favor, escolha a classe que mais se adequa

Menos de 1 Ano  De 1 a 3 anos  De 4 a 6 anos  De 7 a 9 anos  Mais de 10 anos

### II PARTE – Dados gerais do Carrefour e da Entidade Hospedeira

8 - Qual a data de início de actividade do Carrefour?

Ano:----- Mês: -----

9 - Qual o nº de parceiros que formalizaram a candidatura à Comissão Europeia para o surgimento do Carrefour?

Por favor, escolha a classe que mais se adequa

1 a 3  4 a 6  7 a 9  Mais de 10

**10 - O Carrefour foi anexado a um departamento/sector da entidade hospedeira ou constitui um serviço autónomo?**

Foi anexado a um departamento/sector

Constitui um serviço autónomo

**10.1 - Se foi anexado a um departamento/sector da entidade hospedeira, os técnicos adstritos ao Carrefour recebem a colaboração dos colegas do departamento/sector em causa?**

Sim  Não

**11 - Existe um espaço físico adstrito apenas ao Carrefour?**

Sim  Não

**11.1 - Se sim, caracterize-o respondendo às questões seguintes:**

**11.1.1 - Tem lugares sentados para o público?**

Sim  Não  N° de lugares sentados  
1 a 2  3 a 4  Mais de 5

**11.1.2 - Tem computadores para utilização do público?**

Sim  Não  N° de computadores  
1 a 2  3 a 4  Mais de 5

**11.1.2.1 - Se sim, estes têm acesso à Internet?**

Sim  Não  N° de computadores  
1 a 2  3 a 4  Mais de 5

**11.1.3 - Existem documentos de distribuição e de consulta expostos?**

Sim  Não

**12 - Qual a natureza da entidade hospedeira do Carrefour?**

Entidade Pública  Entidade Privada  C/ fins lucrativos   
S/ fins lucrativos

**13 - Qual a principal área de intervenção da entidade hospedeira?**

Por favor, identifique a resposta que mais se ajusta

- 13.1 - Formação  13.4 - Agricultura e Desenvolvimento Rural   
13.2 - Ensino e Investigação  13.5 - Outra   
13.3 - Desenvolvimento Regional ou Local  Especifique:-----  
-----

### III PARTE – Meios e actividades de difusão de informação

#### 14 - Com que frequência são elaborados materiais de difusão de informação?

(Ex. Boletins informativos, documentos de divulgação de legislação, publicações, etc...)

Por favor, identifique a opção que lhe parece mais correcta

Muitas vezes  Às vezes  Poucas vezes  Nunca

#### 15 - Quais os "meios" utilizados para efectuar a difusão de informação?

Por favor, responda a cada item, colocando um x no "sim" ou no "não"

- |        |  |     |                          |     |                          |
|--------|--|-----|--------------------------|-----|--------------------------|
| 15.1 - | Boletins informativos e outros documentos informativos   | Sim | <input type="checkbox"/> | Não | <input type="checkbox"/> |
| 15.2 - | Publicações  | Sim | <input type="checkbox"/> | Não | <input type="checkbox"/> |
| 15.3 - | Organização de Sessões de Informação, Seminários, Debates, Jornadas, Palestras, Conferências, etc. | Sim | <input type="checkbox"/> | Não | <input type="checkbox"/> |
| 15.4 - | Meios de Comunicação Social  | Sim | <input type="checkbox"/> | Não | <input type="checkbox"/> |
| 15.5 - | Recurso às novas tecnologias   | Sim | <input type="checkbox"/> | Não | <input type="checkbox"/> |

#### 16 - Relativamente aos "meios" utilizados para difundir informação europeia, como um todo, podemos afirmar que:

Usando a escala indicada, por favor, classifique as afirmações seguintes:

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo em parte
- 3 – Nem concordo nem discordo
- 4 – Concordo em parte
- 5 – Concordo totalmente

- |        |  |   |   |   |   |   |
|--------|--|---|---|---|---|---|
| 16.1 - | São utilizados os meios informativos adaptados às necessidades do público-alvo | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 16.2 - | Atingem o público-alvo   | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 16.3 - | Apenas atingem uma fracção do público-alvo                                     | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 16.4 - | São diversificados   | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 16.5 - | São de fácil acesso  | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 16.6 - | São difundidos em grande escala  | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 16.7 - | São difundidos usando meios telemáticos  | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

**17 - Relativamente às actividades desenvolvidas no âmbito do vosso Carrefour, de uma forma geral, podemos afirmar que:**

Usando a escala indicada, por favor, classifique as afirmações seguintes:

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo em parte
- 3 – Nem concordo nem discordo
- 4 – Concordo em parte
- 5 – Concordo totalmente

17.1 -	Vão ao encontro das necessidades do público-alvo, apercebidas pelos recursos humanos adstritos ao Carrefour	1 2 3 4 5
17.2 -	Promovem os grandes temas/assuntos pré-fixados pela Comissão Europeia	1 2 3 4 5
17.3 -	Reflectem os “desenvolvimentos” do próprio processo de construção da União Europeia	1 2 3 4 5
17.4 -	Reflectem os “desenvolvimentos” nacionais e regionais	1 2 3 4 5
17.5 -	São apenas informativas	1 2 3 4 5
17.6 -	São pró-activas	1 2 3 4 5
17.7 -	Envolvem outros agentes de difusão de informação	1 2 3 4 5
17.8 -	De uma forma geral, as actividades desenvolvidas reflectem as actividades desenvolvidas pela entidade hospedeira	1 2 3 4 5

**18 - Apesar de os objectivos e funções, definidos pela Comissão Europeia, serem iguais para todos os Carrefours, as actividades levadas a cabo por cada um deles, diferenciam-se entre si.**

18.1 - Concorda com este comentário?

Sim  Não

18.2 - Se sim, usando a escala indicada, por favor, classifique as afirmações seguintes:

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo em parte
- 3 – Nem concordo nem discordo
- 4 – Concordo em parte
- 5 – Concordo totalmente

18.2.1	As entidades hospedeiras têm liberdade de estabelecerem as formas de atingirem os objectivos últimos pré-estabelecidos	1 2 3 4 5
18.2.2	Os Carrefours vão ao encontro das necessidades das populações rurais da sua área de intervenção	1 2 3 4 5
18.2.3	O trabalho de difusão de informação europeia desenvolvido por cada um dos Carrefours Nacionais é, de certa forma, igual em todos os Carrefours	1 2 3 4 5
18.2.4	As actividades desenvolvidas por cada um dos Carrefours, apoiadas em candidaturas a projectos específicos, diferenciam-se entre si e adquirem um cunho muito forte das actividades desenvolvidas pela entidade hospedeira	1 2 3 4 5
18.2.5	As actividades desenvolvidas pelo nosso Carrefour são o reflexo das actividades desenvolvidas pela nossa entidade hospedeira	1 2 3 4 5
18.2.6	As actividades desenvolvidas pelo Carrefour são o reflexo das preocupações apresentadas pelo público-alvo e pelos actores envolvidos	1 2 3 4 5
18.2.7	As actividades desenvolvidas pelo Carrefour são influenciadas pelas oportunidades de financiamento oriundas de candidaturas a projectos	1 2 3 4 5
18.2.8	As actividades desenvolvidas pelo Carrefour, em parceria, são sempre da iniciativa do Carrefour	1 2 3 4 5

## IV PARTE – Execução e apresentação de candidaturas a projectos

### 19 - O Carrefour tem executado projectos?

Sim  Não

19.1 - Se sim, por favor, responda às questões seguintes:

- 19.1.1 - Tem executado projectos da Rede dos Carrefours Nacionais? Sim  Não
- 19.1.2 - Tem executado projectos com outros Carrefours, quer Nacionais, quer Comunitários? Sim  Não
- 19.1.3 - Tem executado projectos transnacionais com entidades de natureza diversificada? Sim  Não
- 19.1.4 - Tem executado projectos nacionais com entidades de natureza diversificada? Sim  Não
- 19.1.5 - Tem executado projectos regionais com entidades de natureza diversificada? Sim  Não

### 20 - O Carrefour tem apresentado candidaturas a projectos?

Sim  Não

20.1 - Se sim, por favor, responda às questões seguintes:

- 20.1.1 - Tem apresentado candidaturas a projectos para a Rede de Carrefours Nacionais? Sim  Não
- 20.1.2 - Tem apresentado candidaturas a projectos transnacionais, envolvendo entidades de natureza diversificada? Sim  Não
- 20.1.3 - Tem apresentado candidaturas a projectos regionais, envolvendo entidades de natureza diversificada? Sim  Não

### 21 - Quais os "públicos" visados pelos projectos em causa?

Por favor, responda a cada item, colocando um x no "sim" ou no

"não"

<p>ade escolar</p> <p>Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p>	<p>Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p>	<p>21.1 - Jovens em id</p>
<p>s</p> <p>Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p>	<p>Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p>	<p>21.2 - Empresários</p>
<p>desenvolvimento económico e social</p> <p>Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p>	<p>Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p>	<p>21.3 - Investigadores</p>
<p>eral</p> <p>Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p>	<p>Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p>	<p>21.4 - Actores de de</p>
<p>-----</p> <p>Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p>	<p>Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p>	<p>21.5 - Público em g</p>
<p>-----</p> <p>Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p>	<p>Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/></p>	<p>21.6 - Outros Quais?-----</p>

### 21 - Qual a componente financeira envolvida nesses projectos?

Por favor, responda a cada item, colocando um x no "sim" ou no "não"

- Comunitários Sim  Não
- Comunitário de Apoio Sim  Não
- Investigação Sim  Não
- Entidades envolvidas Sim  Não

### 22 - Qual a "origem" da

- 22.1 - Programas cc
- 22.2 - III Quadro C
- 22.3 - Entidades de
- 22.4 - As próprias e

**23 - Relativamente à natureza do tema principal visado pelos projectos em causa, podemos afirmar que estes são:**

Usando a escala indicada, por favor, classifique as afirmações seguintes:

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo em parte
- 3 – Nem concordo nem discordo
- 4 – Concordo em parte
- 5 – Concordo totalmente

23.1 -	Os projectos apoiados por programas comunitários são, obrigatoriamente relacionados com a divulgação do processo de construção da União Europeia, por exemplo o Euro, o Alargamento, a Constituição para a Europa, etc...	1	2	3	4	5
23.2 -	Os projectos apoiados em financiamento nacional, procuram promover a resposta às necessidades da área de intervenção do Carrefour	1	2	3	4	5
23.3 -	Os projectos promovidos tem vindo, de uma forma geral, a abranger temas diversificados como resposta às necessidades sentidas na nossa área de intervenção e no público-alvo designado	1	2	3	4	5
23.4 -	Os temas têm sido impostos pelo âmbito das próprias candidaturas e dos programas que os apoiam, bem como pelas entidades que os coordenam	1	2	3	4	5

**V PARTE – Relações de cooperação**

**24 - O Carrefour tem vindo a estabelecer relações de cooperação com entidade exteriores?**

Sim  Não

Se sim, por favor responda às questões seguintes:

**25 – Qual a natureza das entidades cooperantes?**

Por favor, responda colocando um x na(s) resposta(s) correcta(s)

Entidades Públicas  Entidades Privadas  C/ fins lucrativos   
 S/ fins lucrativos

Por favor, responda colocando um x na resposta sim ou não e um x no item “nacionais” e/ou “comunitárias”

Escolas	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>	Nacionais	<input type="checkbox"/>	Comunitárias	<input type="checkbox"/>
ONGs	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>	Nacionais	<input type="checkbox"/>	Comunitárias	<input type="checkbox"/>
Empresas	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>	Nacionais	<input type="checkbox"/>	Comunitárias	<input type="checkbox"/>
Comunicação Social	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>	Nacionais	<input type="checkbox"/>	Comunitárias	<input type="checkbox"/>
Carrefours	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>	Nacionais	<input type="checkbox"/>	Comunitários	<input type="checkbox"/>
Rede de Carrefours	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>	Nacional	<input type="checkbox"/>	Comunitária	<input type="checkbox"/>
Outros OIEs	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>	Nacionais	<input type="checkbox"/>	Comunitários	<input type="checkbox"/>
Outras entidades	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>	Nacionais	<input type="checkbox"/>	Comunitárias	<input type="checkbox"/>

**26 - Relativamente à natureza das cooperações estabelecidas entre o Carrefour/entidade hospedeira e entidades exteriores, podemos afirmar que estas são:**

Usando a escala indicada, por favor, classifique as afirmações seguintes:

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo em parte
- 3 – Nem concordo nem discordo
- 4 – Concordo em parte
- 5 – Concordo totalmente

26.1 -	São relações que perduram no tempo, formalizadas através da assinatura de protocolos	1	2	3	4	5
26.2 -	São relações de “cooperação” com o objectivo de executar projectos específicos	1	2	3	4	5
26.3 -	São relações informais, que resultam da colaboração mútua	1	2	3	4	5
26.4 -	São relações interinstitucionais que podem assumir a forma de parceria	1	2	3	4	5

**27 - Em relação aos objectivos principais do estabelecimento de relações de cooperação, podemos afirmar que estas proporcionam:**

Usando a escala indicada, por favor, classifique as afirmações seguintes:

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo em parte
- 3 – Nem concordo nem discordo
- 4 – Concordo em parte
- 5 – Concordo totalmente

27.1 -	A identificação e conjugação de objectivos comuns por parte de organizações diferenciadas	1	2	3	4	5
27.2 -	A complementaridade das actividades desenvolvidas pelas organizações envolvidas	1	2	3	4	5
27.3 -	A promoção e aproveitamento de sinergias entre os diferentes intervenientes	1	2	3	4	5
27.4 -	Maior capacidade de execução de projectos	1	2	3	4	5
27.5 -	A partilha de recursos humanos, financeiros e outros	1	2	3	4	5
27.6 -	O alargar do campo de acção com outros actores	1	2	3	4	5
27.7 -	A possibilidade do desenvolvimento de actividades inovadoras que promovam a colaboração de vários actores	1	2	3	4	5
27.8 -	A constituição de sub-relais	1	2	3	4	5
27.9 -	O fomento do envolvimento de entidades exteriores (locais, regionais, nacionais, comunitárias)	1	2	3	4	5

**28 - Em relação às razões principais do estabelecimento de relações de cooperação, podemos afirmar que:**

Usando a escala indicada, por favor, classifique as afirmações seguintes:

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo em parte
- 3 – Nem concordo nem discordo
- 4 – Concordo em parte
- 5 – Concordo totalmente

28.1 -	A Comissão Europeia impulsiona a cooperação e avalia-nos por tal	1	2	3	4	5
28.2 -	As relações de cooperação proporcionam sinergias que vão de encontro aos objectivos dos cooperantes	1	2	3	4	5
28.3 -	A execução de determinados projectos comunitários e em rede obrigam-nos ao estabelecimento de relações de cooperação	1	2	3	4	5
28.4 -	A cooperação é promovida por imposição externa, quer da Comissão Europeia, quer dos actores da nossa área de intervenção	1	2	3	4	5
28.5 -	Os Carrefours promovem a cooperação como meio de envolvimento das entidades locais e da sociedade civil	1	2	3	4	5
28.6 -	A falta de recursos necessários e capazes para a execução de determinada acção leva-nos, para a necessidade de estabelecer relações de cooperação	1	2	3	4	5

**29 – Relativamente ao envolvimento dos cooperantes com quem o Carrefour tem trabalhado, de uma forma geral, podemos afirmar que:**

Usando a escala apresentada, por favor, classifique as afirmações seguintes:

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo em parte
- 3 – Nem concordo nem discordo
- 4 – Concordo em parte
- 5 – Concordo totalmente

29.1 -	Envolvem-se afincadamente nas acções que se propuseram desenvolver	1	2	3	4	5
29.2 -	Participam de uma forma passiva	1	2	3	4	5
29.3 -	Contribuem apenas e só com a parte financeira que lhes foi imputada	1	2	3	4	5
29.4 -	Lideram as actividades a desenvolver	1	2	3	4	5
29.5 -	Dão um carácter inovador às actividades	1	2	3	4	5

**30 - Em relação às relações de cooperação, podemos afirmar que:**

Usando a escala indicada, por favor, classifique as afirmações seguintes:

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo em parte
- 3 – Nem concordo nem discordo
- 4 – Concordo em parte
- 5 – Concordo totalmente

30.1 -	Nas relações de cooperação até agora estabelecidas esteve sempre presente a importância do "ouvir o outro", do "valorizar-se mutuamente", do estabelecer relações "horizontais entre si"	1	2	3	4	5
30.2 -	Nas relações de cooperação estabelecidas, as diferenças, em termos da natureza institucional dos intervenientes, têm contribuído para a forma como estas relações se processam	1	2	3	4	5
30.3 -	A primeira relação de cooperação estabelecida proporcionou outras cooperações	1	2	3	4	5
30.4 -	A dimensão social das organizações hospedeiras tem contribuído para a necessidade ou intenção do estabelecimento de relações de cooperação a três níveis: cooperação entre Carrefours; cooperação com a sociedade civil; cooperação a nível comunitário	1	2	3	4	5

## **ANEXO II**

### **OFÍCIOS DE ENVIO DO INQUÉRITO**





Ex.mo Senhor,

Na qualidade de orientador da dissertação de Mestrado da Dra. Alzira Costa venho por este meio solicitar a V. Ex.cia a colaboração na investigação que ela está a realizar.

Este projecto de investigação faz parte integrante do Mestrado em Estudos Europeus promovido pela Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho. O estudo procura analisar os Carrefours portugueses enquanto instrumentos de governação da União Europeia. A Dra. Alzira Costa é uma investigadora sincera e dedicada mas a natureza deste projecto faz com que ele esteja dependente da cooperação dos responsáveis dos Carrefours. Agradeço a disponibilidade de V. Ex.cia para cooperar neste projecto quer no interesse da investigação académica quer no interesse do conhecimento sobre as estruturas operativas da União Europeia. A ajuda de V. Ex.cia será de inegável importância.

Com os melhores cumprimentos,



Joaquim Filipe Araújo  
Prof. Auxiliar



Maria Alzira Soares da Costa  
Escola Superior Agrária de Bragança  
Campus de Santa Apolónia  
Apartado 1172  
5301-855 Bragança  
Telefone: 273 303282  
Telemóvel: 963277572  
E-mail: cirbragn@ipb.pt

Exma. Senhora  
Eng.ª Rita Sousa  
Carrefour Norte Portugal  
Instituto de Desenvolvimento Agrário da  
Região Norte  
Rua da Agrária, 747  
4485-646 Vairão – Vila do Conde

Exma. Senhora

No âmbito do Mestrado de Estudos Europeus que me encontro a frequentar, propus-me efectuar a Dissertação sobre os Carrefours Nacionais, cujo título ainda provisório é **“Os Carrefours como Instrumentos de Governação da União Europeia: O Caso Português”**, sob a orientação do Prof. Joaquim Filipe Ferraz Esteves da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho.

Em termos metodológicos, o nosso trabalho de investigação compreende o envio de um inquérito (por correio postal) aos Responsáveis e Técnicos dos Carrefours Nacionais. Este estudo, visa analisar os Carrefours Nacionais, enquanto Instrumentos de Governação da União Europeia.

Neste sentido, solicitamo-vos o preenchimento do inquérito anexado, de fácil e de rápido preenchimento.

Reconhecendo e sabendo da V. pouca disponibilidade de tempo, solicitamo-vos o seu reenvio, utilizando o envelope junto enviado com a maior brevidade possível.

A V. colaboração é fundamental para a concretização deste trabalho científico.

No caso de pretenderem esclarecer alguma dúvida ou algum esclarecimento adicional, podem contactar-me através dos contactos acima mencionados.

Agradecendo, desde já, a atenção e colaboração dispensada, apresentamo-vos os melhores cumprimentos

  
Alzira Costa



**ANEXO III**

**TRATAMENTO DOS DADOS**

**PROVENIENTES DO INQUÉRITO**



## Tratamento dos dados provenientes do inquérito apresentados e analisados ao longo do V Capítulo deste trabalho

### 1 – Dados gerais

#### Ano de início de actividade dos Carrefours Rurais nacionais

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1993	4	17,4	17,4	17,4
	1994	10	43,5	43,5	60,9
	1996	2	8,7	8,7	69,6
	1998	4	17,4	17,4	87,0
	1999	3	13,0	13,0	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

#### Número de Parceiros que formalizaram a candidatura à Comissão Europeia para o surgimento de um Carrefour Rural Nacional

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 a 3	19	82,6	82,6	82,6
	4 a 6	2	8,7	8,7	91,3
	7 a 9	1	4,3	4,3	95,7
	Mais de 10	1	4,3	4,3	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

### 2 – Caracterização dos inquiridos

#### Género dos inquiridos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Feminino	16	69,6	69,6	69,6
	Masculino	7	30,4	30,4	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**Parâmetros – Idade dos inquiridos**

N	Valid	23
	Missing	0
Mean		38,22
Median		36,00
Mode		46
Std. Deviation		9,705
Minimum		22
Maximum		58
Sum		879
Percentiles	25	29,00
	50	36,00
	75	46,00

**Idade dos inquiridos**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	22	1	4,3	4,3	4,3
	25	1	4,3	4,3	8,7
	27	1	4,3	4,3	13,0
	28	1	4,3	4,3	17,4
	29	2	8,7	8,7	26,1
	32	1	4,3	4,3	30,4
	33	2	8,7	8,7	39,1
	34	1	4,3	4,3	43,5
	36	2	8,7	8,7	52,2
	37	1	4,3	4,3	56,5
	42	1	4,3	4,3	60,9
	44	1	4,3	4,3	65,2
	45	1	4,3	4,3	69,6
	46	3	13,0	13,0	82,6
	49	1	4,3	4,3	87,0
	50	1	4,3	4,3	91,3
	52	1	4,3	4,3	95,7
	58	1	4,3	4,3	100,0
	Total		23	100,0	100,0

### Escala de Idade dos inquiridos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	»25 Anos	2	8,7	8,7	8,7
	26 a 35 Anos	8	34,8	34,8	43,5
	36 a 45 Anos	6	26,1	26,1	69,6
	46 a 55 Anos	6	26,1	26,1	95,7
	Mais de 56 Anos	1	4,3	4,3	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

### Habilitações Académicas dos inquiridos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	12º Ano de Escolaridade	3	13,0	13,0	13,0
	Licenciatura	13	56,5	56,5	69,6
	Mestrado	2	8,7	8,7	78,3
	Doutoramento	1	4,3	4,3	82,6
	Pós-Graduação	2	8,7	8,7	91,3
	Inferior ao 12º Ano de escolaridade	2	8,7	8,7	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

### Situação Profissional dos inquiridos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Professor	3	13,0	13,0	13,0
	Técnico Superior	10	43,5	43,5	56,5
	Técnico	6	26,1	26,1	82,6
	Prestação de Serviços	1	4,3	4,3	87,0
	Estagiário	1	4,3	4,3	91,3
	Directora de Serviços	1	4,3	4,3	95,7
	Direcção - Coordenação de Projectos	1	4,3	4,3	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**Funções exercidas nos Carrefour Rurais nacionais pelos inquiridos**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Responsável/coordenador	10	43,5	43,5	43,5
	Técnico	13	56,5	56,5	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**Exercício de funções a tempo inteiro ou parcial nos Carrefour Rurais nacionais**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Tempo Inteiro	6	26,1	26,1	26,1
	Tempo Parcial	17	73,9	73,9	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**Exercício de funções a tempo parcial – Distribuição por percentagens**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	10	2	8,7	11,8	11,8
	20	3	13,0	17,6	29,4
	30	2	8,7	11,8	41,2
	40	2	8,7	11,8	52,9
	50	7	30,4	41,2	94,1
	80	1	4,3	5,9	100,0
	Total	17	73,9	100,0	
Missing	System	6	26,1		
Total		23	100,0		

**Tempo de exercício de funções no Carrefour**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Menos de 1 Ano	3	13,0	13,6	13,6
	De 1 a 3 Anos	2	8,7	9,1	22,7
	De 4 a 6 Anos	8	34,8	36,4	59,1
	De 7 a 9 anos	5	21,7	22,7	81,8
	Mais de 10 anos	4	17,4	18,2	100,0
	Total	22	95,7	100,0	
Missing	System	1	4,3		
Total		23	100,0		

**Situação Profissional dos inquiridos \* Função exercida nos Carrefours Rurais nacionais**

**Situação Profissional \* Função no Carrefour Crosstabulation**

			Função no Carrefour		Total
			Responsável/ coordenador	Técnico	
Situação Profissional	Professor	Count	3	0	3
		% within Situação Profissional	100,0%	,0%	100,0%
		% within Função no Carrefour	30,0%	,0%	13,0%
		Residual	1,7	-1,7	
	Técnico Superior	Count	5	5	10
		% within Situação Profissional	50,0%	50,0%	100,0%
		% within Função no Carrefour	50,0%	38,5%	43,5%
		Residual	,7	-,7	
	Técnico	Count	0	6	6
		% within Situação Profissional	,0%	100,0%	100,0%
		% within Função no Carrefour	,0%	46,2%	26,1%
		Residual	-2,6	2,6	
	Prestação de Serviços	Count	0	1	1
		% within Situação Profissional	,0%	100,0%	100,0%
		% within Função no Carrefour	,0%	7,7%	4,3%
		Residual	-,4	,4	
	Estagiário	Count	0	1	1
		% within Situação Profissional	,0%	100,0%	100,0%
		% within Função no Carrefour	,0%	7,7%	4,3%
		Residual	-,4	,4	
Directora de Serviços	Count	1	0	1	
	% within Situação Profissional	100,0%	,0%	100,0%	
	% within Função no Carrefour	10,0%	,0%	4,3%	
	Residual	,6	-,6		
Direcção - Coordenação de Projectos	Count	1	0	1	
	% within Situação Profissional	100,0%	,0%	100,0%	
	% within Função no Carrefour	10,0%	,0%	4,3%	
	Residual	,6	-,6		
Total	Count	10	13	23	
	% within Situação Profissional	43,5%	56,5%	100,0%	
	% within Função no Carrefour	100,0%	100,0%	100,0%	
	Residual				

**Tempo de funções exercidas pelos inquiridos nos Carrefours Rurais nacionais \* Escala de Idade**

**Tempo de funções no Carrefour \* Escala de Idade Crosstabulation**

			Escala de Idade					Total
			*25 Anos	26 a 35 Anos	36 a 45 Anos	46 a 55 Anos	Mais de 56 Anos	
Tempo de funções no Carrefour	Menos de 1 Ano	Count	1	1	1	0	0	3
		% within Tempo de funções no Carrefour	33,3%	33,3%	33,3%	,0%	,0%	100,0%
		% within Escala de Idade	50,0%	12,5%	20,0%	,0%	,0%	13,6%
		% of Total	4,5%	4,5%	4,5%	,0%	,0%	13,6%
	De 1 a 3 Anos	Count	1	0	0	1	0	2
		% within Tempo de funções no Carrefour	50,0%	,0%	,0%	50,0%	,0%	100,0%
		% within Escala de Idade	50,0%	,0%	,0%	16,7%	,0%	9,1%
		% of Total	4,5%	,0%	,0%	4,5%	,0%	9,1%
	De 4 a 6 Anos	Count	0	5	1	2	0	8
		% within Tempo de funções no Carrefour	,0%	62,5%	12,5%	25,0%	,0%	100,0%
		% within Escala de Idade	,0%	62,5%	20,0%	33,3%	,0%	36,4%
		% of Total	,0%	22,7%	4,5%	9,1%	,0%	36,4%
De 7 a 9 anos	Count	0	1	2	2	0	5	
	% within Tempo de funções no Carrefour	,0%	20,0%	40,0%	40,0%	,0%	100,0%	
	% within Escala de Idade	,0%	12,5%	40,0%	33,3%	,0%	22,7%	
	% of Total	,0%	4,5%	9,1%	9,1%	,0%	22,7%	
Mais de 10 anos	Count	0	1	1	1	1	4	
	% within Tempo de funções no Carrefour	,0%	25,0%	25,0%	25,0%	25,0%	100,0%	
	% within Escala de Idade	,0%	12,5%	20,0%	16,7%	100,0%	18,2%	
	% of Total	,0%	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%	18,2%	
Total	Count	2	8	5	6	1	22	
	% within Tempo de funções no Carrefour	9,1%	36,4%	22,7%	27,3%	4,5%	100,0%	
	% within Escala de Idade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
	% of Total	9,1%	36,4%	22,7%	27,3%	4,5%	100,0%	

**Função no Carrefour \* Função a tempo inteiro ou parcial nos Carrefours Rurais nacionais**

**Função no Carrefour \* Funções a tempo inteiro ou parcial no Carrefour Crosstabulation**

			Funções a tempo inteiro ou parcial no Carrefour		Total
			Tempo Inteiro	Tempo Parcial	
Função no Carrefour	Responsável/ coordenador	Count	2	8	10
		% within Função no Carrefour	20,0%	80,0%	100,0%
		% within Funções a tempo inteiro ou parcial no Carrefour	33,3%	47,1%	43,5%
		Residual	-,6	,6	
	Técnico	Count	4	9	13
		% within Função no Carrefour	30,8%	69,2%	100,0%
		% within Funções a tempo inteiro ou parcial no Carrefour	66,7%	52,9%	56,5%
		Residual	,6	-,6	
Total		Count	6	17	23
		% within Função no Carrefour	26,1%	73,9%	100,0%
		% within Funções a tempo inteiro ou parcial no Carrefour	100,0%	100,0%	100,0%

**Função no Carrefour \* Função a tempo parcial (percentagens)**

**Função no Carrefour \* Funções a tempo parcial Percentagem Crosstabulation**

			Funções a tempo parcial Percentagem						Total
			10	20	30	40	50	80	
Função no Carrefour	Responsável/ coordenador	Count	1	2	1	2	2	0	8
		% within Função no Carrefour	12,5%	25,0%	12,5%	25,0%	25,0%	,0%	100,0%
	Técnico	Count	1	1	1	0	5	1	9
		% within Função no Carrefour	11,1%	11,1%	11,1%	,0%	55,6%	11,1%	100,0%
Total		Count	2	3	2	2	7	1	17
		% within Função no Carrefour	11,8%	17,6%	11,8%	11,8%	41,2%	5,9%	100,0%

**3 – Caracterização das entidades hospedeiras**

**Natureza das entidades hospedeiras dos Carrefours Rurais nacionais**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Entidade Pública	15	65,2	65,2	65,2
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	34,8	34,8	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**Área de Intervenção das entidades hospedeiras dos Carrefours Rurais nacionais**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Ensino e Investigação	6	26,1	26,1	26,1
	Desenv. Regional ou Local	7	30,4	30,4	56,5
	Agricultura e Desenv. Rural	9	39,1	39,1	95,7
	Ambiente	1	4,3	4,3	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**Teste Qui-Quadrado**

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)
Pearson Chi-Square	15,303(a)	3	,002
Likelihood Ratio	17,700	3	,001
Linear-by-Linear Association	,374	1	,541
N of Valid Cases	23		

a 7 cells (87,5%) have expected count less than 5.

The minimum expected count is ,35.

**Área de intervenção das entidades hospedeiras \* Natureza das entidades hospedeiras dos Carrefours rurais nacionais**

**Área de Intervenção da Entidade Hospedeira \* Natureza da Entidade Hospedeira do Carrefour Crosstabulation**

			Natureza da Entidade Hospedeira do Carrefour		Total
			Entidade Pública	Entidade Privada s/ fins lucrativos	
Área de Intervenção da Entidade Hospedeira	Ensino e Investigação	Count	6	0	6
		Expected Count	3,9	2,1	6,0
		Residual	2,1	-2,1	
	Desenvolvimento Regional ou Local	Count	1	6	7
		Expected Count	4,6	2,4	7,0
		Residual	-3,6	3,6	
	Agricultura e Desenvolvimento Rural	Count	8	1	9
		Expected Count	5,9	3,1	9,0
		Residual	2,1	-2,1	
Ambiente	Count	0	1	1	
	Expected Count	,7	,3	1,0	
	Residual	-,7	,7		
Total	Count	15	8	23	
	Expected Count	15,0	8,0	23,0	

**Anexação do Carrefour a um departamento/sector ou constituição de um serviço autónomo**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Foi anexado a um Departamento/sector	15	65,2	65,2	65,2
	Constitui um serviço autónomo	8	34,8	34,8	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**Colaboração entre os colegas de departamento**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	14	60,9	93,3	93,3
	Não	1	4,3	6,7	100,0
	Total	15	65,2	100,0	
Missing	System	8	34,8		
Total		23	100,0		

**Existência ou não de um Espaço Físico adstrito apenas ao Carrefour**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	13	56,5	56,5	56,5
	Não	10	43,5	43,5	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**Tem lugares sentados**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	12	52,2	92,3	92,3
	Não	1	4,3	7,7	100,0
	Total	13	56,5	100,0	
Missing	System	10	43,5		
Total		23	100,0		

**Lugares sentados**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 a 2	3	13,0	27,3	27,3
	3 a 4	1	4,3	9,1	36,4
	Mais de 5	7	30,4	63,6	100,0
	Total	11	47,8	100,0	
Missing	System	12	52,2		
Total		23	100,0		

**Existência de documentos para distribuição e consulta**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	16	69,6	100,0	100,0
Missing	System	7	30,4		
Total		23	100,0		

**Existência de computadores**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	12	52,2	92,3	92,3
	Não	1	4,3	7,7	100,0
	Total	13	56,5	100,0	
Missing	System	10	43,5		
Total		23	100,0		

**Nº de computadores existentes**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 a 2	9	39,1	81,8	81,8
	3 a 4	1	4,3	9,1	90,9
	Mais de 5	1	4,3	9,1	100,0
	Total	11	47,8	100,0	
Missing	System	12	52,2		
Total		23	100,0		

#### Acesso à Internet

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	12	52,2	100,0	100,0
Missing	System	11	47,8		
Total		23	100,0		

#### Nº de computadores com acesso à Internet

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1 a 2	7	30,4	77,8	77,8
	3 a 4	1	4,3	11,1	88,9
	Mais de 5	1	4,3	11,1	100,0
	Total	9	39,1	100,0	
Missing	System	14	60,9		
Total		23	100,0		

### 4 – Mecanismos de informação Europeia

#### Frequência de elaboração de materiais informativos

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muitas vezes	13	56,5	59,1	59,1
	Às vezes	8	34,8	36,4	95,5
	Poucas vezes	1	4,3	4,5	100,0
	Total	22	95,7	100,0	
Missing	System	1	4,3		
Total		23	100,0		

#### Meios de difusão – Boletins Informativos e outros

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	23	100,0	100,0	100,0

**Meios de difusão – Publicações**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	16	69,6	72,7	72,7
	Não	6	26,1	27,3	100,0
	Total	22	95,7	100,0	
Missing	System	1	4,3		
Total		23	100,0		

**Meios de difusão – Organização de Acções**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	23	100,0	100,0	100,0

**Meios de difusão – Comunicação Social**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	19	82,6	86,4	86,4
	Não	3	13,0	13,6	100,0
	Total	22	95,7	100,0	
Missing	System	1	4,3		
Total		23	100,0		

**Meios de difusão – Recurso às Novas Tecnologias**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	22	95,7	95,7	95,7
	Não	1	4,3	4,3	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**Meios utilizados adaptados às necessidades do público-alvo**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	2	8,7	8,7	8,7
	Discordo totalmente ou em parte	2	8,7	8,7	17,4
	Concordo totalmente ou em parte	19	82,6	82,6	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**Atingem o público-alvo**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	6	26,1	26,1	26,1
	Discordo totalmente ou em parte	1	4,3	4,3	30,4
	Concordo totalmente ou em parte	16	69,6	69,6	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**Atingem uma fracção do público-alvo**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	2	8,7	9,1	9,1
	Discordo totalmente ou em parte	4	17,4	18,2	27,3
	Concordo totalmente ou em parte	16	69,6	72,7	100,0
	Total	22	95,7	100,0	
Missing	System	1	4,3		
Total		23	100,0		

**São diversificados**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	4	17,4	17,4	17,4
	Discordo totalmente ou em parte	3	13,0	13,0	30,4
	Concordo totalmente ou em parte	16	69,6	69,6	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**São de fácil acesso**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	6	26,1	26,1	26,1
	Discordo totalmente ou em parte	1	4,3	4,3	30,4
	Concordo totalmente ou em parte	16	69,6	69,6	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**São difundidos em grande escala**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	6	26,1	26,1	26,1
	Discordo totalmente ou em parte	1	4,3	4,3	30,4
	Concordo totalmente ou em parte	16	69,6	69,6	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**São difundidos usando meios telemáticos**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	3	13,0	13,0	13,0
	Discordo totalmente ou em parte	7	30,4	30,4	43,5
	Concordo totalmente ou em parte	13	56,5	56,5	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

### Teste Kruskal Wallis H

#### Ranks

	Natureza da Entidade	N	Mean Rank
Meios Utilizados adaptados às neces. do público-alvo	Entidade Pública	15	11,77
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	12,44
	Total	23	
Meios utilizados atingem o público-alvo	Entidade Pública	15	10,93
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	14,00
	Total	23	
Meios Utilizados atingem fracção do público-alvo	Entidade Pública	15	10,77
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	7	13,07
	Total	22	
Meios Utilizados diversificados	Entidade Pública	15	11,40
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	13,13
	Total	23	
Meios Utilizados fácil acesso	Entidade Pública	15	11,73
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	12,50
	Total	23	
Meios Utilizados difundidos em grande escala	Entidade Pública	15	10,93
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	14,00
	Total	23	
Meios Utilizados difundidos meios telemáticos	Entidade Pública	15	11,00
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	13,88
	Total	23	

### Teste Kruskal Wallis H

#### Test Statistics<sup>a,b</sup>

	Meios Utilizados adaptados às neces. do público-alvo	Meios utilizados atingem o público-alvo	Meios Utilizados atingem fracção do público-alvo	Meios Utilizados diversificados	Meios Utilizados fácil acesso	Meios Utilizados difundidos em grande escala	Meios Utilizados difundidos meios telemáticos
Chi-Square	,117	1,649	,986	,514	,103	1,649	1,186
df	1	1	1	1	1	1	1
Asymp. Sig.	,732	,199	,321	,474	,748	,199	,276

a. Kruskal Wallis Test

b. Grouping Variable: Natureza da Entidade Hospedeira do Carrefour

## 5 – Desenvolvimento de Actividades

**Vão ao encontro das necessidades do público-alvo, apercebidas pelos recursos humanos adstritos ao Carrefour**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	5	21,7	21,7	21,7
	Concordo totalmente ou em parte	18	78,3	78,3	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**Promovem os grandes temas/assuntos prefixados pela Comissão Europeia**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo totalmente ou em parte	23	100,0	100,0	100,0

**Reflectem os “desenvolvimentos” do próprio processo de construção da União Europeia**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo totalmente ou em parte	21	91,3	100,0	100,0
Missing	System	2	8,7		
Total		23	100,0		

**Reflectem os “desenvolvimentos” nacionais e regionais**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	4	17,4	17,4	17,4
	Discordo totalmente ou em parte	3	13,0	13,0	30,4
	Concordo totalmente ou em parte	16	69,6	69,6	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**São apenas informativas**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	3	13,0	13,0	13,0
	Discordo totalmente ou em parte	10	43,5	43,5	56,5
	Concordo totalmente ou em parte	10	43,5	43,5	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**São pró-activas**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	10	43,5	43,5	43,5
	Concordo totalmente ou em parte	13	56,5	56,5	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**Envolvem outros agentes de difusão de informação**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	3	13,0	13,0	13,0
	Concordo totalmente ou em parte	20	87,0	87,0	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**De uma forma geral, as actividades desenvolvidas reflectem as actividades desenvolvidas pela entidade hospedeira**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	1	4,3	4,3	4,3
	Discordo totalmente ou em parte	5	21,7	21,7	26,1
	Concordo totalmente ou em parte	17	73,9	73,9	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

## Teste Kruskal Wallis H

### Ranks

Natureza da Entidade		N	Mean Rank
Actividades Carrefour ao encontro das nec. do público	Entidade Pública	15	10,67
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	14,50
	Total	23	
Actividades Carrefour promovem grandes temas	Entidade Pública	15	12,00
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	12,00
	Total	23	
Actividades Carrefour reflectem a Construção da UE	Entidade Pública	15	11,00
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	6	11,00
	Total	21	
Actividades Carrefour reflectem os desv. Nac. e Reg.	Entidade Pública	15	12,73
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	10,63
	Total	23	
Actividades Carrefour apenas informativas	Entidade Pública	15	11,87
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	12,25
	Total	23	
Actividades Carrefour pró-activas	Entidade Pública	15	10,87
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	14,13
	Total	23	
Actividades Carrefour envolvem agentes de dif. Informação	Entidade Pública	15	11,97
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	12,06
	Total	23	
Actividades Carrefour reflectem as activ da Ent. Hospedeira	Entidade Pública	15	11,13
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	13,63
	Total	23	

### Test Statistics<sup>a,b</sup>

	Actividades Carrefour ao encontro das nec.do público	Actividades Carrefour promovem grandes temas	Actividades Carrefour reflectem a Construção da UE	Actividades Carrefour reflectem os desv. Nac. e Reg.	Actividades Carrefour apenas informativas	Actividades Carrefour pró-activas	Actividades Carrefour envolvem agentes de dif. Informação	Actividades Carrefour reflectem as activ da Ent. Hospedeira
Chi-Square	3,259	,000	,000	,767	,020	1,630	,003	1,200
df	1	1	1	1	1	1	1	1
Asymp. Sig.	,071	1,000	1,000	,381	,888	,202	,956	,273

a. Kruskal Wallis Test

b. Grouping Variable: Natureza da Entidade Hospedeira do Carrefour

## Teste Kruskal Wallis H

### Ranks

	Área de Intervenção da	N	Mean Rank
Actividades Carrefour ao encontro das nec. do público	Ensino e Investigação	6	10,67
	Desenvolvimento Regional ou Local	7	12,86
	Agricultura e Desenvolvimento Rural	9	11,94
	Ambiente	1	14,50
	Total	23	
Actividades Carrefour promovem grandes temas	Ensino e Investigação	6	12,00
	Desenvolvimento Regional ou Local	7	12,00
	Agricultura e Desenvolvimento Rural	9	12,00
	Ambiente	1	12,00
	Total	23	
Actividades Carrefour reflectem a Construção da UE	Ensino e Investigação	6	11,00
	Desenvolvimento Regional ou Local	7	11,00
	Agricultura e Desenvolvimento Rural	8	11,00
	Total	21	
Actividades Carrefour reflectem os desv. Nac. e Reg.	Ensino e Investigação	6	8,58
	Desenvolvimento Regional ou Local	7	9,93
	Agricultura e Desenvolvimento Rural	9	15,50
	Ambiente	1	15,50
	Total	23	
Actividades Carrefour apenas informativas	Ensino e Investigação	6	11,33
	Desenvolvimento Regional ou Local	7	10,43
	Agricultura e Desenvolvimento Rural	9	14,06
	Ambiente	1	8,50
	Total	23	
Actividades Carrefour pró-activas	Ensino e Investigação	6	11,25
	Desenvolvimento Regional ou Local	7	12,07
	Agricultura e Desenvolvimento Rural	9	11,89
	Ambiente	1	17,00
	Total	23	
Actividades Carrefour envolvem agentes de dif. Informação	Ensino e Investigação	6	13,50
	Desenvolvimento Regional ou Local	7	11,86
	Agricultura e Desenvolvimento Rural	9	10,94
	Ambiente	1	13,50
	Total	23	
Actividades Carrefour reflectem as activ da Ent. Hospedeira	Ensino e Investigação	6	9,50
	Desenvolvimento Regional ou Local	7	11,43
	Agricultura e Desenvolvimento Rural	9	13,78
	Ambiente	1	15,00
	Total	23	

Test Statistics<sup>a,b</sup>

	Actividades Carrefour ao encontro das nec.do público	Actividades Carrefour promovem grandes temas	Actividades Carrefour reflectem a Construção da UE	Actividades Carrefour reflectem os desv. Nac. e Reg.	Actividades Carrefour apenas informativas	Actividades Carrefour pró-activas	Actividades Carrefour envolvem agentes de dif. Informação	Actividades Carrefour reflectem as activ da Ent. Hospedeira
Chi-Square	,939	,000	,000	7,363	1,828	,839	1,653	2,860
df	3	3	2	3	3	3	3	3
Asymp. Sig.	,816	1,000	1,000	,061	,609	,840	,647	,414

a. Kruskal Wallis Test

b. Grouping Variable: Área de Intervenção da Entidade Hospedeira

**Apesar de os objectivos e funções, definidos pela Comissão Europeia, serem iguais para todos os Carrefours, as actividades levadas a cabo por cada um deles, diferenciam-se entre si**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	21	91,3	91,3	91,3
	Não	2	8,7	8,7	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**As entidades hospedeiras têm liberdade de estabelecerem as formas de atingirem os objectivos últimos preestabelecidos**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo totalmente ou em parte	21	91,3	100,0	100,0
Missing	System	2	8,7		
Total		23	100,0		

**Os Carrefours vão ao encontro das necessidades das populações rurais da sua área de intervenção**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	2	8,7	9,5	9,5
	Discordo totalmente ou em parte	2	8,7	9,5	19,0
	Concordo totalmente ou em parte	17	73,9	81,0	100,0
	Total	21	91,3	100,0	
Missing	System	2	8,7		
Total		23	100,0		

**O trabalho de difusão de informação europeia desenvolvido por cada um dos Carrefours Nacionais é, de certa forma, igual em todos os Carrefours**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	3	13,0	14,3	14,3
	Discordo totalmente ou em parte	13	56,5	61,9	76,2
	Concordo totalmente ou em parte	5	21,7	23,8	100,0
	Total	21	91,3	100,0	
Missing	System	2	8,7		
Total		23	100,0		

**As actividades desenvolvidas por cada um dos Carrefours, apoiadas em candidaturas a projectos específicos, diferenciam-se entre si e adquirem um cunho muito forte das actividades desenvolvidas pela entidade hospedeira**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	2	8,7	9,5	9,5
	Discordo totalmente ou em parte	1	4,3	4,8	14,3
	Concordo totalmente ou em parte	18	78,3	85,7	100,0
	Total	21	91,3	100,0	
Missing	System	2	8,7		
Total		23	100,0		

**As actividades desenvolvidas pelo nosso Carrefour são o reflexo das actividades desenvolvidas pela nossa entidade hospedeira**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	4	17,4	19,0	19,0
	Discordo totalmente ou em parte	2	8,7	9,5	28,6
	Concordo totalmente ou em parte	15	65,2	71,4	100,0
	Total	21	91,3	100,0	
Missing	System	2	8,7		
Total		23	100,0		

**As actividades desenvolvidas pelo Carrefour são o reflexo das preocupações  
apresentadas pelo público-alvo e pelos actores envolvidos**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	7	30,4	33,3	33,3
	Concordo totalmente ou em parte	14	60,9	66,7	100,0
	Total	21	91,3	100,0	
Missing	System	2	8,7		
Total		23	100,0		

**As actividades desenvolvidas pelo Carrefour são influenciadas pelas oportunidades  
de financiamento oriundas de candidaturas a projectos**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	3	13,0	15,0	15,0
	Discordo totalmente ou em parte	1	4,3	5,0	20,0
	Concordo totalmente ou em parte	16	69,6	80,0	100,0
	Total	20	87,0	100,0	
Missing	System	3	13,0		
Total		23	100,0		

**As actividades desenvolvidas pelo Carrefour, em parceria, são sempre  
da iniciativa do Carrefour**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	2	8,7	10,0	10,0
	Discordo totalmente ou em parte	5	21,7	25,0	35,0
	Concordo totalmente ou em parte	13	56,5	65,0	100,0
	Total	20	87,0	100,0	
Missing	System	3	13,0		
Total		23	100,0		

## Teste Kruskal Wallis H

### Ranks

	Natureza da Entidade	N	Mean Rank
Actividades diferenciam-se Entidades Hosp liberd. Liberdade	Entidade Pública	13	11,00
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	11,00
	Total	21	
Actividades diferenciam-se Entidades Hosp Neces.Pop.Rurais	Entidade Pública	13	10,65
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	11,56
	Total	21	
Actividades diferenciam-se Trab Carr Iguar a todos	Entidade Pública	13	8,85
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	14,50
	Total	21	
Actividades diferenciam-se Adquir Cunho Act. Entid. Hosp	Entidade Pública	13	11,65
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	9,94
	Total	21	
Actividades diferenciam-se Reflexo Act Entid. Hosp	Entidade Pública	13	10,92
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	11,13
	Total	21	
Actividades diferenciam-se Reflexo Preoc.do Pub e Actores	Entidade Pública	13	10,46
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	11,88
	Total	21	
Actividades diferenciam-se Act Desev Carr Oport Financiam	Entidade Pública	13	10,08
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	7	11,29
	Total	20	
Actividades diferenciam-se Act Desev Parc Iniciativa Carr	Entidade Pública	13	11,38
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	7	8,86
	Total	20	

### Test Statistics<sup>a,b</sup>

	Actividades diferenciam-s e Entidades Hosp liberd. Liberdade	Actividades diferenciam-s e Entidades Hosp Neces. Pop.Rurais	Actividades diferenciam- se Trab Carr Iguar a todos	Actividades diferenciam -se Adquir Cunho Act. Entid. Hosp	Actividades diferenciam-s e Reflexo Act Entid. Hosp	Actividades diferenciam-s e Reflexo Preoc.do Pub e Actores	Actividades diferenciam- se Act Desev Carr Oport Financiam	Actividades diferenciam-s e Act Desev Parc Iniciativa Carr
Chi-Square	,000	,227	5,497	1,024	,008	,385	,391	1,169
df	1	1	1	1	1	1	1	1
Asymp. Sig.	1,000	,634	,019	,312	,927	,535	,532	,280

a. Kruskal Wallis Test

b. Grouping Variable: Natureza da Entidade Hospedeira do Carrefour

O trabalho de difusão de informação europeia desenvolvido por cada um dos Carrefours nacionais é de certa forma, igual em todos os Carrefours \* Natureza da Entidades Hospedeira do Carrefour

Actividades diferenciam-se Trab Carr Igual a todos \* Natureza da Entidade Hospedeira do Carrefour Crosstabulation

			Natureza da Entidade Hospedeira do Carrefour		Total
			Entidade Pública	Entidade Privada s/ fins lucrativos	
Actividades diferenciam-se Trab Carr Igual a todos	Nem concordo nem discordo	Count	3	0	3
		Expected Count	1,9	1,1	3,0
		Residual	1,1	-1,1	
	Discordo totalmente ou em parte	Count	9	4	13
		Expected Count	8,0	5,0	13,0
		Residual	1,0	-1,0	
	Concordo totalmente ou em parte	Count	1	4	5
		Expected Count	3,1	1,9	5,0
		Residual	-2,1	2,1	
Total	Count	13	8	21	
	Expected Count	13,0	8,0	21,0	

## 6 – Projectos desenvolvidos pelos Carrefours Rurais nacionais

O Carrefour tem apresentado candidaturas a projectos?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	20	87,0	87,0	87,0
	Não	3	13,0	13,0	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

O Carrefour tem executado projectos?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	21	91,3	91,3	91,3
	Não	2	8,7	8,7	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**Tem apresentado candidaturas a projectos para a Rede de Carrefours Nacionais**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	1	4,3	5,0	5,0
	Não	19	82,6	95,0	100,0
	Total	20	87,0	100,0	
Missing	System	3	13,0		
Total		23	100,0		

**Tem apresentado candidaturas a projectos transnacionais, envolvendo entidades de natureza diversificada**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	8	34,8	40,0	40,0
	Não	12	52,2	60,0	100,0
	Total	20	87,0	100,0	
Missing	System	3	13,0		
Total		23	100,0		

**Tem apresentado candidaturas a projectos regionais, envolvendo entidades de natureza diversificada**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	16	69,6	80,0	80,0
	Não	4	17,4	20,0	100,0
	Total	20	87,0	100,0	
Missing	System	3	13,0		
Total		23	100,0		

**Tem executado projectos da Rede dos Carrefours Nacionais**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	21	91,3	100,0	100,0
Missing	System	2	8,7		
Total		23	100,0		

**Tem executado projectos com outros Carrefours, quer Nacionais,  
quer Comunitários**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	20	87,0	95,2	95,2
	Não	1	4,3	4,8	100,0
	Total	21	91,3	100,0	
Missing	System	2	8,7		
Total		23	100,0		

**Tem executado projectos transnacionais com entidades  
de natureza diversificada**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	10	43,5	47,6	47,6
	Não	11	47,8	52,4	100,0
	Total	21	91,3	100,0	
Missing	System	2	8,7		
Total		23	100,0		

**Tem executado projectos nacionais com entidades de natureza diversificada**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	18	78,3	85,7	85,7
	Não	3	13,0	14,3	100,0
	Total	21	91,3	100,0	
Missing	System	2	8,7		
Total		23	100,0		

**Tem executado projectos regionais com entidades de natureza diversificada**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	21	91,3	100,0	100,0
Missing	System	2	8,7		
Total		23	100,0		

**Jovens em idade escolar**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	20	87,0	95,2	95,2
	Não	1	4,3	4,8	100,0
	Total	21	91,3	100,0	
Missing	System	2	8,7		
Total		23	100,0		

**Empresários**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	17	73,9	81,0	81,0
	Não	4	17,4	19,0	100,0
	Total	21	91,3	100,0	
Missing	System	2	8,7		
Total		23	100,0		

**Investigadores**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	7	30,4	43,8	43,8
	Não	9	39,1	56,3	100,0
	Total	16	69,6	100,0	
Missing	System	7	30,4		
Total		23	100,0		

**Actores de desenvolvimento económico e social**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	19	82,6	95,0	95,0
	Não	1	4,3	5,0	100,0
	Total	20	87,0	100,0	
Missing	System	3	13,0		
Total		23	100,0		

**Público em geral**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	21	91,3	100,0	100,0
Missing	System	2	8,7		
Total		23	100,0		

**Outros públicos**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	10	43,5	62,5	62,5
	Não	6	26,1	37,5	100,0
	Total	16	69,6	100,0	
Missing	System	7	30,4		
Total		23	100,0		

**Outros públicos – Quais**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Idosos	2	8,7	20,0	20,0
	Agricultores	5	21,7	50,0	70,0
	Técnicos agrícolas e de Desenvolvimento Rural	1	4,3	10,0	80,0
	Mulheres do Mundo Rural	2	8,7	20,0	100,0
	Total	10	43,5	100,0	
Missing	System	13	56,5		
Total		23	100,0		

**Programas comunitários**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	21	91,3	100,0	100,0
Missing	System	2	8,7		
Total		23	100,0		

### III Quadro Comunitário de Apoio

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	8	34,8	42,1	42,1
	Não	11	47,8	57,9	100,0
	Total	19	82,6	100,0	
Missing	System	4	17,4		
Total		23	100,0		

### Entidades Investigaçã

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	1	4,3	5,6	5,6
	Não	17	73,9	94,4	100,0
	Total	18	78,3	100,0	
Missing	System	5	21,7		
Total		23	100,0		

### As próprias entidades envolvidas

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	16	69,6	80,0	80,0
	Não	4	17,4	20,0	100,0
	Total	20	87,0	100,0	
Missing	System	3	13,0		
Total		23	100,0		

**Os projectos apoiados por programas comunitários são, obrigatoriamente relacionados com a divulgação do processo de construção da União Europeia, por exemplo o Euro, o Alargamento, a Constituição para a Europa, etc...**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	1	4,3	4,8	4,8
	Discordo totalmente ou em parte	8	34,8	38,1	42,9
	Concordo totalmente ou em parte	12	52,2	57,1	100,0
	Total	21	91,3	100,0	
Missing	System	2	8,7		
Total		23	100,0		

**Os projectos apoiados em financiamento nacional, procuram promover a resposta às necessidades da área de intervenção do Carrefour**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	4	17,4	20,0	20,0
	Concordo totalmente ou em parte	16	69,6	80,0	100,0
	Total	20	87,0	100,0	
Missing	System	3	13,0		
Total		23	100,0		

**Os projectos promovidos tem vindo, de uma forma geral, a abranger temas diversificados como resposta às necessidades sentidas na nossa área de intervenção e no público-alvo designado**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	4	17,4	19,0	19,0
	Discordo totalmente ou em parte	1	4,3	4,8	23,8
	Concordo totalmente ou em parte	16	69,6	76,2	100,0
	Total	21	91,3	100,0	
Missing	System	2	8,7		
Total		23	100,0		

**Os temas têm sido impostos pelo âmbito das próprias candidaturas e dos programas que os apoiam, bem como pelas entidades que os coordenam**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	4	17,4	19,0	19,0
	Discordo totalmente ou em parte	2	8,7	9,5	28,6
	Concordo totalmente ou em parte	15	65,2	71,4	100,0
	Total	21	91,3	100,0	
Missing	System	2	8,7		
Total		23	100,0		

## Teste Kruskal Wallis H

### Ranks

Natureza da Entidade		N	Mean Rank
Apresentação de Cand Proj Red Carr Nacional	Entidade Pública	12	11,00
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	9,75
	Total	20	
Apresentação Cand Proj Trans Ent natureza diversificada	Entidade Pública	12	12,83
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	7,00
	Total	20	
Apresentação Cand Proj Reg Ent natureza diversificada	Entidade Pública	12	11,83
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	8,50
	Total	20	

### Test Statistics<sup>a,b</sup>

	Apresentação de Cand Proj Red Carr Nacional	Apresentação Cand Proj Trans Ent natureza diversificada	Apresentação Cand Proj Reg Ent natureza diversificada
Chi-Square	1,500	6,465	3,167
df	1	1	1
Asymp. Sig.	,221	,011	,075

a. Kruskal Wallis Test

b. Grouping Variable: Natureza da Entidade Hospedeira do Carrefour

### Apresentação Cand Proj Trans Ent natureza diversificada \* Natureza da Entidade Hospedeira do Carrefour Crosstabulation

			Natureza da Entidade Hospedeira do Carrefour		Total
			Entidade Pública	Entidade Privada s/ fins lucrativos	
Apresentação Cand Proj Trans Ent natureza diversificada	Sim	Count	2	6	8
		Expected Count	4,8	3,2	8,0
		Residual	-2,8	2,8	
	Não	Count	10	2	12
		Expected Count	7,2	4,8	12,0
		Residual	2,8	-2,8	
Total	Count	12	8	20	
	Expected Count	12,0	8,0	20,0	

### Teste Kruskal Wallis H

#### Ranks

Natureza da Entidade		N	Mean Rank
Execução de Projectos da rede Carr Nacional	Entidade Pública	13	11,00
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	11,00
	Total	21	
Execução de Projectos com outros Carr Nac e Com	Entidade Pública	13	11,31
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	10,50
	Total	21	
Execução de Projectos Trans com Ent natureza diversificada	Entidade Pública	13	13,58
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	6,81
	Total	21	
Execução de Projectos Nac com Ent natureza diversificada	Entidade Pública	13	10,31
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	12,13
	Total	21	
Execução de Projectos Regi com Ent natureza diversificada	Entidade Pública	13	11,00
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	11,00
	Total	21	

#### Test Statistics<sup>a,b</sup>

	Execução de Projectos da rede Carr Nacional	Execução de Projectos com outros Carr Nac e Com	Execução de Projectos Trans com Ent natureza diversificada	Execução de Projectos Nac com Ent natureza diversificada	Execução de Projectos Regi com Ent natureza diversificada
Chi-Square	,000	,615	7,848	1,154	,000
df	1	1	1	1	1
Asymp. Sig.	1,000	,433	,005	,283	1,000

a. Kruskal Wallis Test

b. Grouping Variable: Natureza da Entidade Hospedeira do Carrefour

**Execução de Projectos Trans com Ent natureza diversificada \* Natureza da Entidade Hospedeira do Carrefour Crosstabulation**

			Natureza da Entidade Hospedeira do Carrefour		Total
			Entidade Pública	Entidade Privada s/ fins lucrativos	
Execução de Projectos Trans com Ent natureza diversificada	Sim	Count	3	7	10
		Expected Count	6,2	3,8	10,0
		Residual	-3,2	3,2	
	Não	Count	10	1	11
		Expected Count	6,8	4,2	11,0
		Residual	3,2	-3,2	
Total	Count	13	8	21	
	Expected Count	13,0	8,0	21,0	

## 7 – Relações de cooperação

**O Carrefour tem vindo a estabelecer relações de cooperação com entidades exteriores**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	23	100,0	100,0	100,0

### Qual a natureza das entidades cooperantes

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Entidades Públicas	4	17,4	17,4	17,4
	Entidades Públicas e entidades Privadas c/ e s/ fins lucrativos	4	17,4	17,4	34,8
	Entidades Públicas e Entidades Privadas c/fins lucrativos	2	8,7	8,7	43,5
	Entidades Públicas e Entidades Privadas s/fins lucrativos	13	56,5	56,5	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

### Escolas – Natureza das entidades cooperantes

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	23	100,0	100,0	100,0

**Escolas “Nacionais” e/ou “Comunitárias” – Natureza das entidades cooperantes**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nacionais	19	82,6	86,4	86,4
	Nacionais e Comunitárias	3	13,0	13,6	100,0
	Total	22	95,7	100,0	
Missing	System	1	4,3		
Total		23	100,0		

**Organizações Não Governamentais (ONGs) – Natureza das entidades cooperantes**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	17	73,9	81,0	81,0
	Não	4	17,4	19,0	100,0
	Total	21	91,3	100,0	
Missing	System	2	8,7		
Total		23	100,0		

**Organizações Não Governamentais (ONGs) “Nacionais” e/ou “Comunitárias” – Natureza das entidades cooperantes**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nacionais	12	52,2	75,0	75,0
	Comunitárias	1	4,3	6,3	81,3
	Nacionais e Comunitárias	3	13,0	18,8	100,0
	Total	16	69,6	100,0	
Missing	System	7	30,4		
Total		23	100,0		

**Empresas – Natureza das entidades cooperantes**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	5	21,7	23,8	23,8
	Não	16	69,6	76,2	100,0
	Total	21	91,3	100,0	
Missing	System	2	8,7		
Total		23	100,0		

**Empresas “Nacionais” e/ou “Comunitárias” – Natureza das entidades cooperantes**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nacionais	3	13,0	75,0	75,0
	Nacionais e Comunitárias	1	4,3	25,0	100,0
	Total	4	17,4	100,0	
Missing	System	19	82,6		
Total		23	100,0		

**Comunicação Social – Natureza das entidades cooperantes**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	17	73,9	81,0	81,0
	Não	4	17,4	19,0	100,0
	Total	21	91,3	100,0	
Missing	System	2	8,7		
Total		23	100,0		

**Comunicação Social “Nacionais” e/ou “Comunitárias” – Natureza das entidades cooperantes**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nacionais	15	65,2	93,8	93,8
	Nacionais e Comunitárias	1	4,3	6,3	100,0
	Total	16	69,6	100,0	
Missing	System	7	30,4		
Total		23	100,0		

**Carrefours – Natureza das entidades cooperantes**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	21	91,3	100,0	100,0
Missing	System	2	8,7		
Total		23	100,0		

**Carrefours “Nacionais” e/ou “Comunitárias” – Natureza das entidades cooperantes**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nacionais	11	47,8	55,0	55,0
	Comunitários	1	4,3	5,0	60,0
	Nacionais e Comunitários	8	34,8	40,0	100,0
	Total	20	87,0	100,0	
Missing	System	3	13,0		
Total		23	100,0		

**Rede Carrefours – Natureza das entidades cooperantes**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	19	82,6	90,5	90,5
	Não	2	8,7	9,5	100,0
	Total	21	91,3	100,0	
Missing	System	2	8,7		
Total		23	100,0		

**Rede Carrefours “Nacional” e/ou “Comunitária” – Natureza das entidades cooperantes**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nacional	13	56,5	72,2	72,2
	Comunitária	1	4,3	5,6	77,8
	Nacional e Comunitária	4	17,4	22,2	100,0
	Total	18	78,3	100,0	
Missing	System	5	21,7		
Total		23	100,0		

**Outros Organismos de Informação Europeus (OIEs) – Natureza das entidades cooperantes**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	9	39,1	47,4	47,4
	Não	10	43,5	52,6	100,0
	Total	19	82,6	100,0	
Missing	System	4	17,4		
Total		23	100,0		

**Outros OIEs “Nacionais” e/ou “Comunitárias” – Natureza das entidades cooperantes**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nacionais	5	21,7	55,6	55,6
	Nacionais e Comunitários	4	17,4	44,4	100,0
	Total	9	39,1	100,0	
Missing	System	14	60,9		
Total		23	100,0		

**Outras entidades – Natureza das entidades cooperantes**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	17	73,9	85,0	85,0
	Não	3	13,0	15,0	100,0
	Total	20	87,0	100,0	
Missing	System	3	13,0		
Total		23	100,0		

**Outras entidades “Nacionais” e/ou “Comunitárias” – Natureza das entidades cooperantes**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nacionais	10	43,5	58,8	58,8
	Nacionais e Comunitárias	7	30,4	41,2	100,0
	Total	17	73,9	100,0	
Missing	System	6	26,1		
Total		23	100,0		

**São relações que perduram no tempo, formalizadas através da assinatura de protocolos**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	2	8,7	8,7	8,7
	Discordo totalmente ou em parte	9	39,1	39,1	47,8
	Concordo totalmente ou em parte	12	52,2	52,2	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**São relações de “cooperação” com o objectivo de executar projectos específicos**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	1	4,3	4,3	4,3
	Discordo totalmente ou em parte	3	13,0	13,0	17,4
	Concordo totalmente ou em parte	19	82,6	82,6	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**São relações informais, que resultam da colaboração mútua**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	6	26,1	26,1	26,1
	Discordo totalmente ou em parte	4	17,4	17,4	43,5
	Concordo totalmente ou em parte	13	56,5	56,5	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**São relações interinstitucionais que podem assumir a forma de parceria**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	4	17,4	17,4	17,4
	Concordo totalmente ou em parte	19	82,6	82,6	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

### Teste Kruskal Wallis H

#### Ranks

	Natureza da Entidade	N	Mean Rank
Nat Cooperação - Rel Perduram Temp Assin Protocolos	Entidade Pública	15	10,47
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	14,88
	Total	23	
Nat Cooperação - Rel Coop Execução Proj	Entidade Pública	15	12,40
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	11,25
	Total	23	
Nat Cooperação - Rel Informais Collab mútua	Entidade Pública	15	11,93
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	12,13
	Total	23	
Nat Cooperação - Rel Interinst forma Parceria	Entidade Pública	15	10,93
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	14,00
	Total	23	

#### Test Statistics<sup>a,b</sup>

	Nat Cooperação - Rel Perduram Temp Assin Protocolos	Nat Cooperação - Rel Coop Execução Proj	Nat Cooperação - Rel Informais Collab mútua	Nat Cooperação - Rel Interinst forma Parceria
Chi-Square	2,759	,345	,005	2,470
df	1	1	1	1
Asymp. Sig.	,097	,557	,942	,116

a. Kruskal Wallis Test

b. Grouping Variable: Natureza da Entidade Hospedeira do Carrefour

#### Nat Cooperação - Rel Interinst forma Parceria \* Natureza da Entidade Hospedeira do Carrefour Crosstabulation

		Natureza da Entidade Hospedeira do Carrefour		Total	
		Entidade Pública	Entidade Privada s/ fins lucrativos		
Nat Cooperação - Rel Interinst forma Parceria	Nem concordo nem discordo	Count	4	0	4
		Expected Count	2,6	1,4	4,0
		Residual	1,4	-1,4	
	Concordo totalmente ou em parte	Count	11	8	19
		Expected Count	12,4	6,6	19,0
		Residual	-1,4	1,4	
Total	Count	15	8	23	
	Expected Count	15,0	8,0	23,0	

**A identificação e conjugação de objectivos comuns  
por parte de organizações diferenciadas**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	7	30,4	30,4	30,4
	Discordo totalmente ou em parte	3	13,0	13,0	43,5
	Concordo totalmente ou em parte	13	56,5	56,5	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**A complementaridade das actividades desenvolvidas pelas organizações envolvidas**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	8	34,8	34,8	34,8
	Concordo totalmente ou em parte	15	65,2	65,2	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**A promoção e aproveitamento de sinergias entre os diferentes intervenientes**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	3	13,0	13,6	13,6
	Discordo totalmente ou em parte	1	4,3	4,5	18,2
	Concordo totalmente ou em parte	18	78,3	81,8	100,0
	Total	22	95,7	100,0	
Missing	System	1	4,3		
Total		23	100,0		

**Maior capacidade de execução de projectos**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	1	4,3	4,3	4,3
	Discordo totalmente ou em parte	1	4,3	4,3	8,7
	Concordo totalmente ou em parte	21	91,3	91,3	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**A partilha de recursos humanos, financeiros e outros**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	2	8,7	8,7	8,7
	Discordo totalmente ou em parte	6	26,1	26,1	34,8
	Concordo totalmente ou em parte	15	65,2	65,2	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**O alargar do campo de acção com outros actores**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	6	26,1	26,1	26,1
	Concordo totalmente ou em parte	17	73,9	73,9	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**A possibilidade do desenvolvimento de actividades inovadoras que promovam a colaboração de vários actores**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	6	26,1	26,1	26,1
	Discordo totalmente ou em parte	2	8,7	8,7	34,8
	Concordo totalmente ou em parte	15	65,2	65,2	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**A constituição de sub-relais**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	7	30,4	30,4	30,4
	Discordo totalmente ou em parte	9	39,1	39,1	69,6
	Concordo totalmente ou em parte	7	30,4	30,4	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**O fomento do envolvimento de entidades exteriores  
(locais, regionais, nacionais, comunitárias)**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	6	26,1	26,1	26,1
	Concordo totalmente ou em parte	17	73,9	73,9	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

## Teste Kruskal Wallis H

### Ranks

	Natureza da Entidade	N	Mean Rank
Objectivo Rel Coop - Identif e Conjug de Obj Comuns	Entidade Pública	15	11,93
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	12,13
	Total	23	
Objectivo Rel Coop - Complem Activ Org envolvidas	Entidade Pública	15	11,40
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	13,13
	Total	23	
Objectivo Rel Coop - Prom e Aprov Sinergias Dif Interven	Entidade Pública	14	12,82
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	9,19
	Total	22	
Objectivo Rel Coop - Maior capc Exec Projectos	Entidade Pública	15	11,47
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	13,00
	Total	23	
Objectivo Rel Coop - Partilha Rec Humanos	Entidade Pública	15	12,93
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	10,25
	Total	23	
Objectivo Rel Coop - Alargam campo acção	Entidade Pública	15	11,93
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	12,13
	Total	23	
Objectivo Rel Coop - Desev Activ inovadoras Prom Colab	Entidade Pública	15	9,87
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	16,00
	Total	23	
Objectivo Rel Coop - Constituição Sub-relais	Entidade Pública	15	12,53
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	11,00
	Total	23	
Objectivo Rel Coop - Fomentar Env Ent Exteriores	Entidade Pública	15	10,40
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	15,00
	Total	23	

### Test Statistics<sup>a,b</sup>

	Objectivo Rel Coop - Identif e Conjug de Obj Comuns	Objectivo Rel Coop - Complem Activ Org envolvidas	Objectivo Rel Coop - Prom e Aprov Sinergias Dif Interven	Objectivo Rel Coop - Maior capc Exec Projectos	Objectivo Rel Coop - Partilha Rec Humanos	Objectivo Rel Coop - Alargam campo acção	Objectivo Rel Coop - Desev Activ inovadoras Prom Colab	Objectivo Rel Coop - Constituição Sub-relais	Objectivo Rel Coop - Fomentar Env Ent Exteriores
Chi-Square	,005	,495	3,538	1,115	1,158	,007	6,047	,301	4,141
df	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Asymp. Sig.	,942	,482	,060	,291	,282	,932	,014	,583	,042

a. Kruskal Wallis Test

b. Grouping Variable: Natureza da Entidade Hospedeira do Carrefour

**Objectivo Rel Coop - Desev Activ inovadoras Prom Colab \* Natureza da Entidade Hospedeira do Carrefour Crosstabulation**

			Natureza da Entidade Hospedeira do Carrefour		Total
			Entidade Pública	Entidade Privada s/ fins lucrativos	
Objectivo Rel Coop - Desev Activ inovadoras Prom Colab	Nem concordo nem discordo	Count	6	0	6
		Expected Count	3,9	2,1	6,0
		Residual	2,1	-2,1	
	Discordo totalmente ou em parte	Count	2	0	2
		Expected Count	1,3	,7	2,0
		Residual	,7	-,7	
	Concordo totalmente ou em parte	Count	7	8	15
		Expected Count	9,8	5,2	15,0
		Residual	-2,8	2,8	
Total	Count	15	8	23	
	Expected Count	15,0	8,0	23,0	

**Objectivo Rel Coop - Fomentar Env Ent Exteriores \* Natureza da Entidade Hospedeira do Carrefour Crosstabulation**

			Natureza da Entidade Hospedeira do Carrefour		Total
			Entidade Pública	Entidade Privada s/ fins lucrativos	
Objectivo Rel Coop - Fomentar Env Ent Exteriores	Nem concordo nem discordo	Count	6	0	6
		Expected Count	3,9	2,1	6,0
		Residual	2,1	-2,1	
	Concordo totalmente ou em parte	Count	9	8	17
		Expected Count	11,1	5,9	17,0
		Residual	-2,1	2,1	
	Total	Count	15	8	23
		Expected Count	15,0	8,0	23,0

**A Comissão Europeia impulsiona a cooperação e avalia-nos por tal**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	7	30,4	30,4	30,4
	Discordo totalmente ou em parte	4	17,4	17,4	47,8
	Concordo totalmente ou em parte	12	52,2	52,2	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**As relações de cooperação proporcionam sinergias que vão de encontro aos objectivos dos cooperantes**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	3	13,0	13,0	13,0
	Discordo totalmente ou em parte	1	4,3	4,3	17,4
	Concordo totalmente ou em parte	19	82,6	82,6	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**A execução de determinados projectos comunitários e em rede obrigam-nos ao estabelecimento de relações de cooperação**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	2	8,7	8,7	8,7
	Discordo totalmente ou em parte	3	13,0	13,0	21,7
	Concordo totalmente ou em parte	18	78,3	78,3	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**A cooperação é promovida por imposição externa, quer da Comissão Europeia, quer dos actores da nossa área de intervenção**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	7	30,4	30,4	30,4
	Discordo totalmente ou em parte	11	47,8	47,8	78,3
	Concordo totalmente ou em parte	5	21,7	21,7	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**Os Carrefours promovem a cooperação como meio de envolvimento das entidades locais e da sociedade civil**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	1	4,3	4,3	4,3
	Concordo totalmente ou em parte	22	95,7	95,7	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**A falta de recursos necessários e capazes para a execução de determinada acção leva-nos, para a necessidade de estabelecer relações de cooperação**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	7	30,4	30,4	30,4
	Discordo totalmente ou em parte	1	4,3	4,3	34,8
	Concordo totalmente ou em parte	15	65,2	65,2	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**Teste Kruskal Wallis H**

**Ranks**

	Natureza da Entidade	N	Mean Rank
Razões Rel Coop - Comissão Eur Impulsiona e Avalia	Entidade Pública	15	11,57
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	12,81
	Total	23	
Razões Rel Coop - Rel Coop Sinerg Obj Cooperantes	Entidade Pública	15	11,60
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	12,75
	Total	23	
Razões Rel Coop - Exec Determ Proj Obrig Coop	Entidade Pública	15	12,77
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	10,56
	Total	23	
Razões Rel Coop - Coop Prom Imposição Ext	Entidade Pública	15	12,73
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	10,63
	Total	23	
Razões Rel Coop - Carrefours Prom Coop Envol Ent Loc SocCivil	Entidade Pública	15	11,73
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	12,50
	Total	23	
Razões Rel Coop - Falta Recursos Nec	Entidade Pública	15	9,87
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	16,00
	Total	23	

**Test Statistics<sup>a,b</sup>**

	Razões Rel Coop - Comissão Eur Impulsiona e Avalia	Razões Rel Coop - Rel Coop Sinerg Obj Cooperantes	Razões Rel Coop - Exec Determ Proj Obrig Coop	Razões Rel Coop - Coop Prom Imposição Ext	Razões Rel Coop - Carrefour Prom Coop Envol Ent Loc SocCivil	Razões Rel Coop - Falta Recursos Nec
Chi-Square	,213	,345	1,062	,591	,533	6,133
df	1	1	1	1	1	1
Asymp. Sig.	,644	,557	,303	,442	,465	,013

a. Kruskal Wallis Test

b. Grouping Variable: Natureza da Entidade Hospedeira do Carrefour

**Razões Rel Coop - Falta Recursos Nec \* Natureza da Entidade Hospedeira do Carrefour Crosstabulation**

			Natureza da Entidade Hospedeira do Carrefour		Total
			Entidade Pública	Entidade Privada s/ fins lucrativos	
Razões Rel Coop - Falta Recursos Nec	Nem concordo nem discordo	Count	7	0	7
		Expected Count	4,6	2,4	7,0
		Residual	2,4	-2,4	
	Discordo totalmente ou em parte	Count	1	0	1
		Expected Count	,7	,3	1,0
		Residual	,3	-,3	
	Concordo totalmente ou em parte	Count	7	8	15
		Expected Count	9,8	5,2	15,0
		Residual	-2,8	2,8	
Total		Count	15	8	23
		Expected Count	15,0	8,0	23,0

### Teste Kruskal Wallis H

#### Ranks

	Habilitações Académicas	N	Mean Rank
Razões Rel Coop - Comissão Eur Impulsiona e Avalia	12º Ano de Escolaridade	3	10,50
	Licenciatura	13	10,31
	Mestrado	2	9,50
	Doutoramento	1	15,50
	Pós Graduação	2	15,50
	Total	21	
Razões Rel Coop - Rel Coop Sinerg Obj Cooperantes	12º Ano de Escolaridade	3	12,50
	Licenciatura	13	10,81
	Mestrado	2	12,50
	Doutoramento	1	12,50
	Pós Graduação	2	7,75
	Total	21	
Razões Rel Coop - Exec Determ Proj Obrig Coop	12º Ano de Escolaridade	3	7,17
	Licenciatura	13	10,92
	Mestrado	2	13,50
	Doutoramento	1	13,50
	Pós Graduação	2	13,50
	Total	21	
Razões Rel Coop - Coop Prom Imposição Ext	12º Ano de Escolaridade	3	8,83
	Licenciatura	13	10,81
	Mestrado	2	11,25
	Doutoramento	1	19,00
	Pós Graduação	2	11,25
	Total	21	
Razões Rel Coop - Carrrefours Prom Coop Envol Ent Loc SocCivil	12º Ano de Escolaridade	3	11,00
	Licenciatura	13	11,00
	Mestrado	2	11,00
	Doutoramento	1	11,00
	Pós Graduação	2	11,00
	Total	21	
Razões Rel Coop - Falta Recursos Nec	12º Ano de Escolaridade	3	14,50
	Licenciatura	13	8,85
	Mestrado	2	14,50
	Doutoramento	1	14,50
	Pós Graduação	2	14,50
	Total	21	

#### Test Statistics<sup>a,b</sup>

	Razões Rel Coop - Comissão Eur Impulsiona e Avalia	Razões Rel Coop - Rel Coop Sinerg Obj Cooperantes	Razões Rel Coop - Exec Determ Proj Obrig Coop	Razões Rel Coop - Coop Prom Imposição Ext	Razões Rel Coop - Carrrefours Prom Coop Envol Ent Loc SocCivil	Razões Rel Coop - Falta Recursos Nec
Chi-Square	2,378	2,464	3,528	2,388	,000	6,031
df	4	4	4	4	4	4
Asymp. Sig.	,667	,651	,474	,665	1,000	,197

a. Kruskal Wallis Test

b. Grouping Variable: Habilitações Académicas

**Envolvem-se afinadamente nas acções que se propuseram desenvolver**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	4	17,4	17,4	17,4
	Discordo totalmente ou em parte	8	34,8	34,8	52,2
	Concordo totalmente ou em parte	11	47,8	47,8	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**Participam de uma forma passiva**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	2	8,7	8,7	8,7
	Discordo totalmente ou em parte	14	60,9	60,9	69,6
	Concordo totalmente ou em parte	7	30,4	30,4	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**Contribuem apenas e só com a parte financeira que lhes foi imputada**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	7	30,4	30,4	30,4
	Discordo totalmente ou em parte	13	56,5	56,5	87,0
	Concordo totalmente ou em parte	3	13,0	13,0	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**Lideram as actividades a desenvolver**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	4	17,4	17,4	17,4
	Discordo totalmente ou em parte	14	60,9	60,9	78,3
	Concordo totalmente ou em parte	5	21,7	21,7	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**Dão um carácter inovador às actividades**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	8	34,8	34,8	34,8
	Discordo totalmente ou em parte	5	21,7	21,7	56,5
	Concordo totalmente ou em parte	10	43,5	43,5	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**Teste Kruskal Wallis H**

**Ranks**

	Natureza da Entidade	N	Mean Rank
Envolvi Cooperantes - Envolvem-se afincadamente	Entidade Pública	15	13,17
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	9,81
	Total	23	
Envolvi Cooperantes - Participam Forma passiva	Entidade Pública	15	9,83
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	16,06
	Total	23	
Envolvi Cooperantes - Contrib Apenas Finaceira Imputada	Entidade Pública	15	11,73
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	12,50
	Total	23	
Envolvi Cooperantes - Lideram Actividades Desenvolver	Entidade Pública	15	13,47
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	9,25
	Total	23	
Envolvi Cooperantes - Dão Carácter Inovador Act	Entidade Pública	15	13,20
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	9,75
	Total	23	

**Test Statistics(a,b)**

	Envolvi Cooperantes - Envolvem-se afincadamente	Envolvi Cooperantes - Participam Forma passiva	Envolvi Cooperantes - Contrib Apenas Finaceira Imputada	Envolvi Cooperantes - Lideram Actividades Desenvolver	Envolvi Cooperantes - Dão Carácter Inovador Act
Chi-Square	1,510	5,891	,084	2,652	1,557
df	1	1	1	1	1
Asymp. Sig.	,219	,015	,772	,103	,212

a Kruskal Wallis Test

b Grouping Variable: Natureza da Entidade Hospedeira do Carrefour

**Envolvi Cooperantes - Participam Forma passiva \* Natureza da Entidade Hospedeira do Carrefour Crosstabulation**

			Natureza da Entidade Hospedeira do Carrefour		Total
			Entidade Pública	Entidade Privada s/ fins lucrativos	
Envolvi Cooperantes - Participam Forma passiva	Nem concordo nem discordo	Count	2	0	2
		Expected Count	1,3	,7	2,0
		Residual	,7	-,7	
	Discordo totalmente ou em parte	Count	11	3	14
		Expected Count	9,1	4,9	14,0
		Residual	1,9	-1,9	
	Concordo totalmente ou em parte	Count	2	5	7
		Expected Count	4,6	2,4	7,0
		Residual	-2,6	2,6	
Total		Count	15	8	23
		Expected Count	15,0	8,0	23,0

**Nas relações de cooperação até agora estabelecidas esteve sempre presente a importância do "ouvir o outro", do "valorizar-se mutuamente", do estabelecer relações "horizontais entre si"**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	9	39,1	39,1	39,1
	Discordo totalmente ou em parte	2	8,7	8,7	47,8
	Concordo totalmente ou em parte	12	52,2	52,2	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**Nas relações de cooperação estabelecidas, as diferenças, em termos da natureza institucional dos intervenientes, têm contribuído para a forma como estas relações se processam**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	6	26,1	26,1	26,1
	Concordo totalmente ou em parte	17	73,9	73,9	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**A primeira relação de cooperação estabelecida proporcionou outras cooperações**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	6	26,1	26,1	26,1
	Discordo totalmente ou em parte	4	17,4	17,4	43,5
	Concordo totalmente ou em parte	13	56,5	56,5	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

**A dimensão social das organizações hospedeiras tem contribuído para a necessidade ou intenção do estabelecimento de relações de cooperação a três níveis: cooperação entre Carrefours; cooperação com a sociedade civil; cooperação a nível comunitário**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Nem concordo nem discordo	4	17,4	17,4	17,4
	Discordo totalmente ou em parte	1	4,3	4,3	21,7
	Concordo totalmente ou em parte	18	78,3	78,3	100,0
	Total	23	100,0	100,0	

### Teste Kruskal Wallis H

#### Ranks

	Natureza da Entidade	N	Mean Rank
Relações Coop - Presente Impor Ouvir	Entidade Pública	15	9,07
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	17,50
	Total	23	
Relações Coop - Diferenças Natu Insti Forma Coop Processa	Entidade Pública	15	11,17
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	13,56
	Total	23	
Relações Coop - Primeira Rel Coop Proporcionou Outras	Entidade Pública	15	10,80
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	14,25
	Total	23	
Relações Coop - Dimensão Social Coop Carref Soccivil Comu	Entidade Pública	15	10,67
	Entidade Privada s/ fins lucrativos	8	14,50
	Total	23	

#### Test Statistics<sup>a,b</sup>

	Relações Coop - Presente Impor Ouvir	Relações Coop - Diferenças Natu Insti Forma Coop Processa	Relações Coop - Primeira Rel Coop Proporcionou Outras	Relações Coop - Dimensão Social Coop Carref Soccivil Comu
Chi-Square	10,097	1,123	1,692	3,228
df	1	1	1	1
Asymp. Sig.	,001	,289	,193	,072

a. Kruskal Wallis Test

b. Grouping Variable: Natureza da Entidade Hospedeira do Carrefour

## Relações Coop – Presente Impor Ouvir \* Natureza da Entidade hospedeira dos Carrefours

Relações Coop - Presente Impor Ouvir \* Natureza da Entidade Hospedeira do Carrefour  
Crosstabulation

			Natureza da Entidade Hospedeira do Carrefour		Total
			Entidade Pública	Entidade Privada s/ fins lucrativos	
Relações Coop - Presente Impor Ouvir	Nem concordo nem discordo	Count	9	0	9
		Expected Count	5,9	3,1	9,0
		Residual	3,1	-3,1	
	Discordo totalmente ou em parte	Count	2	0	2
		Expected Count	1,3	,7	2,0
		Residual	,7	-,7	
	Concordo totalmente ou em parte	Count	4	8	12
		Expected Count	7,8	4,2	12,0
		Residual	-3,8	3,8	
Total	Count	15	8	23	
	Expected Count	15,0	8,0	23,0	

## Teste Kruskal Wallis H

### Ranks

	Habilitações Académicas	N	Mean Rank
Relações Coop - Presente Impor Ouvir	12º Ano de Escolaridade	3	14,00
	Licenciatura	13	7,77
	Mestrado	2	14,00
	Total	18	
Relações Coop - Diferenças Natu Insti Forma Coop Processa	12º Ano de Escolaridade	3	12,00
	Licenciatura	13	8,54
	Mestrado	2	12,00
	Total	18	
Relações Coop - Primeira Rel Coop Proporcionou Outras	12º Ano de Escolaridade	3	14,00
	Licenciatura	13	7,77
	Mestrado	2	14,00
	Total	18	
Relações Coop - Dimensão Social Coop Carref Soccivil Comu	12º Ano de Escolaridade	3	11,50
	Licenciatura	13	8,73
	Mestrado	2	11,50
	Total	18	

### Teste Kruskal Wallis H

#### Test Statistics<sup>a,b</sup>

	Relações Coop - Presente Impor Ouvir	Relações Coop - Diferenças Natu Insti Forma Coop Processa	Relações Coop - Primeira Rel Coop Proporcionou Outras	Relações Coop - Dimensão Social Coop Carref Soccivil Comu
Chi-Square	6,231	2,515	5,820	1,846
df	2	2	2	2
Asymp. Sig.	,044	,284	,054	,397

a. Kruskal Wallis Test

b. Grouping Variable: Habilitações Académicas

**Nas relações de cooperação até agora estabelecidas esteve sempre presente a importância do “ouvir o outro”, do “valorizar-se mutuamente”, do estabelecer relações “horizontais entre si” \* Habilitações Académicas**

		Habilitações Académicas						Outras	Total	
		12º Ano	Lic.	Mes-trado	Doutora-mento	Pós-Grad.	< 12º Ano	Téc. Bibliot.		
Nas relações de cooperação até agora estabelecidas esteve sempre presente a importância do "ouvir o outro", do "valorizar-se mutuamente", do estabelecer relações "horizontais entre si"	Nem concordo nem discordo	Count	0,0	8,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	9,0
		Exp.Count	1,2	5,1	0,8	0,4	0,8	0,4	0,4	9,0
		Residual	-1,2	2,9	-0,8	-0,4	-0,8	0,6	-0,4	
	Discordo totalmente ou em parte	Count	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	2,0
		Exp.Count	0,3	1,1	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1	2,0
		Residual	-0,3	-0,1	-0,2	-0,1	-0,2	-0,1	0,9	
	Concordo totalmente ou em parte	Count	3,0	4,0	2,0	1,0	2,0	0,0	0,0	12,0
		Exp.Count	1,6	6,8	1,0	0,5	1,0	0,5	0,5	12,0
		Residual	1,4	-2,8	1,0	0,5	1,0	-0,5	-0,5	
Total	Count	3,0	13,0	2,0	1,0	2,0	1,0	1,0	23,0	
	Exp.Count	3,0	13,0	2,0	1,0	2,0	1,0	1,0	23,0	



**Fim**